

Armando Boito Jr.

REFORMA E CRISE POLÍTICA NO BRASIL

**OS CONFLITOS DE CLASSE
NOS GOVERNOS DO PT**

Este livro, resultado de pesquisa original desenvolvida ao longo dos últimos anos, examina o processo político brasileiro no período dos governos liderados pelo PT e da crise política do *impeachment*. O autor sustenta que os conflitos partidários, ideológicos e institucionais estão vinculados aos conflitos distributivos de classe presentes na sociedade brasileira. O livro mostra que a política neodesenvolvimentista dos governos do PT priorizou os interesses da burguesia interna brasileira e se apoiou numa frente ampla e heterogênea que abarcou a baixa classe média, a classe operária, o campesinato e os trabalhadores da massa marginal. A oposição, encabeçada pelo PSDB e orientada por uma plataforma neoliberal extremada, é caracterizada como representante do capital financeiro e produtivo internacional e da fração da burguesia brasileira integrada a esse capital. A base de apoio desses segmentos burgueses foi, acima de tudo, a camada superior da classe média. Quando esse campo neoliberal iniciou uma ofensiva política restauradora, teve

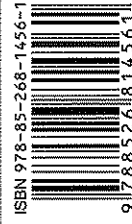
**EDITORA
UNICAMP**



o seu sucesso facilitado pelas contradições e defecções da frente política que apoiava o governo. Os conflitos de classe intensificaram-se, originando embates institucionais e ideológicos que polarizaram, de modo inusual, a sociedade brasileira, abalando a democracia consagrada na Constituição de 1988.

Armando Boito Jr. é professor titular de Ciência Política da Unicamp, editor da revista *Crítica Marxista* e autor de vários livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. A pesquisa que originou este livro resultou de um projeto temático coordenado pelo autor e patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Para entender a crise política que reduziu no *impeachment* de Dilma Rousseff é necessário tomar em consideração uma dimensão da vida social cuja importância é ignorada ou descuidada na maioria das análises disponíveis. As facetas mais visíveis da crise — como a polarização política na eleição presidencial de 2014, a disputa ideológica do neodesenvolvimentismo com o neoliberalismo, as grandes mobilizações de rua pró e contra o governo Dilma, a Operação Lava Jato e outros embates que marcaram ou que ainda marcam a cena política nacional — devem ser explicadas recorrendo não só aos valores e à organização desses movimentos e instituições, mas, sobretudo, aos conflitos distributivos de classe que atravessaram e atravessam a sociedade brasileira. O exame multifacetado desses conflitos e de suas complexas relações com os embates que agitam a cena política nacional talvez seja a principal contribuição de *Reforma e crise política no Brasil*.



ISBN 978-85-268-1456-1

9 788526 814561

www.editoraunicamp.com.br



ISBN 978-85-393-0724-1

9 788539 150724

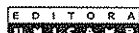
www.editoraunesp.com.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade
TERESA DIB ZAMBON ATVARIS



Conselho Editorial

Presidente
MÁRCIA ABREU

EUCLIDES DE MESQUITA NETO – IARA LIS FRANCO SCHIAVINATTO
MAÍRA ROCHA MACHADO – MARIA INÊS PETRUCCI ROSA
OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR. – RENATO HYUDA DE LUNA PEDROSA
RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI



editora
unesp

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
MÁRIO SÉRGIO VASCONCELOS

Diretor-Presidente
JÉZIO HERNANI BOMFIM GUTIERRE

Superintendente Administrativo e Financeiro
WILLIAM DE SOUZA AGOSTINHO

Conselho Editorial Acadêmico

DANILO ROTHBERG – JOÃO LUÍS CARDOSO TÁPIAS CECCANTINI
LUIZ FERNANDO AYERBE – MARCELO TAKESHI YAMASHITA
MARIA CRISTINA PEREIRA LIMA – MILTON TERUMITSU SOGABE
NEWTON LA SCALA JÚNIOR – PEDRO ANGELO PAGNI
RENATA JUNQUEIRA DE SOUZA – ROSA MARIA FEITEIRO CAVALARI

Editores-Adjuntos
ANDERSON NOBARA
LEANDRO RODRIGUES

ARMANDO BOITO JR.

Reforma e crise política no Brasil

Os conflitos de classe
nos governos do PT



Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

B637r Boito Jr., Armando.

Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT / Armando Boito Jr. – Campinas, SP: Editora da Unicamp / São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

1. Classes sociais – Brasil. 2. Movimentos sociais – Brasil. 3. Partido dos trabalhadores (Brasil). 4. Brasil – Política e governo. I. Título.

CDD - 305.50981
- 303.4840981
- 324.981
- 338.981

ISBN 978-85-268-1456-1 Editora da Unicamp
ISBN 978-85-393-0724-1 Editora Unesp

Copyright © by Armando Boito Jr.
Copyright © 2018 by Editora da Unicamp
Copyright © 2018 by Editora Unesp

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

1ª reimpressão, 2018

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editoraunicamp.com.br
vendas@editora.unicamp.br

Fundação Editora da Unesp (FEU)
Praça da Sé, 108
CEP 01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3242-7171 – Fax: (11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br – feu@editora.unesp.br

Para Paula Marcelino.

Em memória de Râmiza Sedeh Boito, minha mãe.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PARTE I	
REFORMA E CLASSES SOCIAIS NOS GOVERNOS DO PT	
1. ESTADO, BURGUESIA E NEOLIBERALISMO NO GOVERNO LULA.....	19
2. GOVERNOS LULA: A NOVA "BURGUESIA NACIONAL" NO PODER	55
3. AS BASES POLÍTICAS DO NEODESENVOLVIMENTISMO	99
4. O LULISMO, O POPULISMO E O BONAPARTISMO	121
5. NEODESENVOLVIMENTISMO, CLASSES SOCIAIS E POLÍTICA EXTERNA NOS GOVERNOS DO PT.....	155
6. O NEODESENVOLVIMENTISMO E A RECUPERAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO	183
PARTE II	
NATUREZA E DINÂMICA DA CRISE POLÍTICA DO IMPEACHMENT	
7. A CRISE POLÍTICA DO NEODESENVOLVIMENTISMO E A INSTABILIDADE DA DEMOCRACIA.....	211

APRESENTAÇÃO

8. ESTADO, INSTITUIÇÕES ESTATAIS E PODER POLÍTICO NO BRASIL.....	223
9. LAVA JATO, CLASSE MÉDIA E BUROCRACIA DE ESTADO.....	253
10. A CRISE DO NEODESENVOLVIMENTISMO E DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF	265
11. POR QUE FOI FRACA A RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 2016?.....	289
APÊNDICE - EXISTE UMA BURGUESIA INTERNA NO BRASIL? RESPOSTA A UM CRÍTICO	303

Este livro está dividido em duas partes. Na primeira, analisamos os governos do PT, as forças políticas que apoiaram e as que combateram esses governos, suas ideologias e seus programas, as instituições e os conflitos institucionais que marcaram o período, bem como a inserção dos movimentos sociais nas sucessivas conjunturas. Na sua segunda parte, o livro trata da natureza e da dinâmica da crise política que redundou na deposição de Dilma Rousseff em 2016. A despeito de os artigos tomarem por objeto temas ou subtemas variados e específicos, o conjunto forma uma unidade e oferece ao leitor um quadro analítico geral, evidentemente sujeito à crítica, da política brasileira dos anos recentes. Isso porque são as teses que desenvolvemos sobre a organização do poder político no Brasil, isto é, sobre o bloco no poder, que é o tema central dos três primeiros artigos do livro, que servem de base para a análise dos demais temas: os conflitos de classes que abalaram a política brasileira contemporânea, as relações de tais conflitos com as instituições do Estado, as raízes sociais da luta entre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo, a crise política do *impeachment* – e também de temas mais específicos como o movimento sindical e a política externa durante os governos do PT. Os artigos que compõem o livro são o resultado da pesquisa que desenvolvi, juntamente com outros colegas, no projeto coletivo de pesquisa “Política e classes sociais no capitalismo neoliberal”. Esse projeto, por mim coordenado, obteve o financiamento

os valores que presidem tais instituições. Neste livro o leitor encontrará pelo menos dois artigos que tratam especificamente das instituições políticas no Brasil. Dois deles, o oitavo e o nono capítulo, examinam o conflito institucional no seio do Estado como resultante de duas determinações: a proveniente da lógica de funcionamento dessas instituições e a proveniente do conflito envolvendo duas frações da burguesia e a fração superior da classe média.

Pela referência feita acima à relação do conflito institucional com o conflito de classes, já se pode notar que nossa análise recusa, ao falar de conflito de classes, que é um conflito distributivo, a oposição simples e simplificada capital/trabalho.

Em primeiro lugar, porque o capital, isto é, a burguesia encontra-se dividida, ainda que de modo flexível e até certo ponto instável, em frações que podem intervir, e intervieram no caso que analisamos, como forças sociais autônomas no processo político, ou seja, forças sociais dotadas de um programa político próprio. Na nossa análise, no período dos governos Lula e Dilma, foi justamente uma contradição entre frações burguesas que assumiu o posto de contradição principal do processo político brasileiro. Nossa tese é que a grande burguesia interna brasileira, que mantém uma relação ambivalente, de dependência e conflito, com o capital internacional, foi a fração burguesa hegemônica no bloco no poder durante os governos Lula e Dilma – principalmente depois da crise de 2005 e da substituição de Antonio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda. A política econômica, externa e social do neodesenvolvimentismo expressava essa hegemonia – sem revogar o *modelo econômico* capitalista neoliberal, a *política* neodesenvolvimentista era distinta daquela defendida pelo capital internacional. Isso tudo contrasta com o bloco no poder do período FHC, no qual foi exatamente o capital internacional e a fração da burguesia brasileira a ele integrada que exerceram a hegemonia e graças à aplicação da plataforma política do neoliberalismo. Essas forças, nos governos do PT, foram des-

da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) na rubrica Projeto Temático e desenvolveu-se entre 2011 e 2015.¹

O enfoque teórico adotado por nós vincula o processo político aos conflitos de classe, ou seja, vincula a política à economia e à sociedade. Uso a palavra *conflitos* e não *luta* de classes para designar a diferença que existe entre, de um lado, a disputa pela redistribuição da riqueza produzida, que não coloca em questão a organização capitalista da sociedade brasileira, e que é o que temos presenciado em grande escala no Brasil, e, de outro lado, a disputa em torno do modo, capitalista ou socialista, de organização social, ou seja, a luta de classes propriamente dita, confronto que não se desenvolveu no Brasil atual. Avaliamos que são os conflitos de classes, assim compreendidos, que estão no centro da prolongada crise política iniciada em 2015. Não julgamos que sejam apenas esses os conflitos ativos no Brasil. As lutas das mulheres, dos negros e dos movimentos LGBT tiveram presença significativa nas disputas políticas durante os governos do PT e na dinâmica da crise política aberta em 2015. O que entendemos é que os conflitos de classe foram o conflito principal de todo esse período.

O leitor pode se dar conta de que tais conceitos e teses inserem o nosso trabalho na tradição da teoria política marxista e o afastam do institucionalismo, que é, em suas variadas tendências, a orientação dominante na ciência política contemporânea. As correntes institucionalistas, em graus variados, separam a análise política da análise econômica e social, incorrendo numa concepção formalista do processo político. Isso não significa que os marxistas devam se abster de examinar as instituições políticas, a sua lógica de funcionamento e

1 Os artigos foram escritos entre 2007 e 2017. Dois deles eram inéditos até agora, quatro deles foram publicados apenas no exterior – Argentina, Estados Unidos, França e Portugal – e os outros seis apareceram em diferentes revistas brasileiras.

locadas para uma posição secundária no bloco no poder e atuaram, em decorrência disso, como oposição a esses governos. Aliás, essas mesmas forças voltaram a ocupar posição dominante com a substituição do governo Dilma pelo governo Temer. Ou seja, entramos numa época de restauração da hegemonia do capital internacional e da fração burguesa a ele integrada.

Em segundo lugar, a oposição simples capital/trabalho ignora a complexidade da estrutura de classes da sociedade brasileira e também a das demais sociedades capitalistas. Nossa análise, diferentemente, considera a classe média e suas frações, que intervieram de maneira ativa e massiva na crise política de 2015-2016; o campesinato e suas diferentes camadas, até porque cada uma dessas camadas recebeu tratamento diferenciado da parte dos governos do PT; os trabalhadores da massa marginal, que tiveram papel fundamental como classe-apoio – politicamente passiva, mas eleitoralmente decisiva – para os governos e candidatos do PT e – é claro – nossa análise considera também a classe operária estrito senso, cujo movimento sindical esteve politicamente dividido no período que analisamos. Os movimentos reivindicativos dessas classes, frações e camadas do campo popular tiveram um papel muito importante no processo político brasileiro de então. Contudo, na maior parte desse período, não foi a luta entre o capital e o trabalho, ou, como se tornou corrente afirmar, entre a “elite” e os trabalhadores, que ocupou a posição central no processo político brasileiro. Regra geral, os movimentos populares mantiveram-se no patamar da luta reivindicativa, segmentada, e, por isso, acabaram por se alojar num dos dois campos políticos em que se dividia a burguesia brasileira, o campo neodesenvolvimentista e o campo neoliberal, contribuindo assim para manter a contradição intraburguesa como contradição principal em torno da qual girava o conjunto do processo político brasileiro. Apenas na fase final da crise política, que poderíamos datar de dezembro de 2015, quando a Fiesp aderiu à campanha golpista, apenas então a

contradição intraburguesa começou a perder importância diante da contradição do conjunto da burguesia com as classes populares.

Na primeira parte do livro, examinamos variados aspectos da política brasileira sob os governos do PT: o bloco no poder, sua composição e fração burguesa hegemônica; as dimensões econômica e social da política que denominamos neodesenvolvimentista; as bases populares obtidas por esses governos; o caráter populista ou neopopulista da relação dos governos do PT com os trabalhadores da massa marginal; a política externa Sul-Sul como expressão dos interesses da grande burguesia interna e, por último, a recuperação do movimento sindical brasileiro da crise na qual ele se arrastava desde a segunda metade da década de 1990. Na segunda parte, examinamos a crise política em seus múltiplos aspectos: o caráter da crise política que qualificamos como resultante, no fundamental, de uma *ofensiva restauradora* do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele associada; a situação de instabilidade na qual ingressa a democracia no Brasil; a divisão da classe média na crise política; os conflitos entre instituições do Estado que funcionavam como centros de poder de frações burguesas rivais e da alta classe média; a Operação Lava Jato como partido da alta classe média apoiado pelos interesses do capital internacional; a dinâmica da crise política, seu resultado e as polémicas bibliográficas a respeito do fenômeno; a fragilidade da resistência ao golpe parlamentar de agosto de 2016 – tema, evidentemente, de grande importância política para as forças democráticas e populares. No apêndice do livro, procuro responder a críticas que foram endereçadas às minhas teses sobre o bloco no poder no período dos governos do PT e sobre a natureza da crise política do *impeachment*. Faltou neste livro um capítulo que examinasse com pente fino o processo partidário e legislativo brasileiro, a base partidária e congressual dos governos do PT e o seu colapso na crise de 2015-2016. Os estudos de política latino-americana têm mostrado que os denominados golpes de Estado de novo tipo, isto é,

os golpes de Estado por via parlamentar que ocorreram no Paraguai e no Brasil têm em comum, em países tão diferentes, o fato de os governos de centro-esquerda de Fernando Lugo e de Dilma Rousseff dependerem de base parlamentar conservadora. Tanto mais porque, no caso do Brasil, foi o maior partido da base aliada do governo que coordenou o processo de *impeachment* da presidente. Onde os partidos de centro-esquerda têm maioria ou forte representação no Congresso Nacional, como na Argentina e no Uruguai, o caminho do *impeachment* está bloqueado. Na verdade, a esquerda brasileira tem os seus olhos excessivamente focados nos cargos executivos, descuidando a importância da representação partidária nos legislativos, olhar esse que não deixa de ser caudatário da tradição presidencialista e populista da política brasileira. Nós começamos agora a aprofundar a pesquisa sobre esse tema. Brevemente, poderemos ter algum resultado a apresentar aos leitores do nosso trabalho.

A minha análise passou por retificações e mudanças ao longo dos anos em que desenvolvi a pesquisa. Farei referência a duas delas. No início, eu privilegiava, no que tange à determinação das frações burguesas, o conflito entre capital bancário e capital produtivo. Isso está claro no primeiro artigo deste livro que foi escrito em 2007. À medida que aprofundei a pesquisa, passei a privilegiar o conflito entre a grande burguesia interna e o capital internacional, sem deixar de considerar que, no interior da burguesia interna, o conflito entre capital bancário e produtivo permanecia ativo. Outra mudança é que, embora eu tenha considerado, desde os primeiros ensaios que escrevi, que havia uma descontinuidade entre os governos FHC e os governos Lula, afastando-me, portanto, das análises que só enxergavam continuidade entre uns e outros, com o desenrolar da pesquisa, e principalmente a partir do terceiro artigo deste livro em que desenvolvo o conceito de frente política neodesenvolvimentista, passei a dar mais importância àquela descontinuidade. Passei a avaliar melhor, creio eu, o impacto de tal descontinuidade, da novidade que ela

trazia, na política brasileira. Ou seja, o trabalho que o leitor tem em mãos é ainda – e pelo menos em parte – um trabalho em processo.

O título do livro – *Reforma e crise política no Brasil* – visa indicar uma particularidade da história política brasileira. Os ensaios de forma, mesmo que modestos e ainda que no início possam dispor de apoio de setores da burguesia, coisas que de fato aconteceram ao longo dos governos do PT, acabam, em pouco tempo, despertando as forças mais conservadoras da sociedade e provocando crises políticas de tipos variados. Em 1954, a reação não logrou, a despeito de algumas tentativas, eliminar a democracia; em 1964, a reação provocou a crise e a resolveu, contra os interesses populares e contra a democracia, com a implantação da ditadura militar. Hoje, a luta ainda está em curso. Implantou-se um governo neoliberal extremado, que era o objetivo do golpe parlamentar, mas a democracia, agora resringida e ameaçada, ainda se mantém. Tal dinâmica poderá parecer natural aos olhos de muitos. Porém, ela é muito diferente do que ocorreu nos países europeus no pós-guerra. Lá, governos social-democratas ou mesmo governos conservadores, sob a pressão do movimento operário socialista e comunista, implantaram o Estado de bem-estar social sem que a burguesia e seus aliados rompessem com o jogo democrático. O capitalismo dependente tem uma história muito diferente daquela que se verifica no capitalismo central.

O subtítulo do livro – conflitos de classe nos governos do PT – visa indicar seu enfoque teórico. A política, diferentemente do que imagina a tradição liberal, de John Stuart Mill a John Rawls, não é o espaço público onde, educadamente, as partes apresentam e examinam, racionalmente, propostas e argumentos de um e de outro lado. A política é um conflito duro de interesses e de valores, vinculados uns aos outros, e, ambos, enraizados em classes, frações de classe e camadas sociais. E nada disso é transparente: a relação entre interesses e ideias é complexa, na maioria das vezes não é visível para o público e nem mesmo para os agentes diretamente envolvidos de um lado e

de outro. O conflito de classes tem de ser detectado, por trás dos discursos, pela pesquisa empírica e mobilizando conceitos apropriados.

Como acontece com boa parte das coletâneas como esta que público agora, o leitor vai encontrar certas repetições de um artigo para outro. Tentei reduzi-las, mas, para que cada capítulo do livro possa ser lido e compreendido independentemente da leitura dos demais, não tive como evitar repetições. Isso acontece principalmente com a caracterização do bloco no poder no período estudado. Mas são repetições apenas em parte. De um texto para outro, algumas conclusões mudam e, mesmo quando retomo ideias de textos anteriores, eu o faço com uma formulação nova, procurando aperfeiçoar a apresentação e o esclarecimento das teses.

Este livro resulta, como já indiquei, de um projeto coletivo de pesquisa. A marca mais evidente desse fato é que dos 12 textos que compõem este livro, três deles foram escritos em coautoria com colegas que trabalhavam comigo – Alfredo Saad-Filho, Andréia Galvão, Paula Marcelino e Tatiana Berringer. Agradeço-lhes por terem permitido que tais artigos constassem deste livro. Além da colaboração desses colegas, eu não poderia chegar aos resultados que cheguei se não estivesse trocando ideias, informações e resultados de pesquisa com os colegas docentes da USP, da Unesp e da Unicamp e com os pós-graduandos dessas mesmas universidades que fizeram parte do projeto temático “Política e classes sociais no capitalismo neoliberal”. No total, éramos mais de 30 pesquisadores ativos. Não posso citá-los um a um nesta Apresentação. Deixo aqui o meu agradecimento coletivo. Agradeço também aos pesquisadores do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp que, participantes ou não deste projeto, têm partilhado a tarefa de renovar o marxismo e de produzir conhecimento sobre o Brasil. Não custa acrescentar: as teses e os artigos aqui apresentados são de minha responsabilidade.

São Paulo, março de 2018

Parte I

REFORMA E CLASSES SOCIAIS NOS GOVERNOS DO PT

ESTADO, BURGUESIA E NEOLIBERALISMO NO GOVERNO LULA¹

Antes de entrar no tema propriamente dito, peço ao leitor que me acompanhe numa pequena digressão que servirá para situar teoricamente o meu trabalho.

Existe uma rica tradição de estudos sobre as classes proprietárias no Brasil. Tais estudos são heterogêneos no que respeita às suas orientações teóricas e preocupações e passaram, nos anos recentes, por modificações importantes.

O tema mais tradicional desses estudos é a grande agricultura de exportação. O estudo desse tema remonta, para nos restringirmos a autores do século XX, aos trabalhos de Octavio Brandão, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Pierre Monbeig, Celso Furtado, Florestan Fernandes e outros precursores das ciências sociais, da economia política e do debate intelectual moderno sobre o Brasil. A economia e a sociedade da cana-de-açúcar, na região Nordeste, e do café, na região Sudeste, são os temas nobres dessa tradição bibliográfica. Os estudos sobre os empresários industriais são mais recentes, mas estão longe de ser novidade. Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Hélio Jaguaribe, Fernando Henrique Cardoso, Warren Dean, Boris Fausto, Luciano Martins e muitos outros passaram a se dedicar, conforme se implantava e se aprofundava o pro-

¹ Artigo publicado na *Revista de Sociologia e Política*, vol. 28, 2007, pp. 57-73. O artigo foi escrito em 2007, primeiro ano do segundo governo Lula.

cesso de industrialização no Brasil do pós-30, aos estudos sobre a burguesia industrial. Alguns desses autores foram os primeiros a analisar os industriais utilizando o conceito de burguesia. Fizeram-no para pensar as relações políticas complexas desse setor social com os centros hegemônicos do capitalismo, com o Estado e com os trabalhadores. Esses estudos, embora alguns deles carecessem de levantamento empírico mais sistemático, são estudos muito sofisticados, ensejaram debates vivos e produtivos e estiveram ligados, de maneira aberta ou implícita, à discussão política sobre os rumos da economia e da sociedade brasileira. Como é sabido, o debate sobre a burguesia industrial concentrou-se na questão de averiguar se existia, no Brasil, uma burguesia nacional com interesse em participar de uma ampla frente de classes por um desenvolvimento nacional autônomo.

As orientações teóricas desses estudos eram variadas. Pensemos, por exemplo, na diferença entre, de um lado, o marxismo de tipo soviético praticado por Nelson Werneck Sodré, para o qual a burguesia era o sujeito social dirigente de um processo de desenvolvimento “de tipo capitalista”, e, de outro lado, a economia política de Celso Furtado, que fundia a teoria econômica de Keynes com a sociologia de Karl Mannheim, imputando à *intelligentsia* a função de conduzir o desenvolvimento, concebido, no caso de Furtado, como “desenvolvimento econômico” simplesmente.² Apesar dessa variedade de orientações teóricas, boa parte desses estudos foi realizada por autores marxistas ou influenciados, em maior ou menor grau, pela teoria marxista. Esses trabalhos operavam, como foi indicado nas referências acima, com o conceito de classe social e, no que respeita à burguesia, tal conceito era pensado de modo complexo, comportando uma subdivisão dessa classe em frações (nacional, associada, agrária, industrial etc.), cujos interesses específicos produziriam efeitos pertinentes no processo político nacional. Os conceitos de burguesia

² Monteiro, 2006.

sia, de Estado capitalista, de imperialismo, de desenvolvimento capitalista e outros estiveram na base do estudo do Estado formado no pós-30, da ideologia nacional-desenvolvimentista, da política de industrialização e de eventos marcantes da história política do Brasil, como a própria Revolução de 1930 e o golpe militar de 1964. Pois bem, esse tipo de análise perdeu terreno nas ciências sociais e quase que caiu em desuso no ambiente universitário.³

O declínio desse tipo de pesquisa é um dos episódios que fazem parte do declínio do prestígio do marxismo na universidade brasileira; declínio que não é, diga-se de passagem, homogêneo no mundo universitário, posto que nessa mesma época o marxismo iniciava sua trajetória ascendente na universidade estadunidense. Noções como classe social, fração de classe, ideologia e Estado de classe desapareceram, no Brasil, da pesquisa sobre empresários industriais, banqueiros e agronegócio. Na maioria dos casos, estudam-se tais setores como grupos que competem entre si, como fazem quaisquer outros grupos, para influir na política de Estado – entidade que é apresentada, implicitamente, como uma arena neutra para a disputa entre interesses múltiplos e situados em condições de igualdade um diante dos outros. Outra característica de estudos mais recentes consiste em isolar o setor da burguesia que se pretende estudar dos demais setores ou frações e, mais ainda, do restante da sociedade. Hoje, discutir a possibilidade de aliança desta ou daquela fração burguesa com outras classes ou setores sociais parecerá a muitos uma questão fora de propósito. É certo que os estudos recentes ganharam na fundamentação empírica e no levantamento sistemático das informações; avançaram, também, na análise da relação dos empresários com o processo decisório no Estado. Por coisas como essas, trazem contribuição importante para o conhecimento do Estado e dos capi-

³ Esse tipo de pesquisa nunca desapareceu completamente. Recordo, a esse título, o trabalho de Perissinotto, 1994, e o de Farias, 2017.

talistas brasileiros. São exemplos disso os trabalhos de Ary Minella, para o caso dos banqueiros, e de Eli Diniz e Renato Boschi, para o caso dos empresários industriais, e de Adriano Nervo Codato para citar apenas alguns dos mais conhecidos e que são, pela sua qualidade, referências incontornáveis no estudo da burguesia brasileira.⁴

O nosso trabalho de pesquisa sobre a burguesia brasileira procura retomar a tradição marxista que hoje está quase esquecida nessa área de estudo, sem a pretensão de equiparar – convém dizê-lo – a qualidade do nosso trabalho à qualidade daqueles que citamos mais atrás. Concebemos o conjunto do empresariado – banqueiros, industriais, fazendeiros, comerciantes – como integrantes da classe capitalista, e o Estado brasileiro como uma entidade moldada, pelas suas instituições e pelo pessoal que as ocupa, para servir aos interesses fundamentais dessa classe social. Ademais, no campo da teoria marxista das classes e do Estado, trabalhamos com o conceito específico de bloco no poder, desenvolvido por Nicos Poulantzas, para pensar a classe burguesa como a unidade (classe social) do diverso (frações de classe) nas suas relações com o Estado e com o restante da sociedade.⁵

O emprego do conceito de bloco no poder exige, em primeiro lugar, que o pesquisador detecte as frações da classe dominante que agem como força social distinta numa dada conjuntura, isto é, os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios. Em segundo lugar, exige que

⁴ Refiro-me aos inúmeros trabalhos de Eli Diniz e Renato Boschi sobre o empresário industrial e aos diversos trabalhos de Ary Minella sobre os empresários do setor bancário. Penso também em trabalhos como os de Codato, 1997, e Costa, 1998.

⁵ Poulantzas, 1971. Ver volume II, Parte III, Capítulo 4 ("L'État capitaliste et les classes dominantes", pp. 52-78) e Parte IV, Capítulo 4 ("L'État capitaliste et les classes dominantes", pp. 125-137). Aviso o leitor que não há engano na citação: a numeração e o título dos dois capítulos coincidem de fato.

o pesquisador procure esclarecer quais interesses de fração são priorizados pela política econômica do Estado e quais são relegados a um plano secundário. A localização dos interesses efetivamente priorizados pela política do Estado indica qual é a fração hegemônica no interior do bloco no poder. Poulantzas sugere que, regra geral, o bloco no poder no Estado capitalista apresenta uma hierarquia mais ou menos estável, configurando a existência de uma fração hegemônica no seu interior. Contudo, esse autor também contempla a possibilidade de uma crise de hegemonia, que é a situação de um bloco no poder no qual nenhuma fração burguesa logra impor seus interesses específicos como prioritários para a política de Estado. O conceito de bloco no poder, que recobre o terreno das classes e frações de classe, permite também a Poulantzas realizar um enfoque novo e sofisticado dos regimes políticos nos Estados democráticos, remetendo as formas de governo (presidencialismo ou parlamentarismo), as disputas entre os ramos do aparelho de Estado (Executivo e Legislativo), o jogo partidário (os variados tipos de pluripartidarismo e bipartidarismo) às disputas por hegemonia no interior do bloco no poder.⁶ A ideia é que a organização do Estado e o sistema partidário encontram parte importante da sua explicação nos conflitos entre as frações da classe dominante e dessa última com as classes trabalhadoras.

Há um forte preconceito contra a corrente marxista althusseriana nos meios marxistas brasileiros. Porém, recorrendo a Poulantzas, não nos colocamos distantes, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, da tradição brasileira à qual fizemos referência. Os estudiosos brasileiros operavam com noções e teses que aproximavam suas análises daquelas que poderíamos obter utilizando, explícita e conscientemente, o conceito poulantziano de bloco no po-

⁶ *Idem*. Volume II, Parte IV, Capítulo 5 ("Le problème dans les formes d'État et dans les formes de régime. Le législatif et l'exécutif", pp. 138-152).

der e o tratamento que esse conceito sugere para o regime político. A polêmica de Boris Fausto com Nelson Werneck Sodré sobre a Revolução de 1930 não dizia respeito ao conflito entre diferentes frações no interior da classe capitalista? Sodré, numa breve passagem, talvez exageradamente realçada por Fausto, apresentou a Revolução de 1930 como um golpe da burguesia ascendente contra a classe decadente dos proprietários de terra, enquanto Fausto, para refutá-lo, tratou de apresentar 1930 como fruto de uma crise oligárquica, entendida essa como uma crise provocada pelas disputas entre as frações regionais da classe dominante. Há um amplo terreno comum a esses dois trabalhos, terreno comum que era, aliás, o que permitia o tipo de discussão que eles ensejaram. O processo político expressa, em ambos, a ação e os interesses de classe; em ambos, o Estado é, antes de 1930 e depois, o Estado da classe dominante. Qual é, então, a diferença? No trabalho de Sodré, muda a classe ou a fração da classe dominante cujos interesses predominam no Estado – decadência dos grandes proprietários de terra, ascensão política da burguesia; no trabalho de Fausto, os conflitos entre os setores regionais da classe dominante, as chamadas dissidências oligárquicas, teriam aberto um período de crise de hegemonia, noção expressamente utilizada por esse autor e que já fora utilizada antes por Francisco Weffort nos seus estudos sobre o populismo nascido no pós-30. Quando Antonio Carlos Meirelles, em excelente e pouco conhecido texto, interveio no debate para fazer a crítica de Fausto, foi a vinculação entre o regime político e o bloco no poder que serviu de referência.⁷ Meirelles argumentou que, embora Fausto tivesse demonstrado a ausência da burguesia industrial no movimento que depôs Washington Luís e a importância da crise oligárquica para o desencadeamento do movimento político-militar, permanecia o fato de que a centralização do regime político alterara a relação de forças

7 Meirelles, 1973.

no interior do bloco no poder, abrindo caminho para a política de industrialização que se tornaria clara no final da década de 1930. Por isso, Meirelles irá utilizar a noção gramsciana de revolução (burguesa) passiva para caracterizar o movimento de 1930.

Algo semelhante se passa com as discussões sobre a burguesia nacional. Como é sabido de todos, Fernando Henrique Cardoso, nos seus estudos sobre o empresariado e sobre a dependência, esforçou-se para refutar a tese, que ele atribuía genericamente aos intelectuais comunistas e ao PCB, segundo a qual haveria uma burguesia nacional passível de assumir, no Brasil, uma postura anti-imperialista.⁸ Nos debates sobre o significado dos golpes de Estado de 1954 e 1964, a questão da existência ou não de um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo e de uma burguesia nacional marcou a ciência política brasileira.⁹

O declínio do prestígio da teoria marxista na universidade brasileira, o abandono das pesquisas sobre a burguesia como classe social e a última onda de internacionalização da economia capitalista – o denominado processo de mundialização – poderiam sugerir que esse enfoque e os debates que ele ensejariam superados. Nós acreditamos que não. Além de trabalharmos com o conceito de bloco no poder, lançamos mão de um outro conceito específico, também produzido por Nicos Poulantzas, o conceito de burguesia interna, para entender boa parte do que ocorre com a burguesia brasileira hoje nas suas relações com o Estado e com o capitalismo internacional.¹⁰ Nós entendemos que o denominado processo de mundialização não logrou absorver, integralmente, a burguesia de um

8 Cardoso, 1966.

9 Ianni, 1972.

10 O conceito de burguesia interna indica a fração da burguesia que ocupa uma "posição intermediária" entre a burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições anti-imperialistas. Ver Poulantzas, 1976.

país dependente da semiperiferia como o Brasil, o que significa que os conflitos entre uma burguesia compradora ou associada, que é o braço local da atual forma de dependência, e uma burguesia interna, com base de acumulação e interesses específicos, explicam parte importante do processo político nacional. Com tais conceitos, elaboramos duas hipóteses principais de trabalho. A primeira é que vigora, no período neoliberal, iniciado sob o governo Collor e que se estende até o presente, a hegemonia do grande capital financeiro internacional, junto ao qual os grandes bancos brasileiros funcionam como burguesia compradora. A segunda hipótese é que o governo Lula representa uma novidade: sem romper, até aqui, com a hegemonia do grande capital financeiro internacional, Lula promoveu a ascensão política da grande burguesia interna brasileira no interior do bloco no poder. Isto é, o governo Lula, pelo menos no tema que nos ocupa, que é o tema do empresariado e de sua relação com o Estado, não seria, a despeito de manter o modelo capitalista neoliberal, uma mera continuidade do governo FHC.

O BLOCO NO PODER NO PERÍODO NEOLIBERAL

A política econômica e social do Estado brasileiro ao longo da década de 1990 e da primeira metade da década de 2000 conferiu ao capitalismo brasileiro certas características minimamente estáveis que permitem que falemos em um novo modelo de desenvolvimento capitalista. Esse modelo, que tem sido chamado neoliberal, pode ser definido por contraste com o modelo que o antecedeu, o desenvolvimentista – tanto na sua fase nacional reformista (1930-1964), quanto na pró-monopolista da ditadura militar (1964-1985). Muitos elementos evidenciam esse contraste entre modelo desenvolvimentista e modelo neoliberal: o ritmo do crescimento econômico cai, o papel do Estado como empresário e provedor de serviços declina, a prio-

riedade ao crescimento e ao desenvolvimento industrial desaparece, a desnacionalização da economia nacional amplia-se, os direitos sociais e trabalhistas sofrem um processo de redução ainda maior do que aquele que sofreram durante a fase ditatorial-militar do modelo desenvolvimentista. Esses elementos nos fornecem as pistas para delectarmos qual é a fração burguesa hegemônica ao longo do período neoliberal. Para tanto, deveremos detectar qual fração burguesa é prioritariamente beneficiada pelas características do novo modelo.

No período do modelo capitalista desenvolvimentista, verificou-se uma expansão, ainda que limitada e não linear, dos direitos trabalhistas e sociais. O modelo neoliberal de capitalismo inverteu essa tendência. Desse elemento sobejamente conhecido, podem-se tirar conclusões novas. Na medida em que tal elemento contempla os interesses de toda a burguesia brasileira e do capital internacional aqui investido, ele deve ser considerado um elemento que tem assegurado uma unidade política mínima da burguesia em torno do modelo neoliberal.¹¹ Muitos analistas, dentre os quais se destacam os economistas críticos da Cepal, não percebem esse fato. Constatando que o modelo neoliberal promove a desindustrialização do país, entendida como a redução do produto industrial no conjunto do produto interno bruto e como o rebaixamento tecnológico da indústria instalada, demonstram sua perplexidade diante do apoio ou das críticas muito limitadas da burguesia industrial ao neoliberalismo. Ignoram que a indústria é parte da classe capitalista e que, nessa medida, o modelo tem algo a lhe oferecer. Inclusive as grandes empresas, que se acredita respeitarem a legislação trabalhista, também usufruem, mesmo que indiretamente através de seus fornecedores e da prática da subcontratação, a desregulamentação do mercado de trabalho e a

¹¹ Nesta parte do texto, retomo, com nova formulação, parte do que já escrevi em trabalho anterior sobre o bloco no poder no conjunto do período neoliberal. Ver Boito Jr., 2002. Capítulo I, item 4, “Neoliberalismo e bloco no poder”, pp. 49-76.

redução dos custos que essa desregulamentação propicia; a mercadorização de direitos e de serviços como saúde, educação e previdência também atende, de modo variado, diferentes setores da burguesia. Em primeiro lugar, ela estimula a expansão dos negócios de uma nova fração burguesa que eu denomino nova burguesia de serviços, beneficiária direta do recuo do Estado na área dos serviços básicos. Como veremos adiante, o crescimento da nova burguesia de serviços é apenas uma das modificações promovidas pelo modelo neoliberal na composição da burguesia brasileira. Em segundo lugar, a mercadorização reduz os gastos sociais tradicionais do Estado, atendendo à pressão do grande capital para se apropriar do orçamento público. A desregulamentação e a mercadorização foram mantidas pelo governo Lula. Ele preservou as reformas promovidas por FHC, além de ter realizado e estar preparando novas reformas – reforma da previdência, reforma do estatuto do servidor público (generalização da contratação no modelo CLT), reforma trabalhista e sindical, privatização de hospitais e universidades e outras. Esse elemento do modelo neoliberal recupera – parcialmente e numa situação histórica nova – aquela que era uma característica do modelo capitalista vigente no período anterior a 1930: o mercado de trabalho desregulado e a ausência de direitos sociais.

Se o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais tem garantido a unidade política da burguesia em torno do programa neoliberal, os demais elementos do neoliberalismo têm dividido a classe burguesa no plano corporativo dos interesses de fração. A maior parte dos trabalhos que utilizam o conceito de classe social para analisar a burguesia ignora essa divisão, imaginando uma classe burguesa com interesses homogêneos diante do modelo neoliberal que lhe seria integralmente favorável, o que impede esses trabalhos de explicarem os conflitos que tal modelo tem ensejado entre os próprios empresários. Trata-se de uma abordagem que comete, digamos assim, o erro simétrico e oposto àquele anteriormente citado e que consistia,

como dissemos, em separar a indústria do conjunto da classe capitalista. Pois bem, é examinando essa divisão que podemos verificar quais interesses burgueses são priorizados e quais são negligenciados ou preteridos pela política neoliberal.

O segundo elemento a ser considerado do modelo é a política de privatização que reduziu muito o setor capitalista de Estado no Brasil que fora um dos elementos propulsores da industrialização capitalista no pós-1930. Novamente, o rompimento com o modelo capitalista desenvolvimentista é evidente, embora as consequências políticas desse fato não sejam evidentes para muitos estudos sobre o assunto. A privatização, nessa nova fase do capitalismo brasileiro, atende diretamente aos interesses dos grandes grupos econômicos privados, ou seja, do conjunto do grande capital – nacional ou estrangeiro, industrial ou financeiro. No entanto, a média burguesia permaneceu, devido às regras estabelecidas pelo Estado brasileiro para o processo de privatização, excluída do grande negócio que foram os leilões de empresas estatais. Menos de cem grandes grupos econômicos privados apoderaram-se da quase totalidade das empresas estatais que foram a leilão, contando com favorecimentos de todo tipo – subestimação do valor das empresas, possibilidade de utilização das chamadas “moedas podres”, financiamento subsidiado pelo BNDES, informações privilegiadas, preferência e ajuda das autoridades governamentais etc. Grandes empresas industriais, como o Grupo Votorantim, a Gerdau e a Vicunha; grandes bancos, como o Itaú, o Bradesco, o Unibanco e o Bozano Simonsen; grandes empresas estrangeiras, como as empresas portuguesa e espanhola na área de telefonia – enfim, o grande capital nacional, industrial ou financeiro, e o grande capital estrangeiro, isto é, a cúspide do capitalismo brasileiro apropriou-se da siderurgia, da petroquímica, da indústria de fertilizantes, das empresas de telecomunicação, da administração de rodovias, dos bancos públicos, das ferrovias etc. O resultado foi que a participação das estatais no PIB brasileiro caiu muito ao longo

das duas últimas décadas.¹² As empresas privatizadas estão hoje entre as mais lucrativas do capitalismo brasileiro. O governo Lula herdou e manteve essa privatização, inclusive os contratos leoninos que asseguraram alta lucratividade aos novos monopólios privados, e sequer cogitou investigar os casos de corrupção mais rumorosos que envolveram a política de privatização. Além disso, as empresas privatizadas que se dizem em dificuldades, como a Ferronorte, vêm recebendo ajuda financeira privilegiada do atual governo, o que contrastaria os objetivos declarados da política de privatização. A legislação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para serviços públicos e infraestrutura, criada pelo governo Lula, é a sua mais ambiciosa proposta na área da privatização. Serão esses mesmos grandes grupos econômicos que monopolizarão o acesso à exploração dos serviços de infraestrutura com o privilégio de terem, conforme estabelece a legislação das PPPs, a lucratividade assegurada em lei – está prevista a suplementação de dinheiro público para os empreendimentos que não atingirem a “lucratividade esperada”.

A política de privatização é um elemento do modelo neoliberal que atinge de modo desigual os diferentes setores da burguesia. Ela tem, como indicamos, aumentado o patrimônio e os lucros do grande capital em detrimento do médio capital e ferido os interesses da camada burocrática que controlava essas grandes empresas estatais. A redução das empresas estatais significa, do ponto de vista da estrutura de classes, a redução de um setor da burguesia nacional, posto que a cúpula dessas empresas funcionava como uma burguesia nacional de Estado. Juntamente com a expansão da nova burguesia de serviços, essa é outra mudança importante que ocorreu na composição da burguesia brasileira. Tal fato tem uma consequência política que vem sendo, como anunciei, ignorada nos estudos sobre a maté-

¹² Entre 1989 e 1999, dentre as 40 maiores empresas operando no Brasil, o número de empresas estatais caiu de 14 para apenas 7. Diniz & Boschi, 2004, p. 69.

ria: ela restringe a base social e a influência política do nacional-reformismo burguês no Brasil.¹³

Finalmente, no que diz respeito ao terceiro elemento que julgamos importante da política neoliberal, que é a abertura comercial e a desregulamentação financeira, nesse caso, até um setor importante do grande capital privado, o setor industrial, teve seus interesses negligenciados ou preteridos em proveito do grande capital financeiro nacional e internacional.

Para a análise do capital financeiro e do atual modelo de acumulação seguimos François Chesnais, para quem a forma dominante de capital hoje é o capital financeiro concebido como “[...] a fração do capital que se valoriza conservando a forma dinheiro”.¹⁴ O grande capital financeiro no Brasil é diversificado quanto à origem, ao tipo de inserção no mercado brasileiro e à área de atuação. Temos, acima de tudo, os grandes bancos comerciais – nacionais e estrangeiros – que possuem rede de agências no Brasil – Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, HSBC e outros. Dados do final da década de 1990 apontavam que, num universo de 200 bancos funcionando então no Brasil, 25 deles detinham, sozinhos, mais de 80% do ativo total. O balanço dos lucros dos bancos no primeiro trimestre de 2005 mostrava que os cinco maiores bancos do país respondiam por 69% de todo o lucro do sistema bancário; se considerados os dez maiores, essa parcela subia para 83% do total dos lucros.¹⁵ No Brasil, grandes bancos e grandes grupos industriais mantêm-se relativamente separados e

¹³ Desenvolvi esse ponto no meu já citado trabalho *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. Ver, especialmente, o capítulo 3 da Parte I “Desindustrialização, desnacionalização e concentração”, pp. 41-49, e o capítulo 4 da mesma parte “Neoliberalismo e bloco no poder: Contradições e hegemonia no interior da burguesia brasileira”, pp. 49-76.

¹⁴ Chesnais, 1997, p. 31.

¹⁵ O levantamento foi feito pelo Banco Central do Brasil num universo considerado de 106 instituições bancárias. Ver “Lucro dos bancos cresce 52% no 1º trimestre”, *Folha de S. Paulo*, 4 de junho de 2005, p. B-9.

uma particularidade brasileira no quadro da América Latina é a importância dos grandes bancos nacionais, setor que, aliás, até meados da década de 1990 não apresentava investidores estrangeiros dignos de nota.¹⁶ As demais empresas e instituições que integram o capital financeiro são os bancos estrangeiros comerciais e de investimentos que, sem terem rede de agências no Brasil, possuem investimentos de curto e de longo prazo no país, e os fundos de investimento e os fundos de pensão nacionais e estrangeiros. No Brasil e em outros países dependentes, esse capital financeiro funciona, em grande medida, como capital usurário e predador – o capital dinheiro portador de juro que se valoriza, a taxas muito elevadas, sem financiar a produção capitalista (posse dos títulos da dívida pública, fornecimento de empréstimo ao consumidor a taxas que chegam a 8% ao mês, empréstimo consignado, a taxas ditas “populares”, dirigidos a assalariados e aposentados de baixa renda etc.).¹⁷

Para que o grande capital financeiro possa valorizar-se com rapidez e a taxas elevadas, alguns aspectos da política de Estado são, nas condições atuais e principalmente nos países dependentes, fundamentais: a) a integração do mercado financeiro nacional com os mercados internacionais, isto é, a desregulamentação financeira que assegura a livre conversão das moedas e a livre circulação das aplicações em títulos públicos e em bolsas de valores; b) câmbio relativamente estável e livre que permita a conversão e a reconversão das

¹⁶ Ver Minella, 1997.

¹⁷ Embora o capital dinheiro mantenha-se sempre exterior à produção, ele funciona como capital que poderíamos denominar indiretamente produtivo quando é emprestado ao capitalista ativo que vai, este sim, convertê-lo em meios de produção e em força de trabalho para a geração de mais-valia, o que não ocorre com o capital usurário. Ver os textos recentes de François Chesnais, Gérard Duménil, Dominique Lévy, Isaac Johsua e Suzanne Brunhoff que serviram de base para o “Séminaire d’Études Marxistes” do primeiro semestre de 2005 na École des Hautes Études de Paris. Consultar <www.jourdan.ens.fr/levy/sem05.htm>.

moedas sem sobressaltos ou prejuízo; c) pagamento da dívida pública externa e interna com taxa básica de juro real elevada para assegurar uma alta remuneração para os títulos públicos detidos, maioritariamente, pelas empresas que têm mais liquidez, isto é, pelo próprio capital financeiro. Os balanços dos grandes bancos privados brasileiros mostram que, ao longo dos últimos anos, a receita oriunda do recebimento de juros dos títulos da dívida pública representa cerca de 40% da receita total dessas instituições; d) liberdade para o capital financeiro cobrar o máximo possível pelo capital que cede emprestado a capitalistas e consumidores – *spread* liberado; e) ajuste fiscal que garanta o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública – nos países europeus, déficit público limitado; nos latino-americanos, superávits primários. Sabemos que todos esses cinco elementos foram mantidos ou aprofundados durante o governo Lula.

A desregulamentação financeira está vinculada ao avanço recente da desnacionalização das economias dependentes como o Brasil e também à abertura comercial que foi promovida nesses países. De um lado, a compra e venda de ações ou mesmo a aquisição de empresas públicas e privadas é um dos terrenos para a valorização do capital financeiro internacional, e, de outro lado, os grandes grupos industrial-financeiros dos países dominantes exigiram a abertura comercial da América Latina para aumentarem as suas exportações para essa região.¹⁸ Como é sabido, a política neoliberal suprimiu o protecionismo dos mercados internos latino-americanos, o protecionismo que fora a marca do modelo desenvolvimentista. Essa abertura, além de atender aos interesses do capital internacional, tem o objetivo de inibir, ao acuar a burguesia interna com a concorrência de produtos importados a preço menor, a remarcação de preços dos produtos industriais, contendo a inflação interna e contraindo, assim, para a estabilidade interna da moeda e para a relativa

¹⁸ Chesnais, 1997, p. 310.

estabilidade do câmbio. Essa política provocou, no primeiro governo FHC, sucessivos déficits na balança comercial, o que era “compensado” da maneira que melhor convinha aos interesses do capital financeiro: taxa básica de juros elevadíssima para atrair capital financeiro estrangeiro volátil em busca de valorização rápida e elevada, compensando com o ingresso desse capital de risco de curto prazo o desequilíbrio da balança comercial e das contas externas – claro que tal política poderia produzir mais à frente, como de fato produziu, uma dívida pública e um desequilíbrio externo cada vez maiores.

A abertura comercial e a desregulamentação financeira atendem, portanto, aos interesses do grande capital financeiro, nacional e internacional, em detrimento mesmo da grande indústria interna. Esta perdeu o mercado cativo para seus produtos, passou a pagar muito mais caro pelo capital que toma emprestado para investimentos e sofreu a redução da parte da receita do Estado destinada à infraestrutura e ao fomento da produção. Alguns autores enfatizam que os grandes grupos industriais também separaram parte do seu capital para investir no mercado financeiro. Nosso entendimento, contudo, é que esse fato não anula as perdas que a política monetária e de abertura comercial acarreta para a indústria, ou, pelo menos, não faz com que os grupos industriais deixem de pressionar contra essas perdas.

Concluindo, podemos afirmar que o grande capital financeiro nacional e internacional é a fração burguesa hegemônica no modelo neoliberal porque todos os aspectos da política neoliberal – o desmonte do direito do trabalho e social, a privatização, a abertura comercial e a desregulamentação financeira – atendem integralmente aos interesses dessa fração da burguesia. Com exceção do primeiro aspecto, todos os demais contrariam, em maior ou menor medida, os interesses das demais frações integrantes do bloco no poder – mérito capital, burguesia de Estado, grande capital industrial. O resultado prático da correspondência objetiva entre o modelo capitalista

neoliberal e os interesses financeiros é a taxa de lucro superior que o sistema financeiro tem obtido ao longo dos últimos anos diante da taxa do setor produtivo. Entre 1994 e 2003, segundo levantamento da ABM Consulting, o lucro dos dez maiores bancos brasileiros cresceu nada menos que 1.039%.¹⁹ Durante o primeiro ano do governo Lula, os bancos voltaram a bater recordes de lucratividade. Alguns levantamentos feitos pela Economatica e pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostraram que o investimento em fundos rendeu, no mesmo período, quatro vezes mais que o investimento nos setores produtivos, e sobre esses investimentos incidem menos impostos.²⁰ No decorrer do primeiro trimestre de 2005, o lucro dos bancos manteve a trajetória de alta – cresceu 52% em relação ao mesmo período de 2004.²¹

Acrescentemos que, além da correspondência objetiva entre os interesses do grande capital financeiro e o modelo neoliberal, verifica-se, também, a identificação política e ideológica das entidades nacionais e internacionais do capital financeiro com os sucessivos governos neoliberais no Brasil. A política desses governos, de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva, vem sendo aprovada pelo FMI, pelo Banco Mundial e pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Indicador significativo dessa situação é a simbiose que se verifica entre o pessoal dirigente dos sucessivos governos do período, principalmente o pessoal do Ministério da Fazenda e o do Banco Central, e o pessoal dirigente do setor financeiro nacional e internacional. Iniciar a carreira como diretor do Banco Central e prosseguir-la como executivo de banco privado ou fazer o caminho

¹⁹ “Lucros dos bancos sobem mais de 1.000%”, *Folha de S.Paulo*, 21 de junho de 2004, p. B-3.

²⁰ “Fundos rendem 4 vezes mais que produção”, *Folha de S.Paulo*, 11 de junho de 2004, *Caderno Dinheiro*, p. B-1, B-3 e B-4.

²¹ “Lucro dos bancos cresce 52% no 1º trimestre”, *Folha de S.Paulo*, 4 de junho de 2005, p. B-9.

inverso é, há anos, um fato corriqueiro no cenário político brasileiro. Como veremos adiante, o governo Lula apresenta algumas mudanças secundárias nessa matéria.

A ASCENSÃO POLÍTICA DA BURGUESIA INDUSTRIAL E DO AGRONEGÓCIO SOB O GOVERNO LULA

A hegemonia política do grande capital financeiro nacional e internacional não se exerce sem resistência e nas mesmas condições ao longo de todo o período neoliberal. Alguns intelectuais críticos, talvez devido ao grande desajuste entre a imagem pública do PT e o curso real do governo Lula, foram levados a enfatizar, de modo unilateral e errôneo no nosso entendimento, o elemento continuidade entre FHC e Lula.²² Nossa análise é diferente. Como dissemos, a novidade do governo Lula é que ele promoveu uma operação política complexa que consistiu em possibilitar a ascensão política da grande burguesia interna industrial e do agronegócio, principalmente dos setores voltados para o comércio de exportação, embora, é verdade, não tenha quebrado a hegemonia das finanças e tampouco alterado a posição subordinada do médio capital no bloco no poder.²³

Durante o seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso ampliou a abertura comercial, promovendo mais uma rodada de suspensão de barreiras alfandegárias e não alfandegárias às importações, ampliou a desregulamentação do ingresso e da saída de capitais, manteve o câmbio valorizado, aumentou a taxa de juros e a dívida pública. Acumulou déficits crescentes na balança comercial e fez um ajuste fiscal duro – embora esse ajuste possa parecer, nos dias

²² Penso em trabalhos de críticos de esquerda ao governo Lula como Francisco de Oliveira e Leda Paulani. Ver Paulani, 2007.

²³ Retomo nesta parte ideia que desenvolvi no artigo “A burguesia no governo Lula.” Ver Boito Jr., 2005.

de hoje, um ajuste brando, tendo em vista o nível elevadíssimo de superávit primário imposto pelo governo Lula ao país. Segundo os dados do Banco Central do Brasil, FHC obteve, em porcentagem do PIB nacional, 0,27%, 0,08% e 0,01% de superávit primário, respectivamente, em 1995, 1996 e 1998; no ano de 1997, ocorreu um pequeno déficit primário de 0,95% do PIB. Dois aspectos dessa política foram particularmente criticados pela grande burguesia industrial interna: a abertura comercial e o nível da taxa de juros. Durante o primeiro governo FHC, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), secundada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), vocalizou a insatisfação desse setor.

Nesse ponto da nossa análise, é obrigatório considerar a presença política das classes trabalhadoras. Podemos distinguir, metodologicamente, os empresários do restante da sociedade para elegê-los como objeto de estudo. Porém, o que se passa no interior da classe capitalista relaciona-se com o restante do mundo político e social. Dependendo das características do setor empresarial considerado e da sua inserção no conjunto das relações políticas, ele pode lograr estabelecer alianças ou frentes com setores das classes populares, que estão excluídas do bloco no poder. No caso em exame, é importante lembrar que os grandes industriais contaram, nesse protesto contra a política de abertura e de juros, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da corrente majoritária do Partido dos Trabalhadores, principalmente de sua seção paulista. A CUT, dirigida por uma nova aristocracia do trabalho representada por trabalhadores qualificados da indústria automotiva, do setor petroleiro e dos bancos, aspirava, apesar dos protestos da minoria de esquerda da central, à ressurreição do velho desenvolvimentismo, que, acreditavam os sindicalistas, seria obtido com a redução da taxa de juros e outras medidas de incentivo ao investimento. A proposta de câmaras setoriais apresentada pela CUT no início da década de 1990 era concebida como o espaço privilegiado dessa aliança, onde

tar as tradicionais ilusões da esquerda brasileira no suposto papel político da “burguesia nacional”.

Além dessa pressão política, é preciso considerar um fator econômico. Os déficits crescentes na balança comercial do país, se atendiam aos interesses do capital internacional, poderiam, a médio e longo prazo, gerar problemas para o próprio capital financeiro nacional e internacional. O desequilíbrio das contas externas – provocado pelo pagamento da dívida, pela crescente remessa de lucros oriunda do avanço da internacionalização da economia e pela própria abertura comercial – poderia comprometer a capacidade de pagamento do Estado brasileiro, e, no limite, se se chegasse a um nível muito baixo de reservas internacionais, poderia, inclusive, inviabilizar, por escassez de reservas, a liberdade básica do capital financeiro internacional de entrar e sair livremente do país. A economia brasileira aproximou-se dessa situação crítica com a crise cambial de 1999 no momento de transição do primeiro para o segundo mandato de FHC. O fantasma daquilo que os desenvolvimentistas da Cepal denominavam “estrangulamento externo” rondava as contas brasileiras com o exterior. A situação exigia alguma correção de rumo. Fernando Henrique Cardoso percebeu isso. Demitiu Gustavo Franco, o ideólogo da valorização cambial, da presidência do Banco Central, desvalorizou o real, abandonou a política de déficit na balança comercial e adotou uma política de balança comercial superavitária. O saldo positivo na balança comercial e um acordo de emergência obtido com o FMI passaram a ser os trunfos de que dispunha o segundo governo FHC (1999-2002) para restaurar a confiança do capital financeiro internacional na economia brasileira. Esse foi o embrião da política de exportação que seria implementada em seguida pelo governo Lula.²⁵

²⁵ Os setores industriais voltados para exportação aumentaram a influência no interior da Fiesp ao longo da década de 1990, o que torna compreensível a posição atual da entidade diante do governo. Sobre esse ponto, ver Bianchi, 2004.

empresários e trabalhadores de cada setor discutiriam, juntamente com o governo, aqueles que seriam os pontos de estrangulamento da produção e do emprego – financiamento, impostos, política de contratação etc. Essas câmaras eram pensadas, basicamente, para o setor industrial, e a única que vingou foi a Câmara do Setor Automotivo, posteriormente fechada pelo governo FHC. Além das câmaras setoriais, em inúmeras ocasiões a Fiesp e a CUT trabalharam conjuntamente na elaboração de propostas e de projetos de política econômica – como na proposta de reforma tributária, elaborada pela Fiesp e pela CUT com a participação da Fipe-USP, proposta que visava “desonerar o capital produtivo”.

Houve um momento alto dessa aliança quando, em junho de 1996, a diretoria da Fiesp declarou publicamente, inclusive através de texto assinado pelo seu presidente e publicado na grande imprensa, apoio a uma greve nacional de protesto contra o desemprego que estava sendo organizada pela CUT e pela Força Sindical. A Fiesp, durante os meses de maio e junho daquele ano, estava organizando, com a colaboração da CNI, uma manifestação em Brasília de industriais de todo o país contra “o ritmo acelerado” da abertura comercial, contra o “ritmo lento” das privatizações, e contra a política de juros. O governo FHC sentiu a pressão e, sem alterar a sua política geral, efetuou um recuo: apoiou-se nas normas da OMC – salvaguarda, direitos compensatórios e proibição ao *dumping* – para criar barreiras à importação de tecidos da China, da Coreia do Sul e de Formosa e à importação de brinquedos.²⁴ Na campanha eleitoral de 2002, o PT e o candidato Luiz Inácio Lula da Silva esforçaram-se para atrair o apoio da Fiesp, proferindo um discurso segundo o qual fariam o governo da produção contra a especulação. Pareciam reedi-

²⁴ Os números da revista da Fiesp publicados entre abril e julho de 1996 dão ampla cobertura a esses acontecimentos e realçam a ação e os objetivos dos industriais – no mês de junho, a publicação da Fiesp trocou o título sobrio *Notícias* pelo afirmativo *Revista da Indústria*.

Diversos são, portanto, os fatores responsáveis pela nova política de comércio internacional e pela correspondente ascensão política da grande burguesia interna industrial e do agronegócio. Dado o economicismo que domina as análises da política econômica brasileira, é importante destacar os fatores políticos que induziram essa mudança – a pressão da grande burguesia industrial ao longo da década de 1990, a pressão convergente dos sindicatos e a própria vitória da candidatura Lula na eleição presidencial de 2002. Contaram também fatores econômicos nacionais e internacionais – a ameaça de estrangulamento externo que se evidenciou na crise cambial de 1999, o crescimento do comércio internacional de matérias-primas e de recursos naturais, a melhora nas cotações desses produtos, o declínio, na década de 2000, do fluxo de dólares dirigido aos países dependentes pelos fundos de aplicação dos países dominantes, e, finalmente, a grande desvalorização cambial provocada, involuntariamente, pelo temor do capital internacional diante da iminente vitória de Lula em 2002.²⁶ Uma vez no governo, Lula decidiu radicalizar na direção da correção iniciada no segundo governo FHC. Iniciou a sua política

²⁶ O prosseguimento de nossa pesquisa deverá levantar um perfil mais preciso da grande burguesia interna, principalmente do seu ramo exportador. O lucro dos diferentes segmentos da grande burguesia interna é afetado de maneiras distintas pela taxa de câmbio de acordo com duas variáveis, pelo menos: se a fixação do preço da mercadoria da empresa ou do segmento é feita em moeda forte (como produtos agrícolas) ou em moeda nacional (como produtos industriais) e se a empresa ou segmento tem alto ou baixo índice de abertura. As empresas e os segmentos que apresentam um baixo índice de abertura (importam pouca matéria-prima, insumos e equipamentos) e têm os preços de suas mercadorias fixados em reais são as mais prejudicadas com a valorização cambial; no outro extremo, as empresas ou os segmentos que têm os preços de suas mercadorias fixados em moedas fortes e que apresentam um alto índice de abertura são os menos prejudicados pela valorização cambial. Boa parte do agronegócio ocupa uma posição intermediária entre essas duas posições extremas. Há alguns dados sistematizados sobre esse assunto por Fernando Pimentel Puga no texto “Câmbio afeta exportadores de forma diferenciada”. Ver Torres Filho; Pimentel Puga & Rocha Ferreira, 2006, pp. 65-70.

agressiva de exportação, centrada no agronegócio, nos recursos naturais e nos produtos industriais de baixa densidade tecnológica, e implementou as medidas cambiais, creditícias e outras necessárias para manter essa política. O próprio perfil da indústria brasileira mudou, com declínio dos setores mais sofisticados e ascensão dos setores industriais que processam recursos naturais – minérios, papel e celulose, produtos alimentícios etc.²⁷ O carro-chefe das exportações é o agronegócio, setor responsável por cerca de 40% de todas as vendas do país no exterior – destaca-se o complexo da soja, que lidera as exportações, seguido por carnes, madeiras, açúcar e álcool, papel e celulose, couros, café, algodão e fibras, fumo e suco de frutas.²⁸

Tratou-se de uma vitória, ainda que parcial, da grande burguesia interna industrial e do agronegócio. Essa fração burguesa permaneceu como força secundária no bloco no poder, uma vez que o Estado continuou priorizando os interesses do capital financeiro, mas o governo Lula ofereceu a ela uma posição bem mais confortável na economia nacional. O resultado disso pode ser visto no comportamento da Fiesp. Essa entidade, que foi crítica dos aspectos mais fidejantes da política econômica e da abertura comercial dos anos 1990, é presidida hoje por um homem de confiança do Palácio do Planalto, que se elegeu para a Fiesp com o apoio do governo federal. O governo Lula multiplicou os canais institucionais de consulta aos industriais e aos exportadores, o que representa um grande contraste, segundo depoimentos dos próprios empresários, com o que se passava no governo FHC.²⁹

²⁷ Fazendo o balanço do período 1992-2000, Ricardo Carneiro afirma: “O que se pode concluir do conjunto dos dados é que a estrutura do comércio exterior brasileiro refletiu fielmente as mudanças ocorridas na estrutura produtiva, com exportações concentradas em setores de menor conteúdo tecnológico, ocorrendo o inverso com as importações”. Ver Carneiro, 2002.

²⁸ “Exportação do agronegócio chega à marca dos US\$ 39 bi”. *Folha de S.Paulo*, 7 de janeiro de 2005, p. B-3.

²⁹ Ver Diniz, 2006.

Quanto ao tamanho das empresas exportadoras, predomina amplamente o grande capital. Segundo os dados da Associação Brasileira de Comércio Exterior, o Brasil tinha, em fevereiro de 2005, 19 mil empresas exportadoras. Desse total, apenas 800 empresas eram responsáveis por 85% do total das exportações do país. Quanto à origem do capital, das 40 maiores empresas exportadoras brasileiras, responsáveis por 41% do total das exportações, 22 delas são estrangeiras.³⁰ O governo diz estimular a participação da pequena e média empresa nacional nesse novo negócio da China, mas, segundo os dados do Sebrae, no ramo industrial, os milhares de micro e pequenas empresas exportadoras respondem por apenas 2% das exportações do setor.³¹ A política de “caça aos dólares” representa, portanto, uma política que atende aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro vinculado à agroindústria, à extração mineral e aos produtos industriais de baixa densidade tecnológica. Novamente, o mé-
dio capital ocupa uma posição subordinada.

ASCENSÃO POLÍTICA SEM CONQUISTA DA HEGEMONIA

Por que então, apesar do estímulo governamental ao setor exportador e da alta lucratividade que esse setor está apresentando, entendemos que o grande capital financeiro nacional e internacional permanece hegemônico no interior do bloco no poder sob o governo Lula? A resposta é a seguinte: porque esse governo estimula a produ-

³⁰ “Múltiplos usam país como base exportadora”, *Folha de S. Paulo*, 17 de outubro de 2004, p. B-1.

³¹ “Real valorizado já reduz base exportadora”, *Folha de S. Paulo*, 27 de maio de 2005, p. B-1.

ção, mas no interior dos limites permitidos pelos interesses fundamentais do grande capital financeiro.

Em primeiro lugar, ele estimula, prioritariamente, a produção voltada para a exportação. Do ponto de vista das finanças, não interessa priorizar a produção voltada para o mercado interno. O grande capital financeiro necessita reduzir o desequilíbrio das contas externas, sem o que sua livre circulação e sua elevada remuneração poderão ficar comprometidas. O objetivo principal do estímulo à produção deve ser, então, a exportação, isto é, a caça aos dólares e às demais moedas fortes – não é no consumo popular interno que essas moedas poderão ser obtidas. Por isso, estimula-se especificamente a produção para exportação e não a produção em geral. Em segundo lugar, mesmo na política de estímulo à exportação, tudo deve ser feito de modo a não ultrapassar a medida daquilo que interessa às finanças. Corrida aos dólares, sim; mas desde que os dólares obtidos sejam direcionados para o pagamento dos juros da dívida. Assim sendo, o superávit primário e os juros devem permanecer elevados mesmo que isso limite o próprio crescimento das exportações. De fato, faltam infraestrutura e recursos humanos – estradas, silos, portos, funcionários para a vigilância sanitária etc. – para que o capitalismo brasileiro possa crescer pelo menos dentro da taxa média das principais economias latino-americanas e ainda que como mera plataforma de exportação. Porém, do ponto de vista do capital financeiro, não interessa desviar para a infraestrutura o dinheiro que deve ser encaminhado para remunerar os bancos. Os pontos de estrangulamento poderão, quem sabe, ser superados pelas Parcerias Público-Privadas, as PPPs, concebidas pelo governo Lula justamente para contornar os problemas de infraestrutura sem ameaçar a política de elevados superávits primários. O mesmo raciocínio aplica-se à política de juros básicos elevados, que fortalece o perfil usurário do capital financeiro, desvia-o do financiamento da produção e encaixa os investimentos, limitando o crescimento da exportação. Pelo

discurso neoliberal que pleiteia a “verdadeira abertura” dos mercados e concentra a luta no comércio de produtos agrícolas. Não estão excluídas, como se tem verificado, novas concessões na política de abertura comercial para produtos industriais e serviços em troca de recuo dos países dominantes no protecionismo agrícola. Ao proceder assim, o governo abdica de lutar por normas que regulem o comércio internacional visando favorecer os países dependentes. Já a face hegemônica dessa política está abalando o Mercosul. A grande burguesia interna brasileira, como aliada subalterna do grande capital financeiro, aspira a ter acesso a porções crescentes do mercado latino-americano e essa aspiração está abalando a aliança com o capitalismo argentino no Mercosul.

O REGIME POLÍTICO E A HEGEMONIA DO CAPITAL FINANCEIRO

Digamos, agora, uma palavra sobre o regime político que corresponde a esse bloco no poder. Como já indicamos, da perspectiva teórica que é a nossa, a preponderância de um ramo do Estado sobre outro, o conflito entre Executivo e Legislativo, o sistema partidário e os conflitos variados no próprio interior do Estado e do governo devem, ponderados demais fatores intervenientes, ser remetidos aos conflitos entre as frações burguesas que compõem o bloco no poder. O hiperpresidencialismo brasileiro – que consiste, fundamentalmente, na apropriação da função legislativa pelo Executivo Federal – serve aos interesses da fração hegemônica no interior do bloco no poder. Tudo que se relaciona a esse arranjo político e institucional remete, obrigatoriamente, à disputa de interesses entre as frações burguesas. Um eventual fortalecimento do Congresso Nacional e dos Executivos estaduais e municipais poderia representar uma ameaça à hegemonia do capital financeiro. O hiperpresidencialismo acarreta

que podemos ver então, o superávit primário elevado e a alta taxa de juros não são, no governo Lula, um desvio financista incrustado numa política globalmente desenvolvimentista. São, na verdade, consistentes com esse novo e modesto crescimento econômico voltado para exportação. O aumento das exportações foi acompanhado do aumento do superávit primário. Este saltou de uma média de 1% do PIB no primeiro mandato de FHC para 3,5% no segundo mandato e, agora sob o governo Lula, está na casa de 4,5%.

A política externa do governo Lula também expressa a nova situação do bloco no poder. Ou seja, ela não está desconectada da política interna, como sugerem aqueles que a consideram a “parte sã” desse governo. O presidente Lula diz estar lutando por uma nova “geografia comercial” e é aqui que reside o segredo da vinculação da sua política externa com a sua política econômica. A política externa é, ao mesmo tempo, dependente (diante do imperialismo) e conquistadora (diante das pequenas e médias economias da periferia). De um lado, reafirma-se a posição subalterna do capitalismo brasileiro na divisão internacional do trabalho com a política de especialização regressiva no comércio exterior, mas, de outro lado, o governo quer ocupar de fato o lugar que cabe ao capitalismo brasileiro nos mercados agrícola, de recursos naturais e produtos industriais de baixa tecnologia, mesmo que para tanto o capitalismo brasileiro deva expandir-se à custa das demais burguesias latino-americanas e mesmo que gere tensões comerciais localizadas com alguns países dominantes. A luta contra o protecionismo agrícola da Europa e dos Estados Unidos e a deterioração das relações com a Argentina ilustram o que estamos afirmando.

O empenho do Estado brasileiro em construir uma aliança de Estados da periferia, consagrada no denominado G-20, na reunião de Cancun da OMC em outubro de 2003, visa exatamente suspender o protecionismo agrícola dos países dominantes. O discurso que o governo Lula aciona para legitimar a reivindicação do G-20 é um

ainda, dada a sua condição de regime político centrado na capacidade decisória da burocracia e na legitimidade de tipo burocrático em detrimento da legitimidade de tipo representativo, o declínio das funções governativa e representativa dos partidos políticos.

Não estamos afirmando que a cúpula da burocracia do Estado e a cúpula dos governos ajam em uníssono na defesa dos interesses do grande capital financeiro. São o Ministério da Fazenda e o Banco Central que se constituem nos locais privilegiados nesse esquema de concentração do poder em benefício da fração hegemônica. Eles são, por isso, os principais centros de poder na definição da política econômica – o Ministério da Fazenda é responsável pelo controle das variáveis macroeconômicas e determina a dotação orçamentária de todos os outros ministérios. Porém, em outros setores da cúpula burocrática e em outros centros de decisão do governo, tanto no período FHC quanto, mais ainda, no período Lula, o grande capital industrial e o agronegócio também detêm posições importantes a partir das quais procuram resistir às medidas de política econômica adversas a seus interesses. Durante os dois mandatos de Lula, esses atritos têm-se renovado: o antigo conflito entre José Dirceu (Casa Civil) e Antonio Palocci (Fazenda), entre Carlos Lessa (BNDES) e Henrique Meirelles (Banco Central), entre Dilma Roussef (Casa Civil) e, novamente, Henrique Meirelles etc. No período FHC, a proeminência de quadros políticos neoliberais extremados – Pedro Malan, Gustavo Franco, Armínio Fraga – sobre os neoliberais moderados – José Serra, Dorothea Werneck e outros – era mais clara. Sob o governo Lula, a dinâmica desses conflitos no interior do governo é um dos indicadores do crescente fortalecimento da grande burguesia industrial interna e do agronegócio. No início do seu segundo mandato, em janeiro de 2007, Lula lançou o Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC, que parece todo ele voltado para os interesses da grande burguesia interna, principalmente industrial. O Ministério da Fazenda passou a ser ocupado por um economista de for-

mação heterodoxa, Guido Mantega, ficando o Ministério do Desenvolvimento nas mãos de um economista monetarista. Trata-se de uma inversão em relação ao conjunto do período FHC – quando o ministério mais importante permaneceu sob controle de um economista ortodoxo, restando aos neodesenvolvimentistas o secundário Ministério do Desenvolvimento.

As frações subordinadas do bloco no poder, e desigualmente contempladas pela política de Estado, têm maior acesso ao Congresso Nacional e aos ramos subordinados do Estado – governos estaduais e municipais – no regime político vigente. A experiência da história política recente mostra que, caso dependessem de decisão do Congresso Nacional, muitas das características do atual modelo econômico e muitas das decisões de política econômica encontrariam dificuldades, devido à publicidade que ganhariam e ao caráter heterogêneo da representação parlamentar – o grande capital financeiro não tem condições de homogeneizar o Congresso Nacional no mesmo nível que logra fazê-lo no núcleo do Executivo Federal. Sempre que as reformas neoliberais exigiram reforma constitucional e, portanto, tiveram de passar pelo Congresso Nacional, as dificuldades foram grandes e muitas das reformas almeçadas ou efetivamente tentadas não chegaram a sair do papel.

O sistema partidário é consistente com o papel preponderante do Executivo, a começar pelo Executivo Federal. No neoliberalismo brasileiro, não existe governo de partido, mas partido do governo. Os deputados do partido de onde saiu o presidente da República funcionam como mera base de apoio do governo no Congresso, tendo de se enquadrar a decisões políticas para cuja elaboração não foram sequer consultados. Foi assim com o PSDB nos dois governos FHC e está sendo assim, ao contrário do que muitos podiam esperar, com o PT durante os dois governos Lula. O resultado extremado do rebatimento do Legislativo e da função governativa dos partidos políticos é que o regime político brasileiro produziu um conjunto de par-

tidos, alguns de tamanho médio ou grande como o PTB, cuja única função é esta: servir de base parlamentar ao governo do momento em troca de favores. Os demais partidos dividem-se entre os interesses do grande capital financeiro e da burguesia interna. A ala majoritária do PSDB, vanguarda eleitoral do neoliberalismo no Brasil, representa o grande capital financeiro internacional e os interesses dos empresários e banqueiros brasileiros estreitamente ligados a esse capital. O PT, nascido como um partido social-democrata de esquerda e vinculado ao movimento sindical, desde meados da década de 1990, quando o então chamado Campo Majoritário iniciou o processo de reformulação programática e organizacional do partido, vem realizando um movimento em direção à grande burguesia interna. Em sintonia com essa fração burguesa, o PT procura conter ou reverter apenas as medidas de política econômica que a prejudicam, como os juros elevados e a abertura comercial, mantendo aquelas que a favorecem mesmo que em detrimento do bem-estar dos trabalhadores – reforma da previdência, flexibilização do contrato de trabalho no setor público, reforma trabalhista etc. O antigo PFL, atual Democratas, também representa os interesses financeiros internacionais, mas parece, dentre todos os grandes partidos, o mais vinculado aos interesses da nova burguesia de serviços. O PMDB possui basicamente três alas: uma governista, outra mais próxima dos interesses financeiros internacionais e uma terceira ainda ligada à média burguesia e à antiga burguesia de Estado. Mas, convém repetir, como o regime político reduziu muito a função governativa dos partidos, correspondentemente, a sua função representativa também ficou minada. Os diferentes setores sociais percebem que o partido não é um instrumento importante de poder e dirigem sua luta e sua pressão diretamente para a burocracia de Estado. O resultado disso é que o vínculo representativo entre o partido e a sociedade fica debilitado.

Esse enfoque pode abrir perspectivas novas para a análise das lutas partidárias durante os dois governos Lula. Como pensar, nesse contexto, a ação do PSDB na sua postura de oposição ao governo, em episódios como a “Crise do Mensalão” ou o movimento “Cansei”? Seria uma ação do partido do capital financeiro contra um governo que promove os interesses da grande burguesia interna industrial e do agronegócio? Inicialmente, durante a “Crise do Mensalão”, cheguei a pensar que não. Parecia-me que o PSDB estava se deslocando de sua própria base ao se voltar contra o governo, posto que, naquela ocasião, as principais entidades do patronato fizeram questão de prestar apoio público ao governo Lula no pior momento da crise. A persistência dessa ação, contudo, parece indicar um fenômeno orgânico. A disputa pela hegemonia no bloco no poder parece ter extravasado para o plano político-partidário.³² O PSDB age como representante do capital financeiro e angaria apoio na alta classe média. Essa fração da classe média parece incomodada com a ampliação das políticas compensatórias durante o governo Lula, aquilo que poderíamos denominar o social-liberalismo desse governo. Devido à sua situação de classe, a alta classe média é atraída pelo discurso moralista contra a corrupção, isto é, o discurso que atribui a corrupção à índole malévolos dos governantes e que acredita ser possível instaurar ou restaurar uma suposta natureza neutra e impessoal da qual teriam se desviado as instituições do Estado capitalista.

Voltemos à concentração do poder no Executivo Federal. Há toda uma ideologia política que legitima essa concentração, ideologia sistematizada e difundida pelos representantes, conscientes ou inconscientes, do grande capital financeiro. São elementos dessa ideologia: a ideia segundo a qual a política monetária teria um caráter técnico; a defesa da medida provisória como consequência, também técnica, da necessidade de rapidez na ação de governar; a acusa-

³² Nucci Júnior, 2007.

ção unilateral do caráter fisiológico, paroquial e clientelista do Congresso Nacional, das emendas orçamentárias de deputados e senadores etc. Todas essas ideias legítimas a concentração do poder decisório no Executivo e a marginalização política do Legislativo. Algumas delas, como o caráter supostamente técnico da política monetária, ideia defendida, invariavelmente, desde o início dos anos 1990, por todos os presidentes e diretores que passaram pelo Banco Central, são pura mistificação; outras, como as acusações de fisiologismo, clientelismo e paroquialismo ao Congresso Nacional, aludem a dimensões verdadeiras da instituição, mas o fazem de maneira a, também, produzir mistificações. A detração do Congresso sugere uma suposta eficiência e grandeza política do Executivo; o discurso sobre o paroquialismo das emendas de deputados e senadores oculta que, na paróquia, estão as pequenas e médias empresas, justamente aquelas que a política econômica pretende marginalizar. A proposta de orçamento do Executivo Federal que destina um terço das receitas da União para pagamento dos juros da dívida pública, isto é, para cerca de apenas 20 mil famílias segundo os cálculos dos economistas, supõe-se técnica e racional, enquanto uma emenda de deputado ou senador visando asfaltar as ruas de uma pequena cidade ou financiar pequenas empresas é dita paroquial e fisiológica. Todo esse discurso esconde, ainda, que é a função que faz o político: é claro que um Congresso rebaixado atrai quadros políticos dispostos a servir, em troca de favores, como base passiva dos sucessivos governos — no limite, temos, cada vez em número maior, os fugitivos da Justiça que se candidatam para obter a imunidade parlamentar. Ou seja, o discurso em defesa do Executivo e do capital financeiro inverte os termos do problema: o efeito do rebaixamento político do Legislativo é apresentado como se fosse a sua causa. A porção de verdade que esse discurso ideológico contém é, portanto, apenas a quantidade necessária à sua eficácia como discurso mistificador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez seja possível detectar a lógica que está subjacente à hierarquia do bloco no poder no capitalismo neoliberal brasileiro. Essa lógica é sintetizada pela política econômica do Estado e resulta da inserção do capitalismo brasileiro nas mudanças ocorridas na divisão internacional do trabalho e da correlação política de forças no interior do país.

A política econômica define uma hierarquização das frações da classe capitalista privilegiando certas dimensões do capital em detrimento de outras: quanto à função do capital, privilegia a função financeira; quanto ao porte, privilegia o grande capital; quanto ao destino da produção, o mercado externo e a fatia de alta renda do mercado interno. A essas prioridades correspondem, uma a uma, as dimensões que são preteridas: quanto à função do capital, a produção, isto é, o capital ativo; quanto ao porte do capital, o pequeno e o médio; e quanto ao destino da produção, o mercado interno de bens de consumo populares. Poderíamos estender a lista, lembrando que, entre as grandes empresas estatais e a grande empresa privada, a política econômica privilegiou, principalmente na década de 1990 com os leilões de privatização, as grandes empresas privadas.

Tais prioridades consagram uma hierarquia do poder burguês que comporta duas posições extremas. No topo, temos o grande capital financeiro internacional e os grandes bancos nacionais, enquanto, na base da pirâmide, temos o médio capital, aplicado no setor produtivo e voltado para o mercado interno de bens de consumo populares. O primeiro setor indicado concentra todas as vantagens cumulativas diante da política econômica e é um setor que age como fração distinta de classe; o segundo carrega todas as desvantagens cumulativas diante da política econômica e não chegou a se constituir em fração autônoma da classe burguesa. Ainda falando das posições na hierarquia de poder, cabe indicar que a grande burguesia

industrial e o agronegócio, principalmente as grandes empresas voltadas para a exportação, ocupariam uma posição intermediária entre aquelas duas posições extremas. Ficamos, então, com três posições: a fração hegemônica, cujos interesses têm sido priorizados pela política econômica tanto na década de 1990 quanto na década de 2000; a fração intermediária, que iniciou uma trajetória política ascendente sob o governo Lula e cuja conversão em fração hegemônica é uma possibilidade real – como já indicamos, a “globalização” não absorveu a totalidade da burguesia brasileira; e, por último, a fração marginalizada pela política de Estado, as pequenas e médias empresas do setor produtivo voltadas para o mercado interno de bens populares, cujos interesses sempre são ignorados quando colidem com os interesses do grande capital, seja ele financeiro ou produtivo, seja voltado para a exportação ou para o mercado interno. Esse é um quadro geral que considera as situações típicas. Há situações mais complexas, de setores que reúnem, ao mesmo tempo, dimensões privilegiadas e preteridas pela política econômica de Estado, como é o caso dos bancos de tamanho médio e das pequenas empresas voltadas para a exportação. Ao longo dos últimos anos, muitos bancos de tamanho pequeno ou médio foram levados à falência e muita pequena empresa voltada para exportação prosperou.

Este artigo restringiu-se ao tema do bloco no poder no período neoliberal, particularmente ao exame das relações da burguesia com o governo Lula. Não tratamos das relações dessa burguesia e do governo com as classes trabalhadoras, embora seja impossível separar completamente essas duas faces da política brasileira – como se viu, recorremos à presença política dos trabalhadores para poder analisar a ascensão política da grande burguesia interna. Há outras questões relacionadas à população trabalhadora e que poderiam ser motivo de exame. Por exemplo, o crescimento das políticas compensatórias, como o programa “Bolsa Família”, pode repercutir significativamente na política econômica e nas posições relativas das frações

burguesas no interior do bloco no poder? Poderia chegar a promover consideravelmente os negócios das médias empresas voltadas para o mercado de bens de consumo populares? As políticas de incentivo à produção industrial e ao agronegócio, voltadas principalmente para a exportação, representam, em contraste com as políticas estritamente financeiras, alguma melhoria para os assalariados e os camponeses brasileiros? Nossa análise sugeriu que tais políticas são uma mudança muito limitada. Poderíamos acrescentar que discutiram o desenvolvimento do mercado interno – posto que, num momento que privilegia a exportação, o salário entra, primeiro, como custo e como desvantagem na competitividade internacional – e inviabilizam – devido ao papel estratégico atribuído ao agronegócio – a reforma agrária. Mas uma discussão como essa demandaria muito mais reflexão. Indicamos esses temas apenas para evidenciar que, ao tratar os empresários como classe dominante, e não como um setor social qualquer, o nosso texto sugere, necessariamente, questões políticas e sociais mais amplas do Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIANCHI, Álvaro. *O ministério dos industriais – A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de doutorado. Campinas, IFCH-Unicamp, 2004.
- BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Xamã, 2002.
- “A burguesia no governo Lula”. *Crítica Marxista*, n. 21. Rio de Janeiro, Revan, primeiro semestre de 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresários de desenvolvimento*. São Paulo, Difel, 1966.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise – A economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo, Editora Unesp, 2002.
- CHESNAIS, François. *La mondialisation du capital*. Paris, Syros, 1997.

- CODATO, Adriano Nervo. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo, Hucitec/Anpocs; Curitiba, Editora da UFPR, 1997.
- COSTA, Paulo Neves. *Democracia nos anos 50: Burguesia, corporativismo e parlamento*. São Paulo, Hucitec, 1998.
- DINIZ, Eli. "Empresários e governo Lula: Percepções e ação política entre 2002 e 2006". *Workshop "Empresa, Empresários e Sociedade"*. Porto Alegre, maio de 2006.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. *Empresários, interesses e mercado*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2004.
- FARIAS, Francisco Pereira. *Estado burguês e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. Curitiba, Editora CRV, 2017.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- MEIRELLES, Antonio Carlos. "La révolution de 1930: Une révolution passive". *Critique de l'Économie Politique*, n. 16-17, 1973.
- MINELLA, Ary César. "Elites financeiras, sistemas financeiros e governo FHC". In: RAMPINELLI, Waldir José & OURIQUES, Nildo Domingos (orgs.). *No fio da navalha. Crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo, Xamã, 1997.
- MONTEIRO, Krishna Mendes. *O desencantamento da razão: A ideologia política de Celso Furtado (1972-1992)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas, Unicamp, 2006. Disponível na biblioteca digital da Universidade. Endereço: <<http://libdigi.unicamp.br/document/>>.
- NUCCI Jr., Renato. "A oposição de direita ao governo Lula". Sítio Portal Popular <<http://www.portalpopular.org.br/>>; acesso em 1/9/2007.
- PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômica*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- PERUSSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- PIMENTEL PUGA, Fernando. "Câmbio afeta exportadores de forma diferenciada". In: TORRES FILHO, Ernani Teixeira; PIMENTEL PUGA, Fernando & ROCHA FERREIRA, Francisco Marcelo (orgs.). *Visão do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Edição do BNDES, 2006.
- POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, François Maspero, Petite Collection Maspero, 1971.
- _____. *La crise des dictatures*. Paris, Seuil, 1976.

GOVERNOS LULA: A NOVA "BURGUESIA NACIONAL" NO PODER¹

A nova onda de internacionalização da economia capitalista, característica do último quartel do século XX, induziu alguns autores a afirmar ou sugerir o desaparecimento puro e simples de qualquer fração burguesa com base nacional.² Contrariando essa expectativa, assistimos, no Brasil da década de 2000, à ascensão política de uma nova burguesia nacional no interior do bloco no poder vigente no Estado brasileiro.

Não se trata da velha burguesia nacional, aquela que, na análise de autores marxistas e de partidos comunistas do século XX, poderia formar uma frente anti-imperialista com a classe operária. Trata-se, na verdade, de uma nova burguesia nacional, uma fração da classe burguesa à qual se aplica, sob medida, o conceito de *burguesia interna* elaborado por Nicos Poulantzas.³ Escrevendo no primeiro lustro da década de 1970, esse autor nos alertava, no momento mesmo em que a noção de globalização nascia da pena dos autores anglo-saxões, para a ideia de que subsistia, no plano nacional, uma burguesia interna, que não se encontrava em vias de desaparecimento

¹ Artigo publicado na coletânea organizada por Armando Boito Jr. e Andréia Galvão, *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012. O artigo foi redigido no ano de 2010.

² É o que sustentam Miglioli, 1998, e Pijl, 1998. Este último defende a tese da formação de uma burguesia única em nível mundial.

³ Poulantzas, 1974.

com a nova onda de internacionalização da economia capitalista. Nos países dependentes, essa burguesia ocuparia, na análise de Poulantzas, uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países. A burguesia interna ocuparia, então, uma posição intermediária entre dois extremos – entre a burguesia nacional e a burguesia compradora –, teria base de acumulação própria e poderia buscar, ao mesmo tempo, associar-se ao capital imperialista e limitar a sua expansão no interior do país.

Pois bem, no Brasil de hoje, foi o governo Lula que promoveu a ascensão política dessa fração da burguesia brasileira.⁴ Façamos, de passagem, uma advertência. Não desejamos que a expressão sintética do título deste artigo – a nova burguesia nacional no poder – induza o leitor a erro. A grande burguesia interna brasileira nunca esteve fora do poder. Como fração da classe burguesa, ela tem compartilhado o poder de Estado com as demais frações de sua classe social, isto é, ela tem integrado o bloco no poder.⁵ O que ocorreu é que ela melhorou sua posição no interior desse bloco. Teria se convertido na fração hegemônica no interior desse condomínio político? Ou seja, os seus interesses específicos de fração teriam se convertido, sob o governo Lula, no objetivo prioritário da política econômica? Nessa etapa da nossa pesquisa, preferimos deixar essa questão em aberto. Queremos apenas afirmar que a trajetória recente da política econômica do Estado brasileiro é tal que os interesses da grande burguesia interna têm um peso cada vez maior nas iniciativas e medidas do Estado brasileiro. O marco inaugural desse processo foi a passagem, em 2002, da “era FHC” para a “era Lula”. Mais tarde, em 2006, na passagem do primeiro para o segundo governo Lula, a ascensão po-

⁴ Boito Jr., 2005.

⁵ Poulantzas, 1968.

lítica da grande burguesia interna no interior do bloco no poder tornou-se mais evidente. O projeto econômico que expressa essa relação de representação política entre os governos Lula e a grande burguesia interna poderia ser denominado neodesenvolvimentista.

Antes de apresentar uma rápida caracterização do neodesenvolvimentismo como uma proposta de política econômica que representa os interesses de classe da grande burguesia interna, façamos uma observação metodológica. A caracterização de projetos e de modelos de desenvolvimento capitalista é uma tarefa complexa. A primeira dificuldade é de ordem teórica e se apresenta no momento de definir os critérios pertinentes para dividir as etapas do desenvolvimento capitalista e para caracterizar os respectivos modelos; a segunda dificuldade é de ordem empírica e se apresenta no momento de detectar, na realidade histórica que é sempre arredia à pureza dos modelos, o que cabe e o que não cabe num modelo capitalista previamente definido. Esse é um problema geral do trabalho científico. Tal problema se torna mais difícil ainda – e esse é um terceiro tipo de dificuldade – em situações em que os modelos já caracterizados e conhecidos começam a se modificar, como é o caso de que agora nos ocupamos – o neoliberalismo da década de 1990 não é o mesmo que o da década de 2000. Tais situações ensejam a questão de saber se estamos diante de uma mudança de modelo ou, simplesmente, de uma mudança no modelo. Apesar dessas três ordens de dificuldades, acreditamos ser possível definir, ainda que provisoriamente, o neodesenvolvimentismo: *trata-se do desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico.*

Na década de 2000, o capitalismo brasileiro cresceu, em média, o dobro que na década de 1990. Porém, se insistimos no prefixo “neo” é para indicar a existência de diferenças importantes em relação ao desenvolvimentismo do período 1930-1980. Três diferenças merecem particular destaque. Todas elas são adequadas aos interesses da grande burguesia interna brasileira e representam, também, o

compromisso dessa burguesia com o capital financeiro internacional. A primeira característica é que o novo desenvolvimentismo produz índices mais modestos de crescimento econômico porque está limitado pela acumulação financeira ainda em vigor, aspecto fundamental do modelo capitalista neoliberal. O peso da rolagem da dívida pública e do juro elevado sobre a receita do Estado e sobre o lucro das empresas do setor produtivo inibe o investimento e o crescimento econômico.

Uma segunda característica diferencial do novo desenvolvimentismo é que ele aceita a especialização regressiva, recuo que o modelo capitalista neoliberal impôs aos países dependentes que tinham logrado desenvolver um parque industrial mais complexo, como foi o caso do Brasil. Assim, o novo desenvolvimentismo concentra-se nos setores de processamento de produtos agrícolas, pecuários ou de recursos naturais e, no caso da indústria de transformação, está focado nos segmentos de baixa densidade tecnológica. O velho desenvolvimentismo, diferentemente, forçava a abertura de brechas na divisão internacional capitalista do trabalho – em primeiro lugar, a própria política de industrialização e, em seguida, as sucessivas tentativas, mais ou menos bem-sucedidas, de internalizar setores produtivos mais sofisticados como indústria de base, bens de consumo duráveis, bens de capital, indústria aeronáutica, informática, indústria bélica e outros. No modelo neodesenvolvimentista, as grandes empresas nacionais, classificadas entre as empresas mais fortes dos seus respectivos segmentos em escala mundial, são – feita a exceção de praxe representada pela Embraer – a Friboi, a Brazil Foods, a Vale, a Gerdau, a Votorantim Celulose e outras que processam produtos de baixo valor agregado.

Finalmente, estamos, na década de 2000, diante de um desenvolvimentismo voltado, muito mais que o seu antecessor, para o mercado externo, isto é, para a exportação. Também essa característica resulta da manutenção do modelo capitalista neoliberal. O processo

de reconcentração da renda ocorrido nas décadas neoliberais e a abertura da economia brasileira estimulam o foco nas exportações. Ademais, tendo os demais países dependentes também passado por processos de abertura, uma economia capitalista dependente, porém mais forte, como é a do Brasil, pode se valer dessa superioridade para ocupar mercados até então inacessíveis devido ao protectionismo mais ou menos generalizado. Nesse particular, o comportamento político da grande burguesia interna foi exemplar. Na década de 1990, a indústria voltada para o mercado interno teve uma postura preponderantemente defensiva, e também tímida, diante da abertura comercial: os industriais reclamavam do ritmo acelerado da abertura e da falta de uma política de Estado que preparasse a indústria brasileira para a concorrência aberta. Na década de 2000, a burguesia interna abandonou aquela posição defensiva e, acomodando-se ao modelo neoliberal, abriu mão do protectionismo herdado do velho desenvolvimentismo e partiu para a conquista dos mercados vizinhos que também tinham sido abertos. O Estado brasileiro no período Lula adotou, em consonância com essa postura da grande burguesia interna, uma política externa focada nos países do Hemisfério Sul e uma agressiva política de financiamento, através do BNDES, ambas voltadas para promover as empresas e os investimentos brasileiros no exterior. (Não abriremos aqui a questão de saber se o capitalismo e o Estado brasileiros estabeleceram, ou não, uma relação imperialista com os demais países da América Latina. Apontaremos a complexidade da situação. As grandes empresas brasileiras que têm investido fortemente na Venezuela dão apoio ao governo Chavez. Marcelo Odebrecht, presidente da construtora que leva o seu sobrenome e que assumiu construções pesadas naquele país, tem defendido o governo Chavez e criticado a grande imprensa brasileira por ela divulgar, segundo seu entendimento, uma imagem negativa e deformada do presidente venezuelano.)

Pois bem, se os governos Lula representam a grande burguesia interna, devemos considerar um erro afirmar, como faz grande parte dos analistas e dos críticos desse governo, que a burguesia brasileira o apoia, fundamentalmente, porque ele seria o governo mais bem situado para manter o movimento operário e popular dentro dos limites da moderação. Um dos problemas dessa tese é que grande parte da burguesia não apoia o governo. Vemos isso na ação política e parlamentar do PSDB, do DEM e de outros partidos menores e também na agitação política de cunho oposicionista conservador promovida por órgãos da grande imprensa. A questão se coloca: por que é que temos uma burguesia oposicionista? Para entendermos isso, é preciso considerar que, além da grande burguesia interna, temos também, no Brasil, uma grande burguesia perfeitamente integrada e subordinada ao capital estrangeiro. Ora, essa fração burguesa, que pleiteia uma política econômica neoliberal extremada, teve os seus interesses, em diversas medidas, preteridos pelo governo Lula. É por isso que essa *burguesia compradora*, aliada subalterna do grande capital financeiro internacional, pleiteia, hoje, o retorno do PSDB ao poder governamental. A parte da burguesia que apoia o governo Lula o faz, fundamentalmente, devido a essa disputa no interior do bloco no poder, e não devido a uma avaliação de que Lula seria o melhor governo para segurar o movimento operário e popular.

Para levar de vencida a grande burguesia compradora e o capital financeiro internacional, que são as forças burguesas mais poderosas economicamente e mais influentes nas agências privadas de hegemonia (Gramsci), a grande burguesia interna teve de aceitar integrar uma frente com o movimento sindical e popular.⁶ Essa frente, con-

⁶ Frente e aliança não são a mesma coisa. A aliança reúne classes ou frações de classe que agem organizadas, cada qual, de modo independente, com base em um programa político próprio, e que estabelecem um programa mínimo comum. A frente reúne, de maneira mais informal, classes e frações de classe, não necessariamente organizadas de modo independente, em torno de objetivos

tudo, padece de um pecado original: ela não resultou, no fundamental, da iniciativa da sua força hegemônica, que é a grande burguesia interna. Ela foi, antes de tudo, o resultado, indireto e até certo ponto inesperado, da luta do movimento sindical e popular. Por que podemos afirmar isso? Porque a luta sindical e popular foi o principal fator, ao longo das décadas de 1980 e 1990, para a construção e a afirmação do Partido dos Trabalhadores e de um campo reformista eleitoralmente viável dirigido pelo PT. A grande burguesia não pode creditar fundamentalmente para si a vitória da candidatura Lula na eleição presidencial de 2002. A capacidade de pressão e, ao mesmo tempo, as limitações políticas do movimento operário e popular em purraram, então, a grande burguesia interna para uma frente política que o próprio movimento operário e popular não tinha condições de dirigir. A frente está unificada, ainda que de maneira precária, em torno do neodesenvolvimentismo da grande burguesia interna, mas depende, para o seu sucesso, e em grande medida, do movimento operário e popular – que, no entanto, demonstra insatisfação com os limites desse projeto de desenvolvimento. Vale dizer, o movimento operário e popular não é a força hegemônica da frente, isto é, aquela que define os *objetivos* da luta, mas é a sua força principal, isto é, aquela da qual mais depende o *sucesso* da luta. Esse desajuste entre a força hegemônica (burguesa) e a força principal (operária e popular) gera conflitos e instabilidades no interior da frente política neodesenvolvimentista.

É essa frente que o governo Lula, manobrando em meio a dificuldades, procura manter e consolidar. O presidente tem um triunfo político próprio: pode se apoiar, graças aos programas de transferên-

convergentes, mas cuja convergência nem sempre está clara para as forças sociais envolvidas na frente. A força social que está envolvida na frente sem o saber não pode dirigi-la. Mesmo que radicalize a sua ação, poderá, ao fazê-lo, funcionar como instrumento da força dirigente.

cia de renda, nos trabalhadores pauperizados e desorganizados, com os quais logrou estabelecer uma relação política de tipo populista. A política econômica do governo propiciou também algum ganho ao sindicalismo – aumento do emprego no setor público e privado, melhoria salarial do funcionalismo público, pequena recuperação do salário mínimo –, além de oferecer uma isca ao movimento sindical: a oficialização das centrais sindicais. Como resultado, ganhou o apoio da maior parte do movimento sindical.⁷ O governo implementou, também, políticas públicas dirigidas a reivindicações populares organizadas. O maior exemplo é o programa de construção e financiamento da casa própria denominado “Minha casa, minha vida”, programa que atende, ainda que de maneira limitada, às reivindicações dos atuantes movimentos de sem-teto espalhados por todo o Brasil.⁸ Essas concessões a algumas reivindicações populares são motivo de insatisfação da burguesia, inclusive da grande burguesia interna que o governo representa. As publicações da Fiesp, por exemplo, criticam o que os industriais consideram ser o excesso de gasto do Estado com pessoal. Mas o governo preserva os interesses estratégicos da burguesia interna: não desencadeou nenhum processo amplo de regulamentação do mercado de trabalho ou de recuperação dos serviços públicos e dos direitos sociais. O que ele faz é impor sacrifícios menores à grande burguesia interna de modo a lhe propiciar, através da formação de uma frente política, uma posição no interior do bloco no poder que, por si só, essa fração burguesa não teria força para obter. E o fato de parte significativa da equipe governamental ser oriunda do movimento sindical desinibe a necessária ação disciplinadora do governo diante da classe que ele próprio representa.

Estamos em presença, portanto, de algo semelhante àquilo que os comunistas da década de 1950 imaginaram como solução para os

problemas políticos e sociais do Brasil: uma frente ou aliança que unisse parte da burguesia brasileira ao movimento operário organizado. Mas, além das semelhanças indicadas, as diferenças existentes entre aquilo que ambicionavam os comunistas e a situação política atual são igualmente importantes.

Nos próximos itens deste artigo, tentarei apresentar alguns elementos analíticos e empíricos para sustentar essas ideias.

FHC, LULA E AS DISPUTAS NO INTERIOR DA BURGUESIA

Uma análise rigorosa do bloco no poder vigente no capitalismo neoliberal brasileiro exigiria, de um lado, estabelecer com precisão quais são os segmentos econômicos organizados como frações da classe burguesa e, de outro lado, comparar as demandas, estratégicas e secundárias, das diferentes frações burguesas com as medidas de governo que compõem a política econômica do Estado. Tal procedimento poderia nos dar um perfil claro do bloco no poder e de sua fração hegemônica. Para fazer isso, precisaríamos dispor de um trabalho de pesquisa maior do que aquele que desenvolvemos até aqui. Podemos, contudo, apresentar alguns elementos.

Tanto a grande burguesia compradora quanto a grande burguesia interna integram o mundo do grande capital. Trata-se das grandes empresas dotadas de poder econômico e que, na maioria dos casos, atuam como empresas monopolistas – ou oligopolistas – nos seus ramos de atividade. O deslocamento da hegemonia política no interior do bloco no poder monopolista de uma dessas duas frações para outra não é, portanto, uma mudança política de alcance maior.⁹ A grande burguesia compradora e a grande burguesia interna po-

⁷ Ver o artigo de Andréia Galvão, 2012.

⁸ Ver o artigo de Hirata & Oliveira, 2012.

⁹ Saes, 2001.

dem se revezar na posição central nesse bloco no poder sem promover alterações de fundo na política econômica e social e sem provocar rupturas institucionais no Estado ou no regime político – diferentemente daquilo que ocorreu em conjunturas de mudanças políticas mais importantes, como em 1930, quando o grande capital cafeeiro foi apeado da hegemonia no Estado, ou em 1964, quando a velha burguesia nacional e a frente populista foram derrotadas. Seja a grande burguesia compradora, seja a grande burguesia interna, a fração hegemônica no interior do bloco no poder, a política de desenvolvimento estará priorizando o grande capital monopolista em detrimento das pequenas e médias empresas e em detrimento também dos interesses dos trabalhadores. O que é que distingue, então, essas duas frações da grande burguesia? Entendemos que é a posição de cada uma delas diante do imperialismo. A grande burguesia compradora tem interesse na expansão quase sem limites do imperialismo, enquanto a grande burguesia interna, embora esteja ligada ao imperialismo e conte com a sua ação para dinamizar o capitalismo brasileiro, procura impor limites àquela expansão.

Na origem do modelo capitalista neoliberal na América Latina, encontra-se uma pressão do capital financeiro internacional – conglomerados que unificam indústrias, bancos e serviços sob o comando das finanças – pela abertura dos mercados internos latino-americanos e pela privatização das empresas estatais bem-sucedidas da região, isto é, uma pressão pelo desmonte do modelo capitalista desenvolvimentista herdado, no caso do Brasil, do período Vargas. Dizemos abertura em sentido amplo: abertura comercial para facilitar a importação de produtos industriais das economias centrais e abertura para investimentos estrangeiros nas áreas até então controladas por empresas estatais ou por empresas privadas nacionais. Essa pressão se dirigia para os mais variados segmentos econômicos: industrial, bancário, agrícola, de seguros, de saúde, de educação e outros. Havia a pressão, também, para o ingresso das economias latino-

-americanas no circuito internacional de valorização financeira, com a criação de uma nova legislação que facilitasse o investimento volátil nos títulos da dívida pública desses países ou nas suas bolsas de valores e que garantisse o repatriamento seguro e rápido desses investimentos financeiros em condições cambiais favoráveis. Um segmento amplo, heterogêneo e poderoso da burguesia brasileira ganhou muito quando Collor e, depois dele, FHC assumiram essa política. Grupos financeiros nacionais beneficiaram-se com a política de juros elevados e de liberdade para entrada e saída de capitais, empresas nacionais que se associaram a grupos estrangeiros para participar dos leilões de empresas estatais, empresas comerciais ligadas à importação, os grupos empresariais das áreas de saúde e de educação, uma parte dos setores internacionalizados da indústria local e outros que viram, e de fato tiveram, na política de privatização e de abertura novas oportunidades de negócios e de associação com o capital estrangeiro. Ainda está para ser feita uma pesquisa que nos dê um retrato fiel desses grupos. Com o que sabemos, podemos afirmar que se trata de um setor poderoso da burguesia brasileira que, de dentro do país, também pressionava os governos para que dessem início à temporada de abertura ao comércio e ao investimento externo.

Havia, contudo, outro setor da burguesia brasileira que relutava em aceitar a abertura neoliberal. Esse setor, que veio a formar a fração que estamos denominando grande burguesia interna, aderiu tardiamente à candidatura Collor e o fez mais para evitar a vitória de Lula do que por aderir ao programa do ex-governador de Alagoas. Isso explica porque, logo na primeira crise política desse governo, a grande burguesia interna abandonou-o – não é supérfluo lembrar que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e outras associações de industriais brasileiros aderiram à campanha nacional pelo *impeachment* do presidente Collor, tendo, inclusive, enviado diretores seus para arengar as massas nos grandes comícios do

movimento “Fora Collor”.¹⁰ Os grandes industriais, setor que, juntamente com o agronegócio, forma o segmento mais importante da grande burguesia interna, mantinham uma relação contraditória com o programa neoliberal. Apoiavam, como toda a burguesia, a *política social do neoliberalismo*: desindexação dos salários, desregulamentação das relações de trabalho, redução e cortes nos direitos sociais – nas áreas de saúde pública, de previdência pública e de educação. Porém, relutavam em aceitar ou mesmo se opunham a aspectos importantes da *política econômica neoliberal*: rejeitavam a política de abertura comercial, que ameaçava o mercado cativo criado pelo desenvolvimentismo para a indústria local, e procuravam manter posições de força que tinham conquistado no capitalismo brasileiro, as quais eram ameaçadas pelas reformas neoliberais.

A grande burguesia interna reúne setores variados – grupos industriais, bancos, agronegócio, construção civil e outros. O que unifica setores tão heterogêneos da classe capitalista brasileira numa mesma fração burguesa é a sua disputa com o capital financeiro internacional, tanto no interior do país quanto – e cada vez mais – na arena internacional, principalmente em países do Hemisfério Sul. As contradições entre os setores produtivo e bancário, entre empresas exportadoras e empresas voltadas principalmente para o mercado interno, enfim, as contradições no interior da grande burguesia interna são tratadas, por essa fração de classe, como contradições secundárias em comparação àquela representada pela sua disputa com o grande capital internacional. A grande burguesia interna teme ser engolida ou destruída pelos grandes grupos econômicos estrangeiros. Exemplifiquemos. Os industriais reivindicam preferência para os seus produtos no mercado nacional, isto é, querem protecionismo alfandegário; os banqueiros solicitam a intervenção do Estado para

limitar o ingresso de capital estrangeiro no seu setor; os usineiros do interior do estado de São Paulo reivindicam a associação da Petróbras com as usinas para a produção de etanol – os usineiros temem, no dizer de um de seus representantes, que o equilíbrio entre o capital nacional e o estrangeiro seja rompido em favor deste último, caso a Petróbras não coloque o seu poder econômico a favor dos usineiros nacionais; a indústria naval reivindica que as compras do Estado deem preferência para os estaleiros nacionais; as grandes empresas ligadas à exportação e as empresas interessadas em realizar investimentos e obras de construção pesada no exterior exigem a ação política e comercial do governo para a conquista de mercados externos e para favorecer e proteger os seus investimentos no exterior. Enfim, diante do grande capital financeiro internacional, a grande burguesia interna, mesmo tendo interesse em atrair investimentos estrangeiros para o Brasil, procura preservar e ampliar as posições que detém no sistema econômico nacional e no exterior. Para isso, conta com a ação protetora e ativa do Estado brasileiro – de passagem, convém observar que, em contradição com o *conteúdo manifesto* da ideologia neoliberal, a burguesia não pleiteia um “Estado mínimo” para a classe burguesa...

Tratemos de indicar quais foram as posições dessas duas grandes frações burguesas nos governos das décadas de 1990 e de 2000.

Os dois governos de Fernando Henrique Cardoso não são homogêneos. Apesar disso, ambos podem ser caracterizados como governos que priorizaram o interesse da grande burguesia compradora e do capital financeiro internacional.

O primeiro mandato foi caracterizado por uma ação política ofensiva. FHC logrou impor as reformas neoliberais e mostrou-se exitoso onde Collor de Mello fracassara. Em seu primeiro governo, FHC promoveu uma forte redução das tarifas aduaneiras, o que, combinado com a sobrevalorização do câmbio introduzida pelo Plano Real, fez crescer muito as importações, inclusive a importação

¹⁰ Cf. artigo de Danilo Martuscelli, 2012.

de bens manufaturados intermediários e finais. Em 1990, a alíquota média das tarifas de importação era de 40%, e a alíquota mais frequente, de 32,2%. Em 1992, graças às medidas de Collor de Mello, ambas caíram para a casa dos 20%. Uma vez empossado, FHC tratou, ainda em 1995, de impor uma nova e drástica redução de tarifas. A alíquota média caiu para 12,6% e a mais frequente para o valor quase simbólico de 2%.¹¹ Como é sabido, o resultado dessa política foi que a balança comercial brasileira passou a apresentar déficits crescentes a partir de 1995, quando o déficit foi de 3,1 bilhões de dólares; em 1997, já se encontrava na casa dos 10 bilhões.¹² Ainda no primeiro mandato, FHC avançou celeremente na política de privatizações. Depois das siderúrgicas, da indústria de fertilizantes, química e outras, chegou a hora da privatização dos bancos estatais, das ferrovias, das estradas de rodagem, da distribuição de energia elétrica, da telefonia, do serviço de esgoto e de outros setores produtivos e de serviços.

Já o segundo mandato foi marcado por uma ação política defensiva, na qual o governo procurava safar-se da situação criada pela crise cambial de 1999 e pelo aumento da insatisfação em setores do movimento popular e da própria burguesia. As reformas neoliberais, à medida que foram sendo implantadas, acumularam contradições. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) elevou o tom contra a política de desindustrialização do governo, e a Força Sindical, central que tinha apoiado as reformas neoliberais e o governo FHC, iniciou um processo de revisão de sua posição. Essa central organizou greves com ocupação do local de trabalho na sua principal base operária, os metalúrgicos de São Paulo, para protestar contra a abertura comercial e o fechamento de empresas. A Fiesp,

¹¹ Dieese. *Anuário dos Trabalhadores - 1996-1997*. São Paulo, Edição Dieese, 1996. Ver Gráfico 17, p. 175.

¹² *Idem*. Ver Tabelas 117-119, às pp. 172-174.

juntamente com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), organizou um protesto nacional em Brasília, com industriais vindos de todas as regiões do país, em maio de 1996. Segundo o noticiário da época, os empresários que estiveram em Brasília pertenciam, principalmente, aos setores mais afetados pela abertura comercial – bens de capital, componentes eletrônicos, têxteis, calçados e brinquedos. Os industriais protestavam contra a “política de sucateamento da indústria” e a abertura comercial e pediam desvalorização do câmbio e diminuição da taxa de juros.¹³ Essa faceta do movimento permitiu que a Fiesp buscasse uma aproximação com o movimento operário paulista e ganhasse a simpatia das centrais sindicais para o protesto de Brasília. O presidente da Fiesp tomou a iniciativa de visitar o presidente da CUT na sede dessa central, posou para fotos com Vicentinho e com Luiz Antonio de Medeiros, da Força Sindical, e publicou artigo na grande imprensa declarando que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo apoiaria a greve geral que estava sendo preparada pelas duas centrais. A atitude geral dos industriais era, naquele momento, de radicalização da oposição à abertura comercial e à política de juros.¹⁴

Diante das dificuldades econômicas no setor externo – a crise cambial – e da pressão política interna, FHC demitiu Gustavo Franco

¹³ Boito Jr., 1999, pp. 62-63.

¹⁴ Em reunião da Diretoria da Fiesp, realizada no início de maio de 1996, nada menos que 24 diretores presentes fizeram questão de tomar a palavra para apoiar, sem restrições, os protestos organizados pelo presidente da entidade contra a política de abertura comercial. Alguns explicitaram sua posição sobre a proposta de greve geral, como Gerson Edson Toledo Piza, diretor do Ciesp de São Carlos: “Foi uma atitude corajosa de V. Sa. ao se manifestar no sentido de que, se for necessário, haverá uma paralisação simbólica de empresários e trabalhadores”; Marcelo Kuañes, diretor-superintendente da Kone Indústria de Máquinas, declarou, dirigindo-se ao presidente da Fiesp: “já discordei de sua filosofia de trabalho, porém, hoje, não tenho como deixar de parabenizá-lo e, desde já, aderir ao movimento de greve geral caso venha a acontecer”. *Revista da Indústria*. São Paulo, 6 de maio de 1996, *apud* Boito Jr., 1999, p. 63.

da presidência do Banco Central e desvalorizou o real. Tal desenlace representou um movimento de moderação da abertura neoliberal, mas não significou um rompimento com o modelo. Nos dois mandatos de FHC, a política econômica de abertura comercial – ainda que abrandada pela desvalorização do real em 1999 –, a política de privatização, de desregulamentação financeira e de construção da Alca, essa política econômica representava a hegemonia da grande burguesia compradora e do capital financeiro internacional no interior do bloco no poder. Ela provocava insatisfação e protesto não apenas no movimento operário e popular, mas também, e ao contrário do que supõe ou afirma a maioria dos analistas, provocava insatisfação e protesto em setores da burguesia brasileira, como era o caso da grande burguesia industrial acossada pela suspensão do protecionismo ao mercado interno.

Passemos, agora, às considerações sobre os dois governos Lula. Esses dois governos tampouco são homogêneos. Contudo, em ambos, verificamos um elemento de continuidade política. A política econômica da era Lula configura, como já indicamos, uma trajetória de melhoria da posição ocupada pelos interesses da grande burguesia interna em detrimento dos interesses da burguesia compradora e do capital financeiro internacional. Se a tática política de FHC foi adotar a ação ofensiva no primeiro mandato para, diante das dificuldades, recuar para a política defensiva do segundo, a de Lula fez o inverso. Começou cauteloso, com um primeiro governo marcado pela tática defensiva, cujo principal objetivo era não hostilizar o capital financeiro internacional, e passou, no segundo governo, para uma tática ofensiva na implantação da política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna. Ironicamente, foi a chamada Crise do Mensalão, que o capital financeiro internacional e a burguesia compradora imaginavam representar o toque de reunir para reconquistar o poder governamental, foi essa crise que induziu o governo Lula a passar para a ação ofensiva na implantação da política neode-

envolvimentista. A desativação a frio da Alca, a diplomacia e a política de comércio exterior visando à conquista de novos mercados no Hemisfério Sul, o fortalecimento das relações da economia brasileira com as economias sul-americanas, o congelamento do programa de privatização, o fortalecimento econômico e político das empresas estatais remanescentes e o novo papel do BNDES na formação de poderosas empresas brasileiras nos mais diferentes segmentos da economia, essa política econômica configura um conjunto de medidas que tende a priorizar os interesses da grande burguesia interna em detrimento, muitas vezes, dos interesses da grande burguesia compradora e do capital financeiro internacional.

O segundo governo Lula investiu muito na criação e no fortalecimento dos grandes grupos econômicos nacionais, com programas especiais de crédito e de participação acionária visando, inclusive, promover o investimento desses grupos no exterior. Tal política acarretou uma redefinição do papel do BNDES. De banco que financiava as privatizações nos governos FHC, o BNDES foi convertido num banco estatal de fomento ao grande capital predominantemente nacional.¹⁵ No ano de 2008, quase todas as 20 maiores empresas brasileiras que atuavam no exterior contavam com participação acionária do BNDES, através da BNDESPar, ou de fundos de pensão das empresas estatais ou, ainda, com grande aporte de crédito a juros subsidiados por aquele banco.

Vejamos a tabela a seguir.

¹⁵ Para uma comparação da atuação do BNDES no setor de telecomunicações nos governos FHC e Lula, cf. artigo de Sávio Cavalcante, 2012.

INVESTIMENTO DO BNDES E DOS FUNDOS DE PENSÃO DAS ESTATAIS
NAS 20 MAIORES EMPRESAS BRASILEIRAS, SEGUNDO A RECEITA LÍQUIDA,
QUE ATUAVAM NO EXTERIOR – ANO DE 2008

1	Petrobras	Participação direta da BNDESPar em 7,62% do capital
2	Petrobras Distribuidora	Controlada pela Petrobras
3	Companhia Vale	Participação direta da BNDESPar em 4,8% do capital e dos fundos de pensão Previ, Petros, Funcesp e Funcel no bloco controlador
4	Ambev	—
5	Companhia Brasileira de Petróleo Ypiranga	Vendida em 2007 para Petrobras, Braskem e Grupo Ultra
6	Braskem S.A.	Participação direta da BNDESPar em 5,22% do capital
7	Companhia Siderúrgica Nacional	Participação direta da BNDESPar em 3,64% do capital
8	Gerdau Aços Longos S.A.	Participação direta da BNDESPar em 3,5% do capital
9	Usiminas	Previ detém 10,4% do capital; Grupo Votorantim, 13% e Grupo Camargo Correa, 13%
10	Sadia S.A.	Previ detém 7,3% do capital e BNDES participou da fusão da empresa com a Perdigão em 2009
11	Centrais Elétricas Brasileiras	Participação direta da BNDESPar em 11,81% e da União em 53,99% do capital
12	TAM Linhas Aéreas S.A.	—
13	Embraer	Participação direta da BNDESPar em 5,05%, da Previ em 14% e da União em 0,3% do capital
14	Cemig Distribuição S.A.	Participação do estado de Minas Gerais em 50,96% do capital
15	Perdigão Agroindustrial S.A.	Previ detém 14,16% do capital; Petros, 12,04%; Sistel, 3,98%; BNDESPar participou da fusão da empresa com a Sadia em 2009
16	Gerdau Açoquinas S.A.	Participação indireta da BNDESPar por meio da Gerdau Aços Longos
17	Bertin S.A.	Participação direta da BNDESPar em 26,98% do capital
18	Globo Comunicação e Participações S.A.	—
19	J.B.S. S.A. (Friboi)	Participação direta da BNDESPar em 13% do capital
20	Aracruz Celulosa S.A./Votorantim Celulose e Papel S.A.	Participação direta da BNDESPar em 34,9% do capital na nova empresa (Fibra)

Fonte: Mansueto Almeida. "Desafios da real política industrial brasileira no século XXI". *Apud revista Retrato do Brasil*, edição n. 30, janeiro de 2010, p. 11.

Lembremos que a tabela não apresenta os empréstimos vultosos – e a juros favorecidos – concedidos pelo BNDES para permitir a formação e o fortalecimento desses grupos. Diante desses dados, pode-se observar, em primeiro lugar, a importância das empresas e dos fundos de pensão vinculados ao Estado para a grande burguesia interna brasileira. Podemos fazer a seguinte conjectura: um programa extremado de privatização deixaria a grande burguesia privada brasileira vulnerável e indefesa diante do grande capital financeiro internacional. Não é toda a burguesia que almeja a privatização indiscriminada. Observamos, também, que a grande burguesia interna compreende fundamentalmente capital privado, mas, também, empresas estatais e abarca diferentes setores da economia – mineração, siderurgia, agronegócios, indústria de transformação, empresas de transporte e outras. O BNDES tem sido o agente estatal de defesa e de fortalecimento desses grandes grupos. Note-se que a tabela não inclui o setor bancário. Diga-se de passagem que os dirigentes do PSDB, com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-governador José Serra à frente, vêm se manifestando sistematicamente na grande imprensa contra a nova política do BNDES. Tal política estaria aumentando a dívida pública, posto que os fundos mobilizados pelo BNDES são obtidos através do lançamento de títulos do governo, e subsidiando as grandes empresas, já que a taxa de juros de longo prazo, utilizada pelo BNDES para emprestar às empresas, é inferior à taxa básica de juros, que é a que o governo paga para levantar os fundos que destina àquele banco estatal. Estaríamos diante de um caso em que o dinheiro público é oferecido a um punhado de empresas de amigos do governo. Ora, o governo FHC fez o mesmo, somente que com outro objetivo: privatizar as empresas estatais. Além do novo papel do BNDES, a cúpula tucana crítica, sintomaticamente, outras iniciativas do governo na área de política econômica, como os grandes empreendimentos capitaneados pelo Estado ou por empresas estatais criadas ou reativadas pelo governo Lula e

que associam grandes empresas predominantemente nacionais. Esses são os casos da construção da Usina de Belo Monte, do projeto de construção do trem de alta velocidade entre São Paulo e Rio de Janeiro, da nacionalização e da democratização da internet em banda larga e outros. Depois de priorizar os estaleiros nacionais e a indústria bélica interna nas compras do Estado, o governo Lula baixou medida provisória, em julho de 2010, oficializando tal prioridade.

Há sinais na imprensa da insatisfação do grande capital financeiro internacional com tais medidas e da aspiração dos grandes bancos internacionais pela volta do PSDB ao comando do governo. Em junho de 2010, o Instituto Internacional de Finanças (IIF), associação que reúne mais de 500 grandes bancos das principais economias capitalistas, deixou entrever, em congresso realizado na cidade de Viena, a sua preferência pela candidatura de José Serra na eleição presidencial daquele ano e sua desconfiança em relação à então candidata Dilma Rousseff. Frederick Jaspersen, conferencista do encontro de Viena, afirmou, às centenas de banqueiros presentes, que uma vitória de Dilma Rousseff na eleição presidencial traria maior risco para a economia brasileira na comparação com José Serra. O jornal *Valor Econômico* obteve cópia dessa palestra. Jaspersen exibiu para a plateia um quadro sobre “diferenças centrais” entre os dois candidatos. Ele identificou um eventual governo de Dilma com aumento dos gastos públicos, relaxamento do controle da inflação e ênfase em política industrial, com as estatais tendo um papel mais forte na economia. Destacou também a falta de experiência de Dilma e asseverou que, com ela, teríamos: “Maior papel do Estado, marco regulatório mais influenciado por pressões políticas, maior risco de derrapagem macroeconômica, pouco progresso nas reformas estruturais e alcance limitado para aumentar o crescimento potencial da economia.”¹⁶

¹⁶ *Valor Econômico*, 11 de junho de 2010, matéria assinada pelo jornalista Assis Moreira, que cobria o encontro de banqueiros em Viena.

O economista do Instituto Internacional de Finanças apresentou Serra como o candidato que iria respeitar e até endurecer o controle fiscal, que reduziria os juros e desvalorizaria o real. Seu eventual governo daria menos ênfase às estatais, mais apoio ao setor privado e usaria a política tributária para encorajar os investimentos privados.

Como se vê, a luta no interior do grande capital monopolista, luta que opõe a grande burguesia compradora à burguesia interna, reflete-se no sistema partidário brasileiro. A ala majoritária do PSDB, vanguarda eleitoral do neoliberalismo no Brasil, tem representado, a despeito da fase inicial da história desse partido, o grande capital financeiro internacional e os interesses dos empresários e banqueiros brasileiros estreitamente ligados a esse capital. O PT, nascido como um partido de tipo social-democrata e fortemente vinculado ao movimento sindical, vem, desde meados da década de 1990, quando o então chamado Campo Majoritário iniciou o processo de reformulação programática e organizacional do partido, realizando um movimento em direção aos interesses da grande burguesia interna. Sub-representada na imprensa e no sistema partidário, essa fração burguesa acabou se fazendo representar no plano partidário, e devido a circunstâncias particulares, por um partido político que nasceu do movimento operário e popular.

AS RELAÇÕES POLÍTICAS DA GRANDE BURGUESIA INTERNA COM O GOVERNO LULA

O tratamento sistemático desse tema exigiria informações e análise da atuação política do conjunto da grande burguesia interna, das instituições de representação da burguesia e do processo de tomada de decisões no governo Lula. Não temos condições de realizar, por ora, essa empreitada. Iremos, como passo inicial, confrontar as demandas da grande burguesia industrial paulista com alguns aspectos

da política desse governo. Pretendemos indicar que a relação que se estabelece entre tal governo e essa burguesia é uma relação de representação política reconhecida de parte a parte.

O ano de 2004 foi marcado, na Fiesp, pela posse da nova diretoria da entidade, presidida por Paulo Skaf. Sabe-se que o candidato Skaf contou com o apoio do Palácio do Planalto. Uma das primeiras iniciativas da nova diretoria foi relançar a publicação *Revista da Indústria*, periódico que ficara seis anos sem aparecer, pois fora retirado de circulação pela diretoria anterior da entidade. Paulo Skaf fez do relançamento da revista e de sua posse na presidência da Fiesp um grande acontecimento político, com a participação ativa do presidente Lula.¹⁷

A nova diretoria propôs, nas páginas da revista, aquilo que chamou de uma nova atitude, proativa, junto ao governo (Lula), e a revista trouxe matérias assinadas pelo seu presidente e pelo primeiro e segundo vice-presidentes, todas elas criticando o monetarismo, a abertura comercial, os juros elevados e a carga tributária que seriam herança da década de 1990. A função da *Revista da Indústria*, segundo afirma uma de suas reportagens, seria colaborar nessa “nova era na Fiesp” – uma era proativa, de atuação junto às autoridades governamentais para que as decisões passassem a atender aos interesses da indústria. “A nova diretoria da Fiesp irá recuperar tempo e espaço perdidos no seu posicionamento como protagonista das grandes decisões nacionais.”¹⁸

Esse número da revista trouxe três matérias políticas assinadas por Paulo Skaf, por Benjamin Steinbruch e por João Guilherme Sabino Neto – respectivamente, presidente, primeiro e segundo vice-presidentes da entidade –, nas quais aparecem críticas e propostas.

¹⁷ Ver as reportagens e os depoimentos do número 101, de novembro de 2004, da *Revista da Indústria*, publicação mensal da Fiesp.

¹⁸ Ricardo Viveiros. “Fiesp resgata compromisso com o desenvolvimento”. *Revista da Indústria*, p. 19.

Há também uma matéria assinada pelo jornalista Ricardo Viveiros que relata as posições da nova diretoria, apresentando-as como verdadeira ruptura em relação à posição que vinha sendo mantida até então pela associação dos industriais paulistas.

As matérias criticam o predomínio do “monetarismo sobre o chão de fábrica”, a “rentabilidade superlativa para a ciranda financeira”,¹⁹ o “atual terrorismo monetário que mantém as taxas de juros em níveis exorbitantes e dá ao setor financeiro injustificável preponderância sobre o produtivo”; “os custos do financiamento de longo prazo”;²⁰ o excesso de carga tributária sobre o setor produtivo, e apresentam considerações críticas, ainda que cuidadosas, à proposta da Alca, que poderia “suprimir empregos no Brasil”. As mesmas matérias propõem que a Fiesp e a indústria deveriam “levantar novamente a bandeira do desenvolvimento e da indústria nacional”. De passagem, e de modo sutil, surge uma crítica à posição das diretorias da entidade na “era FHC”. Depois de enaltecer a luta dos pioneiros da indústria, a matéria de Ricardo Viveiros afirma: “Hiatos de omissão não fazem justiça à gênese combativa e realizadora da Fiesp e à capacidade de numerosos dos seus dirigentes de conduzir a indústria paulista à vitória nas mais diversas conjunturas. É esse compromisso histórico com a Pátria e o desenvolvimento que está sendo resgatado pela nova diretoria da entidade.”²¹

Também de passagem, a matéria de Ricardo Viveiros lança um aceno de aliança com os trabalhadores e demais segmentos do setor produtivo: “Além disso, é preciso ampliar o entendimento com entidades dos trabalhadores, agropecuária, comércio e serviços, articulando ações e propostas, coesas e viáveis, para remover os empecilhos

¹⁹ Skaf, *Revista da Indústria*, p. 7.

²⁰ Steinbruch, *idem*, p. 8.

²¹ Ricardo Viveiros. “Fiesp resgata compromisso com o desenvolvimento”. *Revista da Indústria*, p. 20.

lhos à produção e à criação de empregos e renda”.²² Tal aliança teria como objetivo, no corpo da matéria, combater o monetarismo. Porém, um alerta: “A postura não é de contraposição à área financeira, já presente no poder público, mas sim fazer com que o parque empresarial, representado por nossa entidade, também seja atuante no Legislativo e no Executivo”.²³ O primeiro vice-presidente da Fiesp pleiteava uma política para a “indispensável formação de grandes grupos nacionais internacionalizados”,²⁴ no que, como já vimos, foi atendido pela nova função atribuída ao BNDES pelo governo Lula. Pleiteavam-se, ainda, a valorização do setor sucroalcooleiro, que “foi levado à crise na década de 1990”, e “o aprofundamento das reformas previdenciária, tributária, fiscal, política, trabalhista, sindical e do judiciário”.²⁵

O número seguinte da *Revista da Indústria* cobre a solenidade de posse da nova diretoria da federação.²⁶ Tal solenidade foi uma demonstração de força e de unidade da Fiesp com o governo federal. A posse foi realizada no grandioso edifício do Museu do Ipiranga, na zona sul da cidade de São Paulo, contando com a presença de quatro mil convidados, dentre os quais Lula, Alckmin, Marta Suplicy, governadores de outros estados e presidentes de 18 federações estaduais da indústria. A foto da reportagem é monumental e traz Lula ao centro. O tom da matéria é ufanista. Termina em tom grandiloquente e até ridículo:

Nas escadarias do Museu, defronte para o famoso [riacho do] Ipiranga, diretores e conselheiros da nova Fiesp perfilarão com dezenas de embaixadores, deputados, senadores, desembargadores e secretários numa foto his-

²² *Idem*, p. 19.

²³ *Ibidem*.

²⁴ Steinbruch, *Revista da Indústria*, p. 8.

²⁵ Ricardo Viveiros, *idem*, p. 19.

²⁶ *Revista da Indústria*, n. 102, dezembro de 2004.

tórica para a indústria paulista. Num discurso inflamado, o novo presidente da Fiesp bradou em defesa da Indústria, como legítima autoridade produtiva. E o grito ecoou!²⁷

Passadas as comemorações, no início de 2005, a nova diretoria da Fiesp já se encontrava em ação. Foi a Fiesp que tomou a iniciativa de propor e elaborar o projeto de lei que autorizou os exportadores a reter parte das divisas obtidas e a abrir conta nominada em moeda estrangeira, como compensação pela valorização cambial. O governo Lula encampou e aprovou a proposta dos industriais. O número 103 da revista relata esse processo no qual podemos detectar a participação proativa da grande burguesia interna, como fora prometido pela diretoria de Paulo Skaf.²⁸ A posse de Paulo Skaf foi um importante indicador da consolidação do novo arranjo no interior do bloco no poder em que a grande burguesia industrial interna firmou-se como base de classe do governo Lula. Nessa hipótese, a diretoria anterior foi um “hiato de omissão” no qual a Fiesp teria se omitido ou protestado muito timidamente contra as políticas de abertura e monetarista dos governos de FHC.

A Fiesp, como lembramos, participou da campanha do “Fora Collor” em 1992. Porém, em 2005, a associação dos industriais não abandonou o governo Lula na Crise do Mensalão. A *Revista da Indústria* permaneceu longo tempo calada no que diz respeito às denúncias de corrupção apresentadas durante aquela crise. Esse silêncio, é claro, já era favorável ao governo. Contudo, na edição de agosto de 2005, a publicação dos industriais rompeu o silêncio e o fez para criticar a oposição. Publicou uma reportagem falando da crise política, na qual nem aparece a palavra “mensalão”, e uma entrevista com o presidente da entidade, Paulo Skaf, sobre o mesmo assunto.

²⁷ “O Grito da Indústria”. *Revista da Indústria*, n. 102, dezembro de 2004, p. 6.

²⁸ *Revista da Indústria*, n. 103, janeiro de 2005.

A ideia central da reportagem e da entrevista era a mesma. Poderíamos resumir-la assim: "Chega de falar em crise, vamos trabalhar!"²⁹ Realmente, a ação oposicionista do PSDB não foi bem-vista pelos industriais.

Paulo Skaf, na sua entrevista, repetiu, com as mesmas palavras e de maneira exata, aquele que era o discurso de todos os integrantes da equipe governamental, das lideranças do PT e dos partidos aliados do governo: "vamos voltar à agenda positiva". Dentre outras coisas, Skaf afirmou o seguinte:

Não é possível... Existem projetos que não podem parar no Congresso, no Executivo. Então, o nosso esforço tem sido para elencar, entre os inúmeros projetos em tramitação, os prioritários, e fazer com que o país caminhe paralelamente aos trabalhos das CPIs, que são importantes, mas há 150 milhões de brasileiros que precisam e anseiam pelo andamento de outras questões.³⁰

Na reportagem "Nada segura a indústria", assinada por Jane Soares, vamos encontrar o mesmo bordão: "chega de falar em crise, vamos trabalhar". Somos também informados de que um grupo de grandes empresários, dirigentes das mais variadas associações empresariais, foram em comitiva a Brasília para hipotecar, de modo velado, mas firme, apoio ao presidente Lula. Na época, no auge da Crise do Mensalão, os jornais estamparam na primeira página uma foto de Lula defronte ao Palácio do Planalto e ladeado pela nata do grande empresariado e por vários dirigentes de associações empresariais do Brasil.

²⁹ *Revista da Indústria*, n. 110, agosto de 2005. Ver a matéria intitulada "O tempo não espera", entrevista com Paulo Skaf, pp. 17-19, e a reportagem intitulada "Nada segura a indústria", pp. 41-47.

³⁰ *Idem*, p. 18.

Mas, voltemos ao número de agosto de 2005 da *Revista da Indústria*:

O empresariado defende que Executivo e Legislativo saiam do atual imobilismo e adotem as medidas necessárias para estimular a produção. [...] Atualmente, o que preocupa os empresários é a crise política sem precedentes [...]. Nesse contexto delicado, mais uma vez os empresários se organizam.³¹

No início do mês, atendendo ao pedido do presidente da República [...] foram em comitiva ao Planalto. O grupo de 24 empresários apresentou uma pauta de reivindicações singelas [...]. Os empresários querem, agora, uma agenda mínima que garanta a governabilidade. [...]³²

No mesmo dia em Brasília, o presidente da Fiesp e diretores também se encontraram com a ministra Dilma Rousseff, para tratar de projetos que aguardam o encaminhamento da Casa Civil ao Congresso Nacional. [...]³³

"O momento é importante para o despertar. O Brasil não pode ficar somente por conta de apuração de denúncias de desvios ou privilégios", reforçou Skaf.³⁴

O número seguinte da *Revista da Indústria*, de setembro de 2005, trata novamente da crise política.³⁵ Agora, a mensagem mudou um pouco. A mensagem enfatizada é: "Vamos resolver a crise com uma reforma política".³⁶ Ou seja, o PSDB não poderia contar com o apoio do grande empresariado brasileiro para promover um processo de *impeachment* contra Lula. O problema residiria no sistema político, não neste ou naquele governo. A revista em momento al-

³¹ *Revista da Indústria*, n. 110, agosto de 2005, p. 43.

³² *Idem*, p. 42.

³³ *Idem*, p. 43.

³⁴ *Idem*, p. 44.

³⁵ *Revista da Indústria*, n. 111, setembro de 2005.

³⁶ Ver a matéria, assinada pela jornalista Érica Junot, intitulada "Ninguém pode ser contra". *Revista da Indústria*, n. 111, pp. 42-49.

gum manifesta animosidade contra o governo Lula. Pelo contrário, embora reconheça, ao falar em reforma política, a legitimidade do debate em torno da corrupção, a matéria retorna, ainda que com ênfase menor, ao “chega de falar em crise, vamos trabalhar”, ideia que desautoriza e desqualifica as críticas à corrupção.

Paralelamente a esse debate [sobre a reforma política, AB]] que, juntamente com as várias CPIs em andamento, parece estar sugando toda energia dos parlamentares e do governo, a sociedade tenta manter um outro, que antes da crise estava mais bem colocado na lista de prioridades. Este inclui, por exemplo, a reforma jurídica, a cambial e outras medidas para assegurar a continuidade da expansão econômica, uma agenda mínima, enfim, como defende a Fiesp e seu presidente Paulo Skaf.³⁷

Não só retoma a tese do “chega de falar em crise, vamos trabalhar”, como dá, de passagem, um puxão de orelhas nos partidos burgueses de oposição ao governo Lula. Afinal, quem é o responsável pelo fato de esse “debate menor” estar sugando as energias do Congresso e do governo?

A Fiesp tinha fortes motivos para apoiar Lula. Seu canal de comunicação com o governo estava azeitado. No mesmo número de setembro de 2005 da *Revista da Indústria*, a matéria intitulada “Rumo à modernidade”, assinada pela jornalista Fernanda Cunha, revela como foi o processo pelo qual a Fiesp tomou a iniciativa de elaborar o projeto de lei que conferia aos exportadores o direito de reter parte das divisas que obtivessem com as exportações.³⁸ Essa medida foi muito importante para compensar as perdas do setor exportador devido à valorização cambial, sem a necessidade de mexer na política de câmbio, que é uma peça importante e delicada do projeto mais

³⁷ *Idem*, pp. 48-49.

³⁸ “Rumo à modernidade”. *Idem*, pp. 38-39.

global de desenvolvimento. O projeto de lei foi desenvolvido pela Fiesp e pela Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex) e submetido, para uma avaliação inicial, ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. O projeto foi encaminhado em setembro ao Congresso Nacional, onde foi aprovado e, posteriormente, sancionado pelo presidente Lula. A reportagem da revista da Fiesp descrevia o projeto nos seguintes termos:

[...] a proposta endossa o regime de câmbio flutuante [...] e prevê a possibilidade de qualquer empresa brasileira registrada no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) ou no Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen) abrir conta nominada em moeda estrangeira no sistema financeiro nacional. [...] Pagamentos no exterior de importações, fretes, seguros, financiamentos externos e *royalties*, por exemplo, poderão ser feitos diretamente das contas em moeda estrangeira.³⁹ [...] isso eliminaria despesas de *spread* entre taxa de compra e venda, a dupla incidência de CPMF na entrada e saída de divisas, a dupla cobrança de corretagem de câmbio, além de custos bancários e burocráticos.⁴⁰

[...] acabaria também com a obrigatoriedade de conversão de receitas de exportação para reais no prazo máximo de 210 dias, liberando as empresas para trocar a moeda somente em função do custo-opportunidade de aplicação dos ativos financeiros e de sua necessidade de fluxo de caixa. Assim, nas palavras de Roberto Giannetti da Fonseca, diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp (Derex), o operador não ficaria refém da cotação diária da moeda e faria conversão quando a taxa lhe fosse conveniente.⁴¹

Voltemos ao apoio dispensado pela Fiesp ao governo Lula no importante episódio da Crise do Mensalão. É preciso destacar que

³⁹ *Idem*, p. 38.

⁴⁰ *Idem*, p. 39.

⁴¹ *Ibidem*.

esse apoio foi de fundamental importância para definir o desenlace daquela crise. Lula estava muito desgastado com os trabalhadores organizados. O esquema de compra de votos dos partidos e deputados fisiológicos, que, trazido à tona, serviu de detonador da crise política, tinha sido utilizado para aprovar, dentre outros projetos do governo, a reforma da previdência que retirara direitos do funcionalismo público. O movimento sindical e o MST vinham numa trajetória de afastamento em relação ao governo. No auge da crise, a manifestação de trabalhadores em defesa do governo, convocada pelo que havia de mais representativo no movimento sindical, reuniu um número irrisório de manifestantes e menor que o número dos presentes no ato público, também realizado em Brasília poucos dias antes, para protestar contra o governo e apoiar a apuração consequente das denúncias de corrupção. Esse último ato tinha sido convocado por pequenas organizações de esquerda, como o PSTU. Lula, quando percebeu que tinha de “apelar para as massas”, não recorreu à base social tradicional do PT. Evadiu-se para a região Nordeste, onde foi, por ocasião de alguns atos oficiais, fazer comícios para os trabalhadores desorganizados, dos quais o lulismo vinha se aproximando graças ao programa “Bolsa Família”. Nessas circunstâncias, o apoio da Fiesp e – pelo que se pode constatar lendo a imprensa da época – de toda a grande burguesia interna foi um trunfo decisivo para o governo. O desenlace da crise foi o oposto do que esperavam a grande burguesia compradora, a alta classe média, o capital financeiro internacional e o PSDB: a Crise do Mensalão fortaleceu a relação do governo com a grande burguesia interna. A substituição de Antonio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda prova o que estamos afirmando.

Essa mudança ministerial deu-se em abril de 2006, menos de um ano após o início da crise. A *Revista da Indústria* publicou, então, uma grande matéria sobre o tema. Foi a reportagem de capa da revista, e trazia, como chamada, a frase “Um desenvolvimentista na

Fazenda”. No interior da revista, o título da reportagem era “Novo comando, novas mudanças possíveis”, matéria assinada pelas jornalistas Célia Demarchi e Maria Cândida Vieira.⁴² Fica muito claro na matéria que a Fiesp reconhece duas tendências no governo. Uma, que denomina monetarista, representada por Palocci, e outra, com a qual a Fiesp se identifica, que denomina desenvolvimentista, representada por Guido Mantega. Isso tem importância: significa que a burguesia interna se reconhece politicamente na linha neodesenvolvimentista do governo Lula. Vale a pena anotar alguns pontos que aparecem na reportagem.

A reportagem mostra que o empresariado paulista recebeu muito bem a troca de ministros. Aplaude o desenvolvimentismo de Mantega. Traz depoimentos de mais de dez dirigentes de associações de setores específicos da indústria e de alguns diretores da Fiesp e todos batem na mesma tecla: Mantega valoriza o desenvolvimento e deve reduzir a taxa de juros. As ideias que esses diretores de associações destacam são: desenvolvimentista, redução dos juros, homem da produção, merece apoio, merece confiança, aberto ao diálogo. Ademais, a reportagem aplaude o fato de Mantega, ao tomar posse, ter declarado que não faria nova rodada de redução das tarifas de importação. Tal proposta de redução, qualificada de “insana” por Paulo Francini, diretor da Fiesp, vinha sendo planejada por Palocci e Paulo Bernardes, o ministro do Planejamento.

A reportagem trata Palocci, pejorativamente, como ortodoxo e monetarista. Reconhece que ele “livrou o Brasil de uma inflação de 12,5% ao ano”, aumentou as reservas cambiais de 16 para 59 bilhões de dólares e o saldo comercial de 13,3 para 44,8 bilhões de dólares. Contudo, o que a reportagem enfatiza é que ele sacrificou o desenvolvimento. Apresenta dados: 0,5% de crescimento do PIB em 2003, 4,3%

⁴² “Novo comando, novas mudanças possíveis”. *Revista da Indústria*, n. 117, abril-maio de 2006, pp. 20-25.

em 2004 e 2,3% em 2005. A reportagem reserva certa ironia para Palocci – o “ex-trotskista” que “virou monetarista”. Suas ideias “não coincidem com o setor produtivo”, nos dizeres de Paulo Francini.

Os industriais dividiam-se entre o grupo otimista e o grupo pessimista. O primeiro apostava que Mantega faria uma verdadeira “inversão de caminho”, expressão otimista utilizada por Boris Tabacof, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). O grupo dos pessimistas, majoritário, achava que não seria possível mudar muita coisa, até porque Lula tinha apenas oito meses de mandato para cumprir. O empresário Mário Cesar Martins de Camargo, por exemplo, presidente da Associação Brasileira de Indústrias Gráficas (Abigraf), era cético. Afir-mava: “Qualquer um que sentar na cadeira da Fazenda irá sofrer da síndrome de Pedro Malan”.⁴³ Ou seja, escreve a reportagem, “adotará uma política de contenção de inflação por meio dos juros”.⁴⁴ Pelas citações de nomes de autoridades e ex-autoridades governamentais, pode-se ver quais são as figuras positivas e as figuras negativas para os industriais.

Embora não tenhamos feito uma pesquisa sistemática em outras associações que representam setores da grande burguesia interna, consideramos pertinente citar uma demonstração ostensiva de preferência pelo governo Lula e de hostilidade velada ao PSDB vinda de um representante histórico do setor sucroalcooleiro do estado de São Paulo. Trata-se do empresário Luiz Guilherme Zancaner, que é proprietário do grupo Unialco, com três usinas de álcool e açúcar, e também diretor da Unidade dos Produtores de Bioenergia (Udop), entidade de usineiros da região oeste de São Paulo, onde está centrado o rico e produtivo agronegócio da cana no país. Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, Zancaner declarou apoio ao go-

verno Lula, o seu reconhecimento de que a política desse governo favoreceu o seu setor econômico mais que os governos que o antecederam e, ainda, apresentou uma avaliação negativa de José Serra, então governador do estado de São Paulo.⁴⁵ Um aspecto da entrevista de Zancaner é especialmente interessante para a nossa análise: esse usineiro e representante corporativo dos seus pares insistiu na reivindicação de que a Petrobras se associasse aos usineiros brasileiros na produção de etanol, para evitar que eles fossem engolidos pelo capital estrangeiro que tem crescido no setor. De maneira similar à indústria, os usineiros querem proteção do Estado – no caso, de uma poderosa empresa estatal – para se defender da concorrência, que consideram desigual, que lhes move o capital estrangeiro. Transcrevo abaixo dois trechos da entrevista.

1. Apoio ao governo Lula, crítica ao candidato Serra

Valor: Como o senhor avalia a atuação do governo Lula no setor?

Zancaner: Na crise, o governo fez a parte dele. Deu crédito, apesar de toda a burocracia para liberar. O governo Lula foi excepcional para o nosso negócio, fico até emocionado. O setor fez muito pelo Brasil, mas o governo está fazendo muito pelo setor. Nunca houve antes política tão boa para nós. O presidente Lula não perde nenhuma oportunidade de ser gentil. Outras pessoas não perdem a oportunidade de serem desagradáveis, arrogantes.

Valor: É sobre o pré-candidato do PSDB à Presidência, José Serra, que o senhor está falando? Ele tem sido restritivo à plantação da cana?

Zancaner: Só posso afirmar que o Serra é um excelente administrador, mas considero que o Serra não vê o setor como o Lula vê. [...] Noto que o Lula fez um governo melhor. O Fernando Henrique Cardoso fez as bases, mas Lula e Dilma construíram os canais conosco.

Valor: É o senhor acha que a Dilma vai dar continuidade?

Zancaner: A Dilma foi muito clara quando esteve aqui, em Aracatuba. A linha é de continuar a política de Lula.

⁴³ *Ibidem*, p. 22.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ *Valor Econômico*, 5 de abril de 2010.

Valor: O senhor esteve com ela?

Zancaner: Sim, conversei com ela. Sinto que a maioria do setor, mesmo com os problemas com o MST, tem afinidade com a ministra e um diálogo muito bom. O governador Serra é mais fechado, não temos diálogo com ele. [...]

2. Reivindicação de proteção frente ao capital estrangeiro

Zancaner: O governo, por exemplo, se preocupa com a desnacionalização do setor, o que é importante para nós. Nessa questão é importante ter equilíbrio, é interessante o capital estrangeiro vir porque melhora o preço dos nossos ativos. E nós precisamos desse capital. Mas precisa ter equilíbrio. O custo de capital deles é muito menor por causa dos juros que eles encontram lá fora.

Valor: A ministra Dilma defende o fortalecimento dos grupos nacionais do setor de etanol. Qual seria a maneira de fazer isso além de aumentar a oferta de financiamento?

Zancaner: Por que a Petrobras não pode participar dos grupos nacionais? O governo deverá fortalecer e tem condição de dar sustentação aos grupos nacionais para dar equilíbrio ao capital nacional. Hoje, o capital estrangeiro já tem 25% de toda a produção de cana do Brasil.

Valor: Como poderia ser essa participação da Petrobras?

Zancaner: A Petrobras tem mais chance de entrar na produção de etanol, na usina. A empresa já faz contratos de exportação com o Japão, já tem estrutura de distribuição.

Essa entrevista é significativa porque é clara, toca em diversos pontos importantes, traz uma avaliação geral (e positiva) do governo Lula e por explicitar que esse setor da grande burguesia interna mantém distância do PSDB. Mas não se trata de declaração excepcional. Os usineiros do açúcar e do álcool do interior do estado de São Paulo, que são responsáveis pela maior parte da produção do país, e o governo Lula foram pródigos em demonstrações de reconhecimento político recíproco que apareceram inúmeras vezes na imprensa diária.

Entre a grande burguesia interna e o governo Lula há reconhecimento político recíproco e canais de comunicação eficientes. O governo atendeu a interesses importantes da grande indústria, do agronegócio e de toda a burguesia interna. Justamente por isso, pôde contar com ela quando se viu em dificuldades.

AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DA BURGUESIA INTERNA E NA FRENTE NEOSENVOLVIMENTISTA

A ideia segundo a qual o agronegócio apoia o governo Lula pode não ter convencido o leitor. Os proprietários de terra temem a ação do MST e o governo Lula é, no entendimento deles, complacente com esse movimento social; os grandes proprietários desejam rever o Código Florestal, a fim de aumentar a área agricultável do país, mas o governo Lula, no entendimento deles, cria dificuldades também nessa área; os grandes proprietários ainda hostilizam o governo Lula pela sua política de concessão de terras aos povos indígenas e às populações remanescentes de quilombos; Kátia Abreu, senadora do Democratas e presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), faz oposição cerrada ao governo no Congresso Nacional. O que ocorre é que nem todos os setores que compõem o agronegócio apoiam o governo Lula. Se, apesar disso, afirmamos, genericamente, que o agronegócio apoia o governo é porque o segmento superior e mais poderoso do setor tem os seus interesses contemplados pela política governamental.

O agronegócio é um setor amplo, heterogêneo e composto por segmentos que possuem poder econômico e lucratividade muito desigual. As funções ativas no agronegócio são a propriedade da terra, a produção agrícola ou pecuária, a comercialização do produto, a intermediação financeira e a própria indústria de processamento – um dos departamentos importantes da Fiesp cuida do agronegócio.

Os representantes das inúmeras associações vinculadas aos diversos segmentos e culturas do agronegócio costumam dizer que este último está segmentado a montante e a jusante da fazenda, situa-se “antes da porteira”, “da porteira pra dentro” e “depois da porteira”.⁴⁶ Nessa corrente, a propriedade da terra, que tanto peso tem na estrutura econômica e social brasileira, é, no plano político, o elo mais fraco. Há os grandes grupos econômicos multifuncionais, que investem em todas as etapas desse ciclo de valorização do capital, e há, também, empresas ou grupos familiares que se especializam em cada uma dessas funções. A grande maioria de proprietários de terra é composta por fornecedores de cana, de laranja, de soja, de carne bovina, de pescado, de café ou de algodão para a agroindústria e para os frigoríficos. Esses últimos têm condições de impor preços, exigências para financiamento e para o plantio. O apoio econômico do governo Lula para que a brasileira Friboi se tornasse, em poucos anos, a maior empresa mundial na produção e na comercialização de carne bovina não foi um negócio muito vantajoso para os criadores de gado da região Centro-Oeste do país. A grande imprensa tem publicado reportagens nas quais as associações de criadores lamentam o monopólio que a Friboi passou a exercer no mercado de boi gordo na região. Periodicamente, os proprietários de terra mobilizam-se para obter a rolagem das dívidas que têm com o sistema bancário. Os poucos e grandes frigoríficos, as processadoras de suco, as usinas e os bancos estão nas mãos de grupos economicamente muito mais poderosos que os proprietários de terra, e os seus interesses não coincidem, exatamente, com os interesses desses últimos.⁴⁷ São os

⁴⁶ Bruno, 2009.

⁴⁷ Ver o interessante trabalho de Demise Elias sobre o agronegócio na região de Ribeirão Preto (Elias, 2003). Essa divisão do capital fundiário, industrial, comercial e bancário na produção agropecuária não é novidade no Brasil. Ela atravessa toda a história da República. Ver a esse respeito o trabalho de Sérgio Silva sobre a economia cafeeira (Silva, 1976).

segmentos mais poderosos do agronegócio que apoiam o governo e que nós estamos incluindo na grande burguesia interna.

A grande burguesia interna e, mais ainda, a frente neodesenvolvimentista apresentam inúmeras contradições. Trata-se de forças e de segmentos que se uniram, mas não se fundiram. A dificuldade que o analista enfrenta aqui é a de distinguir, de um lado, os conflitos entre as partes integrantes da frente e as críticas que uma ou outra dessas partes pode dirigir ao governo, mas que são conflitos e críticas que se mantêm, apesar de tudo, nos limites da frente neodesenvolvimentista, e, de outro lado, os conflitos e as críticas que extrapolam os limites dessa frente e que podem levar a uma mudança de posicionamento deste ou daquele segmento ou força no processo político nacional. Vamos apresentar alguns elementos para refletir sobre essa matéria.

Começemos pelas contradições existentes no próprio interior da grande burguesia interna.

A primeira contradição que salta aos olhos é aquela que opõe a grande indústria ao sistema bancário nacional. Trata-se de dois setores que exigem proteção do Estado diante do capital estrangeiro – os bancos querem o controle administrativo do Estado sobre a entrada de capital estrangeiro no setor e a grande indústria quer proteção para os seus produtos no mercado interno, preferência nas compras públicas para as empresas nacionais, crédito barato do BNDES e política externa a serviço das suas exportações. São dois setores unidos em torno do objetivo de preservar a participação dos grupos brasileiros na economia do país. Porém, se há um tema que mobiliza com frequência as críticas da *Revista da Indústria* ao governo Lula, esse tema é a política de juros do Banco Central. A grande indústria critica a taxa básica de juros elevada, que aumenta o gasto público dificultando a expansão e a melhoria dos serviços de infraestrutura. Crítica também a liberdade dos bancos para fixar o *spread* bancário,

aumentando os custos do tomador de empréstimo.⁴⁸ A solução encontrada pelo governo Lula para tratar essa contradição foi a expansão do orçamento do BNDES, que quase quadruplicou sob a sua gestão, e a multiplicação dos programas de crédito subsidiado para a grande indústria e para o agronegócio.

Outra contradição opõe a grande indústria e o agronegócio. Ela aparece na política de comércio exterior. Na chamada Rodada Doha, o agronegócio privilegiava seu objetivo maior: ter seu acesso aos mercados dos Estados Unidos e da Europa facilitado. Para tanto, e ao contrário do que pretendia a grande indústria, apoiaria concessões pesadas do governo brasileiro no que respeita a uma nova rodada de abertura do mercado interno para os manufaturados estrangeiros.

Por último, temos a contradição entre o capital estatal e o capital privado. Essa contradição não exclui uma relação, simultânea, de unidade. As grandes empresas privadas nacionais têm as empresas estatais como sócias, compradoras, fornecedoras e financiadoras de seus empreendimentos. Porém, a delimitação da parte da produção e do mercado que cabe a cada segmento, o privado e o estatal, é motivo de disputa no interior da burguesia interna. Dentro do governo Lula, refletindo essa contradição, temos uma ala mais estatizante que disputa espaço político com outra mais privatista. A demissão de Carlos Lessa da presidência do BNDES no primeiro governo Lula foi uma vitória da ala privatista sobre a ala estatizante desse governo. Mais recentemente, foi a ala privatista que formulou a política de

⁴⁸ Uma das muitas reportagens da *Revista da Indústria* especialmente dedicadas a essa matéria observa que o gasto do governo com pagamento dos juros da dívida pública atingira no ano de 2006 a casa dos 160 bilhões de reais, ou seja, 7,6% do PIB daquele ano, enquanto o gasto com investimento teria alcançado apenas 0,6% do PIB. Muitos estudiosos observam que a grande indústria também investe em títulos da dívida pública. Porém, a julgar pelos balanços financeiros que os bancos publicam na grande imprensa, são eles, e não os industriais, os principais detentores desses títulos.

consolidação e de criação de grandes empresas privadas brasileiras – os “campeões nacionais” – nos mais diferentes segmentos da economia para disputar posição no mercado mundial. Ilustrativo foi o processo de formulação da política de universalização da banda larga. O resultado, nesse caso, parece ter sido um compromisso, re-presentado por uma divisão de trabalho entre a Eletrobras, que está sendo recuperada e reativada pelo governo, e a empresa privada Oi.

Contradições opõem, também, o conjunto da grande burguesia interna e o movimento operário e popular. Dois elementos importantes aqui são o gasto público com a população trabalhadora e a questão agrária.

A edição da *Revista da Indústria* que comemorou a queda de Antonio Palocci e a ascensão de Guido Mantega chegou a apresentar uma crítica ao novo ministro. A reportagem da revista referiu-se a certo mal-estar que Mantega provocara “[...] no dia de sua posse, em 29 de março, ao descartar a adoção de um plano fiscal de longo prazo, como defendiam Palocci e Paulo Bernardes, ministro do Planejamento”.⁴⁹ Paulo Skaf, presidente da Fiesp, afirmava que Mantega “não relaxará a política fiscal de forma irresponsável”,⁵⁰ o que era uma maneira de, ao mesmo tempo, apoiar o ministro e fazer pressão sobre ele. Transcrevo os dois últimos parágrafos da reportagem.

Empresários e economistas temem a deterioração das contas públicas, uma vez que o superávit já caiu de 5,15% em outubro de 2005 para 4,38% em fevereiro [de 2006]. E medidas como o aumento real de 1,5% para os apo-públicos podem estar fugindo do controle.⁵¹

⁴⁹ *Revista da Indústria*, n. 117, abril-maio de 2006, p. 23.

⁵⁰ *Idem*, p. 24.

⁵¹ “Novo comando, novas mudanças possíveis”. *Idem*, p. 25.

No que diz respeito aos gastos públicos, estamos diante de um problema complexo na análise da frente neodesenvolvimentista. A grande burguesia interna reluta em aceitar as pequenas concessões que o governo Lula exige dela para que seja possível manter a própria frente. Os grandes empresários querem: juros mais baixos, in-vestimento estatal em infraestrutura, proteção alfandegária, BNDES a seu serviço, diplomacia empresarial e outras benesses, mas rejeitam a contratação de novos funcionários, reajustes para o funcionalismo, reajuste do salário mínimo, o gasto da previdência etc. É o que já sabemos: querem um Estado enxuto para os trabalhadores e dádioso para os empresários. O governo Lula procura manter alguns ganhos marginais para os trabalhadores, mas não é fácil encontrar o ponto de equilíbrio que evita defecções na frente política que ele representa.

Instrutiva a esse respeito é a anteriormente citada matéria "O governo na contramão", assinada pela jornalista Lúcia Kassai.⁵² É a matéria de capa da revista. Ela traz como ilustração uma foto que fala por si só. A foto mostra quatro pilhas de notas de cem reais dispostas uma ao lado da outra. Três dessas pilhas são muito grandes. A primeira traz a inscrição "funcionalismo", a segunda, "previdência", e a terceira, "juros". A quarta pilha é baixinha e mirrada e nela se vê a inscrição "investimento". Ou seja, o governo Lula gastaria muito com o salário de funcionários, com a previdência e com pagamento de juros, e pouco com investimento, que é o que interessaria para a indústria e para a produção. Segundo a reportagem, em 2006, a folha salarial do funcionalismo federal teria "levado" R\$ 16,3 bilhões de reais. Na média, um trabalhador do setor público receberia um salário quatro vezes maior que o do trabalhador que desempenha função equivalente no setor privado. A reportagem crítica, inclusive, a

52 "O governo na contramão". *Revista da Indústria*, n. 130, julho de 2007, pp. 18-23.

aposentadoria rural e a aposentadoria para idosos carentes, estabelecidas pela Constituição de 1988. É verdade que denuncia, também, a expansão dos cargos de confiança, preenchidos sem concurso, os salários de deputados e senadores e a criação de novos municípios com o fito de prover cargos públicos para as chefias políticas locais. Mas a ênfase é posta no funcionalismo. Para a Fiesp, até o problema dos ju-ros elevados seria resolvido caso o governo cortasse o gasto público (voltado para a população trabalhadora). O raciocínio é simples.

Se o governo cortasse despesas e reduzisse a carga tributária, as taxas de juros cairiam naturalmente e o dólar se valorizaria. Na China, a carga tributária é bem menor que a brasileira, e os investimentos do Estado, maiores. [Newton de Mello, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).]⁵³

Em resumo, a Fiesp insiste muito na necessidade de implantar um arrocho no salário do funcionalismo público e de fazer uma nova e mais radical reforma da previdência.

Outra fonte de instabilidade da frente neodesenvolvimentista são as contradições entre a grande burguesia, particularmente o agronegócio, e o movimento camponês. Na entrevista citada do usineiro Luiz Guilherme Zancaner, podemos ler a seguinte passagem:

Valor: O senhor tem diferenças ideológicas com o atual governo e com a ministra Dilma?

Zancaner: Fui fundador da UDR de Araçatuba, em 1988. Sou muito amigo do Ronaldo Caiado. Tenho divergências ideológicas tanto com Lula quanto com a ministra. Tenho divergência em relação ao MST, nessa questão dos direitos humanos, do ministro Vannuchi, a quem sou muito crítico. Acho que nessa questão da anistia, o que passou, passou. Mas se quer revi-

53 *Ibidem*.

sar a anistia, quem sequestrou, assaltou banco, quem matou também tem que ser julgado. Tem que ter equidade.

Valor: Quer dizer que esse apoio ao governo Lula e à Dilma é uma questão pragmática?

Zancker: É uma questão pragmática, do nosso negócio.

O governo Lula não pode, ao mesmo tempo, preservar sua relação política com o agronegócio e fazer uma reforma agrária. O governo concebeu uma estratégia para contornar essa contradição. Aumentou muito o crédito para a agricultura familiar, contemplando os interesses dos camponeses com terra e, portanto, os interesses de uma das bases sociais do MST e de outros movimentos camponeses, que é o camponês assentado. Porém, a outra base social desses movimentos, que é o camponês pobre, sem-terra, essa, o governo Lula abandonou e, tendo em conta a classe social que tal governo representa, só poderia mesmo abandonar. A pergunta que surge aqui, então, é a seguinte: até quando o campesinato pobre permanecerá na frente neodesenvolvimentista?

A grande burguesia interna quer, sim, a intervenção do Estado na economia. Quer que o Estado intervenha, tanto como investidor, quanto como facilitador dos investimentos privados (melhoria da infraestrutura, ciência e tecnologia, crédito subsidiado etc.). O que a grande burguesia tem dificuldade em aceitar são as concessões que se fazem necessárias para manter a frente com os assalariados e com o campesinato, frente sem a qual o Estado não pode vencer ou contornar as resistências políticas que se antepõem ao neodesenvolvimentismo.

Examinando a situação, vemos que a possibilidade de uma das partes abandonar a frente neodesenvolvimentista é real. O PSDB procura atrair a grande burguesia interna sugerindo – há coisas que não se devem dizer abertamente... – que fará uma redução drástica dos gastos sociais do Estado e que cortará as asas do movimento

camponês; as organizações de extrema esquerda procuram fazer com que os sindicatos e o campesinato retirem o apoio que dispensam ao governo Lula. Até o momento, a unidade da frente prevaleceu. Porém, não faltam motivos e argumentos para aqueles que tentam solapá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.
- . “A burguesia no governo Lula”. *Crítica Marxista*, n. 21. Rio de Janeiro, Revan, 2005.
- BRUNO, Regina. *Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro, Eduer, 2009.
- CAVALCANTE, Sávio. “Estado, capital estrangeiro e burguesia interna no setor de telecomunicações nos governos FHC e Lula”. In: BOITO Jr., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura – A região de Ribeirão Preto (SP)*. São Paulo, Edusp, 2003.
- GALVÃO, Andréia. “A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula”. In: BOITO Jr., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- HIRATA, Francini & OLIVEIRA, C. Nathalia. “Os movimentos dos sem-teto em São Paulo no contexto neoliberal”. In: BOITO Jr., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. “A transição para o neoliberalismo e a crise do governo Collor”. In: BOITO Jr., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- MIGLIOLI, Jorge. “Burguesia e liberalismo: Política e economia nos anos recentes”. *Crítica Marxista*, n. 6. São Paulo, Xamã, 1998.
- POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, François Maspero, 1968.

- POULANTZAS, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Paris, Seuil, 1974.
- PIJL, Kees van der. *Transnational classes and international relations*. London/New York, Routledge, 1998.
- SAES, Décio. *República do capital*. São Paulo, Boitempo, 2001.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

AS BASES POLÍTICAS DO NEOENVELVIMENTISMO¹

Na sociologia e na ciência política brasileira, as relações entre o processo político e o desenvolvimento capitalista são um tema clássico. Nosso texto retoma esse tema e examina em condições históricas novas, que são as condições das duas primeiras décadas do século XXI.

Uma ideia que informa o nosso texto é que o capitalismo no Brasil tem dependido muito, para poder se desenvolver, de algum tipo de participação política das classes populares. Tal dinâmica decorre de características estruturais da economia, da sociedade e do Estado brasileiros, que se inseriram tardiamente e de modo dependente no capitalismo mundial. Correndo o risco de sermos excessivamente genéricos, gostaríamos de apontar que esse fenômeno se verificou nos momentos mais significativos do processo de modernização capitalista do Brasil, como em 1888-1889 e em 1930.

Para não nos estendermos em demasia, consideremos o caso da ruptura política de 1930. A chamada República Oligárquica, principalmente a partir da posse de Prudente de Moraes em 1894, foi o período em que a política econômica e social do Estado privilegiou

¹ Trabalho redigido e apresentado em 2012 na edição daquele ano do Fórum Econômico da FGV-São Paulo. Inédito no Brasil. Publicado em *Documentos y Comunicaciones*. Buenos Aires, Pimsa, 2014.

os interesses do capital cafeeiro.² Se é verdade que o café implantou as condições mínimas para o crescimento industrial, também é certo que bloqueou uma política econômica promotora do processo de industrialização.³ A liquidação da hegemonia da burguesia cafeeira no interior do bloco no poder, que permitiu a unificação do mercado nacional e a remoção dos obstáculos políticos à implantação de uma política econômica industrializante, essa liquidação só foi possível graças ao movimento tenentista que canalizou a insatisfação popular com a República Oligárquica de uma maneira politicamente eficiente.⁴ A pesquisa histórica demonstrou que a burguesia industrial de São Paulo – hipoteticamente a fração da classe dominante mais interessada na política industrialista – apoiou, na eleição de março de 1930, o candidato situacionista do Partido Republicano Paulista e não a candidatura dissidente de Getúlio Vargas.⁵

Acresce que, durante todo o período populista, diante dos compromissos e das hesitações da burguesia industrial, foram os trabalhadores urbanos que se constituíram no recurso político fundamental para levar de vencida ou para contornar as resistências persistentes – e negligenciadas na maior parte da historiografia – da velha burguesia do café e do capital estadunidense à política de industrialização capitalista.⁶ As crises políticas do período 1930-1964 mostram o cruzamento de duas contradições: sucessivas tentativas restauradoras da burguesia cafeeira – em 1932, em 1945 e em 1954 – se combinam, de maneira diferente em cada caso, com a pressão da luta reivindicativa do movimento operário e popular. Os governos populistas defendiam-se da ação política restauradora da burguesia

2 Perissinotto, 1994.

3 S. Silva, 1981.

4 Santa Rosa, 1976.

5 Fausto, 1970.

6 Boito, 1982.

cafeira apoiando-se no movimento operário e popular.⁷ Na crise de 1954, por exemplo, a burguesia industrial, preocupada com o crescimento da atividade reivindicativa do operariado urbano e, particularmente, com a posição considerada muito condescendente do governo Vargas diante de tal movimento, acabou aderindo à conspiração golpista. O resultado foi o retrocesso imposto por Café Filho ao programa de industrialização.⁸ É certo que, a despeito da exclusão das classes populares do sistema político pelo golpe de Estado de 1964, verificou-se, após um período de crise e estagnação, um quinquênio de forte desenvolvimento capitalista entre 1968 e 1973. Mas, já no final da década de 1970, quando os países centrais iniciaram a pressão para a abertura dos mercados dos países periféricos, a grande burguesia brasileira, que se encontrava social e politicamente isolada, não logrou resistir por muito tempo à pressão vinda do centro do sistema mundial. O resultado foi a alternância entre estagnação e crescimento econômico fraco nas décadas de 1980 e de 1990, bem como a perda de posição da burguesia brasileira na economia nacional.⁹

Foi na década de 2000, com a ascensão à Presidência da República de candidatos oriundos do Partido dos Trabalhadores (PT), que o capitalismo brasileiro voltou a apresentar taxas um pouco mais altas de crescimento econômico. Entendemos que temos aí um novo episódio em que a intervenção política dos trabalhadores propicia um novo impulso ao capitalismo no Brasil. Não estamos presenciando algo tão importante quanto foi a quebra da prolongada hegemonia do grande capital cafeeiro. Porém, até para que os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff pudessem, de modo tímido e sinuoso, superar a estagnação que predominou na década de 1990, até para

7 Saes, 1979.

8 Boito, 1982.

9 Diniz & Boschi, 2004; Bielschowsky & Stumpo, 1995; Boito, 1999.

isso revelou-se importante a intervenção do elemento popular em nossa história política. Foi um partido criado pelo movimento sindical e popular, o PT, que retomou a proposta da intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A FRENTE POLÍTICA NEODESENVOLVIMENTISTA

Quero neste texto desenvolver a ideia de que se formou no Brasil do século XXI uma frente política, que denomino neodesenvolvimentista, que foi a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetada pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Vivemos, hoje, uma situação política que, em seus traços mais gerais, apresenta semelhanças com aquela indicada acima para o período desenvolvimentista e populista.

O capitalismo brasileiro mudou e a estrutura de classes se transformou muito. Hoje, os assalariados urbanos são, no setor privado, um contingente com longa experiência de luta sindical e, no setor público, trabalhadores, em grande parte, concursados e, por isso, com maior capacidade de pressão. Desde a crise da ditadura militar, há mais de 30 anos, os funcionários públicos vêm aprendendo a praticar o sindicalismo. Os assalariados dispõem, além disso, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que é a mais longeva central sindical da história do Brasil. Essa situação difere muito daquela vivida pela classe operária do imediato pós-30: recém-egressa do campo, sem experiência de organização e de luta reivindicativa e muito sensível ao apelo populista. As empresas brasileiras, por sua vez, estão mais integradas ao capitalismo internacional do que as empresas industriais e de serviços da época de Vargas. O apelo nacionalista não encontra hoje, entre a classe dominante, a mesma audiência que encontrou no passado. Entretanto, tanto no período populista e desen-

volvimentista quanto hoje constatamos a existência de uma frente política ampla, policlassista e de certo modo instável formando a base de sustentação da política de desenvolvimento, e, embora o populismo e o nacionalismo não tenham a importância que tiveram no passado, eles também estão presentes na frente política que se formou no século XXI.

Destaco, logo de início, aquelas que me parecem ser algumas das características importantes da atual frente política: a) essa frente é dirigida pela grande burguesia interna brasileira;¹⁰ b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, camponato e trabalhadores da massa marginal;¹¹ c) a frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder; e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa – essa é a nossa hipótese de trabalho – o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado, mas, também, no setor público. Estamos falando, então, das relações de frações da classe dominante, presentes no bloco no poder, com as classes trabalhadoras, situadas fora desse bloco, e, especialmente, das vantagens políticas que a grande burguesia interna brasileira adquiriu pelo fato de ter logrado estabelecer, por intermédio da ação dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, uma aproximação com amplos setores populares.

¹⁰ Boito, 2012.

¹¹ Kowarick, 1975; Nun, 1978.

A frente política neodesenvolvimentista começou a se formar no decorrer da década de 1990. Na década anterior, elementos de ordem econômica e política tornavam os principais instrumentos de luta política e social recém-criados pelas classes trabalhadoras – o PT, a CUT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – infensos a qualquer aproximação política com o grande empresário. A força desses movimentos era grande e a inflação aguçava o conflito salarial.¹² No início da década de 1990, contudo, a situação mudou. A parte mais significativa da burguesia unificou-se em torno do programa neoliberal, o desemprego aumentou muito e o movimento sindical e popular, com exceção do MST,¹³ entrou em refluxo.¹⁴ Na segunda metade da década de 1990, começaram a surgir sinais de mudança. Um setor da grande burguesia interna, que também havia apoiado o programa neoliberal, ainda que de modo seletivo, foi acumulando contradições com esse mesmo programa.¹⁵ Foi nesse quadro – marcado, de um lado, por dificuldades crescentes para o movimento sindical e popular e, de outro lado, pelo fato de um setor da burguesia começar a rever suas posições diante de algumas das chamadas reformas orientadas para o mercado – que se criaram as condições para a construção de uma frente política que abarcasse setores das classes dominantes e das classes dominadas.

Essa frente, organizada fundamentalmente pelo PT, chegou ao poder governamental em 2003 com a posse do primeiro governo Lula.¹⁶ Não se tratava, agora, de uma frente que se pudesse denominar populista e, ademais, tampouco o seu programa poderia ser identi-

¹² Almeida, 1996.

¹³ Coletti, 2002.

¹⁴ Boito, 1999.

¹⁵ Demonstramos isso na pesquisa que fizemos sobre os posicionamentos da Fiesp diante da política econômica do segundo governo FHC (Boito, 1999). Ver, sobre o mesmo tema, o trabalho de Álvaro Bianchi (Bianchi, 2004).

¹⁶ Boito, 2002.

ficado com o programa do velho desenvolvimentismo. Tratemos, então, de apresentar, de modo sintético e ainda inicial, o programa e os personagens dessa frente.

O PROGRAMA NEODESENVOLVIMENTISTA

Por que recorrer ao termo “desenvolvimentista”? De maneira tentativa e inicial, diríamos que é porque esse é um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país. Para buscar o crescimento econômico, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff lançaram mão de alguns elementos importantes de política econômica e social que estavam ausentes nas gestões de Fernando Henrique Cardoso. Sem a pretensão de sermos exaustivos, enumeraremos a título inicial alguns elementos que têm sido destacados por parte da bibliografia: a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo e que, portanto, têm maior impacto no crescimento da demanda; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juros favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais;¹⁷ d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica; e) incremento do investimen-

¹⁷ Dalla Costa, 2012.

to estatal em infraestrutura. Mais recentemente, o governo Dilma iniciou mudanças na política de juros e cambial, reduzindo a taxa básica de juros e o *spread* bancário e intervindo no mercado de câmbio para desvalorizar o real, visando baratear o investimento produtivo e oferecer uma proteção – muito tímida, é verdade – ao mercado interno. Devido a esses elementos, e apesar de eles não romperem com o modelo econômico neoliberal herdado da década de 1990, optamos por utilizar a expressão desenvolvimentista para denominar esse programa.

E por que empregar o prefixo “neo”? Porque as diferenças com o velho desenvolvimentismo do período 1930-1980 são significativas. O *neodesenvolvimentismo* é o *desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal*. O problema é complexo e esse é um tema sobre o qual não desejo ser taxativo. Por ora, destacaríamos seis diferenças. O neodesenvolvimentismo: a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que o propiciado pelo velho desenvolvimentismo; b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC; c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do par que industrial local;¹⁸ d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; e) tem menor capacidade distributiva da renda; e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e anti-imperialista. Todas essas seis características, que se encontram estreitamente vinculadas umas às outras, fazem do neodesenvolvimentismo um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor, e tais características advêm do fato de o neodesenvolvimentismo ser a polí-

¹⁸ Bresser-Pereira, 2012.

tica de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal.¹⁹

De fato, esse último modelo pode ser definido, sucintamente, como resultado de uma dupla pressão: dos Estados imperialistas sobre as economias dependentes e da classe capitalista sobre os trabalhadores.²⁰ Nas condições históricas vigentes nas três últimas décadas do século passado, essa dupla pressão foi bem-sucedida e resultou nas denominadas “reformas orientadas para o mercado”: abertura dos mercados de bens, de serviços e financeiros dos países periféricos; proeminência dos circuitos de acumulação financeira; privatização de empresas e serviços públicos; supressão de direitos trabalhistas e sociais. Se atentarmos para cada um desses pilares do modelo capitalista neoliberal, veremos sem dificuldade que a política neodesenvolvimentista não pode, sem romper com tais pilares, aumentar significativamente o investimento público, priorizar o mercado interno ou encetar uma política vigorosa de distribuição de renda. Após essa caracterização inicial do programa neodesenvolvimentista, indiquemos, também de modo inicial, os personagens dessa história.

¹⁹ Essa denominação enseja polémica. Vários economistas têm enfatizado o processo de desindustrialização em curso no Brasil. Mantemos, ao menos por enquanto, tal denominação porque: a) os governos Lula e, principalmente, o governo Dilma tentam contrariar, sem romper com o modelo neoliberal, os efeitos desindustrializantes de tal modelo. Ao longo do biênio 2011-2012, Dilma Rousseff tomou uma série de medidas na área do câmbio, dos juros, dos impostos e das compras de Estado nessa direção; b) parece-nos que se pode falar em neodesenvolvimentismo ainda que a indústria de transformação não tenha, como de fato não tem, o papel que teve no velho desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2012); e c) o neodesenvolvimentismo envolve, também, uma política social de transferência e distribuição de renda – aumentos reais do salário mínimo e políticas compensatórias. Para uma abordagem que pode colocar em questão a denominação “neodesenvolvimentista”, ver os textos de Wilson Cano (2012) e de Reinaldo Gonçalves (2012).

²⁰ Boito, 1999; Duménil & Lévy, 2006; Harvey, 2005.

AS CLASSES E FRAÇÕES DE CLASSE QUE INTEGRAM A FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA

Vejamos as classes e frações de classe que, agindo como forças sociais ativas, são os personagens responsáveis pela cristalização e pela implementação dessa política de desenvolvimento.

A grande burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista, encontra-se distribuída por diversos setores da economia – mineração, construção pesada, a cúspide do agronegócio, a indústria de transformação e, em certa medida, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional. O que unifica essas grandes empresas é a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro. Alguns autores chegaram a sustentar que a chamada globalização estava produzindo uma burguesia mundial homogênea.²¹ Não é o que indica o caso do Brasil.²² Pois bem, a priorização dos interesses dessa fração do grande capital interno pelo Estado brasileiro nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff aparece em inúmeros aspectos da política econômica. Um elemento fundamental é a busca de superávits na balança comercial que favoreceu enormemente o agronegócio, a mineração e outros setores ligados à exportação de produtos agropecuários e de recursos naturais. A política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a poderosa instituição financeira estatal que passou incólume pela onda de privatização da década de 1990, passou a contar com um orçamento muitas vezes maior que aquele de que dispunha na década de 1990 e a priorizar um reduzido número de grandes empresas predominantemente na-

²¹ Mighioli, 1998.

²² Martuscelli, 2010.

cionais como receptores dos programas de empréstimos a juros favorecidos ou subsidiados.²³ A política de compras do Estado brasileiro e das grandes empresas estatais também mudou sob os governos neodesenvolvimentistas. Essa política passou a priorizar as grandes empresas predominantemente nacionais ou implantadas no Brasil. Finalmente, a política externa do Estado brasileiro articulou-se com essa nova política econômica e também de modo a priorizar os interesses da grande burguesia interna. Um fato importante nessa área foi o arquivamento das negociações em torno da Alca, bem como o fortalecimento do Mercosul. Aliás, nesse importante episódio da política externa, grandes empresários e o movimento sindical e popular acabaram convergindo para uma mesma posição.²⁴ A grande burguesia interna é a força que mais ganha com a política neodesenvolvimentista.

No campo das classes dominadas, o operariado urbano e a baixa classe média, por intermédio do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores, têm uma participação organizada na frente neodesenvolvimentista. Na verdade, foram essas forças que criaram aquele que iria se tornar o instrumento partidário dessa frente – o PT. O que se passou desde então foi que esse partido, que lutava, ao longo da década de 1990, pela implantação de um Estado de bem-estar social no Brasil e pelo reforço do capitalismo de Estado, esse partido foi atraído pela grande burguesia interna, que vinha fazendo crítica moderada ao neoliberalismo, e, na virada da década de 1990 para a década de 2000, mesclando sua tradição de origem com a insatisfação burguesa, converteu-se, de modo empírico e marcado pelas circunstâncias, no criador e no instrumento partidário do neodesenvolvimentismo. O operariado e a baixa classe média continuaram presentes no PT, apenas que, agora, ocupando a posição de base so-

²³ Bugiato, 2012.

²⁴ Boito & Berringer, 2012.

cial, mas não mais de força dirigente desse partido. Os assalariados ganharam algo com o neodesenvolvimentismo. O crescimento econômico permitiu uma significativa recuperação do emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial. As novas condições econômicas e políticas favoreceram muito a organização e a luta sindical, propiciando um grande aumento no número de greves e permitindo novas conquistas salariais dos trabalhadores num evidente contraste com aquilo que ocorreu com o sindicalismo na década de 1990.²⁵

O conflito salarial, que é um conflito econômico opondo empregados e empregadores, não deve obscurecer a unidade política de ambas as partes em torno de objetivos políticos comuns. Os sindicatos de trabalhadores têm representantes seus, ao lado dos representantes do grande empresariado, em muitos organismos consultivos do governo. Têm sido frequentes, também, as campanhas conjuntas organizadas por associações de grandes empresários da indústria e pelas centrais sindicais para pressionar o governo a dar proteção alfandegária para a indústria local e baixar a taxa básica de juros da economia. Nos últimos meses, e como resultado dessa pressão conjugada, é que o governo Dilma vem mudando a política de juros e cambial.

O campesinato também está presente na frente neodesenvolvimentista e também de forma organizada. O segundo governo FHC perseguiu e criminalizou os movimentos camponeses; com a ascensão de Lula da Silva, esses movimentos tiveram seu direito à reivindicação reconhecido pelo governo. Organizações de luta pela terra, a começar pela mais importante que é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e organizações baseadas em camponeses e em trabalhadores rurais assalariados, como a Confederação

²⁵ Boito & Marcelino, 2010.

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), representam a diversidade de situações do trabalhador do campo. Podemos distinguir, além da diferença de classe entre trabalhadores assalariados e camponeses, distintas camadas no interior do campesinato. O camponês remediado, que está presente principalmente na Contag e no setor de camponeses assentados do MST, reivindica assistência técnica, financiamento para a produção, mercado e preço para seus produtos. Os governos neodesenvolvimentistas têm atendido, em parte, essas reivindicações com o financiamento à agricultura familiar, que cresceu muito quando comparado com o que havia na era FHC, e com programas de compras governamentais da produção camponesa – por exemplo, no fornecimento de produtos para a merenda escolar (MST, 2009). O campesinato pobre, que corresponde aos camponeses sem-terra ou com pouca terra, reivindica a desapropriação das terras ociosas e uma política agressiva de abertura de novos assentamentos. Essa camada camponesa é a mais marginalizada pela frente neodesenvolvimentista. Os governos Lula e Dilma reduziram muito as desapropriações de terra. O agronegócio tem um peso importante na política neodesenvolvimentista, fato que bloqueia a política de desapropriações.²⁶

Os trabalhadores desempregados, subempregados, vivendo do trabalho precário ou “por conta própria” representam o ponto extremo da frente neodesenvolvimentista e entretêm com ela uma relação bem particular. Essa “massa marginal” reside principalmente na periferia dos grandes centros urbanos do país e no interior da região Nordeste. Convém distinguir dois setores na massa marginal. Parte dessa massa está organizada em movimentos populares reivindicativos, os chamados “movimentos de urgência”, como os movimentos por moradia e os de desempregados. O movimento de desempre-

²⁶ Scarso, 2012.

gados é fraco no Brasil quando comparado com os similares de países como a Argentina e a França.²⁷ Mais importante pelo seu peso político e social é o movimento por moradia. Ele é formado por muitas e variadas organizações que atuam em grandes e médias cidades brasileiras, as quais mobilizam dezenas de milhares de famílias e se orientam por concepções políticas variadas.²⁸ Há desde movimentos que reivindicam tão somente a casa própria para seus participantes até aqueles que pressionam pela mudança da política habitacional do governo ou mesmo que propagandeiam a necessidade de lutar pela mudança do conjunto do modelo econômico vigente. As vitórias desses movimentos na luta reivindicativa aparecem, no nível local, na conquista de imóveis e de terrenos urbanos por meio da ação direta e, no plano da política nacional, em medidas governamentais de política habitacional. O efeito mais importante dos movimentos por moradia foi a alteração da política habitacional do Estado brasileiro. Durante a década de 1990, a União abandonou a política de construção de moradia popular. No segundo governo Lula, foi criado o programa habitacional de grande amplitude denominado “Minha casa, minha vida”, que rompeu com a omissão da União nessa área. Esse programa continua sendo implementado pelo governo Dilma²⁹ e ensejou uma convergência de interesses entre os sem-teto e todo um ramo da construção civil – a convergência de interesses não exclui a luta em torno do modelo de casa, do modo de financiamento e de outros pontos do programa.³⁰

Outra parte da chamada “massa marginal” é social e politicamente desorganizada. Ela foi incluída na frente neodesenvolvimentista graças às políticas de transferência de renda dos governos Lula

da Silva e Dilma Rousseff. O programa “Bolsa Família”, destinado às famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza, e o chamado “Benefício de Prestação Continuada”, destinado a idosos e a pessoas com deficiência, são os principais instrumentos dessa política. Essa massa pauperizada não intervém de forma organizada na frente política neodesenvolvimentista. Os governos Lula e Dilma optaram por lhes destinar renda sem se preocupar – nem esses governos, nem o seu partido, o PT – em organizá-los. Eles formam uma base eleitoral desorganizada e passiva que é convocada a intervir no processo político apenas por intermédio do voto para sufragar os candidatos da frente neodesenvolvimentista. A relação dos governos da frente com essa base eleitoral dá continuidade à tradição populista da política brasileira. Na relação política populista, os trabalhadores obtêm ganhos reais – e, isso, ao contrário do que afirmam os observadores liberais para quem o populismo seria mera “demagogia”; porém, esses ganhos são muito limitados e justamente porque os seus beneficiários se mantêm política e ideologicamente dependentes das iniciativas do governo.

Embora ampla e contraditória na sua composição de classe, a frente política neodesenvolvimentista existe e atua como tal. As forças que a integram, embora entrem em conflito, muitas vezes duro, em torno de questões econômicas como salário, direitos trabalhistas e sociais, desapropriação de terra e outras, em momentos críticos do processo político nacional, essas forças têm agido conjuntamente. Foi assim em 2002, na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que ficou conhecida como “Crise do Mensalão” e chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a Presidência da República, e novamente em 2010, na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff. Em todos os momentos críticos citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses,

²⁷ Amorim, 2012; Figueiredo Filho & Souza, 2012.

²⁸ Oliveira, 2010.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Hirata & Oliveira, 2012.

movimentos populares por moradia, bem como o eleitorado pobre e desorganizado, apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os governos e as candidaturas Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ao agirem assim, tais forças sociais, mesmo que movidas por interesses distintos, evidenciaram fazer parte de um mesmo campo político.³¹

AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DA FRENTE

Um capítulo à parte seria o exame das contradições existentes no interior da frente neodesenvolvimentista. Essas contradições estimulam movimentos centrífugos e, tanto à esquerda quanto à direita, as forças que têm interesse em desagregar a frente exploram, com esse objetivo, as suas contradições internas. Uma reflexão sobre essa matéria permitiria conjecturarmos sobre a solidez e a provável duração dessa frente política. Dado o limite de espaço, farei, a título de considerações finais, apenas algumas indicações sobre essa matéria.

Há contradições no seio da grande burguesia interna: entre o capital bancário e o capital produtivo na questão da política de juros e de rolagem da dívida pública,³² entre a indústria de transformação

³¹ Estamos considerando basicamente os conflitos de classe porque são eles que predominam na sociedade brasileira atual. Há, contudo, conflitos que transcendem e atravessam de maneiras variadas e complexas o conflito de classe: a luta das mulheres, do movimento negro, dos homossexuais e indígenas. Nesses casos, as fronteiras políticas do conflito de classe podem se tornar tênues, mormente numa situação como a brasileira, que não é uma situação revolucionária. No que respeita a tais conflitos, os governos da frente neodesenvolvimentista têm, em geral, apresentado uma posição mais progressista que a dos governos do PSDB, o que também assegura à frente maior apoio popular. No caso das cotas raciais para as universidades públicas, por exemplo, o preconceito meritocrático da alta classe média, que é a base social ativa do PSDB, limita a eventual ação reformadora dos parlamentares e governantes tucanos nessa área.

³² Dias, 2012; Minella, 2004.

e o agronegócio na questão dos acordos internacionais,³³ e entre seções regionais dessa fração burguesa.³⁴

Há, mais ainda, contradições entre as classes trabalhadoras e as diferentes frações da burguesia: entre as diferentes camadas do campesinato e o agronegócio, entre os assalariados do setor privado e a burguesia, entre os assalariados do setor público e a burguesia que aspira a reduzir o gasto do Estado com pessoal.

O quadro se torna mais complexo ainda porque as relações internacionais incidem sobre a política interna. O ingresso da Venezuela no Mercosul dividiu opiniões no seio da frente desenvolvimentista. Parte da grande burguesia interna viu nesse ingresso novas perspectivas de investimento – foi o caso das grandes construtoras –, enquanto parte se mostrou temerosa diante dos prováveis impactos dessa decisão nas relações com os Estados Unidos e a União Europeia.

No movimento sindical e popular, tais contradições se traduziram na criação de novas organizações e em luta interna e dissidências em organizações já existentes. Foram criadas duas centrais sindicais que fazem oposição ao governo Dilma Rousseff – a Conlutas e a Intersindical.³⁵ Essas centrais reúnem, basicamente, trabalhadores do setor público,³⁶ e, embora sejam centrais minoritárias, os sindicatos a elas filiados têm tido um papel importante na recente onda de greves do funcionalismo. No interior do MST, surgiu uma luta entre duas linhas – a linha amplamente majoritária, que defende a permanência do movimento no campo de apoio crítico ao governo Dilma, e outra, minoritária, que pretende romper com o governo.³⁷

³³ Boito & Berringer, 2012.

³⁴ Farias, 2009.

³⁵ Galvão, 2012.

³⁶ Galvão; Marcelino & Trópia, 2011 e 2012.

³⁷ L. H. Silva, 2012.

Tais contradições e tais dissidências, contudo, não comprometem a unidade geral da frente neodesenvolvimentista. A contradição que continua polarizando a política nacional é aquela que opõe o campo neodesenvolvimentista ao campo neoliberal ortodoxo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Crise econômica e interesses organizados: O sindicalismo no Brasil nos anos 80*. São Paulo, Edusp, 1996.
- AMORIM, Elaine R. A. "Particularidades dos movimentos de desempregados no Brasil, na França e na Argentina". In: BOITO JR., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- BIANCHI, Álvaro. *O ministério dos industriais – A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de doutorado. Campinas, IFCH-Unicamp, 2004.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo A. & STUMPO, Giovanni. "Empresas transnacionais y cambios estructurales en la industria de Argentina, Brasil, Chile e México". *Revista de la Cepal*, n. 55. Santiago, 1995.
- BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.
- _____. "Neoliberalismo e relações de classe no Brasil". In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê: "Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil". *Revista Ideias*, n. 9 (1). Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- _____. "A nova burguesia nacional no poder". In: BOITO JR., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- BOITO JR., Armando & MARCELINO, Paula. "O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000". *Cadernos do CRH*, vol. 23, n. 59, 2010.
- BOITO JR., Armando & BERRINGER, Tatiana. "A frente neodesenvolvimentista e a política externa nos governos Lula e Dilma". Campinas, 2012 (mimeo.).

- BOITO JR., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Estratégia nacional e desenvolvimento". *Revista de Economia Política*, vol. 26, n. 2 (102), abril-junho de 2006.
- _____. "Um novo pacto social para o desenvolvimento?". Curitiba, UFRP, VIII Encontro Empresas, Empresário e Sociedade, 2012.
- BUGIATO, Caio. "O papel do BNDES na expansão dos negócios da burguesia interna brasileira". Curitiba, UFRP, VIII Encontro Empresas, Empresário e Sociedade, 2012.
- CANO, Wilson. "A desindustrialização no Brasil". *Textos para discussão*, n. 200. Campinas, IE-Unicamp, janeiro de 2012.
- COLETTI, Claudinei. "Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal". In: BOITO JR., Armando (org.). Dossiê: "Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil". *Revista Ideias*, n. 9 (1). Campinas, IFCH-Unicamp, 2002.
- DALLA COSTA, Armando et al. *Desenvolvimento e crise na América Latina. Estado, empresas e sociedade*. Curitiba, Editora CRV, 2012.
- DIAS, Rodolfo Palazzo. *Organização e posicionamento político dos bancos no Governo Lula*. Dissertação de mestrado. Campinas, IFCH-Unicamp, 2012.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. *Empresários, interesses e mercado. Dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, Iuperj, 2004.
- DUMÉNIL, Gérard & LÉVY, Dominique. "Une théorie marxiste du néolibéralisme". *Actuel Marx. Fin du néolibéralisme?*, n. 40. Paris, PUF, 2006.
- FARIAS, Francisco. "Frações burguesas e bloco no poder". *Crítica Marxista*, n. 28, 2009.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930 – Historiografia e história*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- FIGUEIREDO FILHO, Carolina B. G. & SOUZA, Davisson C. C. "O sindicalismo e a luta dos desempregados na década de 2000". In: BOITO JR., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- GALVÃO, Andréia. "A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula". In: BOITO JR., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.).

- Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula & TROPIA, Patrícia. "As bases sociais da Conlutas": Relatório de pesquisa. Campinas, 2011.
- . "As bases sociais da Intersindical". Relatório de pesquisa. Campinas, 2012.
- GOÑCALVES, Reinaldo. "Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas". PDF, 2012.
- HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford, Oxford University Press, 2005.
- HIRATA, Francini & OLIVEIRA, Nathalia C. "Os movimentos dos sem-teto de São Paulo no contexto neoliberal". In: BOITO Jr., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. "A burguesia mundial em questão". *Crítica Marxista*, n. 30, 2010.
- MIGLIOLI, Jorge. "Burguesia e neoliberalismo: Política e economia nos anos recentes". *Crítica Marxista*, n. 6, 1998.
- MINELLA, Ary César. "O discurso empresarial no Brasil: Com a palavra os senhores banqueiros". Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~minella>>; acesso em 4/5/2004.
- MST (2009). "Reforma agrária X agronegócio". Disponível em <<http://www.mst.org.br/node/6713>>; acesso em 6/6/2012.
- NUN, José. "Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal". In: PEREIRA, Luiz (org.). *Populações marginais*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.
- OLIVEIRA, Nathalia Cristina. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp, 2010.
- PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- SANTA ROSA, Virgíno. *O sentido do tenentismo*. 3. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SCARSO, Aline. "E a reforma agrária, presidente Dilma?". *Jornal Brasil de Fato*, 10 de abril de 2012. Disponível em <www.brasildfato.com.br>; acesso em 6/6/2012.
- SILVA, Luciana Henrique. "Acampados e assentados: Pesquisa sobre a base social do MST". Campinas, 2012 (mimeo.).
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro, Alfa-Omega, 1981.
- SOUZA, Davisson C. C. de. *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002: Unidade e fratura entre o exército de operários ativo e de reserva*. Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo, FFLCH-USP, 2010.

O LULISMO, O POPULISMO E O BONAPARTISMO¹

O lulismo é um dos fenômenos políticos mais importantes do Brasil do século XXI. Ele pode ser comparado, como alguns já o fizeram, ao varguismo que dominou a política brasileira entre 1930 e 1964. As semelhanças existem. Ambos os fenômenos apresentam uma ampla base popular que é, contudo, desprovida de organização política e ambos implantaram uma política de intervenção do Estado na economia para estimular o crescimento econômico, para ampliar a margem de manobra do Estado brasileiro diante dos países imperialistas e para promover uma moderada distribuição de renda. Alguns analistas e observadores da política brasileira caracterizaram o lulismo como uma nova variante do populismo brasileiro.² Alguns anos depois, André Singer e outros autores introduziram um elemento novo no debate ao caracterizar o lulismo como uma variante do bonapartismo.³

Neste artigo, queremos indicar, em primeiro lugar, por que é correto caracterizar o lulismo como populismo e, mais exatamente,

¹ Artigo inédito redigido em setembro de 2017.

² Eu próprio apresentei tal caracterização considerando o lulismo um neopopulismo. Ver "A hegemonia neoliberal no governo Lula" (Boito Jr., 2003). Cf. <<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>>. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina foi analisada já na década de 1990 por vários cientistas políticos. Ver Saes, 1994.

³ Singer, 2012.

como um neopopulismo. Fazemos desde já uma advertência: o lulismo não se circunscreve à liderança política de Lula. Apenas na sua aparência o populismo depende exclusivamente da figura pessoal do líder. Embora faça parte da realidade, essa aparência é enganosa. Nas suas determinações mais profundas, o populismo transcende a figura do líder. Por não entenderem isso, muitos foram surpreendidos pela eleição e pela reeleição de Dilma Rousseff, já que, pensavam eles, o “carisma”, ao qual erroneamente atribuíam a liderança de Lula, deveria ser, de acordo com o seu próprio conceito, pessoal e intransferível. Em segundo lugar, pretendemos indicar os equívocos que cometem os autores que caracterizam o lulismo como um tipo de bonapartismo. Por último, ao longo do texto, procuraremos evidenciar a importância das questões teóricas e políticas envolvidas nessa discussão, pois ela poderia parecer, à primeira vista, uma discussão meramente taxonômica.

OS CONCEITOS

Grande parte da historiografia brasileira contemporânea abandonou o conceito de populismo. Procederam assim tanto historiadores que são críticos da herança varguista quanto uma parte daqueles que defendem tal herança. Nós entendemos, contudo, que esse conceito resistiu à crítica e segue válido. Mais que isso, o conceito de populismo é imprescindível para a compreensão da atualidade política brasileira e latino-americana. As cenas propiciadas em 2017 pela “Caravana Lula pelo Brasil”, em que o ex-presidente, perseguido e difamado pelo Judiciário e pela mídia, foi recebido em júbilo pela massa empobrecida e politicamente desorganizada no Sertão Nordeste, essas cenas deveriam servir de alerta para os autores que tentaram banir o conceito de populismo da historiografia do Brasil republicano. Ao longo da exposição, e com o intuito de informar o

leitor e precisar o conceito de populismo que utilizamos, faremos referências críticas a essa historiografia.

Ambos os conceitos, populismo e bonapartismo, são objeto de extensa discussão nas ciências sociais e, o que muitos não percebem, é que tanto um termo (populismo) quanto o outro (bonapartismo) servem, cada um deles, para designar conceitos distintos. Populismo é polissêmico e bonapartismo, também. Ora, sabemos que, para não nos desviarmos para discussões exclusivamente terminológicas, que podem erroneamente ser percebidas como discussões conceituais, é importante não confundir, como diriam os linguistas, o significante com o significado. O significante “grama” pode significar relva ou unidade de medida de massa; o significante “manga” pode significar uma fruta ou a parte da camisa que cobre os braços. O significante populismo pode significar várias coisas e o significante bonapartismo, também. Quando lemos “populismo” ou “bonapartismo” é preciso, então, se perguntar sobre o significado concreto que tais palavras assumem no texto. Para a discussão conceitual, embora a palavra não seja de todo indiferente, o que interessa realmente é o significado com que ela é usada, isto é, a ideia que representa, ou seja, o conceito que a palavra “veste”.⁴

A palavra populismo, no discurso de observadores e analistas liberais, significa meramente demagogia, isto é, uma liderança inescrupulosa que ludibria as massas desinformadas; já em textos escritos por weberianos, a palavra significa liderança carismática, aquela que decorre dos atributos pessoais e intransferíveis do líder; finalmente, em textos marxistas, a palavra populismo significa liderança apoiada em base popular que aspira à distribuição da renda e perma-

4 Para a definição do conceito de populismo, vou retomar parcialmente a discussão que fiz sobre esse tema em trabalhos anteriores; o debate sobre o lulismo impõe revisitar o debate sobre o varguismo e assemelhados. Ver Boito Jr., 1982; ver também Boito Jr., 2005, pp. 19-46. Ambos os textos se encontram disponíveis para *download* nas redes acadêmicas *Academia.edu* e *ResearchGate*.

nece, por nutrir ilusões sobre a função do Estado, politicamente desorganizada. Apenas para esse último conceito cabe falar em ideologia populista. Os autores que utilizam os conceitos de líderes demagogos e líderes carismáticos, caracterizações que de resto podem se mesclar, entendem que o populismo seria, justamente, uma política desprovida de qualquer ideologia. Na vida intelectual brasileira, esse tipo de análise foi gestado no chamado Grupo Itatiaia, um núcleo de intelectuais cariocas da década de 1950 de onde nasceu o antigo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) do Rio de Janeiro. A revista desse grupo, o *Cadernos do Nosso Tempo*, publicou, em 1954, um artigo pioneiro, e que se tornou muito influente na análise do populismo brasileiro, intitulado "O que é o adhemarismo?". A resposta à pergunta do título era que, diferentemente do liberalismo burguês e do socialismo operário nascidos na Europa, o adhemarismo seria uma política de massa, não de classe, desprovida de ideologia e sob a tutela de um líder carismático.⁵ Portanto, apesar da

5 "O que é o adhemarismo?". *Cadernos do Nosso Tempo* n. 2, janeiro-junho de 1954. O artigo é apócrifo, mas corretamente é atribuído a Hélio Jaguaribe. Os autores marxistas criticaram o formalismo e os equívocos de tal definição. Ver Saes, 1984. Como análise alternativa do populismo cabe citar os artigos pioneiros de Francisco Weffort reunidos, alguns anos após sua publicação em revistas diversas, no livro *O populismo na política brasileira* (Weffort, 1978). Infelizmente, ainda hoje, muitos historiadores que efetuam a crítica do conceito de populismo procedem como se a citada definição formalista de populismo fosse a única existente. Procedendo assim, facilitam o seu trabalho de rejeitar o conceito, mas não contribuem em nada para a compreensão do fenômeno. Um autor que adota esse procedimento é Jorge Ferreira. Ver o seu artigo "O nome e a coisa: O populismo na política brasileira" (Ferreira, 2001). Esse autor criticou e recusou o conceito de populismo e o fez procurando resgatar, de modo positivo, a herança varguista. Ele pretende aproximar o trabalho brasileiro da antiga social-democracia europeia. Parece-nos haver aí uma flagrante impropriedade na análise histórica. Os partidos operários socialistas e comunistas europeus, como partidos operários de massa que eram, lograram implantar na Europa um Estado de bem-estar social, enquanto o PTB brasileiro, um partido de quadros e dependente da estrutura sindical, não foi além da conquista de uma cidadania social restrita e desigual.

coincidência vocabular, já que todos utilizam a palavra populismo, no plano do conceito, isto é, da ideia, as diferenças entre os analistas é grande: uns estão falando em demagogia, outros, em carisma, e outros ainda, em ideologia.

As diferenças são importantes também no plano da ação política, que, embora se distinga da análise teórica, não se encontra desvinculada dessa última. A concepção liberal do populismo caracteriza um fenômeno político no mesmo ato em que o denuncia e o combate a partir de uma visão elitista e antipopular. A concepção marxista do populismo, reconhecendo, ao mesmo tempo, o seu aspecto progressista - distribuição da renda - e o seu aspecto conservador - manutenção das massas em estado de desorganização política -, pode, dependendo da conjuntura concreta, tanto ensejar o apoio crítico à liderança populista quanto o combate à sua ação. E quando a combater assumirá tal posição ambicionando a organização política das massas, e não a eliminação de sua participação política, que é o que objetivam os liberais. Essas diferenças teóricas e políticas entre os diferentes conceitos de populismo passam muitas vezes despercebidas não só pelo fato de a palavra utilizada pelos diferentes autores ser a mesma, mas também porque os fenômenos históricos aos quais esses autores estão se referindo são, *grosso modo*, também os mesmos: as lideranças de Getúlio Vargas, de Leonel Brizola, de Jânio Quadros e outros.

Vamos tentar avançar. Nós definimos o populismo, de maneira sintética, como o fetiche do Estado protetor. A individualização ou personalização da política, que é algo marcante tanto no populismo quanto no bonapartismo e que, na verdade, transcende ambos, já que é também algo que, em grau maior ou menor, está presente em todas as orientações políticas burguesas ou pequeno-burguesas na sociedade capitalista, essa personalização é manifestação, nesse caso, de uma ideologia estatista. O culto da figura do líder indica aqui o culto da instituição Estado.

Nós podemos desenvolver a ideia de fetiche do Estado a partir da conhecida análise de Marx sobre a relação do campesinato com Luís Bonaparte e com o Segundo Império francês e também a partir de textos de Lênin sobre a relação do campesinato com o Estado, os quais contêm, pelo menos em estado prático, a ideia de fetiche do Estado.⁶ E, convém adiantar, o fetiche do Estado é o elemento comum ao populismo e ao bonapartismo; há uma homologia, isto é, uma semelhança formal entre um fenômeno e outro. Os camponeses, pulverizados pelo individualismo do pequeno proprietário, encontram dificuldades para se organizar e tendem, por isso, a atribuir ao Estado capitalista, instituição formalmente universalista e aberta aos interesses de todos, a tarefa de agir em seu nome e no seu lugar. O camponês, esperando a ação do Estado, permanece politicamente desorganizado. A noção de fetiche é utilizada porque os camponeses ignoram que a ação do Estado depende, em primeiro lugar, da correlação política de forças. Imaginam, ao contrário, que o Estado é uma entidade livre e soberana, o que permite que os camponeses atribuam a ele, Estado, força e capacidade de ação que, em muitos casos, provêm, na verdade, da própria ação política do campesinato – a principal fonte do poder de Luís Bonaparte foi o apoio eleitoral do campesinato, classe majoritária da população francesa, para sua eleição como deputado, como presidente da República e também nos sucessivos plebiscitos do Segundo Império. O fenômeno é do mesmo tipo daquele que se verifica no fetichismo da mercadoria. Assim como o produtor atribui à mercadoria qualidades que resultam da sua própria atividade laborativa, o camponês atribui ao Estado a força que, na verdade, provém da participação política do próprio camponês.⁷

6 Lênin, 1975.

7 Não quero deixar em aberto uma questão conceitual: fetichismo não é alienação. A semelhança entre o primeiro desses conceitos, presente em *O capital*, e o segundo, presente apenas em rascunhos e pequenos textos do jovem Marx, é

Mas dissemos que o populismo é o fetiche de um tipo particular de Estado, aquele concebido como protetor. É o adjetivo protetor, que designa o conteúdo da política de Estado, que diferencia o populismo do bonapartismo. Este último é o fetiche do Estado ordem. Formalmente semelhantes, populismo e bonapartismo diferem no conteúdo. Os trabalhadores que servem de base social para uma relação populista esperam que o Estado, essa entidade supostamente universalista, livre e soberana, tome a iniciativa de protegê-los econômica e socialmente; os trabalhadores, sejam eles camponeses ou não, que se encontram na base de uma relação bonapartista, esperam que o Estado, que também consideram universalista, livre e soberano, tome a iniciativa de impor a ordem social, ameaçada por forças desagregadoras e subversivas.⁸ A primeira expectativa é alimentada pelos trabalhadores que foram a base social do varguismo e pelos trabalhadores que hoje são a base social do lulismo; a segunda expectativa foi alimentada pelo campesinato francês que esperava de Bonaparte a liquidação do movimento operário que crescia em Paris e que os camponeses percebiam como uma ameaça à ordem e à prioriedade privada.

VARGUISMO E LULISMO

É evidente que o Brasil das décadas de 1930 a 1950 era muito diferente do Brasil das décadas de 2000 e 2010. Os objetivos, as bases

meramente formal. Trata-se de dois conceitos distintos e pertencentes a problemáticas teóricas distintas: o conceito de fetichismo pertence à problemática do materialismo histórico; o de alienação, à problemática do humanismo teórico. Ver Boito Jr., 2013, pp. 43-54.

8 As lideranças políticas personalistas, autoritárias e xenófobas que proliferaram hoje na Europa e nos Estados Unidos não podem, dessa perspectiva, ser qualificadas como populistas.

sociais e os métodos políticos do varguismo e do lulismo apresentam diferenças, mas apresentam também traços gerais comuns. Vamos indicar por que é que se trata de duas variantes do populismo, o que possuem em comum e o que as diferencia. No próximo item, faremos a crítica das análises que caracterizam o lulismo como um tipo de bonapartismo.

O objetivo do varguismo era a industrialização capitalista do país, lançando mão do recurso de integrar no jogo político, ainda que em posição subalterna e controlada, a jovem classe operária recém-chegada do campo. Esse jovem operariado era suficientemente forte para obrigar que a política nacional o tomasse em consideração, mas, ao mesmo tempo, insuficientemente organizado, que foi o que possibilitou que o getulismo obtivesse êxito em sua política de integrá-lo de forma controlada. Os adversários do varguismo eram a fração burguesa que fora hegemônica entre 1894 e 1930, isto é, a grande burguesia compradora vinculada à exportação e à importação;⁹ o imperialismo estadunidense que, mais que o imperialismo europeu, relutava em aceitar a política industrialista de Vargas; e, por último, a alta classe média. A burguesia compradora e o imperialismo eram as forças dirigentes da antiga União Democrática Nacional (UDN), enquanto a alta classe média era a base social desse partido político. Vargas, para contornar ou levar de vencida os interesses congregados na UDN, dispunha do apoio e do controle da jovem classe operária do pós-30, de perfil socioeconômico e político distinto daquele do operariado de República Velha. O apoio foi obtido com a expansão e a consolidação do direito do trabalho; o controle desse operariado, que Vargas disputava com o antigo PCB, foi obtido, principalmente, pela implantação da estrutura sindical corporativa de Estado.

⁹ Ver Perissinotto, 1994.

Egressos do campo, sem experiência de organização e de luta, os operários foram atraídos pela interpelação que o Estado lhes dirigia na pessoa do chefe do Executivo Federal. Os operários organizavam-se e lutavam no plano sindical, mas, em parte, o faziam no interior do sindicato de Estado e, acima de tudo, não lograram se organizar em um partido operário de massa com programa político próprio.¹⁰ E isso, não porque esses operários fossem, ao contrário do que pretendeu a teoria da modernização, portadores de uma "bagagem cultural tradicional" que os induziria à personalização das relações sociais e políticas. A disposição de atender ao chamado político de um Estado capitalista moderno e burocratizado representa, na verdade, uma superação, e não a continuidade, da ideologia da subordinação pessoal ao proprietário da terra.

Mas o varguismo, além de ser um tipo de populismo, serviu de base – diferentemente do que ocorreu, conforme veremos, com o lulismo – para a organização de governos populistas. O populismo é política, ideologia e, eventualmente, governo. Essas diferentes dimensões estão presentes ou ausentes em diferentes períodos e se articulam de modo particular. De um lado, pode haver uma disposição populista nas classes populares, sem que haja uma liderança ou movimento que a catalise. Em períodos como esse, tal disposição permanece latente, sendo possível vislumbrá-la apenas a partir de manifestações esporádicas e politicamente impotentes, como os quebra-quebras que expressam insatisfação popular, ou por intermédio de pesquisas de opinião realizadas de modo amplo e também em profundidade. De outro lado, pode haver um movimento político populista, como, por exemplo, a "Caravana Lula pelo Brasil" que Lula da Silva empreendeu na região Nordeste, sem que haja no país um governo populista – o governo do momento, chefiado por Michel

¹⁰ Boito Jr., 1991. A cópia digital desse livro está disponível nas redes acadêmicas *Academia.edu* e *ResearchGate*.

Temer, é um governo antipopular em toda linha, enquanto um governo populista caracteriza-se, necessariamente, por atender minuciosamente a reivindicações populares.

E o que nos interessa mais de perto: o fato de uma liderança populista ocupar a chefia do governo não significa que tal governo possa, apenas por isso, ser caracterizado como populista. A caracterização de um governo depende, fundamentalmente, da caracterização do bloco no poder e não de sua base social de apoio, que, como tal, está excluída do poder de Estado.¹¹ É o bloco no poder dos períodos de governo de Getúlio Vargas que permite que os caracterizemos como populistas. Nesse bloco, a burocracia de Estado agiu como força social autônoma implementando um programa político de desenvolvimento do capitalismo brasileiro que não era apoiado, em seus traços fundamentais, por nenhuma das frações burguesas que compunham o bloco no poder. Tal política era combatida de maneira ativa e persistente pela velha burguesia compradora, que fora apeada da posição hegemônica em 1930, e se era aceita pela burguesia interna, cujo segmento mais importante e mais beneficiado pelo varguismo era o industrial, tal se dava com muitas ressalvas, restrições e conflitos.¹² O que se verificava no período era, na verdade, uma prolongada crise de hegemonia no bloco no poder. Era essa crise e o fato de o chefe do Executivo Federal dispor de apoio popular, difuso e inorgânico como é típico do populismo, que possibilitaram que a burocracia de Estado obtivesse uma grande margem de manobra em face das diferentes frações burguesas. Dito de outro

modo, embora os governos Vargas tenham atuado para desenvolver o capitalismo brasileiro, embora tenham privilegiado os interesses da burguesia, principalmente a industrial, eles não foram governos burgueses no sentido estrito do termo.¹³

No caso do lulismo, suas bases sociais, seus objetivos e seus inimigos, embora apresentem semelhanças com aqueles do varguismo, diferenciam-se deles em inúmeros aspectos. O traço comum a ambos é que suas bases sociais aspiram à proteção do Estado e o fazem por razões populares e progressistas: crescimento econômico, distribuição de renda e, em medida maior ou menor, uma disposição para apoiar a afirmação do Estado brasileiro diante das potências imperialistas. É interessante apontar, e talvez contrariando a percepção de parte da esquerda brasileira de hoje, que o varguismo tinha uma ambição política maior que o lulismo. O varguismo lutou para reformular a antiga divisão internacional do trabalho e industrializar o país. Para tanto, foi necessário romper com a legalidade da Primeira República, lançar mão da ação armada para liquidar a hegemonia da velha burguesia compradora em 1930, vencer uma guerra civil em 1932 e mudar todo o sistema político do país. Uma vez no poder, o varguismo apoiou-se numa classe operária sindicalmente ativa, com segmentos significativos vinculados a um partido comunista, e potencialmente ameaçadora para a ordem burguesa. As crises do populismo em 1954 e 1964 foram provocadas pela ascensão do movimento operário e, no caso da crise de 1964, também do movimento camponês, ascensão essa que extrapolava os limites da política populista. O apoio dessa base social custou ao populismo a implantação de direitos sociais e trabalhistas que até hoje atormentam a burguesia brasileira. Para extirpar o varguismo da política brasileira foram necessários um golpe de Estado e a implantação de uma ditadura militar que

¹¹ Neste ponto, eu retifico e utilizo o conceito de classe-apoio elaborado por Nicos Poulantzas. Trata-se de uma classe social que, desprovida de organização política, serve de apoio difuso e inorgânico para um governo ou regime político. A classe-apoio não integra o bloco no poder e pode, no limite, fornecer apoio por motivações ideológicas sem que, sequer, interesses mínimos seus sejam atendidos pela política governamental. Ver Poulantzas, 1968.

¹² Farias, 2017.

¹³ Boito Jr., 1982. A cópia digital desse livro está disponível nas redes acadêmicas *Academia.edu* e *ResearchGate*.

durou duas décadas. Já o lulismo, esse nasce em situação histórica distinta, de defensiva do movimento operário em escala nacional e internacional, e ambiciona menos.

A sua principal – não exclusiva – base social são os trabalhadores da massa marginal.¹⁴ É uma base com menor potencial de pressão e de desestabilização do processo político do que aquele que apresentava a base do varguismo. Falando de trabalhadores da massa marginal, refiro-me ao contingente de trabalhadores típico dos países de capitalismo dependente, que não logra integrar-se de modo relativamente estável e duradouro na produção estritamente capitalista, isto é, na produção de mercadoria com base no trabalho assalariado.¹⁵ Esse contingente é tão grande quanto heterogêneo: trabalhadores que parte do ano atuam como assalariados informais e outra parte inserem-se nos segmentos empobrecidos da economia camponesa, trabalhadores urbanos por conta própria, vendedores ambulantes, os trabalhadores e trabalhadoras inseridos no mercado informal de prestação de serviço pessoal e doméstico, os subempregados, os desempregados crônicos e outros. Há um detalhe que evidencia a complexidade do jogo político: a base social de Getúlio Vargas, político profissional e grande fazendeiro, era a classe operária; a base social de Lula da Silva, político profissional e operário metalúrgico, são os trabalhadores da massa marginal, e não o operariado. Se Getúlio fazia seus discursos no Estádio São Januário e os dirigia à classe operária, Lula organiza sua “Caravana Lula pelo Brasil” na região Nordeste e dirigida, principalmente embora não só, aos trabalhadores empobrecidos e desorganizados, e não no ABC paulista onde nasceu como liderança operária nacional.

Por razões distintas das da jovem classe operária do pós-30, os trabalhadores da massa marginal também têm dificuldades para se

organizar em força social autônoma, isto é, em partido com programa político próprio. A heterogeneidade e a fragmentação de suas condições de trabalho e sua baixa capacidade de pressão sobre os capitalistas ou sobre os governos fazem desses trabalhadores um segmento social propenso ao populismo. No Brasil do lulismo, enquanto a classe operária industrial perdeu peso econômico e sindical, o contingente de trabalhadores da massa marginal cresceu muito devido à implantação do modelo capitalista neoliberal. A trajetória política de Lula e do próprio PT indica um gradativo deslocamento de sua base social original, assentada no novo sindicalismo que surgiu na indústria metalúrgica do ABC paulista no final da década de 1970, para os trabalhadores da massa marginal que são, hoje, o segmento social majoritário na população brasileira. A política social dos governos petistas foi centrada não na área do direito do trabalho e dos direitos sociais, mas, sim, nas políticas de transferência de renda para a massa marginal. A criação de direitos trabalhistas nem mesmo atingiria os integrantes desse contingente populacional – a exceção são as trabalhadoras domésticas, e para essas o governo Dilma Rousseff reservou, justamente, o acesso aos direitos trabalhistas consagrados na CLT.

Sendo o lulismo uma variante do populismo, ele não organizou politicamente a sua base social. Manteve-a politicamente dispersa e na condição de jazida de votos para os candidatos presidenciais do PT. Voltemos por um momento à análise do varguismo.

Vargas criou o sindicalismo de Estado e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nenhuma dessas instituições significou a superação do estatismo populista. O sindicato de Estado funcionou – e funciona ainda hoje – como um aparelho sindical atrelado ao Estado que é a instituição que lhe confere legitimidade, por intermédio do fornecimento da carta sindical; representatividade em regime de monopólio, graças à garantia legal da unicidade sindical; e os recursos financeiros necessários para o funcionamento dos sindicatos,

¹⁴ Desenvolvi em detalhes essa ideia no meu já citado artigo “A hegemonia neoliberal no governo Lula” (Boito Jr., 2003).

¹⁵ Kowarick, 1975; Nun, 2001; Pereira, 1971.

oriundos das taxas sindicais obrigatórias também garantidas pelo Estado. É o tipo de sindicalismo no qual o Estado aparece, e é visto pelos trabalhadores, como a entidade neutra e soberana que organiza o sindicalismo para os trabalhadores. Quanto ao PTB, esse partido era uma espécie de extensão, no plano parlamentar, do sindicalismo de Estado. O PTB nunca foi um partido operário de massa, como foram os partidos comunistas e socialistas europeus. O seu núcleo gaúcho, mais organizado e programaticamente mais definido, é um ponto fora da curva na história desse partido. Quanto ao PCB, é verdade que esse partido chegou a dar os primeiros passos para se tornar um partido operário de massa na conjuntura de 1945-1947. Se fosse bem-sucedido nessa caminhada, o populismo poderia ter sido abortado. Porém, o que foi abortada foi essa trajetória do PCB em decorrência da política do governo Dutra, que o colocou na ilegalidade e o banuiu do movimento sindical.¹⁶

¹⁶ Historiadores influenciados pela obra de Thompson rejeitaram o conceito de populismo por entender que ele oculta o fato de que no Brasil do período 1930-1964 os trabalhadores lutaram, e lutaram muito, para obter os direitos trabalhistas e sociais. Exemplo importante dessa linha de pesquisa é o livro *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho* (Fortes et al., 1999). A preocupação desses autores é justa, mas a solução encontrada parece-me equivocada. O conceito de populismo não supõe que as massas não lutem por seus interesses. Ele comporta sim a ideia de que os trabalhadores sob a hegemonia da ideologia populista possam se organizar e que muitas vezes se organizam, mas o fazem para a luta reivindicativa. O que a ideologia populista inviabiliza é a organização especificamente político-partidária dos trabalhadores. Ver Saes, 1984, pp. 226-229. Por isso, o bom trabalho desses historiadores reconstituindo a luta sindical e grevista do operariado brasileiro não serve como argumento para rejeitar o conceito de populismo. Para fazê-lo seria necessário mostrar que o antigo PCB teria logrado constituir no Brasil um partido político operário de massa, nos moldes dos partidos comunistas e socialistas europeus, ou, então, que o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) teria adquirido esse perfil, isto é, o de um partido com base de massa organizada, atividade política perene, e não apenas em período eleitoral, e com vida interna ativa e grandioso em torno da disputa programática.

Já o lulismo, esse proveito, inicialmente, de uma dinamização do movimento sindical que reformou o sindicalismo de Estado, chegando, na conjuntura de crise da ditadura militar, a colocar-se no limiar da ruptura com essa instituição. Apresentava uma dimensão tradeunionista, um economicismo tipicamente operário: privilegiar a luta econômica reivindicativa, mas assentada na auto-organização dos trabalhadores, e não num sindicalismo estatizado. Não deixava, contudo, de exibir, desde seu nascimento, elementos da tradição populista brasileira – assembleias plebiscitárias no Estádio de Vila Euclides que não contemplavam qualquer possibilidade de discussão de propostas sobre o encaminhamento dos movimentos grevistas, personalização exacerbada da liderança das greves na figura de Lula e dificuldade para se desvencilhar das supostas benesses do sindicalismo oficial. Posteriormente, como já indicamos, a atividade política de Lula assentou-se, prioritariamente, nos trabalhadores da massa marginal e o seu componente populista foi se tornando dominante.

Chegou a ocorrer dentro da equipe governamental do primeiro governo Lula uma discussão sobre a necessidade de o governo e/ou o PT organizarem os trabalhadores da massa marginal beneficiados pelos programas de transferência de rendas e de oferecimento de bens e serviços. Na época, tratava-se do programa “Bolsa Família”. A proposta de organizar as bases foi derrotada. Depois, vieram os programas “Luz para todos”, “Cisternas”, “Minha casa, minha vida” e outros. A política de manter os beneficiários desorganizados não se alterou. Obtinha-se, para recorrermos a uma expressão que foi utilizada pelo jornalista Breno Altman, a gratidão dos trabalhadores beneficiados e não a sua identificação consciente com um programa de reformas. É verdade que, diferentemente do que ocorre com o varguismo, faltam pesquisas de campo sistemáticas sobre a disposição ideológica dos trabalhadores da massa marginal que apoiam Lula, particularmente sobre a percepção que têm do Estado, da política e do ex-presidente da República. Nesse ponto temos de preen-

cher as lacunas por dedução a partir do tipo da prática política dos agentes envolvidos nessa relação – a prática traz implícito um discurso – e recorrendo também ao material que, embora escasso, já está disponível.

Na condição de dirigente sindical na década de 1970, o discurso de Lula era o de uma liderança sindical operária reformista e combativa. Porém, principalmente no decorrer do seu primeiro mandato presidencial e como mostram os jornais da época, passou a se identificar explicitamente nos discursos dirigidos a públicos populares com a figura paterna que deve proteger os (filhos) cidadãos. Há análises do seu discurso feitas por linguistas que destacam esse componente e há também pelo menos uma pesquisa de campo que, embora sem representatividade estatística, aponta na mesma direção. E talvez o mais importante: a já referida “Caravana Lula pelo Brasil” forneceu material empírico novo e muito significativo sobre esse ponto. Basta ver o título da reportagem publicada no *site* do PT sobre a experiência da caravana: “Para muitos nordestinos, Lula é conhecido como pai!”¹⁷ Em resumo, esses trabalhadores não foram educados

¹⁷ Disponível no site do Partido dos Trabalhadores: <<http://www.pt.org.br/para-muitos-nordestinos-lula-e-conhecido-como-pai/>>; acesso em 18/9/2017. Ver também a reportagem do jornal *El País* intitulada: “Se hoje eu tenho um carro, uma casa e posso me vestir assim, é por causa de Lula”. Na chamada da matéria, aparecem os dizeres: “Durante giro pelo Nordeste, petista é chamado de ‘pai’ por seus eleitores e pede que eles não desanimem da política”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/03/politica/1504475928_990903.html>; acesso em 20/9/2017. Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani, após entrevistarem 150 mulheres beneficiárias do Bolsa Família no Sertão Nordeste, constataram: “Uma maioria relevante das entrevistadas (75%) afirmou que o Bolsa Família é um favor do governo ou uma ação derivada do fato de o presidente Lula ter sido pobre [...]. Só poucas afirmaram que o governo tem o dever de ajudar os pobres e apenas cinco usaram a palavra ‘direito’”. Ver Leão Rego & Pinzani, 2013, pp. 87-88. Observe-se que, para efeito da nossa discussão, “favor” e “o governo tem o dever de ajudar o pobre” podem ser a mesma coisa. Sobre a presença da figura do pai no discurso de Lula, ver Tomaz & Gouvêa, 2017, pp. 441-471.

politicamente para contar com as suas próprias forças. O que foi estimulado com essa política foi o fetiche do Estado protetor, isto é, o populismo espontâneo da massa marginal.

O neopopulismo lulista é a chave para entendermos o fato de ter sido frágil a resistência popular ao golpe parlamentar perpetrado no Brasil em 2016.

Na luta contra o *impeachment* de Dilma Rousseff, as direções e os ativistas dos movimentos populares que organizam trabalhadores da massa marginal, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Jeto (MTST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outros, foram presença constante e destacada nas manifestações de rua. Esses movimentos, contudo, organizam uma parcela ínfima dos trabalhadores da massa marginal e são movimentos que, justamente, se esforçam para educar politicamente essas massas ajudando-as a superar as ilusões populistas. Mas o enorme contingente de trabalhadores da massa marginal esteve completamente ausente das manifestações contra o golpe parlamentar. As massas iludidas pelo fetiche do Estado não se organizam nem defendem suas lideranças; na verdade, imaginam que elas são poderosas o suficiente para vencer as dificuldades sozinhas. Esperam ser defendidas por elas. De resto, se o PT ou o governo Dilma tivessem decidido, de última hora e vendo o crescimento da força do inimigo, apelar a essas massas, encontrariam grandes dificuldades para recuperar o tempo perdido em que as deixaram dispersas e politicamente passivas. A massa marginal só reapareceu na política nacional em agosto de 2017, um ano depois de consumado o golpe parlamentar, na “Caravana Lula pelo Brasil”. E reapareceu como massa nos comícios e caminhadas de Lula, recebendo-o com entusiasmo, mas politicamente desorganizada. Lula visitou os nove estados da região Nordeste e dezenas de cidades. Revigorou o lulismo: grande entusiasmo popular e saldo organizativo zero. O lulismo voltou a se afirmar como neopopulismo.

Outra consequência importante do fato de o populismo lulista basear-se nos trabalhadores da massa marginal foi que o sindicalismo teve participação muito fraca na luta contra o *impeachment* da presidente e isso em decorrência de dois fatores: a posição periférica do movimento sindical na política social dos governos do PT e a existência de uma grande camada de dirigentes sindicais conservadores que são forçados pela própria estrutura do sindicalismo de Estado.

Reivindicações históricas do sindicalismo, embora apresentadas a Lula e a Dilma em momentos marcantes e simbólicos, foram ignoradas pelos governos do PT – redução da jornada de trabalho, aprovação das convenções 151 e 158 da OIT que impedem a demissão imotivada e garantem o direito de negociação sindical no setor público, fim do fator previdenciário, regulamentação restritiva da terceirização, revisão da tabela do imposto de renda e outras.¹⁸ O ambiente para a luta sindical melhorou muito, pois a política de estímulo do crescimento econômico reduziu o desemprego de 13,5% em 2003 para 4,6% em 2014. Isso aumentou a disposição de luta dos trabalhadores, fez crescer o número de greves e melhorou muito os acordos e as convenções coletivas de trabalho.¹⁹ Mas medida econômica ou social importante dirigida exclusivamente ao movimento sindical e que atendia às reivindicações deste foi apenas a política de valorização do salário mínimo.

No Brasil existem 12 centrais sindicais. No momento da crise política que ameaçava o governo Dilma Rousseff, apenas três delas apoiaram as manifestações em defesa do mandato da presidente – a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Intersindical.²⁰ Porém, essa

¹⁸ Marcelino, n. 3, 2017.

¹⁹ Boito Jr.; Galvão & Marcelino, 2015, pp. 145-164.

²⁰ Dizemos defesa do mandato da presidente porque a sua política econômica e social era indefensável e percebida como tal pelos movimentos dos trabalhadores. Dilma Rousseff, após fazer uma campanha prometendo crescimento

posição política traduziu-se apenas em apoio material e logístico às manifestações. No Brasil, as centrais sindicais não têm o poder de dirigir a ação dos sindicatos filiados, e os grandes sindicatos dessas centrais abstiveram-se de participar do movimento contra o golpe parlamentar. Alguns deles se ausentaram por temer não conseguir mobilizar suas bases para tais manifestações. A relação direção-base no sindicalismo de Estado é, por definição, distante, e a agitação da direita sobre a corrupção dos governos do PT neutralizou setores dos assalariados. Outros sindicatos, e agora nos referimos principalmente aos sindicatos sob direção conservadora, não se mexeram simplesmente porque apoiavam o golpe parlamentar da direita contra o governo de centro-esquerda do PT. Um tema interessante para pesquisar seria a comparação da mobilização sindical em defesa de Getúlio Vargas no ano de 1945, no então chamado “Movimento quemistá”, com a muito frágil mobilização sindical em defesa de Dilma Rousseff em 2015 e 2016.

Devemos acrescentar o seguinte: a análise da frágil mobilização sindical e popular em defesa do mandato de Dilma Rousseff deve levar em consideração que o governo não procurou mobilizar as massas em sua defesa. A presidente concentrou a sua ação de resistência nas instituições do Estado capitalista. Ela e o seu ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, adotaram de modo consciente e sistemático a estratégia de se restringir à disputa jurídica, procurando mostrar, com base em argumentos – tecnicamente corretos, mas politicamente irrelevantes –, a legalidade e a insignificância dos atos administrativos que eram apresentados como motivos para o *impeachment* da presidente.

econômico e distribuição de renda e acusando o candidato adversário de pretender implantar uma política de cortes e ajuste fiscal, uma vez no governo, trauiu o discurso da campanha e implantou uma política econômica fortemente recessiva.

Os governos Lula e Dilma, embora tivessem entabulado uma relação de tipo neopopulista com os trabalhadores da massa marginal, não foram, diferentemente dos governos Vargas, governos que poderiam ser caracterizados como populistas. Foram governos da grande burguesia interna brasileira, que era a fração hegemônica no bloco no poder, sendo a política populista uma dimensão importante, mas subordinada, dos governos do PT. Duas frações burguesas rivais vêm polarizando a disputa pela hegemonia no bloco no poder do Estado brasileiro no período de vigência do modelo capitalista neoliberal: a grande burguesia interna, que agrega segmentos do agronegócio, da indústria e dos bancos, e a burguesia associada, representada pelas empresas integradas, das mais diferentes maneiras, aos investimentos estrangeiros presentes no capitalismo brasileiro. O governo FHC representou a hegemonia da grande burguesia associada e do capital internacional; os governos Lula e Dilma, a da grande burguesia interna. Não temos lugar aqui para desenvolver essas teses, mas entendemos que a política econômica, externa e social desplantar a hegemonia da grande burguesia interna, que se expressou na política econômica neodesenvolvimentista, porque os governos do PT construíram uma frente política ampla, heterogênea e instável que deu suporte à ascensão dessa fração burguesa à condição de fração hegemônica no bloco no poder. A maneira como os trabalhadores da massa marginal integraram-se a essa frente, que eu denomino frente neodesenvolvimentista, foi por intermédio da política populista. Mas somente esse fato não justifica que os governos petistas sejam caracterizados como populistas. Eles foram governos burgueses – especificamente, da grande burguesia interna.

²¹ Desenvolvo essa análise em Boito Jr., 2012, pp. 69-106; e Boito Jr. & Saad-Filho, 2016, pp. 1-20.

BONAPARTISMO E LULISMO

André Singer, inspirado no texto clássico de Karl Marx *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, sustenta que o lulismo é um tipo de bonapartismo. No nosso entender, essa caracterização contém equívocos.²²

Já dissemos o que entendemos ser a relação política que une a liderança bonapartista à sua base: trata-se do fetiche do Estado ordem. Em primeiro lugar, a individualização ou personalização da política é aqui, tal qual no populismo, manifestação da ideologia estatista, e essa ideologia mantém a base do bonapartismo politicamente desorganizada, já que, especificamente na esfera política, seria ao Estado que caberia agir e não aos trabalhadores.²³ Em segundo lugar, a aspiração pela ordem, que é o que dá conteúdo ao fetiche bonapartista do Estado, é, como já indicamos, a natureza conservadora e antipopular que distingue o bonapartismo do populismo. Resta indicar que o bonapartismo é também, como sabido, uma noção que se refere, tal qual acontece com a noção de populismo, a um tipo de bloco no poder.

Uma variada literatura marxista entende que o bloco no poder bonapartista se caracteriza pela constituição de um governo: a) dotado de ampla margem de manobra diante das classes sociais; e b) cuja política ziguezagueia entre os interesses em conflito. Governos desse tipo surgem, devido às suas próprias características, em momentos de crises políticas importantes. A margem de manobra e a força do governo proviriam de dois fatores que atuam de modo

²² Vou retomar neste item alguns dos argumentos que usei em meu texto "O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer" (Boito Jr., 2013, pp. 171-182).

²³ Bluche, 1981. Ver particularmente o item 2 do capítulo IV: "Un parti bonapartista?", p. 92 e ss.

conjugado: a) do “equilíbrio de forças na fraqueza” tanto entre as classes fundamentais, quanto entre as frações da classe dominante; e b) do fato de o governo dispor de base de apoio popular. Essa compreensão é aquela que aparece no *Dezotoito Brumário de Luís Bonaparte*. Marx escreve frases do tipo: “a burguesia não podia mais governar, enquanto o proletariado ainda não conseguia fazê-lo”; “o conflito entre o latifúndio e o capital dividia as classes dominantes entre casas dinásticas distintas”; “Luís Napoleão parece pairar acima das classes, mas ele representa a classe mais numerosa da sociedade francesa: o campesinato”. Há um aspecto dessa concepção, a ideia de que o governo Bonaparte atende ora um e ora outro sem lograr implantar uma política coerente, que deve ser examinado com cuidado. Marx escreveu esse livro no calor da hora, quando o governo de Luís Napoleão começava a se organizar e a crise política ainda não tinha sido superada. O governo de fato tomava medidas às vezes incongruentes e ainda não lograra estabilizar-se. A história subsequente do regime bonapartista não se ajusta bem nessa análise.

Luís Bonaparte permaneceu duas décadas no poder e implantou uma política de modernização capitalista da França.²⁴ O próprio Engels passou, então, a efetuar uma análise um tanto distinta do bonapartismo. Continuou a vê-lo, tal qual no *Dezotoito Brumário* de Marx, como governos com ampla margem de manobra diante das classes dominantes devido à situação de equilíbrio de forças, mas indicou que tais governos podiam utilizar essa maior autonomia para promover a modernização capitalista de seus países, isto é, para implementar uma política econômica coerente. Engels cita Bismarck como exemplo de governo bonapartista, governo esse que induziu a industrialização capitalista da Alemanha. Desde então, encontramos na tradição marxista amplo uso dessa concepção. O Estado japonês da era Meiji teria sido bonapartista, e mesmo para o Brasil, como é sa-

²⁴ Plessis, 1973.

bido, há longa tradição de considerar o Estado varguista como bonapartista.²⁵ Em todos esses casos, tal caracterização se deve não ao fato de que tais Estados ziguezagueassem entre as classes sociais, mas, sim, ao fato de que usariam sua maior autonomia para promover a modernização capitalista.

Vejamos a análise de André Singer. Ele considera o realinhamento eleitoral ocorrido na eleição presidencial de 2006 como o marco inicial do fenômeno do lulismo. Naquela eleição, ocorreu, como Singer mostra com propriedade, um duplo movimento: enquanto parte do eleitorado de classe média afastou-se de Lula, amplos segmentos de baixa renda aproximaram-se do candidato do PT. A liderança de Lula teria se transformado a partir de então na representação política dessa camada que André Singer denomina, seguindo o economista Paul Singer, “subproletariado”. A maior parte desse subproletariado integra a camada que temos denominado neste artigo “trabalhadores da massa marginal”. Os subproletários seriam aqueles trabalhadores que “[...] oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”.²⁶ Esse subproletariado, cuja renda o autor indica que se encontra na faixa de até dois salários mínimos, abarcaria 47% de todo o eleitorado brasileiro, ou seja, seria, de longe, a (fração de) classe mais numerosa do país e, por isso, dotada da capacidade de decidir um pleito presidencial. Fariam parte dessa fração de classe/camada de renda empregados domésticos, assalariados a serviço de pequenas empresas e trabalhadores destituídos de capacidade de organização e de pressão e, por conseguinte, aduz Singer, sem as condições para participar da luta de classes. A relação que os governos petistas passam

²⁵ Ver, por exemplo, Demier, 2013.

²⁶ Essa definição é de Paul Singer, e André Singer a retoma em *Os sentidos do lulismo...*, p. 77.

a entabular com essa base social politicamente desorganizada seria uma relação de tipo bonapartista.

A dinâmica do jogo de poder no Brasil seria a seguinte: sustentados por uma base politicamente amorfa, mas eleitoralmente poderosa, os governos petistas praticariam a arbitragem entre as classes fundamentais a fim de evitar o predomínio de qualquer uma delas para fazer passar, nesse jogo de equilíbrio, os interesses do subproletariado, que seria a fração da classe trabalhadora representada pelos governos Lula e Dilma.²⁷ A ideia de representação aqui não é a mesma que encontramos no *Dezeto Brumário* de Marx. Quando Marx afirma que Luís Bonaparte representa o campesinato, ele está indicando que há uma relação ideológica na qual o campesinato imagina que Luís Bonaparte defenderá no governo os interesses do camponês. Essa representação ilusória ou ideológica está implícita na tese geral do livro de Marx, segundo a qual o regime bonapartista substituiu o poder político exercido diretamente pela burguesia para garantir a dominação econômica dessa classe, e ela está explicitamente desenvolvida no capítulo VI dessa obra, quando ele analisa a relação do campesinato com Luís Napoleão. A ilusão de representação foi destacada por Nicos Poulantzas ao comentar tal livro. Foi, de resto, o que permitiu a Poulantzas desenvolver o já citado conceito de classe-apoio: uma classe dominada, *excluída do bloco no poder*, mas que se ilude com um determinado governo ou regime político e, por essa razão, oferece a ele uma base de apoio.

Na análise de André Singer, diferentemente, o lulismo retirou o subproletariado da influência da burguesia,²⁸ elevou-o à condição de principal força no poder governamental e realizou aquele que seria o programa político dessa fração da classe trabalhadora – não o programa político da burguesia, nem o programa político do operaria-

do. Segundo Singer, o programa da burguesia seria o neoliberalismo; o do proletariado, a ruptura com o neoliberalismo; enquanto o reformismo fraco sem ruptura com a ordem, que foi a política dos governos petistas, seria a “realização completa do programa do subproletariado”.²⁹ Até o fato de os governos Lula e Dilma não terem rompidos por completo com o modelo neoliberal seria um reflexo dos interesses e dos valores da base social subproletária desses governos.³⁰ Na análise de Singer, tudo se passa como se a política de Estados nos governos do PT priorizasse os interesses do subproletariado, e não os da burguesia ou de uma ou outra fração dessa classe social.

A onda democrática dos anos 80 – época em que o reformismo forte se constituiu enquanto perspectiva da classe trabalhadora organizada no país – esbarrou no obstáculo do qual este livro fala desde o seu início: a vasta fração subproletária, a metade mais pobre da população brasileira, que desejava (e deseja) integrar-se à ordem capitalista e nela prosperar, e não transformar-la de baixo para cima, até porque isso não está ao seu alcance.³¹

O pulo do gato de Lula foi, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construir substantiva política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, a qual, somada à manutenção da estabilidade, corresponde a nada mais nada menos que a realização de um completo programa de classe (ou fração de classe, para ser exato). Não o da classe trabalhadora organizada, [...], mas o da fração de classe que Paul Singer chamou de subproletariado [...].³²

A meu ver a “continuidade do governo Lula com o governo FHC” na condução da política macroeconômica [...] [foi] o meio encontrado para assegurar elemento vital na conquista do apoio dos mais pobres: a manutenção da ordem.³³

²⁹ *Idem*, pp. 44, 76 e 219.

³⁰ *Idem*, pp. 74 e 196.

³¹ *Idem*, p. 196.

³² *Idem*, p. 76.

³³ *Idem*, pp. 74-75.

²⁷ Ver A. Singer, 2012, pp. 159, 165, 196, 200 e 219.

²⁸ *Idem*, p. 44

Os governos Lula e Dilma, sustentados pelo subproletariado, buscam equilibrar as classes fundamentais – proletariado e capitalistas –, pois o seu sucesso depende de que nenhuma delas tenha força par impor os próprios desígnios: o reformismo forte, que ambiciona o aumento rápido da igualdade [...], ou o neoliberalismo, que tende a aumentar a desigualdade, impondo perda aos trabalhadores.³⁴

Qual o objetivo [do governo] de manter o equilíbrio entre o capital e o trabalho? Trata-se não somente de preservar a ordem, evitando a radicalização política, mas também de garantir ao subproletariado duas condições fundamentais: inflação baixa e crescimento do poder de consumo.³⁵

Enfim, a plataforma do subproletariado que os governos Lula e Dilma têm levado adiante.³⁶

Vamos apresentar algumas observações críticas sobre essa caracterização. A primeira é muito breve e tem valor apenas indicativo. Não havia no Brasil de 2002, quando Lula se elege presidente, uma crise política importante que é condição histórica geralmente presente na formação de governos bonapartistas e de governos populistas. É amplamente reconhecido que Lula chega à Presidência da República quando o movimento operário e popular se encontrava havia alguns anos numa fase de refluxo e defensiva. Das outras observações, duas delas são referentes especificamente à relação do Estado capitalista e dos governos do PT com as classes populares e a outra concerne especificamente à relação desse Estado e desses governos com as classes dominantes.

Notemos inicialmente que André Singer superestima a força política do “subproletariado”. Afirmar que o Estado capitalista prioriza os interesses de uma classe *dominada* requereria, no mínimo, mais desenvolvimentos e explicações. Ademais, se os setores populares

³⁴ *Idem*, p. 200.

³⁵ *Idem*, pp. 159-160.

³⁶ *Idem*, p. 219.

heterogêneos que ele agrupa sob essa noção caracterizam-se, segundo o próprio autor, por “não terem condições de participar da luta de classes”, como é que se pode afirmar que eles têm um “programa”? Quando dizemos que um setor ou classe social está desorganizado, isso significa, exatamente, que esse setor ou classe não possui programa político próprio para intervir na conjuntura. A massa pauperizada e desorganizada que apoia eleitoralmente as candidaturas petistas o faz, é certo, perseguindo determinadas aspirações, mas são aspirações difusas, não articuladas de maneira clara e consciente como o seriam em um programa, e, de resto, foi aos governos do PT que coube organizar essas aspirações difusas num programa como o de transferência de rendas. Acrescentemos: esse programa representa concessões aos trabalhadores da massa marginal, ele não era o centro da política de Estado; melhora as condições de vida dos trabalhadores da massa marginal, mas não é a prioridade da política de Estado. Se somarmos, por exemplo, o orçamento do BNDES, que era destinado a empréstimos subsidiados às grandes empresas nacionais, e os custos da rolagem da dívida pública, ambos dirigidos a reduzido número de grandes empresários e banqueiros brasileiros, obteremos um número cem vezes maior que o montante dos recursos do principal programa de transferência de renda que é destinado, porém, a milhões de trabalhadores. É necessário distinguir, de um lado, as frações burguesas que integram o bloco no poder e, de outro, uma classe ou camada popular que serve de mera classe-apoio a um governo determinado.

Em segundo lugar, é difícil sustentar que o subproletariado que se passou para o lado do lulismo seja conservador, querendo significar com isso que esse segmento defende a manutenção do neoliberalismo. Na análise de Marx, a identificação do camponês com Luis Napoleão era conservadora: os camponeses queriam que ele restaurasse a ordem, amedrontados que estavam com as notícias que lhes chegavam das insurreições operárias e populares de 1848 e 1849 em

Paris e em outras cidades da França. Ora, no caso do Brasil atual, o “subproletariado” aspira à redistribuição da renda e essa aspiração é progressista e popular. Singer reconhece tal aspiração, mas afirma que ela estaria enquadrada numa atitude conservadora que não admite ruptura com a ordem neoliberal. É tão peremptório em tal afirmação que atribui, como vimos nas citações acima, o fato de Lula e Dilma não romperem de modo definitivo com o neoliberalismo não a interesses da grande burguesia presentes no bloco no poder, mas, sim, a um suposto conservadorismo do subproletariado.

É certo que existe conservadorismo popular, mas, no Brasil atual, esse conservadorismo pendeu para os candidatos de oposição aos governos do PT e não para os candidatos petistas. Afinal, não foi todo o “subproletariado” que passou para o lado do lulismo. Lula, a partir de 2006, passou a ter ampla maioria nessa camada social, mas parcela significativa dessa camada continuou votando nos candidatos da direita, parcela essa que infelizmente é desconsiderada na análise de Singer. Ora, se caracterizássemos os “subproletários lulistas” como conservadores, como deveríamos então caracterizar a parcela do subproletariado que, ontem e hoje, votou ou declara intenção de votar em políticos de direita ou de extrema direita, como João Dória, do PSDB de São Paulo, e Jair Bolsonaro, do PSC do Rio de Janeiro?

São escassos os elementos que Singer oferece ao leitor para fundamentar sua tese do conservadorismo generalizado do subproletariado e para apresentar esse conservadorismo como a causa de os governos do PT terem mantido o neoliberalismo. Ele cita pesquisas que indicam rejeição dos estratos de baixa renda às greves, mas essas mesmas pesquisas também indicam, acrescento eu, tolerância dos estratos de renda alta diante dos movimentos grevistas. Temos, então, de explicar esses *dois* resultados e podemos legitimamente nos perguntar se não são fruto de uma mesma e única causa. No Brasil das décadas de 2000 e de 2010, os trabalhadores dos serviços públicos são os que lideraram a atividade grevista na maioria dos anos, e

essas greves foram, sobretudo, greves corporativas, de segmentos específicos, lutando por interesses específicos. As greves no serviço público geram problemas principalmente para a população de baixa renda, não para a população de renda alta ou muito alta. Não poderia residir aí a explicação? Tal rejeição da população pobre à atividade grevista poderia ser caracterizada como conservadora? O que é certo é que essa rejeição não é mais corporativista do que as próprias greves brasileiras do período que se pretende tomar como unidade de medida de posição progressista. E mais: por que a rejeição à greve significaria uma atitude específica de adesão ao neoliberalismo? Falta um elo nessa cadeia causal. A rejeição às greves poderia significar, mesmo no caso de ser motivada por conservadorismo, outro tipo de interesse e aspiração. Repito: os indicadores para a sustentação dessa tese são escassos. O que, sim, a literatura política e econômica aponta como certo é que a manutenção do modelo neoliberal, apenas reformado pela política neodesenvolvimentista, atende a poderosos interesses das grandes empresas e é possível demonstrar que grande parte da burguesia lutou e luta para que pilares desse modelo sejam mantidos. Não convém atribuir aos de baixo uma responsabilidade política que cabe aos de cima.

Nossa última observação diz respeito às relações da classe dominante com o Estado brasileiro e com os governos do PT. Existe na verdade um uso abusivo do conceito de bonapartismo. Imaginar que os governos Lula e Dilma seriam bonapartistas pelo simples fato de terem efetuado, num ou noutro momento, concessões a demandas conflitantes das forças sociais em presença, imaginar isso seria supor que o Estado capitalista seria um mero instrumento passivo nas mãos da classe dominante ou de sua fração hegemônica. Na verdade, o Estado capitalista sempre tem um papel ativo que o coloca acima dos interesses imediatos dessa ou daquela classe ou fração e que possibilita que essa instituição possa buscar um *equilíbrio instável de compromisso* entre as forças em presença. É certo que o Estado capi-

talista é arena do conflito *distributivo* entre as frações do bloco no poder e, inclusive, entre as classes fundamentais, mas ele é, ao mesmo tempo, ator ativo nesses conflitos. O que caracteriza o bonapartismo é algo mais do que um Estado ativo na busca do *equilíbrio instável de compromisso*, elemento estabilizador da dominação de classe. O bonapartismo é uma situação na qual a política econômica e social do Estado, *considerada em seus aspectos fundamentais*, deixa de expressar os interesses objetivos e também as demandas explícitas das distintas frações da burguesia. Ocorre que a política econômica dos governos Lula e Dilma contemplou, nos seus aspectos fundamentais, prioritariamente os interesses de uma fração da burguesia que é a grande burguesia interna. E é possível demonstrar que essa fração burguesa se reconheceu, pelo menos até o segundo governo Dilma, na política econômica dos governos petistas. Essa grande burguesia não apenas teve os seus interesses objetivos priorizados pela política de Estado como se identificou politicamente com os governos do PT, que criaram, em contraste flagrante com o que se passou no período FHC, inúmeros fóruns para que a grande burguesia interna pudesse expressar seus interesses.³⁷ Na chamada Crise do Mensalão em 2005, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), já sob a presidência de Paulo Skaf, e as mais importantes associações nacionais da grande burguesia se mobilizaram na defesa do governo Lula, desarticulando o primeiro ensaio de golpe de Estado parlamentar esboçado na ocasião pelo PSDB.³⁸

³⁷ A participação do grande empresariado brasileiro em organismos consultivos para a definição da política econômica dos governos Lula é analisada em duas obras de Eli Diniz e Renato Boschi. Ver Diniz & Boschi, 2004; Diniz & Boschi, 2007. Tatiana Berringer analisa a participação do empresariado na definição da política externa do governo do PT. Ver Berringer, 2015.

³⁸ Sobre o apoio da grande burguesia interna ao governo Lula na conjuntura da Crise do Mensalão, ver Martuscelli, 2015. No segundo mandato de Dilma Rousseff (2015-2016), abriu-se uma crise de representação política entre o governo e a grande burguesia interna. Segmentos importantes da indústria de

No período que vai do primeiro governo Lula ao primeiro governo Dilma, é possível detectar uma afirmação crescente do programa de política econômica e social que podemos denominar neodesenvolvimentista.³⁹ Não se tratou de uma trajetória que teria ziguezagueado ao sabor das alterações moleculares da correlação de forças. O primeiro governo Lula foi marcado por concessões importantes ao capital financeiro internacional, que, de resto, neutralizaram e dividiram as forças oposicionistas conservadoras. Porém, já nesse primeiro mandato mudou a política externa e a função do BNDES a fim de atender aos interesses da grande burguesia interna.⁴⁰ No segundo mandato, o perfil neodesenvolvimentista da política econômica e social do governo ficou claro com a criação do “Programa de Aceleração do Crescimento” (PAC), com as medidas de política econômica anticíclicas na conjuntura da crise econômica internacional e com o programa habitacional “Minha casa, minha vida”. Dilma avançou ainda mais e na mesma direção: depreciou o câmbio, reduziu a taxa básica de juro, pressionou pela queda do *spread* bancário, reduziu por intermédio de expedientes variados o superávit primário, instituiu uma nova regulamentação para as compras públicas que favoreceu a produção local, implantou medidas protecionistas e outras. Essa ascensão do neodesenvolvimentismo mostra que a política de Estado sob os governos petistas teve direção clara e visou ao desenvolvimento capitalista sem, no entanto, romper com alguns pilares do modelo neoliberal – citemos a rolagem da dívida pública, que inibe a capacidade de investimento do Estado, e a abertura comercial, que mina a indústria interna. Mas o caráter re-

transformação e do agronegócio, integrantes dessa fração burguesa, abandonaram o governo ou se voltaram contra ele. Ver o meu texto “A burguesia brasileira no golpe do *impeachment*” (Boito Jr., 2017).

³⁹ Um amálgama de política econômica de estímulo ao crescimento por intermédio da intervenção do Estado com a manutenção dos pilares do modelo capitalista neoliberal. Ver Saad-Filho & Morais, 2011, pp. 31-44.

⁴⁰ Bugiato, 2016. Sobre a política externa, ver Berringer, 2015.

baixado dessa política econômica neodesenvolvimentista, limitada pelas imposições do modelo capitalista neoliberal que não foi eliminado, explica-se pelos interesses de segmentos da grande burguesia brasileira e do capital internacional que, durante os governos petistas, perderam espaço, mas não foram apeados do bloco no poder, e não pelos interesses do “subproletariado”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba, Appris, 2015.
- BLUCHE, Frédéric. *Le bonapartisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1981.
- BOITO Jr., Armando. *O golpe de 1954 – A burguesia contra o populismo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____. *O sindicalismo de Estado no Brasil – Uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, Editora da Unicamp; São Paulo, Hucitec, 1991.
- _____. “A hegemonia neoliberal no governo Lula”. *Crítica Marxista*, n. 17. Rio de Janeiro, Revan, 2003. Disponível em <<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>>.
- _____. “O populismo no Brasil: Natureza, formas de manifestação e raízes sociais”. *O sindicalismo na política brasileira*. Campinas, Editora do IFCH-Unicamp, 2005.
- BOITO Jr., Armando. “Governos Lula: A nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO Jr., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- _____. “Emancipação e revolução: Crítica à leitura lukacsiana do jovem Marx”. *Crítica Marxista*, n. 36, 2013. Disponível em <<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>>.
- _____. “O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer”. *Crítica Marxista*, n. 37, 2013. Disponível em <<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>>.
- _____. “A burguesia brasileira no golpe do impeachment”. *Portal Brasil de Fato*, 6 de janeiro de 2017. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/06/a-burguesia-brasileira-no-golpe-do-impeachment>>.

- BOITO Jr., Armando; GALVÃO, Andréia & MARCELINO, Paula. “La nouvelle phase du syndicalisme brésilien (2003-2013)”. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 80, 2015.
- BOITO Jr., Armando & SAAD-FILHO, Alfredo. “State, State Institutions, and Political Power in Brazil”. *Latin American Perspectives*, n. 2, 2016.
- BUGIATO, Caio. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 2016. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305078>>.
- DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Mauad, 2013.
- DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. *Empresários, interesses e mercado. Dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, Luperj, 2004.
- _____. *A difícil rota do desenvolvimento. Empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio de Janeiro, Luperj, 2007.
- FARIAS, Francisco Pereira de. *Estado burguês e classes dominantes no Brasil – 1930-1964*. Curitiba, CRV, 2017.
- FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: O populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história – Debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FORTES, Alexandre et al. *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.
- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- LEÃO REGO, Walquiria & PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo, Editora Unesp, 2013.
- LENIN, Vladimir. *Para uma caracterização del romanticismo económico*. Moscú, Editorial Progreso, 1975.
- MARCELINO, Paula. “Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: Analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil”. *Tempo Social*, vol. 29, n. 3, 2017.
- MARTUSCELLI, Danilo. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, CRV, 2015.
- NUN, José. *Marginalidad y exclusión social*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.
- PEREIRA, Luiz. “Populações ‘marginais’”. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971.

- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- PLESSIS, Alain. *De la fête impériale au mur des fédérés – 1852-1871*. Coleção *Nouvelle histoire de la France Contemporaine* – vol. 9. Paris, Seuil, 1973.
- POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, François Maspero, 1968.
- SÁAD-FILHO, Alfredo & MORAIS Lecio. “Brazil beyond Lula: Forging ahead or pausing for breath?”. *Latin American Perspectives*, 38(2), 2011.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queirós, 1984.
- “A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina”. *In*: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90, política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- TOMAZ, Nathália Rocha Oliveira & GOUVÊA, Lúcia Helena Martins. “Um estudo do ethos em discursos do ex-presidente Lula”. *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 25, n. 1. Belo Horizonte, 2017.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

NEOENVELVIMENTISMO, CLASSES SOCIAIS E POLÍTICA EXTERNA NOS GOVERNOS DO PT¹

Neste artigo, analisamos a política brasileira utilizando um aparato conceitual que é minoritário na ciência política que se faz no Brasil.

De fato, as correntes institucionalista e neoeletista, que são, hoje, as correntes teóricas dominantes, separam, por motivos diferentes, a política da sociedade, enquanto o nosso enfoque une essas duas pontas por intermédio do conceito de classes e de conflito de classes. Retomamos, portanto, o procedimento que consiste em vincular a política aos interesses de classe e de suas frações e, portanto, vinculá-la à sociedade e à economia.

Convém esclarecer também que o modo como trabalhamos o conflito de classes é diferente daquele que parece ser o mais habitual e que consiste em conceber a “burguesia” e a “classe trabalhadora” como dois blocos homogêneos, sem divisões internas, e em oposição permanente e sempre aguda. Ora, o nosso enfoque considera as frações que subdividem essas duas classes sociais, considera também a existência de classes intermediárias – como a classe média e o cam-pesinato –, e concebe, ademais, a possibilidade de frentes e alianças que podem, em determinadas conjunturas, moderar o conflito entre

¹ Escrito em coautoria com Tatiana Berringer. Publicado na *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n. 47. Curitiba, set. 2013, pp. 31-38.

as classes fundamentais de uma sociedade capitalista como é o Brasil. O resultado desse tratamento mais complexo das classes sociais é que os coletivos que intervêm no processo político são muito mais numerosos, formam um quadro multipolar, entretém relações complexas de unidade e de luta e propiciam configurações variáveis do jogo político segundo a conjuntura ou segundo a questão que estiver em pauta.

Para analisar a burguesia, utilizamos o conceito de bloco no poder. Esse conceito possui algumas características que vale a pena destacar. Em primeiro lugar, ele contempla a assimetria existente nas relações entre as classes sociais: o bloco no poder é composto apenas pelas classes dominantes e suas frações. Assim, tal conceito distingue a posição ocupada pelas classes dominantes no processo político, que é a posição das classes sociais cujos interesses históricos são organizados pelo Estado, da posição que cabe às classes trabalhadoras. Em segundo lugar, o conceito de bloco no poder permite pensar as relações de unidade e de luta que aproximam e opõem os interesses das frações da classe dominante, tornando-se instrumento fundamental para explicar grande parte dos conflitos políticos que não são, necessariamente, conflitos que opõem a burguesia aos trabalhadores. Em terceiro lugar, esse conceito nos dá um critério para pensar a hierarquia de poder existente entre as diferentes frações da burguesia. Ele comporta a noção de fração hegemônica, que é a fração cujos interesses são *priorizados* pela política econômica do Estado mesmo quando essa priorização fra interesses das demais frações do bloco no poder. Por último, no plano da análise da política externa, o conceito de bloco no poder permite superar as falhas mais evidentes da corrente teórica realista, que domina os estudos de relações internacionais, ao possibilitar que se conceba a política externa de um Estado determinado como o prolongamento, no cenário internacional, do arranjo interno de poder e especificamente como prolongamento dos interesses da fração hegemônica. O conceito de bloco no poder

permite, portanto, discernir os vínculos estreitos que existem entre a política nacional e a internacional e detectar o conteúdo real – de classe – daquilo que os realistas denominam “interesse nacional” e que o discurso ideológico sugere ser o interesse de todo o povo.

Por último, cabem ainda um esclarecimento sobre o fracionamento que consideramos existir na burguesia brasileira e, particularmente, um esclarecimento sobre o conceito de burguesia interna que desempenha um papel central na nossa análise. Segundo acreditamos, na conjuntura atual, a fração que denominamos grande burguesia interna disputa com a grande burguesia integrada ao capital internacional a primazia na orientação da política econômica do Estado. Esse tipo de fracionamento da burguesia e o conceito de burguesia interna foram analisados de modo pioneiro por Nicos Poulantzas² com o objetivo de designar três posições que podem se formar no seio das burguesias contemporâneas. A burguesia interna é a fração da burguesia que ocupa uma posição intermediária entre duas posições extremas: de um lado, a posição da burguesia nacional, que nos países dependentes e coloniais poderia assumir uma posição anti-imperialista, e, de outro lado, a posição da burguesia chamada “compradora”, que seria uma mera extensão do capital dos países centrais na formação social dependente – preferimos substituir a expressão “burguesia compradora”, que remete a fases anteriores das relações econômicas dos países imperialistas com os países dependentes, pela expressão burguesia integrada. Voltando ao conceito de burguesia interna permite evitar dois erros simétricos e opostos. Um erro seria o de imaginar a existência de uma burguesia nacional no Brasil atual e outro, muito mais corrente, seria o erro de imaginar que, com a nova onda de internacionalização da economia capitalista, teriam desaparecido toda diferenciação e todo conflito de interesses entre as empresas brasileiras e o capitalismo internacional.

² Poulantzas, 1974; Poulantzas, 1975.

O BLOCO NO PODER E A FRENTE POLÍTICA NEODESENVOLVIMENTISTA³

A vitória da candidatura Lula da Silva na eleição presidencial de 2002 representou modificações importantes na política brasileira, as quais se consolidaram no decorrer dos dois governos Lula da Silva (2003-2010) e do atual governo Dilma Rousseff. Ocorreu, em primeiro lugar, uma mudança no interior do bloco no poder. A grande burguesia interna brasileira, fração da classe capitalista que mantém uma base própria de acumulação de capital e disputa posições com o capital financeiro internacional, ascendeu politicamente em prejuízo dos interesses da grande burguesia integrada ao capital internacional. Assim, o grande capital internacional e seus aliados internos, cujos interesses tinham guiado a ação do Estado brasileiro nos governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram deslocados da situação de hegemonia incontestada que usufruíram na década de 1990 e passaram a ocupar uma posição subordinada, tendo, inclusive, passado a fazer oposição aos governos petistas. Em segundo lugar, essa mudança esteve e está vinculada a uma mudança mais ampla na política nacional e que transcende os limites do bloco no poder. A ascensão política da grande burguesia interna só foi possível graças à constituição de uma frente política que reúne, além dessa fração burguesa, os principais setores das classes populares.

Essa frente política, que poderíamos denominar neodesenvolvimentista, é, como já se pode perceber pelo que foi dito acima, uma frente ampla, heterogênea e eivada de contradições. Ela é representada no plano partidário, principalmente, pelo Partido dos Traba-

³ O leitor que leu o capítulo 3 deste livro, no qual já analisamos a frente política neodesenvolvimentista, pode dispensar a leitura deste item e passar para o item seguinte deste capítulo.

lhadores (PT). Tal frente reúne a grande burguesia interna brasileira que é a sua força dirigente, a baixa classe média, o operariado urbano, o campesinato. A frente incorpora, também, aquele amplo e heterogêneo setor social que compreende desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria, camponeses em situação de penúria e outros setores que compõem aquilo que a sociologia crítica latino-americana do século passado denominou "trabalhadores da massa marginal".⁴

A frente neodesenvolvimentista distingue-se do campo político conservador, de orientação neoliberal ortodoxa, que é representado no plano partidário, principalmente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – apesar do nome, esse partido não tem nenhuma relação com a social-democracia de tipo europeu. O campo neoliberal ortodoxo reúne, *grasso modo*, o grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira plenamente integrada a esse capital, parte dos grandes proprietários de terra e a alta classe média do setor público e do setor privado.

Vejamos mais de perto o programa dessa frente, os seus personagens e como o neodesenvolvimentismo está atendendo – de modo muito desigual, é importante frisar – aos interesses das forças que o apoiam.

Por que recorrer ao termo desenvolvimentista? Porque esse programa busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país. Para buscar o crescimento econômico, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff lançaram mão de alguns elementos importantes de política econômica e social que estavam ausentes nas gestões de Fernando Henrique Cardoso: a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres,

⁴ Nun, 2001; Kowarick, 1975.

isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juros subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; d) política econômica anti-cíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica. Mais recentemente, o governo Dilma iniciou mudanças na política de juros e cambial, reduzindo a taxa básica de juros e o *spread* bancário e intervindo para desvalorizar o real, visando baratear o investimento produtivo e encarecer os produtos importados. Devido a esses elementos, e apesar de eles não romperem com o modelo econômico neoliberal herdado da década de 1990, optamos por utilizar a expressão desenvolvimento para denominar esse programa.

E por que empregar o prefixo “neo”? Porque as diferenças com o velho desenvolvimento do período 1930-1980 são grandes. O *neodesenvolvimento* é o *desenvolvimento da época do capitalismo neoliberal*. Convém destacar seis diferenças. O neodesenvolvimento: a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que o propiciado pelo velho desenvolvimento; b) confere importância menor ao mercado interno; c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; d) aceita os estrangulamentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; e) tem menor capacidade distributiva da renda; e f) o novo desenvolvimento é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda a velocidade de agir como força anti-imperialista. Todas essas seis características, que se encontram estreitamente vinculadas umas às outras, fazem do neodesenvolvimento um programa muito me-

nos ambicioso que o seu predecessor, e tais características advêm do fato de o neodesenvolvimento ser a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal. As taxas menores de crescimento do PIB são as taxas possíveis para um Estado que esteriliza cerca de 40% do seu orçamento para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, minando sua própria capacidade de investimento; o papel de menor importância conferido ao mercado interno é decorrente do compromisso de manter a abertura comercial; a reativação da função primário-exportadora é a opção de crescimento possível para uma política econômica que não pretende revogar a ofensiva que o imperialismo realizou contra o parque industrial brasileiro; e todas essas características impedem ou desestimulam uma política mais forte de distribuição de rendas.

Vejam os agora as classes e frações de classe que, na condição de forças sociais ativas, são os personagens responsáveis pelo estabelecimento e pela implementação dessa política de desenvolvimento.

A grande burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista, encontra-se distribuída por diversos setores da economia – indústria de transformação, construção naval, construção civil, mineração e a cúspide do agronegócio representada pelas empresas que processam e/ou exportam os produtos agropecuários: carne, cana-de-açúcar, soja, cítricos e outros. O que unifica empresas tão diversas é a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital internacional. A chamada globalização não produziu, ao contrário do que defendem alguns autores, uma burguesia mundial homogênea.⁵ Pois bem, a priorização dos interesses dessa fração do grande capital interno pelo Estado brasileiro nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff aparece em inúmeros aspectos da política econômica. Um

⁵ Martuscelli, 2010.

elemento fundamental é a busca de superávits na balança comercial que favoreceu enormemente o agronegócio, a mineração e outros setores ligados à exportação de produtos agropecuários e de recursos naturais. A política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma poderosa instituição financeira estatal que passou incólume pela onda de privatização da década de 1990, passou a contar com um orçamento muitas vezes maior que aquele de que dispunha na década de 1990 e a priorizar um reduzido número de grandes empresas predominantemente nacionais como receptores dos programas de empréstimos e juros subsidiados.⁶ A política de compras do Estado brasileiro e das grandes empresas estatais também mudou sob os governos neodesenvolvimentistas. Essa política passou a priorizar as grandes empresas predominantemente nacionais ou implantadas no Brasil. Finalmente, a política externa do Estado brasileiro, da qual falaremos na segunda parte deste artigo, articulou-se com essa nova política econômica e também de modo a priorizar os interesses da grande burguesia interna. Essa grande burguesia é o setor que mais ganha com a política neodesenvolvimentista.

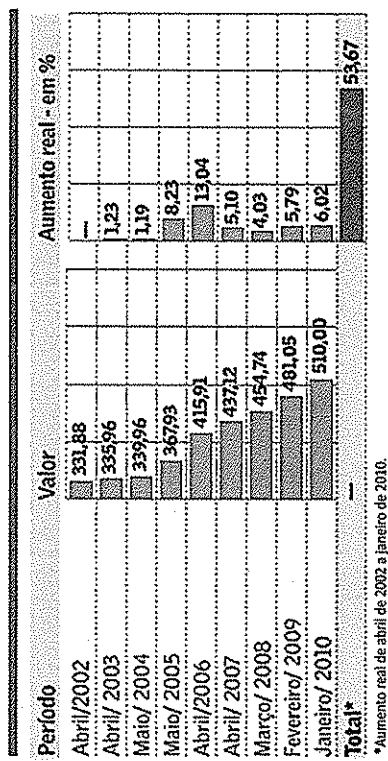
No campo das classes dominadas, o operariado urbano e a baixa classe média, por intermédio do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores (PT), têm uma participação organizada na frente neodesenvolvimentista. Na verdade, foram essas forças que criaram aquele que iria se tornar o instrumento partidário dessa frente – o PT. O que se passou desde então foi que esse partido, que lutava, ao longo da década de 1990, pela implantação de um Estado de bem-estar social no Brasil e pelo reforço do capitalismo de Estado, esse partido foi atraído pela grande burguesia interna, que vinha fazendo crítica moderada ao neoliberalismo, e, na virada da década de 1990 para a década de 2000, mesclando sua tradição de origem com a insatisfação

⁶ Bugiato, 2012.

burguesa, converteu-se, de modo empírico e marcado pelas circunstâncias, no agente partidário do neodesenvolvimentismo. O operariado e a baixa classe média continuaram presentes no PT, apenas que, agora, ocupando a posição de base social, mas não mais de força dirigente desse partido.

Esses assalariados ganham algo com o neodesenvolvimentismo. O crescimento econômico provocou uma grande redução do desemprego e a política governamental de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial. Segundo os dados do IBGE, entre o ano de 2002, que é o último ano do governo FHC, e o ano de 2010, que é o último ano do governo de Lula da Silva, a taxa de desemprego caiu de 12,6% para 6,7%. No governo Dilma Rousseff, a tendência de queda continuou. Em 2012, a taxa de desemprego era de apenas 5,5%, ou seja, menos da metade da taxa de desemprego herdada da era FHC. Quanto à melhoria do salário mínimo, essa remuneração de base teve um aumento real de 53,67% durante os dois mandatos de Lula da Silva.

GRÁFICO 1 – A EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO EM R\$ CONSTANTES (JANEIRO DE 2010)



Fonte: Dieese.

As novas condições econômicas e políticas favoreceram muito a organização e a luta sindical, permitindo novas conquistas salariais dos trabalhadores num evidente contraste com aquilo que ocorreu na década de 1990.⁷ Entre 2003 e 2012, tivemos um crescimento quase constante do número de greves, crescimento que não foi abalado sequer pela crise econômica iniciada em 2008. Em 2004, ocorreram 302 greves. Esse número cresceu de maneira regular até atingir o montante de 411 em 2008, que foi um ano de crise econômica.⁸ Quatro anos depois, em 2012, o movimento sindical realizou 873 greves.

Embora a média anual de greves na década de 2000 e de 2010 tenha permanecido abaixo da média anual da década de 1990, pesquisa do Dieese mostra que, hoje, as greves são, em sua grande maioria, ofensivas, isto é, são greves por reajustes reais de salário, por melhorias das condições de trabalho e por novos direitos, enquanto na década de 1990 predominavam as greves defensivas, isto é, contra a demissão de trabalhadores, em protesto contra o desrespeito de cláusulas do acordo salarial ou por pagamento de salários atrasados.⁹

Sob os governos petistas, tivemos o crescimento exponencial do número de acordos e convenções coletivas que conquistaram reajuste salarial superior à taxa de inflação, confirmando a recuperação do sindicalismo brasileiro nas décadas de 2000 e 2010. No ano de 2003, apenas 18,8% dos acordos e das convenções coletivas obtiveram um reajuste salarial superior à inflação; em 2008, esse número tinha saltado para 76,1%.¹⁰ Em 2012, nada menos que 95% das 704 unidades de negociação analisadas pelo Dieese tiveram aumentos reais de salários. Em aproximadamente 4% delas, os salários foram corrigidos em percentual igual ao índice, e, em 1%, o reajuste foi in-

7 Boito Jr. & Marcelino, 2011.

8 *Ibidem*.

9 Dieese, 2013b.

10 Boito & Marcelino, 2011.

ferior. O aumento real médio obtido pelos trabalhadores não foi muito alto, ficou na casa de 1,96% acima do INPC.¹¹

Os sindicatos de trabalhadores têm representantes seus, ao lado dos representantes do grande empresariado, em inúmeros organismos consultivos do governo. Têm sido frequentes, também, as campanhas conjuntas organizadas por associações de grandes empresários da indústria e pelas centrais sindicais para pressionar o governo a dar proteção alfandegária para a indústria local e a baixar a taxa básica de juros da economia. Nos últimos meses, e como resultado dessa pressão conjugada, é que o governo Dilma vem reduzindo a taxa de juros e tomando medidas para estimular a depreciação cambial, a fim de favorecer as exportações, proteger o mercado interno e baratear os investimentos.

O campesinato também está presente na frente neodesenvolvimentista e também de forma organizada. O segundo governo FHC perseguiu e criminalizou os movimentos camponeses; com a ascensão de Lula da Silva, esses movimentos tiveram seu direito à reivindicação reconhecido pelo governo. O universo do trabalho rural é muito diversificado e os trabalhadores estão representados por diferentes associações. Os camponeses estão representados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e outras. Os trabalhadores assalariados do campo estão representados pela rede de sindicatos oficiais e pela Contag, que é a associação nacional que congrega esses sindicatos. Considerando as diferentes camadas do campesinato, podemos afirmar que o camponês remediado está presente, principalmente, na Contag e, secundariamente, no setor de camponeses assentados do MST. Essa camada reivindica assistência técnica, financiamento para a produção, mercado e preço para seus

11 Dieese, 2013a.

produtos. Os governos neodesenvolvimentistas têm atendido, em parte, a essas reivindicações com o financiamento à agricultura familiar, que cresceu muito quando comparado com o que havia na era FHC, e com programas de compras governamentais da produção camponesa.¹² Já a reivindicação básica do campesinato pobre, que corresponde aos camponeses sem-terra ou com pouca terra, é a desapropriação das terras ociosas e uma política agressiva de abertura de novos assentamentos. Essa camada camponesa, que também é organizada pelo MST, é a mais marginalizada pela frente neodesenvolvimentista. Os governos Lula e Dilma reduziram muito as desapropriações de terra. O agronegócio tem um peso importante na política neodesenvolvimentista, fato que bloqueia a política de desapropriações.¹³

Os trabalhadores desempregados, subempregados, vivendo do trabalho precário ou “por conta própria” representam o ponto extremo da frente neodesenvolvimentista e entretém com ela uma relação bem particular. Essa “massa marginal” reside principalmente na periferia dos grandes centros urbanos do país e no interior da região Nordeste. Convém distinguir dois setores na massa marginal.

Parte dessa massa está organizada em movimentos populares reivindicativos, os chamados “movimentos de urgência”, como os movimentos por moradia, os de desempregados e os de luta pela terra. Dos movimentos de luta pela terra, já falamos. Quanto aos dois outros, o mais importante pelo seu peso político e social é o movimento por moradia. Ele é formado por muitas e variadas organizações que atuam em grandes e médias cidades brasileiras, as quais mobilizam dezenas de milhares de famílias e se orientam por concepções políticas variadas.¹⁴ Há desde movimentos que reivindicam tão somente a

¹² MST, 2009.

¹³ Scarso, 2012.

¹⁴ N. C. Oliveira, 2010.

casa própria para seus participantes até aqueles que pressionam pela mudança da política habitacional do governo ou mesmo que propõem a necessidade de lutar pela mudança do conjunto do modelo econômico vigente. As vitórias desses movimentos na luta reivindicativa aparecem, no nível local, na conquista de imóveis e de terrenos urbanos por meio da ação direta e, no plano da política nacional, em medidas governamentais de política habitacional. O efeito mais importante dos movimentos por moradia foi a alteração da política habitacional do Estado brasileiro. Durante a década de 1990, o Estado central abandonou a política de construção de moradia popular. No final do segundo governo Lula, foi criado o programa habitacional de grande amplitude denominado “Minha casa, minha vida”, que rompeu com a omissão do Estado central nessa área. Esse programa continua sendo implementado pelo governo Dilma.¹⁵ Segundo a Agência Brasil, em três anos, esse programa habitacional financiou a construção de 2 milhões de moradias, envolvendo um montante de mais de 50 bilhões de reais.¹⁶

Outra parte da chamada “massa marginal” é social e politicamente desorganizada. Ela foi incluída na frente neodesenvolvimentista graças às políticas de transferência de renda dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. O programa “Bolsa Família”, destinado às famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza, e o chamado “Benefício de Prestação Continuada”, destinado a idosos e a pessoas com deficiência, são os principais instrumentos dessa política. O programa “Bolsa Família” atende a mais de 13 milhões de famílias com um orçamento de cerca de 15 bilhões de reais.¹⁷ Essa massa pauperizada não interveém de forma organizada na frente política neodesenvolvimentista. Os governos Lula e Dilma optaram por lhes destinar

¹⁵ *Ibidem.*

¹⁶ Agência Brasil, 2013.

¹⁷ MDS, 2013.

renda sem se preocupar – nem esses governos, nem o seu partido, o PT – em organizá-los. Eles formam uma base eleitoral desorganizada e passiva que é convocada a intervir no processo político apenas por intermédio do voto para sufragar os candidatos da frente neodesenvolvimentista. A relação dos governos da frente com essa base eleitoral dá continuidade à tradição populista da política brasileira. Na relação política populista, os trabalhadores obtêm ganhos reais – e, isso, ao contrário do que afirmam os observadores liberais para quem o populismo seria mera “demagogia”. Porém, esses ganhos são muito limitados e os seus beneficiários se mantêm política e ideologicamente dependentes das iniciativas do governo.

Embora ampla, heterogênea e contraditória na sua composição de classe, a frente política neodesenvolvimentista existe e atua como tal. Em momentos críticos do processo político nacional, as forças que a integram agem juntas no plano político – embora entrem em conflito, muitas vezes duro, em torno de questões econômicas como salário, direitos trabalhistas e sociais, desapropriação de terra e outras. Foi assim em 2002 na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula e que ficou conhecida como “Crise do Mensalão”; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a Presidência da República, e novamente em 2010, na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff. Ora, em todos os momentos críticos citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, os movimentos camponeses pela reforma agrária, os movimentos populares por moradia bem como o eleitorado pobre e desorganizado apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os governos Lula e Dilma. Ao agirem assim, tais forças sociais, mesmo que movidas por interesses e objetivos distintos, evidenciaram fazer parte de um mesmo campo político.

A POLÍTICA EXTERNA E A FRENTE NEODESENVOLVIMENTISTA

A política externa do Estado brasileiro sob os governos Lula e Dilma deve ser entendida no quadro das mudanças políticas recentes. Em primeiro lugar, e acima de tudo, ela deve ser entendida como parte da mudança ocorrida no interior do bloco no poder no Brasil. É nosso entendimento que a política externa de um Estado decorre das características do bloco no poder que controla esse Estado. Em segundo lugar, ela resulta, por razões distintas e em proporção menor, da nova presença política das classes populares na política nacional. Ou seja, como já indicamos, e diferentemente do que fazem as correntes teóricas autodenominadas realista e neorrealista, não consideraremos o Estado como uma instituição homogênea, dotada de interesse e de poder próprios e cuja política externa estaria separada da política interna. São as mudanças na política interna brasileira – que surgiram, elas mesmas, vinculadas a alterações no cenário internacional – que explicam a nova política externa dos governos Lula e Dilma.

A política externa dos governos Lula foi um importante instrumento para o fortalecimento da grande burguesia interna. Nesse período houve uma mudança na atuação internacional do Estado brasileiro determinada pelos interesses dessa fração de classe. A burguesia interna brasileira se uniu em torno de interesses comuns no plano internacional, que fundamentalmente foram: o apoio do Estado para a conquista de novos mercados para exportação de seus produtos e para a realização de investimentos diretos no exterior; a prioridade para os seus produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais; e uma maior proteção do Estado para o mercado interno. Para nós, foi justamente por isso que os principais focos de atuação internacional do Estado brasileiro foram: a ênfase nas relações Sul-Sul; a prioridade dada à América do Sul; a criação do

G-20 para atuar na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC); a criação do Fórum Ibas (Índia, Brasil e África do Sul); as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca); o adiamento das negociações Mercosul-União Europeia; e, por fim, mais recentemente, a atuação nos fóruns dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Vale lembrar que nos governos FHC a política externa esteve a serviço do plano de estabilização monetária e, portanto, objetivava atrair investimentos e empréstimos do FMI e do Banco Mundial. Para isso, deveria ter uma atitude submissa diante dos centros de poder mundial. A estratégia utilizada foi a aproximação com os Estados imperialistas – Estados Unidos e Europa – e a ratificação de regimes internacionais, entre eles o tratado de não proliferação de armas (TNP), que foi assinado em 1997, 29 anos após a recusa do Estado brasileiro em aderir a esse acordo discriminatório. Além disso, destaca-se a celebração do Protocolo 505, de 18 de abril de 2000, que previa a transferência de equipamentos de defesa a baixo custo e, em contrapartida, cedia completamente o controle da Base Alcântara no Maranhão aos Estados Unidos. O Estado brasileiro ficou impedido de utilizar a base e de fiscalizar a importação de equipamentos (espaçonaves, veículos etc.) que os Estados Unidos trouxessem para exportar ou lançar. Esse acordo foi rejeitado pelo Senado após a chegada de Lula à Presidência em 2003.

A proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) foi um dos elementos que provocaram a organização da grande burguesia interna brasileira durante os governos FHC. E, nesse caso, aproximou os interesses dessa fração dos interesses dos movimentos populares e do movimento sindical que vinham fazendo campanha contra a proposta da Alca. Vejamos isso em detalhe.

Havia, é verdade, contradições no interior da grande burguesia interna diante da proposta da Alca. Mas, ao longo do processo, essas contradições perderam importância. A burguesia interna brasileira,

em especial os setores voltados para a produção interna e latino-americana de manufaturados (papel e celulose, eletroeletrônicos, químicos, alimentos e bens de capital), manifestou oposição à proposta da Alca desde o início das negociações. Já os setores cuja produção é voltada para o mercado externo, como o agronegócio, a siderurgia, os calçados e os têxteis, demonstraram simpatia ao projeto, pois foram os menos afetados negativamente pela abertura comercial da década de 1990.

Para defender seus interesses e definir suas demandas no plano da política externa brasileira, a grande burguesia interna criou a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) em 1996. O objetivo da CEB era organizar as demandas do empresariado e transformá-las em pressão sobre o governo no processo de formulação e condução das negociações hemisféricas. Pela primeira vez na história da política externa brasileira, as classes dominantes se reuniram em torno de uma pauta comum e com abrangência multisetorial e nacional. A CEB foi criada após a participação de alguns empresários brasileiros no II Fórum Empresarial das Américas em 1996, em Cartagena (reunião das burguesias latino-americanas para a negociação da proposta da Alca). Nesse encontro, que integrava as reuniões de negociação da Alca, a burguesia brasileira se surpreendeu com a preparação do empresariado estadunidense durante a reunião e sentiu-se ameaçada com o seu conhecimento técnico e a sua capacidade de influência no Estado. Coincidentemente ou não, ficou acertado que o Fórum seguinte seria no Brasil, em Belo Horizonte. Com isso, a Conferência Nacional da Indústria (CNI) percebeu a necessidade de ampliar a sua influência e se dispôs a organizar o Fórum.¹⁸

No processo de organização do Fórum, a CNI conseguiu reunir amplos setores da burguesia brasileira em torno da necessidade de participação desses na formulação, na negociação e na elaboração

¹⁸ Oliveira & Pfeifer, 2006.

das decisões nas negociações internacionais. O ativismo mais intenso na CEB foi dos setores protecionistas, notadamente as empresas de grande e médio porte do Sul e do Sudeste do país. O agronegócio teve uma atuação relativamente independente da CEB.¹⁹ De fato, esse setor visava ao acesso ao mercado estadunidense que seria possível caso ocorresse a redução dos protecionismos agrícolas praticados por aquele país.²⁰ Como os governos estadunidenses não abriram mão das políticas de proteção à sua agricultura, o agronegócio brasileiro não teve motivos para pressionar o Estado brasileiro a assinar o tratado de livre-comércio e acabou por se somar à posição dos setores contrários à Alca.

A CEB se tornou um padrão de referência para as demais negociações econômicas internacionais então em curso, em especial a Roda Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e as negociações do acordo Mercosul-União Europeia. Como forma de institucionalizar os canais de diálogo e consulta à burguesia, o Itamaraty criou seções especiais de debate sobre as negociações econômicas internacionais (Senalca e Seneuropa) e um Comitê Empresarial Permanente.

Já os movimentos popular e sindical se organizaram em torno da chamada Campanha Nacional Contra a Alca (CNA), que reuniu 55 organizações, com destaque para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Sem-Terra (MST), as pastorais sociais da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Consulta Popular, a Marcha Mundial das Mulheres, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e alguns setores do Partido dos Trabalhadores (PT). Em sua maioria, essas organizações foram criadas a partir da luta pela redemocratização do país e das lutas contra o neoliberalismo e realizaram também o plebiscito da dívida externa em

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ A. J. Oliveira, 2003.

2000. O movimento contra a Alca teve início em 1997, mas a organização da campanha se deu apenas em 2001. O objetivo da campanha era realizar trabalho de base e de educação popular a fim de conscientizar e mobilizar a população para pressionar os governos a não assinarem o tratado.²¹ A ideia da campanha contra a Alca nasceu no Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre em 2001, e foi uma campanha continental que contribuiu para o fortalecimento de um campo progressista que logrou eleger diversos presidentes entre 1998 e 2011, entre eles: Hugo Chávez na Venezuela, casal Kirchner na Argentina, Michele Bachelet no Chile, Fernando Lugo no Paraguai, Tabaré Vasquez no Uruguai, Evo Morales na Bolívia etc. A relação entre Lula e esses presidentes foi fundamental para a geopolítica continental e contribuiu para a derrocada da proposta de criação da Alca e para o aprofundamento dos processos de integração regional.

No Brasil, a campanha realizou um plebiscito popular, em 2002, cuja metodologia pautava-se na realização de cursos de formação massivos sobre o impacto político e econômico que poderia ter a aprovação da Alca. Foram confeccionados diversos materiais didáticos para o trabalho popular, como cartilhas, vídeos e folhetos. A campanha dividia-se em comitês estaduais e locais, espalhados em todo o território nacional, os quais realizaram debates em escolas, bairros, universidades, igrejas, rádios e TVs locais, a fim de mobilizar a população e coletar assinaturas. O plebiscito coletou mais de dez milhões de votos, e mais de 95% foram votos contrários à entrada do Brasil na Alca. Essa articulação, além de reunir grande parte da esquerda brasileira, exerceu forte pressão sobre a decisão do governo brasileiro, em especial do governo petista, cuja base participou intensamente dessa mobilização. A luta contra a Alca uniu amplos setores populares na luta contra o aprofundamento do neoliberalismo

²¹ Silva, 2008.

na região.²² Podemos dizer que a luta contra a Alca contribuiu para a afirmação de uma plataforma neodesenvolvimentista que passa a ser reivindicada, com objetivos e definições particulares e até contraditórios, tanto pelas organizações das classes trabalhadoras quanto pelos representantes da grande burguesia interna brasileira.

A Alca foi um dos principais temas da disputa eleitoral de 2002 que opôs os candidatos do PSDB e do PT. Pois foi justamente a partir de 2001, um ano antes da eleição, que o governo FHC começou a demonstrar uma posição mais positiva em relação ao estabelecimento do acordo, enquanto o PT firmava-se como oposição à proposta. Segundo as declarações de Lula, em função das assimetrias hemisféricas, a Alca seria mais um projeto de anexação das economias latino-americanas aos Estados Unidos do que um projeto de integração.²³ A posição petista ficou ainda mais explícita logo no início do governo Lula graças à escolha do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para o cargo de secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores. Guimarães havia sido exonerado do cargo de presidente do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais do Itamaraty em 2001 ao declarar, durante uma reunião da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), que era contrário à Alca.²⁴

Nos primeiros anos de mandato, o governo Lula não abandonou as negociações e passou a defender a proposta de uma "Alca *light*", que permitiria que os Estados assumissem níveis de compromissos diferentes no âmbito da Alca, conduzindo negociações bilaterais ou plurilaterais. Essa atitude causou bastante desconforto aos setores organizados da Campanha Nacional contra a Alca, e acabou inclusive dividindo essa grande articulação de esquerda entre opositores

²² *Ibidem*.

²³ A. J. Oliveira, 2003.

²⁴ Bandeira, 2004.

ao governo (PSTU), base de sustentação do governo (PT e CUT) e críticos do governo e defensores de reformas estruturais na sociedade brasileira (MST e Consulta Popular).

É importante dizer que o Estado brasileiro se utilizou das negociações da OMC e entre o Mercosul e a União Europeia como contrapeso às negociações da Alca. Segundo Thorstensen,²⁵ essas três negociações se entrelaçaram e permitiram que o Estado brasileiro jogasse estrategicamente na cena internacional. Do ponto de vista brasileiro, essas três negociações significavam: relações assimétricas entre Estados imperialistas e dependentes, ameaça à indústria brasileira e uma expectativa da diminuição dos protecionismos agrícolas. Como forma de obter vantagens e ganhar tempo nas negociações da Alca, o Estado brasileiro procurou demonstrar simpatia às negociações com a União Europeia e, ao mesmo tempo, atuou no órgão de solução de controvérsias da OMC, como os painéis do algodão e do açúcar, demonstrando sua capacidade de atuação contrária aos Estados Unidos e à União Europeia nas esferas multilaterais.²⁶ Por outro lado, os Estados Unidos buscavam diminuir a influência do Brasil na América Latina e pressionar a assinatura da Alca através da negociação de acordos bilaterais com os países andinos (Chile, Colômbia e Peru), caribenhos e com os demais membros do Mercosul, em especial Uruguai e Paraguai.

Em função disso, o governo Lula, desde o início do seu mandato, buscou fortalecer o Mercosul e outras iniciativas de integração da América do Sul, como a aproximação do Mercosul e da Comunidade Andina das Nações e a Iniciativa de Integração em Infraestrutura Sul-Americana (Iirsa), como forma de contrabalançar as relações com os Estados imperialistas (em especial, com os Estados

²⁵ Thorstensen, 2001.

²⁶ Vigevani & Mariano, 2005, p. 14.

Unidos e a Europa) e de introduzir novos aspectos na política de integração regional, a saber: integração energética, de transportes e comunicação.

Cabe dizer que o Estado brasileiro respeitou as decisões do Estado boliviano de nacionalização do gás que envolveu os negócios da Petrobras e renegotiou o tratado da usina hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai a pedido deste último. Além de uma série de iniciativas de cooperação econômica como a contribuição voluntária de recursos para que o Paraguai construísse uma linha de 500 kw entre a hidrelétrica de Itaipu e a capital, Assunção. Um marco importante da política externa dos governos Lula foi a criação da União Sul-Americana das Nações (Unasul) em 2008, que, além de incorporar a Iirsa, criou o Comitê de Defesa Sul-Americano (CDS) para se contrapor ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) da OEA. Destaca-se ainda que o Estado brasileiro teve um importante papel na contenção da tentativa de golpe de Estado na Bolívia e no Equador e foi árbitro do conflito entre Colômbia e Equador, ambos em 2008.

Algumas ações brasileiras demonstraram um posicionamento oposto, ainda que pontual, ao dos Estados Unidos na cena política internacional. Foram elas: a desaprovação da invasão ao Iraque em 2003, a acolhida do presidente hondurenho Manuel Zelaya na Embaixada Brasileira, o posicionamento na negociação sobre a produção de urânio enriquecido no Irã e na questão da instalação das bases militares estadunidenses na Colômbia, entre outros.

Além disso, a política externa visou ampliar e aprofundar as relações Sul-Sul, criou coalizões como o G-20 na OMC, participou do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (Ibas), participou da missão de paz da ONU no Haiti (Minustah) e se aproximou de Estados do continente africano e do Oriente Médio, bem como da China, da Rússia e da África do Sul por intermédio dos Brics. Essas relações trouxeram grandes benefícios à burguesia interna brasileira ao aumentar o acesso a novos mercados para a exportação de *commodities* e pró-

ductos manufaturados e garantir a instalação de empresas brasileiras nesses territórios. Entre 2003 e 2010, além da reversão da situação da balança comercial, que de deficitária passou a ser amplamente superavitária, houve uma clara mudança nos destinos das exportações brasileiras. O aumento das exportações para a América Latina e demais regiões contribuiu, junto com outros elementos, para a diminuição do desemprego no país.

As empresas com origem no Brasil não só cresceram, mas se internacionalizaram. Já há quase mil empresas brasileiras com presença relevante no exterior – com mais de 10% do capital de filiais e investimento direto superior a 10 milhões de dólares –, das quais as mais internacionalizadas são: JBS, Gerdau, Stefanini IT Solutions, Metafrío, Marfrig, Ibope, Odebrecht, Sabó, Magnesita, Suzano Papel e Celulose, Vale, Weg, Brasil Foods, CI&T, Artocola, Embraer, Camargo Correa, Marcopolo, Petrobras, entre outras. As empresas transnacionais brasileiras possuem investimentos principalmente nos ramos da agricultura, da pecuária e de recursos naturais, nos ramos de bens de consumo, como alimentos, bebidas e têxteis, de bens intermediários, como produtos químicos e equipamentos, e da construção civil, e no comércio e no transporte, com destaque para as atuações lucrativas em recursos naturais, construção civil e alimentos.²⁷

Depois do arquivamento da Alca em 2005, a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) teve o seu papel diminuído e transferido para as secretarias e departamentos de comércio exterior da CNI, da Fiesp e dos grandes grupos econômicos. Em 2004, formou-se o Conselho Empresarial Brasil-China, liderado pela Companhia Vale do Rio Doce e composto por corporações nacionais de mineração, energia, papel, celulose, alimentos e construção civil, que tinham interesse em exportar para a China ou em atuar no seu grande mercado.

²⁷ Fundação Dom Cabral, 2012.

Após a crise de 2008, houve um aumento das importações de produtos chineses e da recepção de investimento externo direto no Brasil. A fim de conter os impactos negativos desses elementos, o Estado brasileiro estimulou a desvalorização do real, criou novas tarifas protecionistas, reduziu o Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI), além de obrigar que uma parcela das compras governamentais tivesse conteúdo local – fosse produzida no país. Ao mesmo tempo, os representantes do Estado passaram a condenar a “guerra cambial” e as políticas de austeridade fiscal defendidas pela União Europeia e pelos Estados Unidos. Junto com os outros membros dos Brics, foram apresentadas críticas às políticas dos organismos financeiros internacionais, passando a lutar por uma nova arquitetura internacional (um novo banco de fomento).

Em suma, podemos dizer que o arquivamento da proposta da Alca, o adiamento das negociações do Mercosul com a União Europeia e das negociações da Rodada Doha, o fortalecimento da integração da América Latina e o aprofundamento das relações com os Estados dependentes, além da mudança na política tarifária, na política cambial, nas taxas de juros e nos aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fazem parte da política dos governos Lula e Dilma de garantir uma proteção do Estado à grande burguesia interna – tanto no âmbito da política nacional quanto no da política internacional.

CONCLUSÃO

O debate político no Brasil, envolvendo o governo, a oposição eleitoralmente viável, a mídia e os grandes partidos políticos, está dominado por temas econômicos. Dentre eles, prevalece a questão do crescimento econômico e, secundariamente, discute-se também a distribuição da renda e a diminuição das desigualdades econômi-

cas e sociais. Duas correntes de pensamento econômico defrontam-se nesse debate: a monetarista e a neodesenvolvimentista. Esse debate deve ser remetido, segundo nossa análise, ao conflito entre as frações burguesas que integram o bloco no poder.

É verdade que a grande burguesia interna não está separada como o óleo na água da grande burguesia integrada ao capital internacional. Essas duas frações fazem parte de um grupo maior que é o grande capital e possuem, em inúmeros setores e circunstâncias, interesses que são comuns. De um lado, muitas empresas nacionais buscam sócios estrangeiros, com o objetivo de aumentar seu poder econômico e de incorporar tecnologia e, de outro lado, as empresas estrangeiras procuram sócios nacionais, com o objetivo de se inserirem mais facilmente na economia e na política brasileira. Na indústria de transformação, que aspira à proteção do mercado interno, encontramos um grande número de empresas estrangeiras; já os grandes bancos, que juntamente com o capital financeiro internacional detêm a maior parte dos títulos da dívida pública e têm interesse em ampliar os ganhos financeiros, são empresas fundamentalmente nacionais. A verdade é que cada uma das duas frações que consideramos em nossa análise possui, além de um núcleo central mais bem definido, uma periferia composta por empresas que oscilam entre um polo e outro devido aos pertencimentos múltiplos que incidem sobre elas – capital nacional ou estrangeiro, setor financeiro ou produtivo, produção para exportação ou para o mercado interno, agricultura ou indústria, região do país na qual localizam suas plantas etc. Contudo, nada disso nega que as diferentes concepções e estratégias de política econômica – a monetarista e a neodesenvolvimentista – polarizam setores diferenciados da grande burguesia.

Um grupo de grandes empresas de capital exclusivamente ou predominantemente nacional tem presença muito forte nas áreas da construção civil pesada, da mineração, do processamento de alguns produtos agropecuários, da indústria de transformação, dos estalei-

resultados concretos dessas iniciativas são pequenos, mas a diferença em relação à política externa dos governos FHC é grande.

Os elementos nacional e popular, depois de passarem a década de 1990 relegados ao museu das antiguidades políticas, estão reingressando, ainda que timidamente, na política brasileira do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASIL. "Número de moradias entregues pelo Programa Minha Casa, Minha Vida chega a 934 mil", 2013. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>>.
- BANDEIRA, Luis Alberto Muniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (Collor a Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- BOITO JR., Armando & MARCELINO, Paula. "Decline in Unionism? An Analysis of the New Wave of Strikes in Brazil". *Latin American Perspectives*, vol. 38, n. 5, September 2011.
- BUGIATO, Caio. "O papel do BNDES na expansão dos negócios da burguesia interna brasileira." VIII Workshop Empresas, Empresários e Sociedade. *Caderno de resumo das comunicações*. Curitiba, UFPR, 2012.
- DIEESE. "Balanco das negociações dos reajustes salariais de 2012". *Estudos e pesquisas*, n. 64, março de 2013a. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2012>>; acesso em 31/5/2013.
- _____. "Balanco das greves de 2012". *Estudos e pesquisas*, n. 66, maio de 2013b. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/>>; acesso em 1/6/2013.
- FUNDAÇÃO DOM CABRAL. "Ranking das transnacionais brasileiras 2012: Os benefícios da internacionalização", 2012. Disponível em <www.fidc.org.br>.
- KOWARICK, Lucio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- MARTUSCELLI, Danilo. "A burguesia mundial em questão". *Crítica Marxista*, n. 30, 2010.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). "Bolsa Família", 2013. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>; acesso em 31/5/2013.

ros navais, da indústria armamentista e outras, e essas empresas pressionam o Estado na direção de uma política neodesenvolvimentista que aumente os investimentos e gastos públicos em infraestrutura, que reduza a taxa de juros, deprecie o real para aumentar a renda dos exportadores e para proteger o mercado interno. O grande capital internacional e o setor da burguesia brasileira integrada a esse capital pressionam, por sua vez, na direção de uma política monetarista que reduza os investimentos do Estado, mantenha um alto superávit primário, uma taxa de juros elevada, o real apreciado e que amplie a abertura comercial. Visam se assegurar de que o Estado irá remunerar os títulos da dívida pública, desejam a manutenção dos ganhos financeiros, querem adquirir a baixo preço os dólares que enviam para o exterior e pleiteiam o livre acesso ao mercado interno brasileiro. A despeito dos pontos de unidade entre uma e outra fração da burguesia, o conflito está configurado.

Como vimos, o conflito entre essas duas frações burguesas, que é na atual conjuntura o principal conflito da política nacional, repercutiu nas condições de vida e de luta das classes trabalhadoras e na atuação do Estado brasileiro na arena internacional.

A maior projeção internacional do Estado brasileiro – gestada, sobretudo, em função do fortalecimento da grande burguesia interna – se deu através do questionamento às regras das organizações e do próprio ordenamento internacional. A começar pelo sistema de comércio, no qual a atuação via G-20 buscou questionar a abertura unilateral das economias dependentes em função da manutenção dos protecionismos agrícolas dos Estados imperialistas. Em seguida, a posição em relação ao acordo entre Irã e Turquia sobre enriquecimento de urânio resuscitou a crítica ao acesso à tecnologia como um elemento do hiato entre Estados imperialistas e dependentes. Por fim, a crítica ao sistema financeiro internacional ao lado dos Brics consolidou essa posição que destoa da ordem imposta pelos Estados Unidos e pela Europa desde o final da Segunda Guerra Mundial. Os

- MST. "Reforma agrária X agronegócio", 2009. Disponível em <<http://www.mst.org.br/node/6713>>; acesso em 6/6/2012.
- NUN, José. *Marginalidad y exclusión social*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.
- OLIVEIRA, Amâncio Jorge. "O governo do PT e a Alca: Política externa e pragmatismo". *Estudos avançados*, vol. 17, n. 48, 2003.
- OLIVEIRA, Amâncio Jorge & PFEIFER, Alberto. "O empresariado e a política exterior do Brasil". In: ALTEMANI, Henrique & LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações internacionais do Brasil: Temas e agendas*. São Paulo, Saraiva, 2006.
- OLIVEIRA, Nathália Cristina. *Os movimentos sem-teto da Grande São Paulo*. Dissertação de mestrado. Campinas, IFCH-Unicamp, 2010.
- POULANTZAS, Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme d'aujourd'hui*. Paris, Seuil, 1974.
- _____. *La crise des dictatures. Portugal, Grèce, Espagne*. Paris, François Maspero, 1975.
- SCARSO, Aline. "E a reforma agrária, presidente Dilma?". *Brasil de Fato*, 10 de abril de 2012. Disponível em <www.brasildefato.com.br>; acesso em 6/6/2012.
- SILVA, Suylan de Almeida. "Ganhamos a batalha, mas não a guerra": *A visão da Campanha Nacional contra a Alca sobre a não assinatura do Acordo*. Tese de doutorado. Brasília, Departamento de Sociologia-UnB, 2008.
- THORSTENSEN, Vera. *O Brasil frente a um triplíce desafio: As negociações simultâneas da OMC, da Alca e do acordo CE/Mercosul*. Lisboa, Ieei, 2001.
- VIGEVANI, Tullo & MARIANO, Marcelo Passini. "A Alca e a política externa brasileira". *Cadernos Cedec*, n. 74, agosto de 2005.

O NEODESENVOLVIMENTISMO E A RECUPERAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO¹

Este artigo trata do sindicalismo brasileiro durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), período iniciado pelo primeiro governo Lula da Silva em janeiro de 2003. Trata-se de um período importante, uma vez que pela primeira vez na história política do país um partido nascido fundamentalmente do movimento sindical assumiu o governo federal. Os sindicatos e os movimentos sociais depositavam muitas expectativas nos governos do PT, obtiveram alguns ganhos e conheceram muitas frustrações. O apoio do movimento sindical e dos movimentos sociais foi decisivo para a reeleição de Lula em 2006 e para a eleição de Dilma Rousseff em 2010.

O período em questão também se destaca do ponto de vista econômico. De um lado, a situação econômica internacional, cujos fatos mais importantes foram o crescimento chinês e o forte aumento na demanda por *commodities*, e a política econômica dos governos petistas induziram um ritmo de crescimento econômico maior que aquele verificado sob os governos de Fernando Henrique Cardoso.²

¹ Artigo inédito no Brasil, escrito em coautoria com Andréia Galvão e Paula Marcelino. Redigido no ano de 2014 e publicado em *Cahiers des Amériques Latines*, n. 80, 2015.

² A média anual de expansão do PIB nos oito anos de Cardoso (1995-2002) foi de 2,3%, contra 4% nos oito anos de governo Lula (2003-2010). O crescimento se manteve mesmo após a crise internacional desencadeada em 2008, mas a média dos governos Dilma se reduziu significativamente, caindo para 1,8%.

Grandes empresas brasileiras do setor agropecuário, da produção mineral, da construção pesada, da construção naval, da indústria de transformação e de outros setores foram amplamente beneficiadas por essa política. De outro lado, a política social dos governos petistas propiciou uma melhoria das condições de vida da população trabalhadora. A redução do desemprego, a política governamental de recuperação do salário mínimo, as políticas de transferência de rendas e de construção de moradia popular beneficiaram tanto os trabalhadores empregados no mercado formal, quanto os trabalhadores informais, os desempregados e as populações marginalizadas – moradores de favelas, trabalhadores da economia camponesa decadente e outros. Tais políticas econômica e social permitiram que os governos petistas constituíssem uma grande e contraditória frente política, reunindo setores e classes sociais diversos, que poderíamos denominar frente neodesenvolvimentista. É essa frente política que tem sido a base social e garantido o sucesso político e eleitoral desses governos.³

Quase todo o sindicalismo está integrado à frente neodesenvolvimentista. Fazem parte dessa frente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), vinculada ao PT, a Força Sindical (FS), tradicional adversária do PT que passou a integrar a base de apoio do governo petista no segundo mandato de Lula, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), criada em 2006, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), criada em 2007, e, finalmente, a Central dos Sindicatos Brasileiros, uma cisão da CGTB que se organizou em 2012. Porém, o rebaixamento do programa político do PT e da CUT gerou tensões e conflitos no meio sindical e nas organizações de esquerda.⁴ O apoio

3 Boito Jr., 2012.

4 Galvão, 2006, pp. 137-154. Galvão; Tropa & Marcelino, 2013.

da CUT ao governo Lula provocou um processo de cisão no interior dessa central, levando algumas de suas correntes minoritárias a criar duas novas organizações que aspiram a obter abrangência nacional: a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) em 2004 e a Intersindical em 2006. Essas organizações, ainda que bastante minoritárias, constituem um polo de resistência à linha sindical hegemônica e contribuem para dinamizar o cenário sindical ao disputar com o sindicalismo hegemônico a representação dos trabalhadores. A ação dessas organizações pode repercutir, também, na orientação dos sindicatos que apoiam o governo, levando-os a assumir, em alguns casos, uma posição mais crítica diante da política neodesenvolvimentista.

Este artigo divide-se em três partes: a primeira trata da participação do movimento sindical na frente política neodesenvolvimentista, a segunda analisa a ação das centrais sindicais que compõem a frente neodesenvolvimentista e, por fim, a terceira analisa a luta grevista na fase atual, suas características e seus resultados.

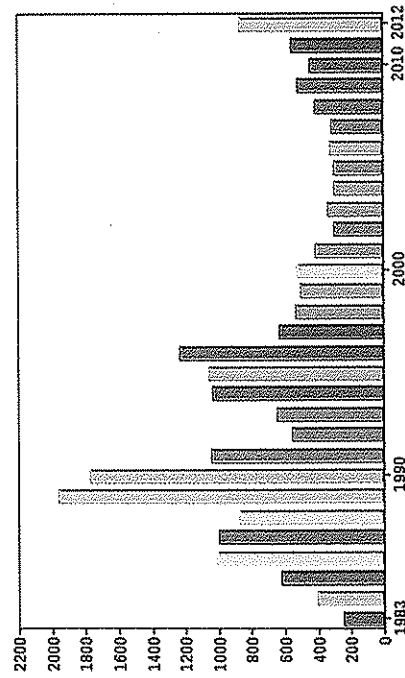
NEODESENVOLVIMENTISMO E MOVIMENTO SINDICAL

Ao longo da década de 1990, que foi a década das reformas neoliberais e da estagnação econômica, dois elementos marcaram o movimento sindical brasileiro.⁵ Em primeiro lugar, no que respeita ao processo político, a ala majoritária e mais ativa do sindicalismo, organizada na Central Única dos Trabalhadores (CUT), manteve uma linha de oposição aos governos Collor (1990-1992), Itamar (1992-1994) e Cardoso (1995-2002). Os programas de abertura comercial, de privatização, de reforma da previdência social e de desregulamen-

5 Boito Jr., 1997.

tação do mercado de trabalho opunham os governos neoliberais às reivindicações e à plataforma histórica da CUT. Em segundo lugar, na base do movimento sindical, o número de greves caiu para menos da metade do número verificado na década anterior – ver Gráfico 1 – e as reivindicações dos trabalhadores em greve passaram a ser fundamentalmente reivindicações defensivas – pela manutenção do emprego, pelo pagamento de salários atrasados, pelo cumprimento de direitos, pelo respeito a cláusulas contratuais acordadas etc. Esses dois elementos, isto é, a resistência pouco eficiente às reformas neoliberais e a queda do número de greves, levaram a maioria dos estudiosos e observadores a falar numa crise profunda do sindicalismo brasileiro.

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE GREVES NO PAÍS
QUANTIDADE REGISTRADA EM CADA ANO



Fonte: Dieese.

Ao longo da década de 2000 e também na década de 2010, a situação do sindicalismo brasileiro mudou muito. O novo quadro político e econômico – sobre o qual falaremos adiante – repercutiu fortemente sobre o movimento sindical. A grande maioria do movimento sindical, representado pelas sete maiores centrais sindicais,

tornou-se uma base de apoio, mesmo que crítico, aos governos petistas; as greves entraram num período ascendente – ver Gráfico 1 – e as reivindicações dos trabalhadores passaram a buscar, exitosamente, aumentos reais de salários. O número de greves, que entrara em declínio desde o ano de 1997, cresce a partir de 2003, que é o primeiro ano do governo Lula. Numa primeira fase, de 2003 a 2007, o número estaciona em pouco mais de 300 greves por ano, enquanto numa segunda fase, de 2008 a 2012, temos um crescimento mais forte.⁶ Hoje, alguns analistas do movimento sindical consideram que o sindicalismo brasileiro encontra-se em fase de recuperação.⁷

As mudanças ocorridas no Brasil inserem-se no quadro mais geral de mudanças pelas quais vem passando a América Latina. O modelo neoliberal entrou em crise no continente, a ideologia e os governos neoliberais, após um breve período de sucesso político e ideológico, passaram a ser contestados na maior parte dos países da região. Formaram-se, então, três grupos de países que representam três situações bem diferentes.⁸ Num primeiro grupo, temos os países com governos conservadores e nos quais o neoliberalismo não só se mantém como sequer passou por um processo significativo de reformas. Esse é o caso do México, da Colômbia e do Peru. No outro extremo, temos o grupo de países cujos governos procuram, com sucesso maior ou menor, romper com o modelo capitalista neoliberal. Esses são os países dotados de economia mineira e petroleira com baixa diversificação industrial e dirigidos por governos de esquerda e forte base popular: Venezuela, Bolívia e Equador. Um terceiro grupo, que

6 O número de greves permanece, contudo, distante daquele da década de 1980, período excepcional na história do sindicalismo brasileiro, que combinou “elementos explosivos” na política e na economia: a crise da ditadura militar e as taxas anuais de inflação entre três e quatro dígitos. Em 1989, quando tivemos o recorde de cerca de duas mil greves, tivemos também uma taxa recorde de inflação: 1.764%.

7 Boito Jr. & Marcelino, 2010.

8 Boito Jr., s/d.

ocupa uma posição intermediária no espectro político, é formado por países como o Brasil e a Argentina, que possuem uma economia capitalista mais desenvolvida, um parque industrial diversificado e que se encontram, ao longo das décadas de 2000 e de 2010, sob governos formados por partidos de base operária e de baixa classe média assalariada – o Partido Justicialista, peronista, na Argentina, e o PT no Brasil. Nesse último grupo, os governos estabeleceram uma frente política entre, de um lado, a grande burguesia local, que tinha acumulado contradições com o modelo neoliberal na sua forma mais ortodoxa, e, de outro lado, a classe operária e a baixa classe média. Enquanto na Venezuela, na Bolívia e no Equador a base popular dos governos pós-neoliberais é composta, principalmente, por camponeses, indígenas e um espectro muito diversificado de classes populares urbanas, no Brasil e na Argentina, o movimento sindical operário e de baixa classe média é a força social que se destaca como base de apoio dos governos que estão reformando o modelo capitalista neoliberal. Foi essa frente política que serviu de base ao neodesenvolvimentismo no Brasil e na Argentina e que propiciou a recuperação do sindicalismo brasileiro.

Como se formou essa frente política? Qual é o seu programa? Que tipo de recuperação ela propiciou ao sindicalismo brasileiro?

Ao longo da década de 1990, tanto o movimento sindical quanto as associações de empresários passaram por um processo de redefinição de suas posições políticas. A CUT, que ao longo da década de 1980 defendia em seu programa a implantação de um Estado de bem-estar no Brasil, foi, acuada pelas reformas neoliberais, abandonando esse programa e, disposta a fazer concessões, se aproximando de uma plataforma política que poderíamos denominar neodesenvolvimentista. Do outro lado da barricada, os empresários do setor industrial vinham acumulando contradições com o programa neoliberal do governo Cardoso, programa que, inicialmente, haviam apoiado. Os empresários da indústria criticavam, principalmente, a abertura

comercial, os juros elevados e a estagnação econômica.⁹ Em junho de 1996, a CUT, a FS e uma central de importância menor, a conservadora Confederação Geral dos Trabalhadores, convocaram uma greve geral contra a recessão e o desemprego. A greve ocorreu em 21 de junho daquele ano e aproximadamente 12 milhões de trabalhadores paralisaram os serviços em todo o Brasil. A novidade – e até surpreendente – daquela greve foi que ela recebeu o apoio oficial e ativo poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Esse encontro entre o movimento sindical e os empresários não foi um fato isolado, mas ele pode ser considerado, pela sua importância e pelo inusitado do episódio na história das greves no Brasil, o marco inicial da frente política que iria se constituir para apoiar os governos do PT. De fato, na eleição presidencial de 2002, vencida pelo candidato Lula da Silva, a posição dos grandes empresários foi muito diferente daquela que assumiram na eleição de 1989. Na época, o presidente da Fiesp declarara que, em caso de vitória de Lula, não apenas os capitais, mas os próprios empresários abandonariam o país. Pois bem, desde o início de seu governo, no ano de 2003, Lula da Silva manteve relações políticas próximas e institucionalizadas tanto com a Fiesp, sua antiga inimiga política, quanto com o movimento sindical, de onde viera e que o projetara no cenário político nacional.

A política econômica e social do neodesenvolvimentismo está aquém da política desenvolvimentista clássica, aquela que prevaleceu entre as décadas de 1930 e 1980, mas ela se distingue também do neoliberalismo ortodoxo dos governos Cardoso.¹⁰ Ela é neodesenvolvimentista porque enfatiza o crescimento econômico e porque concebe o Estado como promotor do crescimento, objetivos que se

⁹ Boito Jr., 1999.

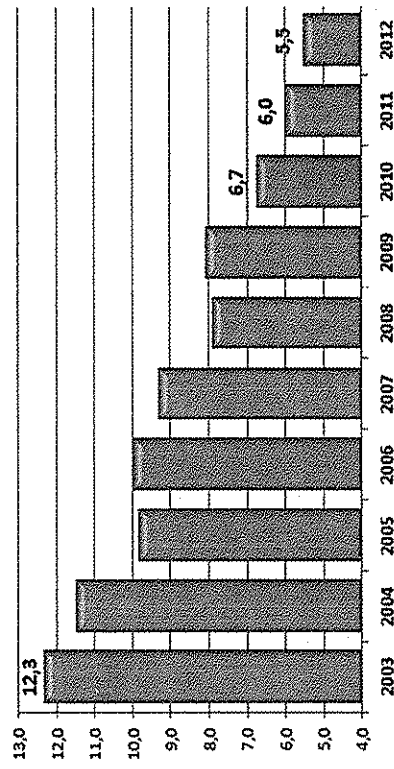
¹⁰ Esse tipo de classificação – ortodoxo, heterodoxo – depende sempre do termo comparativo. Se mudarmos o termo de referência, a classificação pode mudar. Comparado ao neoliberalismo do governo Menem na Argentina, o neoliberalismo dos governos Cardoso foi moderado.

encontravam ausentes ou eram muito marginais no período dos governos Cardoso. Seus instrumentos mais destacados são: a realização de investimentos diretos do Estado; o financiamento de bancos públicos aos investidores privados a juros subsidiados; a criação de novas medidas protecionistas, priorizando as empresas locais em detrimento das empresas estrangeiras nas compras do Estado e das empresas estatais; e a implantação de uma política externa que dá mais importância às relações comerciais e diplomáticas com o Sul e que visa facilitar a expansão internacional das grandes empresas brasileiras. Ela está aquém do velho desenvolvimentismo porque não rompe com alguns elementos básicos do modelo capitalista neoliberal que limitam a própria política de crescimento econômico: a rolagem da dívida pública que consome grande parte do orçamento do Estado inibindo sua capacidade de investimento, a manutenção de uma taxa de juros elevada que inibe o investimento privado e a manutenção da abertura econômica que ameaça as empresas industriais locais.

Embora não rompa com alguns elementos básicos do modelo neoliberal, o neodesenvolvimentismo procura flexibilizá-los, moderá-los, com o intuito de estimular o crescimento econômico e buscar espaço para uma política social de redução da pobreza. No plano da política econômica, os governos petistas aumentaram enormemente a dotação orçamentária do Banco Nacional de Investimento Econômico e Social (BNDES) e o colocaram a serviço das empresas brasileiras, reduziram, no longo prazo, a taxa básica de juros – embora ela se mantenha num nível elevado – e o superávit primário, além de terem suspenso o programa de venda de empresas públicas. No que concerne à política social, implantaram um mecanismo de recuperação do salário mínimo, criaram ou estimularam programas de transferência de renda – “Bolsa Família” e “Auxílio de Prestação Continuada” –, desenvolveram um programa de construção de habitação popular – “Minha casa, minha vida” – e estabeleceram uma política de apoio à pequena agricultura.

O programa econômico neodesenvolvimentista reduziu o desemprego à metade e criou condições muito melhores para a organização e a luta sindical. Entre abril de 2003 e janeiro de 2013, isto é, em dez anos de governos petistas, o salário mínimo passou, em valores nominais, de R\$ 240,00 para R\$ 678,00. Descontada a inflação do período, esse aumento representou um ganho real de 70,49%.¹¹ Quanto à redução do desemprego, como se sabe, ela não só melhora as condições de vida dos trabalhadores como melhora as condições da luta sindical.

GRÁFICO 2 – TAXA DE DESEMPREGO – MÉDIA ANUAL (%)



Fonte: PME – IBGE.

A recuperação do sindicalismo brasileiro, dadas as condições que a propiciaram, possui, é importante frisar, algumas características próprias. Parece-nos fundamental destacar que a recuperação da luta reivindicativa, que será objeto de análise na terceira parte deste artigo, combina-se com um rebaixamento da plataforma política do movimento sindical, como veremos na sequência.

¹¹ Ver Dieese, 2013c.

A MODERAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO SINDICAL

Os governos petistas estimulam duas práticas sindicais aparentemente contraditórias: i) ao expandirem os mecanismos institucionais de que os sindicatos dispõem em sua relação com o Estado e ao fomentarem uma aliança entre o movimento sindical e parte do patronato, estimulam a moderação política na cúpula do movimento; ii) ao reduzirem o desemprego e permitirem uma recuperação do crescimento econômico, estimulam a luta reivindicativa e a obtenção de melhorias nas convenções e nos acordos coletivos. Trataremos de desenvolver essas considerações a seguir.

Mas, antes, é preciso explicar o que entendemos por moderação política. Como indicamos acima, nos anos 1990, a CUT abandonou a luta pela implantação de um Estado de bem-estar social. Com efeito, seu foco mudou. As propostas de estatização dos bancos e dos serviços de saúde, de educação e de transporte foram perdendo espaço e os documentos e a prática sindical dos sindicatos filiados à central passaram a se concentrar na defesa da retomada do crescimento econômico.¹² Contudo, se a moderação política do sindicalismo brasileiro é uma característica que pode ser identificada desde os anos 1990, os interlocutores do movimento sindical naquele período eram um governo considerado adversário e um patronato que desencadeara uma ofensiva contra os trabalhadores, seja pela via dos ataques aos direitos trabalhistas, seja pela reestruturação produtiva e da gestão das empresas. A partir dos governos petistas, os interlocutores passam a ser um partido aliado e um patronato que, em parte, integra a frente política que sustenta esses governos. Assim, se a conjuntura econômica mais favorável verificada ao longo desses governos

oferece ao sindicalismo mais chances de obter conquistas, esse arranjo político favorece a cautela, para que as conquistas atribuídas a esses governos não sejam ameaçadas. A moderação política não é, pois, fruto da mera participação de sindicalistas nas instituições governamentais e da ocupação de cargos no governo, mas de um processo mais amplo, que não se circunscreve às lideranças sindicais.

Feitos esses esclarecimentos, voltemos à análise das práticas sindicais sob os governos petistas.

O governo Lula, em seu primeiro mandato, ampliou a participação dos sindicatos nos organismos governamentais – uma possibilidade inaugurada pela Constituição de 1988 e posta em prática ao longo dos anos 1990, com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – por meio da criação de dois organismos tripartites, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para debater as reformas que pretendia implementar. Além disso, promoveu uma série de conferências para debater políticas públicas em diferentes áreas, o que assegurou novos espaços para a intervenção dos trabalhadores por meio de suas organizações sindicais e movimentos sociais. No final de seu governo, aprovou uma lei que prevê a participação de representantes dos funcionários nos conselhos de administração das empresas públicas com mais de 200 empregados.

A intensificação da participação sindical nas instâncias administrativas nos permite falar em um aumento da influência do sindicalismo na política, mas isso não significa que o sindicalismo dirija a política governamental. Assim, a capacidade de formulação sindical contrasta com uma intervenção sindical limitada no processo decisório, pois, como veremos, uma parte minoritária das proposições do sindicalismo é efetivamente discutida nos espaços institucionais assegurados pelo governo e uma parte ainda menor é posta em prática. Porém, a ampliação dos canais de participação nos organismos

¹² Giannotti & Lopez Neto, 1992; Galvão, 2002, pp. 105-154.

consultivos do governo e a relação de proximidade entre o governo e uma parte significativa do movimento sindical afetaram as concepções e estratégias sindicais, contribuindo para fortalecer a perspectiva de ação conjunta do sindicalismo com os governos petistas e com a burguesia brasileira.

A prioridade à ação institucional por parte das centrais sindicais e a disposição à aliança política não significam ausência de conflitos. A terceira seção deste artigo tratará justamente do crescimento da luta grevista no período dos governos do PT. Tampouco a prioridade dada à defesa dos interesses econômicos corporativos dos diferentes segmentos de trabalhadores, como ocorre nas greves de categorias específicas por aumento real de salário, significa a ausência de demandas políticas mais gerais. As centrais sindicais apresentam uma vasta pauta de reivindicações, na qual se destacam a valorização do salário mínimo, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, o fim da demissão imotivada, a assinatura da Convenção 151 OIT de modo a instituir a obrigatoriedade da negociação coletiva no setor público, o fim do fator previdenciário,¹³ o fim da terceirização, o aumento de recursos para a educação e o aumento de investimento público.

A CUT é a grande formuladora do “Projeto de Desenvolvimento sob a Ótica da Classe Trabalhadora” (2005), que culmina na “Agenda da Classe Trabalhadora, pelo Desenvolvimento com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho”, uma pauta de reivindicações elaborada por ocasião da campanha presidencial de 2010. A agenda, também apoiada pelas demais centrais da base de sustentação do governo, propõe revisar, e não revogar, algumas medidas instituídas pelo governo Cardoso que reduzem a capacidade de investimento

¹³ Trata-se de um redutor instituído pela reforma da previdência realizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso para estimular o trabalhador a permanecer mais tempo em atividade.

estatal, como as metas de superávit primário, a Lei das Parcerias Público-Privadas e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao mesmo tempo, a CUT apoia medidas do interesse da grande burguesia interna e promove iniciativas em parceria com essa fração burguesa, como foi o caso da organização do “Seminário Brasil do Diálogo, da Produção e do Emprego”, organizado por Fiesp, CUT e FS em maio de 2011. Esse seminário se propunha a celebrar um pacto em defesa da indústria, reivindicando a redução de impostos e contribuições patronais, a fim de “incentivar prioritariamente os investimentos produtivos, em detrimento da especulação financeira”.¹⁴ Esse episódio da ação de trabalhadores e empresários industriais contra a desindustrialização não é um fato isolado. Ao longo de 2011, as centrais sindicais e as federações de indústrias organizaram manifestações conjuntas em diversas capitais de Estado contra os juros elevados, que inibem os investimentos, o câmbio valorizado, que facilita a importação de manufaturados, e contra a carga tributária, que reduz a competitividade da indústria brasileira. Tais episódios testemunham a participação do sindicalismo na frente neodesenvolvimentista.

Tal participação impede, porém, o encaminhamento efetivo e consequente da luta pelas propostas que encontram resistência mais forte por parte do patronato. Esse é o caso das propostas já citadas de redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas sem redução salarial, da regulamentação rígida da terceirização e do fim do fator previdenciário. Dentre todas as propostas sindicais apresentadas, a única bem-sucedida foi a política de valorização do salário mínimo, fruto de um acordo negociado entre as centrais sindicais e o governo em 2007, que prevê o reajuste anual do salário mínimo pela taxa de inflação mais a variação do PIB do ano anterior. A ratificação da Convenção 151 da OIT foi promulgada por um decreto presidencial em 2013, mas ainda carece de regulamentação.

¹⁴ CUT, 2011, p. 19.

Como mencionado anteriormente, a prioridade à participação institucional nos organismos criados pelos governos petistas não significa a ausência de mobilização e de conflito. Entre 2003 e 2009, todas as centrais sindicais, em conjunto com outros movimentos sociais, promoveram seis marchas nacionais “da classe trabalhadora”, pela recuperação do salário mínimo, pelo emprego e por direitos sociais; em 2009, realizaram dois atos unificados contra os efeitos da crise econômica; em 2013, realizaram a sétima edição da marcha da classe trabalhadora e duas jornadas nacionais de luta convocadas após as “manifestações de junho”, com o objetivo declarado de “fazer avançar a pauta dos trabalhadores no Congresso”.

Ao longo de todo esse período as centrais sindicais mantiveram um calendário de lutas, com jornadas de mobilização contra demissões e pela estabilidade no emprego, greves contra condições precárias de trabalho no setor privado e contra o descumprimento de acordos negociados com o governo no setor público.¹⁵ Em 2011 e 2012, ocorreram greves importantes dos trabalhadores da educação, correios, bancários (tanto de bancos públicos quanto privados), petroleiros e construção civil.¹⁶ Uma parte importante dessas mobilizações foi provocada pelas contradições dos governos petistas, que, além de não encaminharem a pauta de reivindicações apresentada pelas centrais sindicais, contrariaram alguns dos interesses de suas bases, como no caso da privatização. Embora Dilma Rousseff, quando candidata, tenha sustentado um discurso crítico à privatização, uma

¹⁵ Desde 2003 o governo federal negocia com os funcionários por intermédio de uma Mesa Nacional de Negociação Permanente, mas as negociações são estabelecidas e interrompidas ao sabor da conjuntura e os acordos celebrados não são respeitados pelo governo.

¹⁶ As greves no Brasil são convocadas pelos sindicatos de base, que não são necessariamente vinculados a centrais sindicais, embora a maioria o seja: 75% dos 10.274 sindicatos registrados no Ministério do Trabalho e Emprego são filiados às centrais.

vez no governo promoveu a retomada dos leilões de poços de petróleo e a privatização de aeroportos, provocando críticas e manifestações inclusive por parte das centrais que a apoiam.

A unidade de ação não suprime, como afirmamos, as diferenças entre o sindicalismo hegemônico e o polo minoritário, representado pela Conlutas e pela Intersindical. Essas diferenças podem ser observadas na negociação de pontos que, aparentemente, constituem unanimidade entre as centrais. Três exemplos permitem indicar algumas dessas divergências. Embora todas as centrais reivindicuem o fim do fator previdenciário, as centrais integradas à frente neodesenvolvimentista (com exceção da CTB) negociaram com o governo uma fórmula que elimina esse redutor apenas para alguns trabalhadores, deixando de defendê-la como uma medida válida para todos os trabalhadores, sem exceção. Do mesmo modo, enquanto Conlutas e Intersindical defendem o fim da terceirização de todo e qualquer tipo de atividade, as demais centrais, mesmo que apoiando a bandeira do fim da terceirização, entendem que não se trata de proibi-la peremptoriamente, mas de regulamentá-la. Por fim, as divergências entre as centrais se estendem também a medidas que representam um risco de flexibilização das relações de trabalho. Um dos mais importantes sindicatos da CUT, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, apresentou ao governo em 2011 a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico, que autoriza os sindicatos a negociarem com as empresas acordos coletivos cujas cláusulas derogam normas do código brasileiro do trabalho – a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Esses exemplos permitem ilustrar a moderação política que caracteriza a cúpula do sindicalismo. Na base do movimento, porém, observamos que as greves se encontram em linha claramente ascendente e que a grande maioria dos acordos assinados tem propiciado aumento real dos salários.

O CRESCIMENTO DA LUTA GREVISTA

O período neodesenvolvimentista no Brasil, sob o comando dos governos do PT, é marcado por uma retomada da luta grevista dos trabalhadores. Desde 2004, segundo ano do primeiro mandato de Lula da Silva, vivemos um novo ciclo de greves e uma conjuntura de recuperação da atividade sindical dentro daquele é que seu padrão histórico de atuação: atividade grevista significativa e organizada quase que exclusivamente no período de reajuste salarial,¹⁷ reivindicações bastante circunscritas à questão salarial e ausência de participação orgânica dos trabalhadores na vida sindical.¹⁸ Na base, a ação grevista mantém-se em um nível razoavelmente alto e a grande maioria das greves tem permitido ganhos reais de salários; na cúpula do movimento, conforme exposto anteriormente, a disputa política acirrou-se com o surgimento de novas centrais sindicais.

Tomaremos em consideração alguns indicadores referentes às greves do período de 2004 a 2012.¹⁹ Daremos especial ênfase a três aspectos: o nível de atividade grevista, os tipos de reivindicação e os resultados que os trabalhadores vêm obtendo com a luta grevista em termos salariais. As greves que analisaremos são, majoritariamente, organizadas pelos sindicatos das categorias profissionais – poucas são as greves convocadas por centrais sindicais.

¹⁷ No Brasil, cada categoria profissional tem um mês específico do ano, conforme determinação legal, destinado à negociação salarial.

¹⁸ As razões para essa forma de atuação estão relacionadas de maneira direta à estrutura do sindicalismo brasileiro. Há quase 80 anos essa estrutura permanece, nos aspectos fundamentais, a mesma. Sua principal consequência é manter os sindicatos dependentes da tutela do Estado desde o reconhecimento de qual sindicato é representativo de uma dada categoria, passando pela sua sustentação financeira e pela regulação de toda ordem de conflitos (Boito Jr., 1991).

¹⁹ A fonte dos dados é o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mantido pelo conjunto do sindicalismo brasileiro.

Na segunda metade da década de 1980, período em que o sindicalismo brasileiro encontrava-se excepcionalmente ativo, tivemos uma média de 2.200 greves por ano. Nessa década, o Brasil vivia uma conjuntura política, econômica e social favorável à ação grevista: em primeiro lugar, o país saía de uma ditadura militar de mais de 20 anos, saída essa que se deveu em parte à pressão do movimento sindical e que teve sobre ele o efeito de liberação de uma demanda reprimida por participação política e por retomada de perdas sucessivas do poder aquisitivo dos trabalhadores durante o período ditatorial. Em segundo lugar, a ação grevista quantitativamente extraordinária na década de 1980 tinha como razão a hiperinflação;²⁰ as greves buscavam, em primeiro lugar, reposição salarial.²¹ Na década de 1990, período de implementação das políticas neoliberais no Brasil, a média anual de greves caiu para cerca de 930. Na década de 2000, em especial depois de 2004, embora em números absolutos as greves tenham diminuído (em termos médios entre os anos de 2004 e 2012 foram 450 greves e 1,7 milhão de grevistas por ano²²), elas ganharam força em termos reivindicativos e de conquistas e vêm avançando quantitativamente.

Nota-se a participação majoritária do setor público – funcionalismo público e empregados de empresas estatais – no decorrer do período. Esse padrão é histórico no sindicalismo brasileiro. De qualquer forma, durante quatro dos nove anos analisados, de 2008 a 2012, o número de greves foi maior na esfera privada do que na es-

²⁰ No decorrer da década de 1980, de acordo com o índice oficial brasileiro, a inflação anual nunca esteve abaixo de 57% e atingiu a impressionante marca de 1.764% no ano de 1989.

²¹ Conjuntura semelhante à do Brasil na década de 1980 vivia a Espanha, país em que a taxa de greves na década de 1980 também era excepcionalmente alta para seus padrões históricos.

²² A População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil é da ordem de 80 milhões de trabalhadores. A população total no Brasil atingiu, no último recenseamento (2010), 191 milhões de habitantes.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE GREVES NAS ESFERAS PÚBLICA E PRIVADA, BRASIL – 2004 A 2012²⁴

Ano	Esfera		Pública Total	Pública Funcionalismo público	Pública Empresas estatais	Privada	Pública e Privada*	Total
	nº	%						
2004	nº		185	158	27	114	3	302
	%		61,3	52,3	8,9	47,7	1	100
2005	nº		162	138	24	135	2	299
	%		54,2	46,2	8	45,2	0,7	100
2006	nº		165	145	20	151	4	320
	%		51,6	45,3	6,3	47,2	1,3	100
2007	nº		161	140	21	149	6	316
	%		50,9	44,3	6,6	47,2	1,9	100
2008	nº		184	155	29	224	3	411
	%		44,8	37,7	7,1	54,5	0,7	100
2009	nº		251	215	36	266	1	518
	%		48,5	41,5	6,9	51,4	0,2	100
2010	nº		269	234	35	176	1	446
	%		60,3	52,5	7,8	39,5	0,2	100
2011	nº		325	296	29	227	2	554
	%		58,7	53,4	5,2	41	0,4	100
2012	nº		409	380	28	461	3	873
	%		46,8	43,5	3,2	52,8	0,3	100

²⁴ A fonte de dados para a elaboração das tabelas foram os seguintes documentos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos): 1) *Estudos e Pesquisas*, n. 66: "Balanço das greves em 2012"; de 2013. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balanco-greves-2012.pdf>>; acesso em 15/11/2013; 2) *Estudos e Pesquisas*, n. 63: "Balanço das greves em 2010 e 2011"; de 2012. Disponível em <<http://cspconlutas.org.br/wp-content/uploads/2012/11/DIEESE-EST-PESQ-63-bal-greves-2010-2011v.pdf>>; acesso em 15/11/2013; 3) *Estudos e Pesquisas*, n. 45: "Balanço das greves em 2008"; de 2009. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2008/estPesq45balancoGreves2008.pdf>>; acesso em 20/7/2012; 4) *Estudos e Pesquisas*, n. 43: "Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2008"; de 2009. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/2009/estPesq43balanconegociacao-2008.pdf>>; acesso em 25/10/2009; 5) *Estudos e Pesquisas*, ano 2, n. 20: "As greves em 2005"; de 2006. Disponível em www.dieese.org.br/balancodasgreves/2005/estPesq20_greves2005.pdf; acesso em 20/7/2012. Alguns sindicatos brasileiros reúnem trabalhadores de empresas estatais e do setor privado. Esse é o caso, por exemplo, do sindicalismo bancário.

fera pública. A participação dos trabalhadores do setor privado, mesmo antes de 2008, foi elevada e crescente ao longo do quinquênio 2004-2008, quer consideremos o número de greves ou o número de grevistas. O equilíbrio entre o número de greves ocorridas nos setores público e privado não se reflete diretamente no número de grevistas distribuídos pelos dois setores. Apenas nos anos de 2009 e 2012 do período em análise, o número de grevistas do setor privado ultrapassou aquele do setor público.

O quase equilíbrio entre o número de greves deflagradas nos setores público e privado demonstra que outros fatores além da estabilidade, típica do servidor público, têm motivado as greves, e o principal deles é a avaliação de que, em uma conjuntura de melhoria das condições gerais de emprego, o movimento sindical pode ser mais ofensivo nas suas reivindicações.

As greves têm sido, em sua maioria, greves ofensivas, isto é, por novas conquistas. São greves que ampliam o montante destinado à remuneração do trabalho, avançando sobre os rendimentos das empresas ou sobre os recursos do Estado, seja sob a forma de aumento salarial, seja sob a forma de cláusulas de proteção ao trabalho e de benefícios trabalhistas (como, por exemplo, aumento dos intervalos de descanso, auxílios para alimentação etc.). Ou seja, as greves deixaram de ser, predominantemente, como o eram na década de 1990, greves para recuperar ou evitar perdas. As reivindicações mais presentes nesse novo ciclo têm sido por ganho real de salário, por conquista ou majoração da Participação nos Lucros e Resultados (PLR)²³ e pelo estabelecimento de Planos de Cargos e Salários que permitam a progressão nas carreiras (tanto na esfera pública quanto na privada).

²³ A Participação nos Lucros e Resultado (PLR) é um bônus pago pelas empresas aos trabalhadores anualmente. Prevista em lei, essa forma de remuneração variável, não obrigatória, costuma ser negociada com os sindicatos.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE GREVES POR CARÁTER DAS REIVINDICAÇÕES. BRASIL – 2004 A 2012

Caráter	2004		2005		2006		2007		2008	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Ofensiva	197	65,2	207	69,2	217	67,8	209	66,1	284	69,1
Defensiva	161	53,3	135	45,2	168	52,5	146	46,2	171	41,6
manutenção das condições vigentes	54	17,9	72	24,1	110	34,4	61	19,3	72	17,5
descumprimento de direitos	107	35,4	70	23,4	87	27,2	101	32	118	28,7
Protesto	28	9,3	50	16,7	49	15,3	48	15,2	53	12,9
Solidariedade	2	0,7	2	0,7	2	0,6	1	0,3	1	0,2
Sem informação	0	-	2	0,7	0	-	0	-	0	-
Total de greves	302	-	299	-	320	-	316	-	411	-

Caráter	2009		2010		2011		2012	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Ofensiva	349	67,4	353	79,1	421	76	561	64,3
Defensiva	253	48,8	203	45,5	339	61,2	589	67,5
manutenção das condições vigentes	124	23,9	87	19,5	216	39	310	35,5
descumprimento de direitos	156	30,1	137	30,7	178	32,1	412	47,2
Protesto	55	10,6	52	11,7	81	14,6	110	12,6
Solidariedade	2	0,4	0	-	-	-	1	0,1
Sem informação	0	-	0	-	-	-	-	-
Total de greves	518	-	446	-	554	-	873	-

Fonte: Dieese (2007, 2009, 2012 e 2013) modificada. Obs.: 1) A última linha dessa tabela representa o total de greves de cada ano. Ela não representa a soma das colunas, visto que uma mesma greve pode apresentar mais de um tipo de reivindicação; 2) As porcentagens são calculadas sobre o número total de greves do respectivo ano.

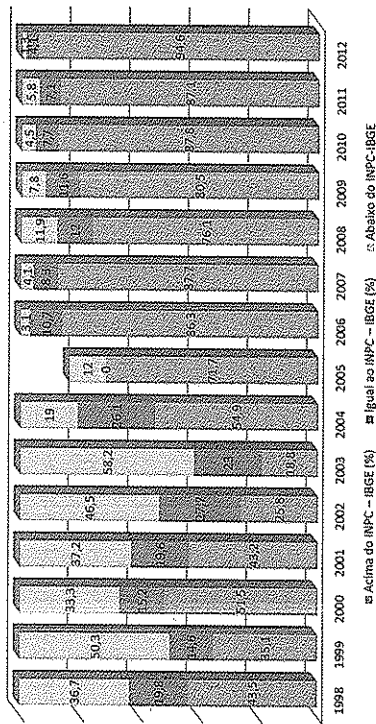
Conforme podemos perceber na Tabela 2, reduziu-se o número de greves defensivas – por pagamento de salários atrasados, por respeito a direitos já existentes etc. A frequência de ação ofensiva não é a mesma em todos os setores. No setor privado, por exemplo, esse

tipo de ação é típico dos trabalhadores da indústria, enquanto as paralisações no setor de serviços são notadamente defensivas na maior parte do período considerado. No conjunto do período 2004-2012, as reivindicações ofensivas estiveram presentes na grande maioria das greves; na média dos nove anos considerados, em 69,3% delas. Essa tendência é contrária àquela verificada na década de 1990, quando, embora as greves ocorressem em maior número, predominavam nas greves as reivindicações de caráter defensivo: 71% das greves ocorridas durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) apresentavam reivindicações orientadas para a manutenção das condições vigentes ou para combater o descumprimento de leis e acordos anteriores. Ou seja, na década de 1990, parece que os trabalhadores tiveram de correr muito apenas para permanecer no mesmo lugar, enquanto na de 2000, com menos esforço, isto é, com um número menor de greves, estão logrando avançar em novas conquistas.

Para além de uma diferença quantitativa entre as décadas de 1990 e de 2000 e 2010, o que temos aqui é uma diferença qualitativa das conquistas dos trabalhadores brasileiros sindicalmente organizados. Os últimos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso foram especialmente difíceis para os trabalhadores: o número de greves chegou a 298 em 2002; em 64,8% delas havia reivindicações defensivas. Nesse mesmo ano, apenas 25,8% dos acordos firmados entre trabalhadores e empresários obtiveram reajustes salariais acima da taxa de inflação (Gráfico 3).

Podemos afirmar que os trabalhadores estão logrando avançar em novas conquistas porque delas mais ambiciosas em seus objetivos têm sido, na sua maioria, bem-sucedidas na obtenção, total ou parcial, das reivindicações que as motivaram. Os dados sobre reajuste salarial também são muito significativos. Eles aparecem no Gráfico 3 e contemplam um período mais longo, permitindo algumas comparações.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES
BALANÇO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS (1998-2012)



Fonte: Dieese. Elaboração: Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp).

Note-se que foi exatamente em 2004, ano que estamos considerando o ponto inicial do atual ciclo de greves, que o número de acordos salariais com reajuste acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) cresceu muito, saltando da faixa de 18% para 54% dos acordos. A partir de então, esse montante continuou crescendo, atingindo a porcentagem impressionante de 95% de acordos com reajuste acima da inflação no ano de 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sobre o crescimento das greves e suas conquistas nos últimos nove anos, período de governo do Partido dos Trabalhadores, não devem ser tomados apressadamente como prova de uma força que o sindicalismo não tem. O Brasil não é, como setores da grande imprensa do país chegaram a afirmar, uma “república sindical”.

No que concerne ao plano organizativo, o sindicalismo brasileiro continua com sua capacidade de organização obstruída pela manutenção da estrutura sindical corporativa de Estado, que mantém os sindicatos dependentes do Estado, nos planos financeiro e jurídico, e que desestimula a organização no local de trabalho. A estrutura sindical também impede a organização dos trabalhadores sem contrato assinado, trabalhadores cujo montante representa metade da força de trabalho brasileira.

No que se refere às conquistas sindicais, se, por um lado, os trabalhadores têm logrado aumentos salariais e ampliação de benefícios trabalhistas na grande maioria dos acordos coletivos obtidos graças às greves por categoria, por outro lado, reivindicações gerais do movimento sindical, conforme já indicamos, têm sido sistematicamente barradas. Como a melhoria das condições de vida e das condições para a organização e a luta sindical foi propiciada, em certa medida, pela política dos governos petistas, o movimento sindical, para não desgastar os governos do PT e para não aguçar as contradições com as forças aliadas, tem aceitado um tanto passivamente o fato de os governos ignorarem bandeiras históricas do sindicalismo, como a reposição automática da inflação, o que favoreceria muito os trabalhadores não sindicalizados e filiados a sindicatos de menor poder de pressão.

A nova fase do sindicalismo brasileiro, propiciada pela luta dos trabalhadores nas novas condições criadas pela política neodesenvolvimentista, pode ser caracterizada como uma fase que apresenta, a um só tempo, uma forte e vitoriosa atividade no plano da luta reivindicativa e uma orientação política moderada na cúpula do movimento sindical. O que permite dizer que a participação do sindicalismo na frente política neodesenvolvimentista traz ganhos aos trabalhadores, mas também estabelece limites a sua atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOITO JR., A. *O sindicalismo de Estado no Brasil: Uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, Editora da Unicamp: São Paulo, Hucitec, 1991.
- _____. "Politique néolibérale et syndicalisme au Brésil". *Revista Lusotopie*, 1997. Disponível em <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/somma97.html>>.
- _____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.
- _____. "As bases políticas do neodesenvolvimentismo". Fórum Econômico da FGV-SP, 2012. Disponível em <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>.
- _____. "Luttes sociales et perspectives politiques en Amérique Latine". *Actuel Marx*, n. 42, s/d. Disponível em <<http://philpapers.org/rec/BOILLE>>.
- BOITO JR., A. & MARCELINO, Paula. "O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000". *Cad. CRH [on-line]*, vol. 23, n. 59, 2010. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792010000200008>>.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). "As greves em 2005". *Estudos e Pesquisas*, ano 2, n. 20, 2006. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA0B8EFD6AF8/Prod03_2006.pdf>; acesso em 20/7/2012.
- _____. "Balanço de greves em 2007". *Estudos e Pesquisas*, s/n, 2007. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/esp/estPesq41Greves2007.pdf>>; acesso em 20/7/2012.
- _____. "Balanço das negociações salariais em 2008". *Estudos e Pesquisas*, n. 45, 2009a. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/esp/estPesq45balancoGreves2008.pdf>>; acesso em 20/7/2012.
- _____. "Balanço das negociações e reajuste salariais em 2008". *Estudos e Pesquisas*, n. 43, 2009b. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/res-trito/estPesq43balanconegociacao2008.pdf>>; acesso em 25/10/2009.
- _____. "Balanço das greves em 2010 e 2011". *Estudos e Pesquisas*, n. 63, 2012. Disponível em <<http://cspconlutas.org.br/wp-content/uploads/2012/11/DIEESE-EST-PESQ-63-bal-greves-2010-2011vf.pdf>>; acesso em 15/11/2013.

- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). "Balanço das greves em 2012". *Estudos e Pesquisas*, n. 66, 2013a. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>; acesso em 15/11/2013.
- _____. "Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2012". *Estudos e Pesquisas*, n. 64, 2013b. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2012/estPesq64BalNegoc2012.pdf>>; acesso em 15/11/2013.
- _____. "Política de valorização do salário mínimo", 2013c. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec118salarioMinimo2013.pdf>>.
- GALVÃO, Andréia. "A CUT na encruzilhada: Dilemas do movimento sindical combativo". *Ideias*, vol. 9, n. 1, 2002.
- _____. "Le mouvement syndical face au gouvernement Lula: Dilemmes, défis et paradoxes". In: VAN EEUWEN, Daniel (org.). *Le nouveau Brésil de Lula*. Paris, Edition de l'Aube, 2006.
- GALVÃO, Andréia; TROPIA, Patrícia & MARCELINO, Paula. "A reorganização da esquerda sindical nos anos 2000: As bases sociais e o perfil político-ideológico de CTB, Intersindical e Conlutas". If Conférence Internationale Grèves et Conflits Sociaux. Dijon, 2013.
- GIANNOTTI, Vito & LOPEZ NETO, Sebastião. *CUT ontem e hoje*. Petrópolis, Vozes, 1992.
- LÚCIO, C. G. "Balanço das negociações coletivas e das greves no Brasil no período 1998-2007", 2008. Disponível em <<http://www.ibrret.org/2conferencia/Apresentacoes/ClementeT.pdf>>; acesso em 15/3/2009.
- NORONHA, Eduardo G. "Ciclo de greves, transição política e estabilização no Brasil, 1978-2007". *Lua Nova*, n. 76. São Paulo, 2009.
- POULANTZAS Nicos. *Les classes sociales dans le capitalisme d'aujourd'hui*. Paris, Seuil, 1974.
- POULANTZAS Nicos. *La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne*. Paris, Maspero, 1975.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2002.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

Parte II

NATUREZA E DINÂMICA DA CRISE
POLÍTICA DO IMPEACHMENT

A CRISE POLÍTICA DO NEODESENVOLVIMENTISMO E A INSTABILIDADE DA DEMOCRACIA¹

A CRISE POLÍTICA

A crise política atual é a crise do governo neodesenvolvimentista de Dilma Rousseff. Exacerbaram-se contradições já presentes no processo político brasileiro, surgiram contradições novas e consolidou-se uma força política organizada com capacidade para depor o governo. Ela foi provocada, fundamentalmente, pela forte ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo que pretende iniciar uma nova onda de reformas neoliberais no Brasil.² Esse ponto é importante: a crise não foi provocada pela luta operária e popular. Embora essa luta seja um componente importante da crise política, ela está longe de ser o seu componente principal. Apenas o campo neoliberal ortodoxo adquiriu condições de ocupar o poder governamental no caso de ocorrer a deposição da presidente.

O campo neodesenvolvimentista e o campo neoliberal ortodoxo não são agrupamentos com composição social aleatória e que teriam como principal fator de coesão a crença em doutrinas econômicas rivais. A aplicação da plataforma neodesenvolvimentista contempla

¹ Artigo publicado na revista *Crítica Marxista*, n. 42, maio de 2016, pp. 155-162. Redigido em outubro-novembro de 2015.

² Saad-Filho & Boito, 2016.

trabalhistas, terra – e os interesses de variados segmentos da grande burguesia interna. Contudo, até há pouco, a unidade da frente neodesenvolvimentista vinha prevalecendo claramente sobre os seus conflitos internos. Na crise, essa unidade se encontra minada.

Não se pense, convém alertar, que o outro campo está livre de contradições. A alta classe média acomoda-se com alguma dificuldade na frente neoliberal ortodoxa. A política fiscal ortodoxa, que caracteriza o neoliberalismo puro e duro, golpeia também a alta classe média – de maneira imediata golpeia o alto funcionalismo público, segmento importante dessa fração de classe. Do mesmo modo que ocorreu com a inserção das classes populares na frente política neodesenvolvimentista, a inserção da alta classe média no campo neoliberal ortodoxo deu-se, em boa medida, pelas características da conjuntura ideológica e pelas exigências da correlação política de forças.

Contudo, foram as contradições internas da frente neodesenvolvimentista que se exacerbaram na crise, enquanto o campo neoliberal ortodoxo preservou a sua unidade e ganhou novos adeptos. De fato, como resultado da degradação da situação econômica cuja responsabilidade pode, independentemente de consideração de mérito, ser atribuída ao governo do momento, como resultado da ofensiva restauradora do capital internacional e como resultado, também, do recuo da política econômica e social do governo Dilma Rousseff, segmentos do topo e da base do campo neodesenvolvimentista passaram a oscilar politicamente, foram neutralizados ou se bandearam para o lado do campo neoliberal ortodoxo. Importantes associações corporativas da grande burguesia interna – Fiesp, Sinaval, Abdib, Abimaq, Abiquim e outras – assumem uma posição ambígua: chegam a admitir a necessidade de algum ajuste fiscal, mas, ao mesmo tempo, protestam contra as medidas de ajuste; setores importantes do movimento sindical, como a central Força Sindical, ao mesmo tempo em que protestam contra o ajuste, aproximam-se da oposição

prioritariamente os interesses da grande burguesia interna, enquanto a aplicação das propostas neoliberais contempla as demandas do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Cada uma dessas grandes frações burguesas arregimentou aliados nas classes dominadas. A política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna contempla, de maneira periférica, algumas reivindicações de segmentos do operariado, da baixa classe média, de trabalhadores rurais da agricultura familiar e de trabalhadores da massa marginal, segmentos com os quais formou uma frente política política classista, ampla, heterogênea e contraditória que denominou frente neodesenvolvimentista. Essa frente disputa com o campo formado pelo grande capital internacional, pela fração da burguesia brasileira integrada a esse capital e pela fração superior da classe média, que é o campo neoliberal ortodoxo, o controle da política econômica, da política social e da política externa do Estado brasileiro.³ Os governos apoiados no PT representam o campo neodesenvolvimentista, do mesmo modo que os governos apoiados no PSDB representaram o campo neoliberal ortodoxo.

A crise política atual está abalando essa divisão de campos que prevaleceu no período recente da política brasileira. A linha divisória entre, de um lado, as classes e frações de classe alinhadas no campo neodesenvolvimentista e, de outro, as classes e frações alinhadas no campo neoliberal ortodoxo, que nunca foi uma linha reta e rígida, tornou-se, com a crise, sinuosa e maleável, e essa mudança se deu de modo a aumentar a força do campo neoliberal ortodoxo. No topo da frente neodesenvolvimentista, sempre se manteve aceso o conflito entre o capital bancário nacional e o capital produtivo nacional; no conjunto da frente, também permaneceu ativo o conflito entre as reivindicações das massas trabalhadoras – salário, direitos

³ Boito, 2012; Boito & Berringer, 2013.

neoliberal; no Congresso, partidos que compunham a base de apoio do governo dividiram-se ou bandearam-se para a oposição. A sustentação do governo Dilma Rousseff ficou comprometida.

A OFENSIVA BURGUESA NEOLIBERAL

Alguns analistas da política brasileira destacaram que o primeiro biênio do primeiro mandato de Dilma Rousseff caracterizou-se por uma ofensiva da política neodesenvolvimentista. André Singer deu a essa ofensiva um estudo recente e instrutivo.⁴ O governo Dilma não eliminou os pilares do modelo capitalista neoliberal que impedem a implantação de uma política desenvolvimentista estrito senso, mas, como o seu predecessor, tomou medidas visando atenuar os efeitos negativos desse modelo sobre o crescimento econômico. De fato, os anos de 2011 e 2012 ficaram marcados, na política econômica e social, por medidas visando, por intermédio da intervenção do Estado na economia, estimular o crescimento econômico – redução da Selic, do *spread*, desvalorização do real, ampliação da política de conteúdo local, isenções fiscais para capital produtivo e outras. O então ministro da Fazenda Guido Mantega resumiu essa nova orientação cunhando a expressão “nova matriz de política econômica”.

Parece-nos possível sustentar a tese de que essa nova matriz representava não apenas uma radicalização da política neodesenvolvimentista, mas também uma alteração no interior dessa política. Era a tentativa de beneficiar o segmento produtivo da grande burguesia interna em detrimento dos interesses do seu segmento bancário. Ou seja, essa política aprofundou um conflito que sempre esteve

presente na grande burguesia interna e, ao mesmo tempo, despertou a reação do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Foram essas forças que iniciaram uma ofensiva contra o governo Dilma no início de 2013. As agências internacionais, as agências de avaliação de risco, a imprensa conservadora da Europa e dos Estados Unidos, a grande mídia local, os partidos burgueses de oposição ao governo, a alta classe média e algumas das instituições do Estado que abrigam esse segmento social entraram na luta contra a política do ministro da Fazenda. Grande parte dessa luta concentrou-se na denúncia superlativa da inflação e no ataque à corrupção na Petrobras, isto é, tratou de agitar bandeiras que pudessem contar com algum apoio popular.

A participação da alta classe média

Um capítulo importante da ofensiva política restauradora e da crise que dela resultou é a ação política da alta classe média.

Em primeiro lugar, essa ação tem propiciado uma ampla e ativa base de massa para a ofensiva restauradora da burguesia internacionalizada. Centenas de milhares de manifestantes mobilizaram-se nas principais cidades do país em fevereiro, março, abril e agosto de 2015. Os protestos convergiram para a demanda de *impeachment* da presidente Dilma. Ocorreram, também, inúmeros “panelaços”. Todas as informações disponíveis sobre tais ações de protesto comprovam que eles são, de forma amplamente majoritária, ações da classe média abastada. Tais ações não são controladas pela burguesia internacionalizada e, justamente por isso, entretêm uma relação difícil com a direção do PSDB; elas funcionam, contudo, como principal instrumento de legitimação da ofensiva burguesa restauradora.

Em segundo lugar, a alta classe média age, também, por intermédio de importantes instituições do Estado contra o partido do governo e contra o próprio governo neodesenvolvimentista. A alta

⁴ Singer, 2015.

classe média dispõe de uma posição estratégica no Judiciário, no Ministério Público e na Polícia Federal. Os funcionários que ocupam a cúpula dessas instituições – juizes, procuradores, desembargadores, defensores públicos, delegados e outros – gozam de salários e de condições de trabalho inigualáveis no setor público brasileiro. Ademais, temos de considerar a função de tais instituições no seio do Estado. Elas representam aquilo que Pierre Bourdieu⁵ denominou “a mão direita” do Estado. Isto é, o ramo do Estado incumbido de manter a lei e a ordem capitalista. Seja por seu pertencimento de classe, seja por sua alocação nesse ramo da burocracia do Estado, os funcionários que dirigem tais instituições assumem uma posição militante contra a política social do neodesenvolvimentismo. O PT, como tem ocorrido com os partidos de perfil social-democrata, enveredou para a prática do nepotismo e da corrupção, principalmente voltada para o financiamento privado e ilegal das campanhas eleitorais e para a conquista de apoio no Congresso. Os altos funcionários do Ministério Público, da Polícia Federal e do Judiciário valem-se dessa prática corrupta para, de maneira unilateral, denunciar, investigar e julgar quase que exclusivamente as práticas de corrupção cometidas pelo PT e pelos seus aliados.

É certo que os governos neodesenvolvimentistas reabriram os concursos públicos, ampliaram a autonomia do Ministério Público e não agiram contra os privilégios de nenhum desses funcionários. Porém, os principais aspectos da política social do neodesenvolvimentismo ferem interesses econômicos e valores do conjunto da alta classe média, tanto do setor público quanto do privado, e são percebidos por ela como uma ameaça. Os programas de transferência de renda para a população em situação precária, as cotas raciais e sociais nas universidades e no serviço público, a extensão dos direitos

⁵ Bourdieu, 1998.

trabalhistas a empregadas e empregados domésticos, a recuperação do salário mínimo, essas e outras medidas são vistas pela alta classe média como uma conta que ela terá de pagar por intermédio dos impostos que lhe são cobrados, como uma ameaça à reserva de mercado que os seus filhos ainda detêm nos cursos mais cobçados das grandes universidades e nos cargos superiores do serviço público, como afrontas aos valores da ideologia meritocrática – tão cara aos profissionais com diploma universitário –, como uma intromissão nas relações autoritárias e paternalistas que as famílias de classe média mantêm com os seus funcionários domésticos e como medidas indesejáveis por possibilitar que espaços e instituições anteriormente reservados à alta classe média fossem “invadidos” por indivíduos pertencentes aos setores populares.

A política de ordem dos governos petistas também incomoda a alta classe média. Ela está aquém da dureza que delegados, procuradores e juizes gostariam, como funcionários da ordem, que fosse implementada. Os governos Lula da Silva de Dilma Rousseff mantiveram a ordem capitalista e a repressão à luta popular. Ocorre que, na comparação com a política repressiva dos governos do campo neoliberal ortodoxo, a política de ordem dos governos do PT aparece, aos olhos da alta classe média, como uma política demasiado tolerante.

A presença das classes trabalhadoras

A luta popular também contribuiu para o surgimento da crise, mas desempenhou um papel secundário se comparado ao papel da ofensiva neoliberal restauradora. Para utilizarmos a conceitualização conhecida de Mao Tsé-Tung, a contradição principal que determinou a crise foi a que opõe o conjunto do campo neoliberal ortodoxo à frente política neodesenvolvimentista. A contradição entre as classes trabalhadoras e a burguesia participou da crise em posição secundária – não porque dissesse respeito a disputas de menor

importância para a vida de milhões de brasileiros, mas exatamente porque a luta operária e popular é, ainda, uma luta reivindicativa e segmentada.

A ofensiva neoliberal restauradora iniciou-se antes das manifestações de junho de 2013 e, ao contrário destas últimas, sempre teve clareza política e força suficiente para eleger como alvo a conquista do poder governamental. De tal modo que, após breve hesitação inicial, a ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo passou a estimular as manifestações de rua a fim de canalizá-las para o objetivo de derrotar eleitoralmente o governo Dilma. A heterogeneidade e a acefalia política das manifestações facilitaram esse trabalho da reação. Em 2014, ano da eleição presidencial, a grande imprensa passou a estimular novamente as manifestações, direcionando-as, agora, contra a Copa do Mundo de Futebol – posição que, muito sintomaticamente, a imprensa não assume neste ano de 2015 diante de evento similar que é a Olimpíada do Rio de Janeiro. As manifestações de junho de 2013 são um componente da crise por terem afastado grande parte da baixa classe média – que fora beneficiada pela forte expansão do ensino universitário promovida pelo neodesenvolvimentismo – do próprio governo neodesenvolvimentista. De fato, as pesquisas indicam que nessas manifestações predominavam jovens, com ensino superior e renda média ou baixa, decepcionados com o emprego de baixa qualidade que a economia lhes oferecia a despeito de eles terem obtido um diploma de curso superior.⁶

O movimento sindical cresceu muito no período da política neodesenvolvimentista. Dois indicadores bem simples atestam a veracidade dessa afirmação: se, em 2003, ocorreram cerca de 300 greves, dez anos depois, graças a um crescimento gradativo e regular, os trabalhadores atingiram a marca de mais de duas mil greves no ano; se, também no ano de 2003, apenas 18% dos acordos e convenções cole-

⁶ Ridenti, 2013.

tivas chegaram a obter aumento real de salário, dez anos depois, na da menos que 95% desses acordos e convenções obtiveram aumento acima da inflação. Esse ascenso, contudo, não representou um crescimento político do movimento sindical. A luta manteve-se no plano estritamente reivindicativo e segmentada por categorias. As conquistas sindicais, ao aumentarem os custos salariais das empresas, não foram bem recebidas pela grande burguesia interna, porém não há indícios de que tais conquistas tenham implodido a frente política neodesenvolvimentista. O que ocorreu claramente foi a defecção de parte do sindicalismo da frente neodesenvolvimentista. A insatisfação no movimento sindical proveio do fato de o neodesenvolvimentismo ter ignorado demandas históricas do movimento sindical – redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas, regulamentação restrita da terceirização, fim do fator previdenciário e outras. Majoritariamente, essa defecção foi atraída pelo campo neoliberal ortodoxo.

A INSTABILIDADE DA DEMOCRACIA

A crise do governo está associada a uma situação de instabilidade do presidencialismo brasileiro e da própria democracia burguesa vigente no Brasil.

A situação de instabilidade, tal qual a situação de crise, caracteriza-se pelo surgimento de obstáculos importantes na reprodução de uma dada estrutura ou instituição política – um Estado, um regime político ou um governo –, mas, diferentemente do que ocorre numa situação de crise, na situação de instabilidade não há uma força política organizada *capaz de e disposta a* substituir a instituição cuja reprodução mostra-se claudicante por outra que ocupe o seu lugar. A situação de instabilidade está aquém da situação de crise.

A REAÇÃO DO GOVERNO E O MOVIMENTO POPULAR

Diante da ofensiva política restauradora das forças que integram o campo neoliberal ortodoxo, o governo Dilma Rousseff optou por uma política de recuo e não de resistência. Aplica o ajuste fiscal que é parte importante do programa da oposição burguesa neoliberal e não toma a iniciativa de mobilizar os setores populares sequer para defender o seu próprio mandato.

Nessa situação, o campo socialista e popular tem, em primeiro lugar, de travar uma luta defensiva. Essa luta comporta dois objetivos cuja relação é complexa e pode se tornar contraditória. É preciso, de um lado, resistir à política de ajuste fiscal do governo e, de outro, defender a democracia e, portanto, o mandato que o governo conquistou nas urnas. Se, temendo favorecer a reação, decidir manter-se neutro diante do ajuste, estará abrindo mão da defesa de interesses elementares das classes populares; se, alegando o recuo conservador do governo Dilma, se propuser a lutar, aqui e agora, pela constituição de um poder popular, produzirá como único resultado prático, dada a atual correlação de forças, o avanço da reação. É certo, contudo, que a política de defesa do mandato tem limite. Se o governo mantiver a orientação de se defender do processo de impedimento apenas no âmbito das instituições do Estado e se mantiver a política de ajuste fiscal, a defesa do mandato da presidente poderá se ver comprometida.

Em segundo lugar, o campo socialista e popular precisa apresentar a sua proposta para a situação de instabilidade que afeta a democracia limitada e o presidencialismo autoritário vigentes no Brasil. É necessário propagandear e agitar uma proposta que aponte para uma ofensiva. A palavra de ordem da Constituinte exclusiva e soberana para a reforma do sistema político pode ser a resposta que,

O Executivo Federal, no regime que poderíamos denominar presidencialista autoritário, controla a atividade legislativa.⁷ Esse controle deixou de existir desde a derrota do governo Dilma na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. Tal instabilidade institucional está vinculada à ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo, mas é algo mais que a sua mera faceta institucional. A insubmissão do Congresso Nacional é promovida, evidentemente, pelas forças neoliberais, mas também pela resistência ao ajuste fiscal e pela guerra declarada pela bancada evangélica e conservadora contra os movimentos feminista e LGBT.

Presenciamos, ainda, uma situação de instabilidade da democracia burguesa vigente no Brasil. Essa é uma democracia limitada. Já nos referimos ao presidencialismo autoritário que esvazia a função legislativa e representativa do Congresso Nacional. Caberia acrescentar a precariedade das liberdades democráticas: inexistência de liberdade de organização sindical, aparelhos repressivos do Estado e mesmo milícias privadas agindo por conta própria contra a população trabalhadora nos bairros populares e nas regiões rurais, além da existência de uma mídia extremamente concentrada e desregulamentada. A instabilidade dessa democracia é visível numa conjuntura em que presenciamos sucessivas tentativas de revogar o veredito dado pelas urnas em outubro de 2014. São ações com argumentos, trâmites e instâncias os mais diversos, cujos únicos pontos em comum residem no desprezo pela regra democrática da vontade da maioria e no objetivo de depor o governo, indicando o desapego da oposição burguesa às instituições e aos valores democráticos. Ainda não há uma crise da democracia porque, até aqui, a proposta de implantação de um regime ditatorial é muito minoritária no campo oposicionista, situação que difere da conjuntura em que se deu o golpe militar de 1964.

7 Torre, 1996; Saes, 2001.

se vitoriosa, poderá permitir o aprofundamento da democracia no Brasil, desbloqueando o caminho para as reformas exigidas pelo movimento popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOITO Jr., Armando. "As bases políticas do neodesenvolvimentismo". Fórum Econômico da FGV-SP, 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>.
- BOITO Jr., Armando & BERRINGER, Tatiana. "Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma". *Revista de Sociologia e Política*, n. 47, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux. Propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale*. Paris, Raisons d'Agir, 1998.
- RIDENTI, Marcelo. "Que juventude é essa?". *Folha de S. Paulo*, 26 de junho de 2013.
- SAAD-FILHO, Alfredo & BOITO Jr., Armando. "Brazil: The Failure of the PT and the Rise of the 'New Right'". In: PANITCH, Leo & ALBO, Greg (eds.). *Socialist Register*, vol. 52, 2016. Disponível em <<http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/25598#.VjPA7erQdU>>.
- SAES, Décio. "A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual". *República do capital. Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2001.
- SINGER, André. "Curucando onças com varas curtas – O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)". *Novos Estudos Cebrap*, n. 102, 2015.
- TORRE, Juan Carlo. "O encaminhamento político das reformas estruturais". *Luz Nova*, n. 37, 1996.

ESTADO, INSTITUIÇÕES ESTATAIS E PODER POLÍTICO NO BRASIL¹

Os conflitos de classes e de frações de classe atravessam o Estado brasileiro de maneira acentuada no período dos governos de coalizão do PT e particularmente na conjuntura de crise de 2014-2015. Diferentes instituições da burocracia de Estado foram capturadas por diferentes classes e frações de classe em presença, pleiteiam políticas conflitantes e funcionam, umas, como centros de implementação da política dos setores hegemônicos e, outras, como centros de resistência a essas políticas por parte dos setores não hegemônicos. Aparentemente, tais conflitos são apenas institucionais; na realidade expressam, de maneira específica, conflitos de classe.

Façamos, desde já, dois esclarecimentos.

Em primeiro lugar, não presenciaremos um esvaziamento do Estado, isto é, a divisão das suas instituições entre todas as classes e frações de classe em presença e a sua descaracterização como uma instituição dotada de unidade e de natureza de classe única. Nenhum partido, organização ou movimento socialista controla qualquer instituição do Estado brasileiro. Mais que isso, mesmo o movimento operário, o movimento camponês e outros movimentos populares que lutam por reformas dentro do capitalismo chegam, quando mui-

¹ Artigo inédito no Brasil, escrito em coautoria com Alfredo Saad-Filho. Publicado na revista *Latin American Perspectives*, vol. 3, 2016, pp. 1-20.

to, a participar de uma ou outra instituição periférica no processo decisório do Estado e as influenciavam muito modestamente – são os casos mais notórios da Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e dos conselhos consultivos para implementação de políticas públicas. Na verdade, as instituições do Estado brasileiro estão sob o controle de frações burguesas rivais e, também, sob o controle da classe média, ou melhor, da fração superior da classe média que é aliada de uma das frações burguesas que disputam a hegemonia política no interior do bloco no poder.

Em segundo lugar, as contradições no seio do Estado tampouco propiciaram o surgimento no Brasil de uma política de Estado zigzagueante e contraditória, salvo nos curtos períodos de crise política aguda. Isso é assim porque a resultante da disputa entre frações burguesas rivais que controlam diferentes instituições do Estado é definida pelas instituições dominantes – a começar pelas instituições que compõem o Executivo Federal – e incorpora apenas parcialmente, buscando um equilíbrio de compromisso, as políticas defendidas pelas frações que ocupam instituições subalternas.

O fenômeno da apropriação de instituições do Estado por diferentes frações da classe dominante – e mesmo por frações de classes dominadas integradas ao capitalismo e que podem servir de aliadas das frações burguesas em disputa – é uma constante nos Estados capitalistas. Num Estado como o brasileiro, cujo regime político presidencialista autoritário é dotado de um processo de tomada de decisões que relega o Legislativo e os partidos políticos a um plano secundário, ganha destaque a disputa pelo controle das instituições do Executivo e Judiciário. Esses são temas devidamente tratados pela teoria marxista renovada do Estado capitalista² e pela ciência polí-

² Poulantzas, 1968.

tica brasileira e latino-americana – basta lembrar o conceito de anel burocrático oriundo da ciência política chilena. É certo, contudo, que em conjunturas excepcionais, quando se exacerbam as contradições de classes e de frações a ponto de produzirem crises políticas, podem ocorrer uma acentuação do conflito entre instituições do Estado e, até, a subversão da hierarquia institucional dos períodos de estabilidade – hierarquia estabelecida pela política governamental e/ou pelo regime político vigente.³

É isso exatamente que está ocorrendo no Brasil desde a campanha eleitoral de 2014: o presidencialismo autoritário e o governo Dilma Rousseff estão em crise. O Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas da União, todas essas instituições, apoiadas na ação da Polícia Federal – que, em teoria, deveria subordinar-se ao Executivo da União – agem contra instituições estratégicas para a política econômica, social e externa do Executivo Federal – a Petrobras, o BNDES, o Itamaraty e a própria chefia do Executivo Federal. Cada grupo de instituições em conflito representa, de maneira específica e complexa como iremos ver, uma das frações burguesas que disputam a hegemonia no bloco no poder.

Podemos, então, afirmar que, se é verdade que o Estado brasileiro contemporâneo organiza a dominação da classe capitalista, é

³ Estamos utilizando o livro de Poulantzas intitulado *Poder político e classes sociais*, publicado em 1968. Nessa obra, os conflitos institucionais no interior do Estado referem-se a conflitos entre frações burguesas presentes no bloco no poder, eventualmente entre seus aliados, mas sempre dentro dos limites dados pela estrutura institucional unificada do Estado capitalista. Dez anos depois, em 1978, Poulantzas publicou o livro *L'État, le pouvoir, le socialisme*, no qual, como é sobejamente conhecido, rompeu com inúmeras teses do livro anterior (Poulantzas, 1978). No livro de 1978, Poulantzas deu um tratamento novo aos conflitos entre instituições do Estado. Passou a considerá-los indicadores de que essas instituições representariam meras “condensações de relações de forças”, com maleabilidade ilimitada, e que como tais, acrescentamos nós, teriam natureza de classe cambiante e poderiam perseguir objetivos que transcendiam a ordem capitalista. Nesse caso, a unidade institucional e de classe do Estado desapareceria mesmo nos períodos de estabilidade.

vernos de coalizão do PT, não atuam como força social distinta, isto é, não possuem organização política e programa próprios. O grande capital, por sua vez, está subdividido em duas frações ou subfrações: uma fração que poderíamos denominar, seguindo Nicos Poulantzas,⁵ a grande burguesia interna, que pretende manter e melhorar a posição que ocupa no capitalismo dependente brasileiro e que enfrenta um conflito com o mesmo tempo, de cooperação e de conflito com o capital internacional, e outra fração, que poderíamos denominar a fração associada, integrada ou internacionalizada da burguesia brasileira, cujos interesses coincidem com aqueles do grande capital financeiro e produtivo internacional. A disputa entre a grande burguesia interna e a burguesia associada é a principal disputa no interior do bloco no poder desde o início dos governos da coalizão liderada pelo PT.⁶

⁵ Poulantzas, 1974; 1976.

⁶ Temos de fazer aqui dois esclarecimentos conceituais e terminológicos que poderão ser um tanto enfadonhos. 1. O termo *burguesia interna* serve para diferenciar uma fração burguesa de países dependentes menos ambiciosa que a antiga *burguesia nacional* – essa última chegou a assumir posições anti-imperialistas –, mas que não é mera extensão dos interesses do capital estrangeiro no interior do país onde assenta sua base de acumulação. Jacob Gorender, para expressar essa mesma ideia, utilizou a denominação *burguesia brasileira* – o termo visa indicar uma posição intermediária entre o nacional e o estrangeiro (Gorender, 1981). Nós não utilizamos esse termo porque ele dá a impressão de se referir ao conjunto da burguesia – a burguesia brasileira – e não a apenas uma fração dessa classe social. 2. Já a fração da burguesia perfeitamente integrada ao imperialismo, a Internacional Comunista denominava *burguesia comprador*, conceito e denominação muito utilizados nas análises e nas resoluções da Internacional para os países dependentes. Nós retivemos a ideia de uma fração da burguesia cujos interesses são complementares aos interesses do capital estrangeiro no interior do país dependente, mas abandonamos o termo “comprador” porque ele era apropriado para o período da antiga divisão internacional do trabalho, período no qual as grandes empresas comerciais importadoras e exportadoras dos países dependentes eram o segmento mais poderoso da fração burguesa integrada ao imperialismo. Hoje, os segmentos da burguesia integrada são outros e mais variados; daí termos recorrido aos adjetivos “associada” ou “integrada”. O termo “internacionalizada”, que também já chegamos a

certo também que o faz de uma maneira complexa, sem excluir disputas políticas acirradas no seu interior. Essa situação fornece elementos para algumas reflexões sobre o Estado capitalista no Brasil e para uma avaliação da estratégia de atuação política e eleitoral que os partidos de esquerda e centro-esquerda adotaram no último período. Faremos essas reflexões na última seção deste artigo. Antes disso, vejamos: a) como se apresenta o bloco no poder no Brasil e b) de que modo os conflitos internos desse bloco se convertem em conflitos entre diferentes instituições do Estado, embora apareçam como se fossem, apenas, conflitos institucionais.

O BLOCO NO PODER E AS ALIANÇAS DE CLASSE

Temos argumentado em outros trabalhos que é insuficiente constatar que o Estado brasileiro sob os governos da coalizão liderada pelo PT mantém a dominação de classe da burguesia. Tal constatação é correta, mas serve apenas como ponto de partida. Se nos ativermos apenas a ela, não lograremos explicar a complexidade e a multiplicidade de conflitos que fazem parte do processo político nacional no referido período. Na verdade, o bloco no poder no Brasil comporta inúmeras frações burguesas rivais, algumas delas organizadas como forças sociais e em condições de disputar a hegemonia política.⁴

Em primeiro lugar, temos o grande capital. Desde o período da ditadura militar e até os dias de hoje, as políticas econômica e externa do Estado brasileiro priorizaram os interesses dessa fração em detrimento dos interesses do médio capital. Este último é composto por um vasto conjunto de pequenas e médias empresas, com poder econômico e influência política reduzidos, e que, no período dos go-

⁴ Boito Jr., 2012; Saad-Filho & Boito Jr., 2016.

A grande burguesia interna é formada por grandes empresas sob o controle de capital nacional e está alocada em diferentes setores da economia – construção naval, construção pesada, agronegócio, indústria de transformação e, também, pelo capital bancário nacional. Este último é o setor da grande burguesia interna que mais se aproxima do capital internacional, mas ele apresenta como demanda específica e muito bem-sucedida a ação protetora do Estado para que os bancos nacionais mantenham o controle do mercado bancário brasileiro. Esse controle foi ameaçado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, mas foi revigorado pela política dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff nas décadas de 2000 e 2010. A fração que estamos denominando burguesia associada ou integrada é composta pelos grupos econômicos atuantes no Brasil que são propriedade de capital estrangeiro e também pelas empresas de capital nacional que entretêm uma relação de dependência direta com esses grupos. Do mesmo modo que ocorre com a burguesia interna, a burguesia internacionalizada está presente nos mais variados setores da economia. A indústria de transformação de propriedade de capital estrangeiro, que representa grande parte da indústria de bens de consumo duráveis no Brasil, pode, dependendo das medidas de política econômica consideradas, fazer o movimento inverso àquele que é feito pelo capital bancário nacional: bandear-se para o lado da grande burguesia interna. Para dar um exemplo, isso ocorreu nas ocasiões em que os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff tomaram medidas de proteção alfandegária e não alfandegária para a produção industrial local de veículos.

Como se pode notar, o fracionamento da burguesia é complexo. Não há uma linha reta e rígida que separe as diferentes frações bur-

utilizar, pode confundir porque a própria burguesia interna brasileira internacionalizou seus negócios, aproveitando-se da abertura dos mercados e dos estímulos dos governos do PT.

guesas e essas não são blocos homogêneos desprovidos de contradições. Em primeiro lugar, como já indicamos nos exemplos acima, os diferentes sistemas de fracionamento se entrecruzam: capital industrial e capital bancário, capital nacional e capital estrangeiro, grande e médio capital e outros são atributos que podem tensionar os interesses de uma mesma e única empresa.⁷ É esse entrecruzamento que torna a linha divisória das frações sinuosa e flexível. Ele pode fazer com que, em determinadas circunstâncias, os bancos nacionais se aproximem, por serem bancos, de seus congêneres estrangeiros, apesar de serem nacionais, do mesmo modo que, também dependendo das circunstâncias, a indústria estrangeira implantada no Brasil pode se aproximar, por ser indústria, do setor industrial nacional, apesar de ser estrangeira. Em segundo lugar, existem contradições no interior de uma mesma fração – por exemplo, a contradição no interior da grande burguesia interna entre a indústria e os bancos no que respeita à taxa de juros. Essas contradições têm permanecido como secundárias em face da contradição que divide as duas frações principais da burguesia, mas podem eventualmente provocar a deserção de um ou outro setor em circunstâncias específicas – o setor sucroalcooleiro, depois de ter apoiado os governos Lula da Silva e a candidatura Dilma Rousseff em 2010,⁸ afastou-se do governo Dilma devido às medidas de política energética e de preço que levaram o etanol a perder mercado.

O resultado dessas considerações é que é possível detectar, em cada uma das duas frações mais importantes da burguesia, segmentos que compõem um núcleo mais consistente e outros que integram, digamos assim, uma periferia gelatinosa. Contudo, em grandes linhas, a estratégia de desenvolvimento capitalista neoliberal ortodoxa que foi adotada na década de 1990 e a estratégia neodesen-

7 Farias, 2009.

8 Boito Jr., 2012a.

volvimentista que foi adotada pelos governos do PT na década de 2000 e de 2010 são estratégias que afetam de maneira muito desigual uma e outra das frações burguesas citadas, e cada uma delas criou vínculos de representação de interesses mais ou menos estáveis – a burguesia internacionalizada e o capital internacional se reconhecem no neoliberalismo ortodoxo, enquanto a grande burguesia interna se reconhece no neodesenvolvimentismo dos governos da coalizão liderada pelo PT.

Na década de 1990, durante os dois governos do imprópriamente denominado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a política econômica e social do Estado atendeu, prioritariamente, aos interesses da fração internacionalizada da burguesia brasileira, do capital financeiro e produtivo internacional. A política que expressava esse arranjo de poder era a política neoliberal ortodoxa, uma estratégia de política econômica que se concretizou, como em toda a América Latina, nas medidas de redução dos direitos sociais e trabalhistas, na privatização e na venda de empresas públicas, na ampla abertura comercial e na desregulamentação financeira.

A ascensão de Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores ao Executivo Federal na eleição de 2002 alterou esse quadro. A estratégia de desenvolvimento capitalista passou a combinar elementos heterogêneos retirados do neoliberalismo e do velho desenvolvimentismo.⁹ O modelo capitalista neoliberal foi mantido, mas se procurou introduzir nele elementos desenvolvimentistas corporificados nas medidas de política econômica. A ampla abertura comercial iniciada pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e aprofundada por Fernando Henrique Cardoso foi mantida, mas os governos do PT implantaram a preferência para as empresas locais na compra de bens e de serviços pelo governo e pelas empresas estatais que não

tenham sido atingidas pela privatização – a chamada política de conteúdo local. As privatizações não foram revogadas, mas os governos do PT trataram de fortalecer as empresas estatais restantes, a começar pela Petrobras, que é a maior empresa petrolífera da América Latina. A política de juros elevados foi mantida, mas os governos do PT trataram de fortalecer e expandir o grande banco estatal de investimento que é o BNDES, oferecendo juros subsidiados para as grandes empresas brasileiras. Essas medidas de política econômica melhoraram a posição da grande burguesia interna no bloco no poder, contaram com o apoio das grandes empresas brasileiras e granjearam a hostilidade crescente do capital financeiro e produtivo internacional.

A grande burguesia interna nunca aspirou a mais que uma modernização ou reforma do modelo neoliberal a fim de que seus interesses pudessem prosperar dentro desse modelo. Ela é dependente no plano tecnológico, financeiro e político do imperialismo e não pretende romper com ele. Pretende, apenas, moderar os elementos do modelo capitalista neoliberal que ferem diretamente seus interesses – a abertura comercial que atingiu amplos setores da indústria brasileira e os juros elevados que inibiram o crescimento das empresas nacionais. Dada essa aspiração limitada da grande burguesia interna, podemos afirmar que a política econômica dos governos do PT, mesmo sem ter rompido com o modelo capitalista neoliberal, indica que a grande burguesia interna passou a ocupar a posição de fração hegemônica no interior do bloco no poder, posição que coubera à burguesia associada e ao capital internacional na década de 1990.

Cada uma dessas poderosas frações da burguesia estabeleceu alianças e apoios fora do bloco no poder. A grande burguesia interna formou uma frente política, que foi a que sustentou até aqui os governos do PT, da qual fazem parte a baixa classe média, o sindicalismo operário, parte importante do movimento camponês e grande

⁹ Moraes & Saad-Filho, 2012.

parte dos trabalhadores da massa marginal.¹⁰ Para cada um desses setores sociais, os governos do PT, sem deixar de priorizar os interesses da grande burguesia interna, ofereceram algo que permitiu a melhoria de suas condições de trabalho e de vida – grande expansão das vagas no ensino técnico e superior, cotas raciais e sociais para as universidades e para o serviço público, política de valorização do salário mínimo, programa de construção de moradia popular, financiamento e reserva de mercado para a pequena agricultura familiar, políticas de transferência de renda para os que se encontram em situação de pobreza extrema e outros. Os trabalhadores da massa marginal, que são os beneficiários dos dois grandes programas de transferência de renda – “Bolsa Família” e “Auxílio de Prestação Continuada” –, são o setor social que vota de modo mais massivo e consistente nos candidatos presidenciais do PT. Na eleição de 2014, quando alguns setores sociais hesitaram ou se retiraram da frente neodesenvolvimentista, foram os trabalhadores da massa marginal que garantiram a vitória de Dilma Rousseff.

A burguesia internacionalizada, por sua vez, estabeleceu uma aliança com a alta classe média urbana. Essa fração da classe média tem sido a base eleitoral mais ativa e fiel do PSDB. A alta classe média vê na política social dos governos da coalizão liderada pelo PT uma afronta aos seus interesses econômicos e uma ameaça ao prestígio social de que ela usufrui na sociedade brasileira. Essa alta classe média é composta de trabalhadores com salários muito elevados, tanto para padrões brasileiros quanto internacionais, alocados no setor público e no setor privado, e também por profissionais liberais bem-sucedidos economicamente. Em termos profissionais, são administradores, economistas, engenheiros, médicos, advogados, professores universitários, arquitetos e outras profissões e ocupações assemelhadas. Só pertencem à alta classe média, porém, os trabalha-

¹⁰ Boito Jr., 2012b.

dores bem-sucedidos economicamente nessas profissões. Há muitos médicos, professores universitários, advogados e jornalistas que não encontram boa colocação no mercado de trabalho e pertencem, por isso, a estratos inferiores da classe média urbana. Também integram a alta classe média os funcionários que ocupam cargos em carreira de Estado, como juizes, promotores, procuradores, oficiais das Forças Armadas, policiais federais e outros.

Do mesmo modo que o apoio da baixa classe média, do operariado, do campesinato e dos trabalhadores da massa marginal aos governos da grande burguesia interna de Lula da Silva e Dilma Rousseff é crítico e pontuado de conflitos, comportando deserções e momentos críticos, o apoio da alta classe média ao PSDB e ao seu neoliberalismo ortodoxo da grande burguesia associada não é incondicional. Veremos isso mais à frente.

O REGIME POLÍTICO E AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DA BUROCRACIA DE ESTADO

Como foi visto, no Estado brasileiro, o bloco no poder é dividido entre diferentes segmentos do grande capital, isto é, entre segmentos muito restritos da burguesia, ela própria uma classe minoritária. A esse condomínio de poder restrito corresponde um regime político fechado com o poder decisório fortemente concentrado no Executivo Federal. O presidente ou a presidente da República, na condição de dirigente da burocracia federal, ocupa o centro da cena, personalizando o jogo político. Na democracia brasileira, o processo decisório é autoritário. Alguns autores falam em hiperpresidencialismo e outros vão mais longe, falando em autoritarismo civil.¹¹

¹¹ Saes, 2001.

O Congresso Nacional ocupa posição subordinada e de importância menor na formulação e na implementação da política de Es-tados. A Presidência da República apropriou-se das funções legislativas pelo instituto da medida provisória e do controle da agenda e das votações do Congresso Nacional por intermédio de expedientes como a concentração do poder na presidência da Câmara e do Senado, a votação de projetos pelo colégio de líderes partidários, o chamado regime de urgência e o enquadramento dos votos de senadores e deputados em troca de favores políticos. Não é por outro motivo que um sintoma importante de que o governo Dilma Rousseff vive uma crise política neste ano de 2015 é justamente a situação atípica criada pela atividade mais autônoma das presidências do Senado e da Câmara dos Deputados em relação ao Executivo Federal.

Os partidos políticos, cuja arena de atuação tem sido fundamentalmente o Congresso Nacional, são marginalizados da atividade governativa. No Brasil, não existe governo de partido, mas sim partidos do governo.¹² Durante os governos Fernando Henrique Cardoso, o PSDB tinha a função de aprovar no Congresso Nacional as decisões de governo, decisões essas para as quais não era sequer consultado; posição idêntica passou a ser ocupada pelo PT durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. O PT surgiu na década de 1980 como um partido de massa, vinculado ao sindicalismo e aos movimentos populares. A sua situação subalterna e passiva diante dos governos que ele próprio elegeu mostrou a força do regime político presidencialista autoritário. Definitivamente, mais vale ocupar postos na cúpula da burocracia e das diferentes instituições estatais que conquistar cadeiras no Congresso Nacional. O Congresso – contando com 32 partidos políticos, sendo pelo menos seis deles representativos e atuantes, e integrado por 513 deputados e 81 senadores – é um ambiente politicamente heterogêneo, possui laços com setores sociais

¹² Poulantzas, 1978.

muito distintos, e não se presta, por isso, como centro para organizar a hegemonia política de um setor tão restrito da burguesia como é o grande capital.

O fato é que a regularidade da polarização do PT com o PSDB nas eleições presidenciais dos últimos 20 anos evidencia a consolidação de um sistema multipartidário polarizado por esses dois maiores partidos. Cada um deles tem suas alianças partidárias preferenciais e conta ainda com um grande número de partidos pequenos e médios disponíveis para variados arranjos políticos. Estes últimos são partidos políticos cujo único objetivo é – desde que esteja assegurada a ordem capitalista – a obtenção de cargos e vantagens financeiras para os seus integrantes. Podemos utilizar a nomenclatura de Max Weber e denominá-los partidos de patronagem, desde que tenhamos presente que eles não são, ao contrário do que supõe a tipologia de Weber, partidos desprovidos de ideologia.¹³ O Partido dos Trabalhadores, tal qual o PSDB, comprou o apoio de numerosos partidos de patronagem principalmente durante o primeiro mandato de Lula da Silva. O comportamento desses partidos, que contam com a expressiva soma de cerca de 200 deputados na Câmara Federal, contri-bui para o esvaziamento político do Congresso e para sua subordinação ao Executivo.

A concentração do processo decisório na cúpula da burocracia federal faz com que as instituições da burocracia de Estado sejam um alvo privilegiado da luta política. As diferentes frações burguesas em disputa tratam de capturar instituições burocráticas do Executivo Federal onde estabelecem seus centros de poder e suas trincheiras de resistência a políticas específicas e aos governos aos quais se opõem. A captura das instituições por uma ou por outra fração em disputa não se dá de maneira aleatória. Ela depende de inúmeros

¹³ Weber, 1946.

fatores – da relação dessas instituições com a Presidência da República, da função econômica e política da instituição, da composição social do pessoal que a ocupa, da correlação de forças e da trajetória política recente do país.

Deixaremos de lado o núcleo do Executivo Federal, composto pela Presidência e por alguns ministérios, que é o centro de poder que concebê, dirige e implementa a estratégia de desenvolvimento. Estamos interessados em destacar instituições do Estado que, embora não sejam o centro do poder, são de grande importância estratégica, seja para a implementação da política de Estado, seja para resistir a essa política. Não estamos em condições de fazer uma análise aprofundada de um conjunto muito grande das instituições do Estado que participam ativamente da luta pela hegemonia de fração. Iremos considerar apenas algumas que têm desempenhado papel importante nessa luta. As empresas estatais gigantes são centros de poder da grande burguesia interna. Destacam-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Petrobras e o Banco do Brasil. Setores estratégicos do Judiciário, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal são centros de resistência à política da fração hegemônica, vocalizando, de maneira direta ou indireta e por razões variadas, os interesses da burguesia internacionalizada e da alta classe média. O conflito entre essas instituições tem sido maior durante os governos do PT e ele expressa, no fundamental, as disputas entre frações burguesas no próprio seio do Estado brasileiro.

O BNDES, A PETROBRAS E A GRANDE BURGUESIA INTERNA

Vamos mostrar, inicialmente, a importância da política do BNDES e da Petrobras para a grande burguesia interna. Em seguida,

examinaremos o conflito que essa política desencadeou e as instituições do Estado que se envolveram nesse conflito.

Como dissemos, os governos do PT não revogaram o tripé macroeconômico implantado no Brasil no segundo governo Fernando Henrique Cardoso: câmbio fluante e apreciado, que permite conter a inflação em prejuízo da produção local de bens manufaturados, juros elevados, o que encarece os investimentos, e produção de superávit primário para a rolagem da dívida pública. Contudo, esses governos flexibilizaram esse tripé e, acima de tudo, criaram mecanismos para moderar os seus efeitos inibidores sobre a produção local e o investimento. Duas instituições foram de importância maior para implementar essa política: o BNDES e a Petrobras.

Em 2007, Lula da Silva nomeou Luciano Coutinho para presidir o BNDES, um economista desenvolvimentista da “Escola de Campinas” que ainda se encontra na presidência do banco – completou oito anos no cargo, tornando-se o presidente mais longo da instituição. Por intermédio desse banco, talvez o maior banco público de fomento do Hemisfério Sul, os governos Lula e Dilma passaram a oferecer juros subsidiados e negativos às grandes empresas nacionais. A taxa de juros de longo prazo (TJLP) do BNDES equivale, neste início do segundo governo Dilma, a menos da metade da taxa básica de juros e se encontra abaixo da taxa de inflação. O orçamento do BNDES foi decuplicado durante os governos do PT e, com o orçamento robustecido, o segundo governo Lula implantou no BNDES a chamada política dos “campeões nacionais”. Com essa política, o BNDES visava conduzir grandes empresas nacionais a posições de liderança, em escala internacional, nas suas áreas de atividade.¹⁴ Na área de alimentos e especificamente de carnes, o BNDES logrou, a força de empréstimos subsidiados vultosos, transformar a JS-Friboi na maior empresa mundial do ramo frigorífico. A JS-Friboi adqui-

¹⁴ Bugiati, 2014.

riu, sempre com o apoio do BNDES, frigoríficos nos quatro continentes e é um caso exemplar do sucesso da política de “campeões nacionais”. Além dos empréstimos vultosos e subsidiados, as grandes empresas nacionais obtiveram o apoio do BNDES na formação de capital. O banco criou a BNDESPar e ingressou como acionista das empresas que pretendia promover. Os empréstimos e a participação acionária tornaram-se possíveis graças a repasses vultosos do Tesouro Nacional para o banco estatal.

Outro recurso na política de formação dos “campeões nacionais” foram os acordos diplomáticos. Os países do Sul, que a diplomacia brasileira passou a privilegiar na sua política externa, e notadamente os países da América do Sul, passaram a receber financiamentos do BNDES para construção de estradas, hidrelétricas, linhas férreas e outras grandes obras sob a condição de contratarem as grandes construtoras brasileiras para a execução desses serviços. Estabeleceu-se uma política externa vinculada aos interesses da burguesia interna brasileira.¹⁵ Os exemplos são muitos. Mas poderíamos citar a construção do Porto de Mariel em Cuba, que despertou muita crítica do PSDB, o representante da burguesia integrada ao capital internacional. Esse porto foi construído, fundamentalmente, pelo grupo Odebrecht de Engenharia, uma das grandes construtoras de capital nacional. Mas a construção envolveu mais de 300 empresas brasileiras dos mais diversos segmentos. A inauguração da primeira parte da obra, em janeiro de 2014, foi um acontecimento político que reuniu diversos chefes de Estado progressistas da América Latina, dentre os quais Evo Morales e Nicolas Maduro. A forte política de financiamento do BNDES significou enorme elevação dos gastos públicos, comprometendo a produção de superávits primários para a rolagem da dívida pública – um elemento fundamental para entender a oposição do capital internacional à política do banco.

¹⁵ Berringer, 2015.

A outra alavanca da política neodesenvolvimentista foi a Petrobras, a gigante estatal do petróleo. Se o BNDES visava contornar o gargalo do financiamento, posto que os bancos privados no Brasil emprestam muito pouco para o financiamento da produção e o fazem a juros muito elevados, a política de compras da Petrobras passou a ter como meta moderar os efeitos da abertura comercial sobre a produção local, retomando a via clássica da substituição de importações. Já na sua campanha eleitoral de 2002, Lula da Silva anunciou que a Petrobras mudaria sua política de compras, deixando de importar navios de pequeno e de grande porte, plataformas para exploração de petróleo em águas profundas, sondas perfuradoras e outros equipamentos, e passaria a comprá-los no Brasil a fim de estimular a produção local. Esse foi um ponto do programa de campanha que Lula da Silva de fato cumpriu. A recuperação dos estaleiros foi muito forte. O setor atravessara a década de 1990 em crise profunda. O governo de Fernando Henrique Cardoso implantara uma política que estimulava a Petrobras a importar os equipamentos, bens e serviços necessários à produção de petróleo, e reduzira as fontes de financiamento da produção naval. Em 2003, a indústria da construção naval oferecia apenas quatro mil postos de trabalho. Com a mudança de política implantada pelo governo Lula, a oferta de postos de trabalho cresceu, atingindo a casa dos cem mil no ano de 2014. Com a volta do financiamento e das encomendas, antigos estaleiros desativados do estado do Rio de Janeiro foram reabertos e, nas regiões Nordeste e Sul, novos estaleiros foram criados.¹⁶

Lula da Silva colocou Sergio Gabrielli na presidência dessa estatal, um engenheiro alinhado com o neodesenvolvimentismo que presidiu a Petrobras de 2005 a 2012. Além da nova política de compras da Petrobras, sob a presidência de Gabrielli a estatal implantou uma política de crescimento forte da empresa que aumentou e diver-

¹⁶ Gomes, 2015.

sificou os seus investimentos e passou a investir mais na prospecção e na pesquisa. Alguns administradores da Petrobras afirmam que a empresa foi convertida, na década de 1990, numa espécie de financeira da área do petróleo e que a nova política levava a empresa a voltar para suas funções originais. Um resultado importante dessa política foi a descoberta da reserva de petróleo em águas profundas, a chamada camada do pré-sal. Lula da Silva, em seu segundo mandato, alterou a regulação legal da exploração do petróleo, substituindo o chamado regime de concessão criado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que incentivava a participação de empresas estrangeiras na exploração do petróleo, pelo regime de partilha. Esse novo regime aumentou muito a participação do Estado brasileiro na renda advinda do petróleo extraído, impôs a obrigação de a Petrobras participar como operadora em todos os campos de exploração e criou o Fundo Social do Pré-Sal, que deve destinar seus recursos à saúde e à educação.

A cadeia da construção naval é muito grande e diversificada. Ela participa, além dos estaleiros, a indústria de construção pesada.¹⁷ O crescimento dessa cadeia pode ser considerado um dos grandes êxitos de política industrial do neodesenvolvimentismo dos governos do PT. Ela reuniu interesses de grandes empresas nacionais, do setor científico e tecnológico nacional e do sindicalismo operário. Foi um caso característico da frente política policlassista que sustenta o neodesenvolvimentismo. Em outros setores da indústria, o resultado não foi o mesmo. Na indústria de transformação tradicional – têxteis, calçados, confecções –, a produção local foi abalada pelas importações da Ásia, notadamente da China. Na indústria de transformação voltada para produtos de maior densidade tecnológica, domina o capital estrangeiro – montadoras de veículos, computação, aparelhos eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos –, e as em-

presas que ocupavam os elos intermediários dessas cadeias, onde o capital local tinha maior participação, perderam mercado devido à abertura comercial.

AS INSTITUIÇÕES JUDICIAIS, A BURGUESIA INTEGRADA E A ALTA CLASSE MÉDIA

Os dirigentes do PSDB sempre criticaram a política do BNDES e da Petrobras. Fernando Henrique Cardoso, José Serra e outros dirigentes do partido publicaram seguidos artigos na imprensa em que arrolavam argumentos contra esses dois centros de poder da grande burguesia interna. Em nome do equilíbrio das contas públicas, criticavam os financiamentos oferecidos pelo BNDES por onerarem o Tesouro Nacional e, em nome da democracia e da transparência, argumentavam que o BNDES não tinha critérios técnicos, mas sim políticos, para definir as empresas que poderiam ter acesso aos vultos empréstimos. No caso da Petrobras, argumentavam que o ambicioso programa de investimentos era irrealista e irresponsável e que a participação obrigatória da estatal em todos os campos de exploração de petróleo espantava os investimentos estrangeiros, dificultando o acesso à riqueza do pré-sal. A política de conteúdo local, que obriga a empresa a adquirir no país no mínimo 65% dos bens e serviços com os quais opera, era vista como protecionismo ultrapasado e denunciada como uma anacrônica reserva de mercado. Essa política elevaria os custos da Petrobras e inibiria o desenvolvimento tecnológico.

Esse conflito em torno do BNDES e da Petrobras ilustra muito bem a tese mais geral de que o processo político brasileiro tem no seu centro um conflito entre duas frações da burguesia e que a luta de partidos e de ideias está vinculada a esse conflito. Estamos diante de um fato que pode parecer estranho: o PSDB, um partido burguês,

¹⁷ Sabença, 2014.

se posiciona contrário a uma política que atende de maneira vigorosa e evidente aos interesses das grandes empresas nacionais do setor naval, da construção civil, de engenharia, do ramo siderúrgico e outros; ao fazê-lo, esse partido político propõe como alternativa medidas que prejudicariam claramente as grandes empresas nacionais, mas que atenderiam aos interesses do capital internacional e das empresas locais que estão integradas a esse capital – por exemplo, as casas de importação. Dentro da problemática marxista, só há uma maneira de entender esse fato: utilizando o conceito de fração burguesa. O PT atua como defensor dos interesses da grande burguesia interna, enquanto o PSDB age como representante do capital internacional. Ademais, esse mesmo conflito aparece de modo específico no plano da luta de ideias: os governos do PT, ao defenderem as políticas do BNDES e da Petrobras, acionavam um discurso neodesenvolvimentista; o PSDB, ao criticar essas políticas, retomava o discurso do neoliberalismo puro e duro da década de 1990. Ou seja, as concepções da escola de pensamento neodesenvolvimentista e da escola neoliberal expressam, no nível das ideias, os interesses de uma e de outra dessas frações burguesas.

Vejamos como se desenvolveu esse conflito. Enquanto a economia cresceu e a situação política mostrou-se favorável aos governos do PT, os dirigentes do PSDB viram-se isolados em sua pregação. Contudo, quando a economia brasileira começou a patinar e quando novos conflitos políticos surgiram e antigos conflitos se exacerbaram, o PSDB encontrou nas instituições do Judiciário e do Ministério Público um instrumento poderoso para resistir à política dos governos do PT. Três características importantes do Judiciário e do Ministério Público os predispõem a funcionar como trincheiras na luta da grande burguesia integrada ao capital internacional e da alta classe média, que é a sua aliada contra a política econômica e social dos governos do PT.

Primeiro, os funcionários das instituições judiciárias são a camada de funcionários públicos mais bem remunerada do Brasil – eles ocupam o topo da alta classe média. Ao todo, são 40 mil juízes, promotores, procuradores e defensores públicos. O salário inicial de um procurador do Ministério Público varia entre 29 e 38 salários mínimos e o procurador usufrui de uma jornada de trabalho de apenas 25 horas semanais. O que ultrapassa essa jornada exígua é computado como hora extra regamente remunerada, aumentando os ganhos dessa camada da burocracia de Estado. A situação dos juízes é semelhante. O salário de um juiz está na casa de 40 salários mínimos. Acresçam-se a esse montante os inúmeros auxílios, como o auxílio-refeição e o chamado auxílio-moradia – este último acrescenta um ganho mensal de cerca de cinco salários mínimos aos ganhos de todos os magistrados, inclusive, estranhamente, daqueles que residem em casa própria. Segundo noticiado pela imprensa, os desembargadores do estado de Minas Gerais e de São Paulo receberam entre 117 e 235 salários mínimos mensais no ano de 2015. É certo que os funcionários do BNDES e da Petrobras também são bem remunerados, porém seus salários são inferiores aos salários do Judiciário e, mais importante ainda, a Presidência da República não detém, ao contrário do que ocorre no banco público e na petroleira, o controle das instituições judiciárias. Essa é justamente a segunda característica peculiar dessas instituições: o Judiciário e o Ministério Público possuem, de acordo com a Constituição Federal, autonomia administrativa e financeira. Aliás, os juízes e procuradores dispõem de meios para fixar os seus próprios ganhos. A terceira característica que predispõe essas instituições a perfilar-se contra os governos do PT é a função que desempenham no interior do Estado capitalista: a função de manutenção da ordem. Elas são aquilo que Pierre Bourdieu denominou “o braço direito do Estado”.¹⁸ Tal função indis põe os

¹⁸ Bourdieu, 1998.

ocupantes desse ramo do Estado contra governos, como os do PT, que facilitem a organização e a luta de movimentos populares, inclusive dos movimentos que fazem da ação ilegal um método de luta corriqueiro – ocupação de terras, trancamento de rodovias e avenidas etc.

A política social dos governos do PT, desde o seu início, angariou antipatia da alta classe média. Tal posicionamento tem motivos econômicos e também ideológicos. No plano econômico, a alta classe média considera que o sistema tributário brasileiro a sobrecarrega e se revolta ao constatar os elevados gastos do Estado com os programas sociais voltados para a população de baixa renda. No plano ideológico, a alta classe média vê nas políticas sociais dos governos do PT uma ameaça ao *apartheid* social que as famílias da classe média abastada querem manter no Brasil.

No início do ciclo de governos do PT, foi implantado o programa de transferência de renda intitulado “Bolsa Família”. A alta classe média sempre se indispôs contra esse programa. Os indivíduos que integram essa fração de classe julgam que a sua posição social privilegiada é fruto do seu esforço pessoal e dos seus méritos individuais. Consideram os trabalhadores de baixa renda preguiçosos e incapazes que mereceriam, por isso, viver mal como vivem. A transferência de renda estimularia a preguiça e cometeria injustiça com quem trabalha e tem méritos. A resistência ao “Bolsa Família” foi ampla mas difusa.

Depois do programa “Bolsa Família”, vieram medidas que atacaram, ainda que superficialmente, posições consolidadas das famílias de alta classe média: as cotas raciais e sociais nas universidades e no serviço público. Nesse caso, além da reação difusa, houve resistência organizada e ativa, como, por exemplo, na Universidade de Brasília: a campanha de estudantes e professores dessa universidade contra as cotas foi grande e o caso foi levado ao Superior Tribunal Federal, que considerou as cotas constitucionais.

Mais recentemente, foi aprovada a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas e, finalmente, o programa de ampliação da assistência à saúde denominado “Mais Médicos”. Os direitos trabalhistas dos empregados domésticos resultaram em custos para a alta classe média, além de ameaçar a relação autoritária e paternalista que seus integrantes mantêm com seus servidores domésticos – as famílias abastadas empregam, pelo menos, uma empregada doméstica permanente e polivalente, quando não todo um séquito de cozinheiras, motoristas, babás, porteiros e vigilantes noturnos. O programa “Mais Médicos” mobilizou a oposição de todas as associações médicas do país com um discurso anticomunista e racista contra os médicos cubanos trazidos pelo governo para atender a população carente desse serviço.

Acresça-se que a política de valorização do salário mínimo dos governos do PT e o bem-sucedido ciclo de greves que está em curso no Brasil desde meados da década de 2000 melhoraram muito os ganhos dos trabalhadores que ocupam a base da pirâmide salarial. Essa melhoria da renda dos debaixo fez com que ambientes e instituições, anteriormente frequentados apenas pela classe média abastada e branca – como aeroportos, clínicas médicas, bares e restaurantes –, fossem “invadidos” por trabalhadores negros e de baixa renda. As redes sociais estão repletas de manifestações de incômodo e de revolta dos ricos e brancos com essa mistura racial e social.

Juízes, promotores, procuradores e delegados da Polícia Federal juntaram-se à cúpula do PSDB e se puseram a campo para desgastar a política neodesenvolvimentista e os governos do PT. Em pelo menos dois momentos, a ação da Polícia Federal, do Ministério Público e do Judiciário, combinada com uma cobertura ampla, detalhada e deformada dos acontecimentos pelos grandes meios de comunicação e com a ação parlamentar do PSDB, logrou produzir crises políticas que ameaçaram, em 2005, o mandato de Lula da

Silva¹⁹ e o de Dilma Rousseff neste ano de 2015. Os alvos são as instituições-chave da política neodesenvolvimentista: o BNDES e a Petrobras. O trabalho de tais agentes e instituições é amplamente facilitado pela atitude passiva e até subserviente do Partido dos Trabalhadores e de seus governos diante das instituições judiciais. O PT e seus governos, para não acirrar os conflitos políticos e para não desafiar o Judiciário, recusam-se a mobilizar sua base social para se contrapor ao tratamento parcial, desigual e ilegal que recebem dessas instituições. Vamos exemplificar com o caso da luta contra a Petrobras.

As grandes construtoras brasileiras, que expandiram seus investimentos e canteiros de obra pelos quatro continentes, vinham ganhando, por intermédio da corrupção dos diretores da Petrobras, uma espécie de reserva de mercado para as obras contratadas pela petroleira. O setor da construção pesada é muito concentrado no Brasil. Cerca de 15 grandes empreiteiras, que começaram a se formar na época da construção de Brasília e cresceram muito durante a ditadura militar, dominam o mercado de obras públicas e são de capital predominantemente nacional com um sistema de propriedade ainda familiar.²⁰ Pelo que foi apurado até aqui, as grandes empreiteiras, para garantir a contratação de obras, pagavam propinas de milhões de dólares a diretores da Petrobras e essas diretorias eram, por sua vez, a moeda de troca com a qual o governo pagava os partidos de patronagem que se dispunham a apoiá-lo no Congresso Nacional. Tínhamos, de um lado, o favorecimento de algumas empresas dentro do sistema de reserva de mercado criado pela política de conteúdo local e, de outro, a formação de uma base parlamentar para o governo.

¹⁹ Martuscelli, 2015.

²⁰ Sabença, 2014.

Importa observar que os agentes do Ministério Público, contando com a convivência do Judiciário, fazem uso político ostensivo da investigação. Desprezam pistas que indicam envolvimento de políticos do PSDB em casos semelhantes ao da Petrobras, permitem a divulgação ilegal de informações que podem comprometer políticos do PT, abastecem a imprensa de informações sigilosas e enviesadas, fizeram coincidir o calendário das revelações com os momentos-chave do processo eleitoral de 2014 e assim por diante. Quando a agitação amadureceu, a grande imprensa passou a defender a tese de que a única solução para acabar com a corrupção na Petrobras seria acabar com a obrigatoriedade da participação da estatal na exploração de todos os campos de petróleo e acabar também com a política de compras com preferência para a produção local. Ato contínuo, o PSDB apresentou projetos de lei na Câmara dos Deputados e no Senado para alterar toda a política da Petrobras a fim de contemplar os interesses das petroleiras, dos estaleiros e das grandes construtoras europeias, estadunidenses e asiáticas.

Especificamente no que diz respeito à construção pesada, o capital europeu almeja um objetivo semelhante. Em reportagem publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, a comissão de Comércio da União Europeia, Cecilia Malmström, após rápidas considerações de ordem moral criticando a corrupção no mercado brasileiro de obras públicas, afirmou que a União Europeia exige, para fechar um acordo de comércio com o Mercosul, maior abertura às empresas europeias no processo de contratação de obras públicas. Ela nada disse sobre as empresas europeias Siemens e Alstom, que são réis confessas em processo que apura a prática de corrupção no sistema de trens e no metrô de São Paulo sob governos tucanos. O que importa mesmo é que em 2013 o mercado de obras públicas no Brasil movimentou mais do que movimentaram os mercados da Índia e da Argentina somados. Se o Judiciário declarar inidôneas as grandes empreiteiras brasileiras, impedindo sua participação na contratação de obras públicas,

seja qual for o sentimento ou a ideia que anime procuradores e juizes que vierem a concorrer para essa decisão, o seu efeito será o favorecimento do capital internacional em detrimento dos interesses da grande burguesia interna.

Os objetivos reais do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada, os quais ferem não apenas o interesse da grande burguesia interna como também o interesse dos trabalhadores empregados na cadeia produtiva da Petrobras, esses objetivos permanecem no mais das vezes ocultos. A agitação da oposição neoliberal ortodoxa se concentra no discurso contra a corrupção, cuja função ideológica é a de encobrir os motivos reais perseguidos pela burguesia integrada ao capital internacional e pela alta classe média. O discurso e a ação efetiva contra a corrupção são seletivos: só se direcionam às instituições e aos partidos que se alinham no campo neodesenvolvimentista, indicando que o alvo principal é o neodesenvolvimentismo, e não a corrupção. Os objetivos retóricos não coincidem com os objetivos reais porque, nas democracias burguesas, os interesses minoritários também necessitam, para prosperar, de apoio popular. Se a campanha colocasse no centro da luta o objetivo de enfraquecer a Petrobras e acabar com a política de conteúdo local, ela não teria futuro. A agitação contra a corrupção permite confiscar o legítimo sentimento popular contra os crimes de colarinho branco para que sirva de base a uma política que, na verdade, é contrária aos interesses populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito principal em torno do qual tem girado o processo político brasileiro sob os governos do PT é um conflito entre duas frações da grande burguesia. É verdade que essa luta não é indifereente para as classes populares, posto que a política neodesenvolvi-

mentista da grande burguesia interna permite-lhes alguns ganhos e, sobretudo, melhora muito as suas condições de luta. Contudo, esse conflito principal é dirigido, de parte a parte, por setores burgueses.

A esse campo social muito restrito corresponde uma democracia burguesa atrasada e autoritária. O Partido dos Trabalhadores, longe de implementar uma política de ampliação da democracia burguesa no Brasil, enredou-se pelas instituições do Estado capitalista, afastou-se de suas bases sociais originais e acreditava que, aprioriando-se de algumas instituições burocráticas do Estado, poderia, sem nenhum desrespeito à ordem e às demais instituições, governar com tranquilidade. Não foi o que ocorreu. O Judiciário, essa penúltima trincheira das forças conservadoras – a última, como sabemos todos na América Latina, são as Forças Armadas –, voltou-se contra a política de centro-esquerda do PT.

A pergunta é se seria possível, uma vez aceitas as regras do sistema político autoritário, conservador e corrupto vigente no Brasil, fazer algo diferente do que fazem os governos petistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROW, Clyde. "The Miliband-Poulantzas Debate: An Intellectual History". In: ARONOWITZ, Stanley & BRATSKIS, Peter (eds.). *Paradigm Lost - State Theory Reconsidered*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2002.
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba, Appris, 2015.
- BOITO Jr., Armando. "Governos Lula: A nova burguesia nacional no poder". In: BOITO Jr., Armando & GALVÃO, Andréa (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012a.
- _____. "As bases políticas do neodesenvolvimentismo", 2012b. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>>.

- BOITO Jr., Armando. "O lulismo é um tipo de bonapartismo?". *Crítica Marxista*, 37, 2013.
- BOITO Jr., Armando & BERRINGER, Tatiana. "Social Classes, Neoliberalism, and Brazilian Foreign Policy under Presidents Lula and Dilma". *Latin American Perspectives*, 41, 2014.
- BOITO Jr., Armando & MARCELINO, Paula. "Decline in Unionism? An Analysis of the New Wave of Strikes in Brazil". *Latin American Perspectives*, vol. 38, n. 5, September, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux. Propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale*. Paris, Raisons d'Agir, 1998.
- BUGIATO, Caio. "A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira". *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 9, n. 14, 2014.
- CARDOSO, Fernando Henrique. "Desvendar a trama". *O Estado de S.Paulo*, 3/5/2015.
- CHAU, Marilena. "Uma nova classe trabalhadora", 2013. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=22284&utm_source=emailmanager&utm_medium=email&utm_campaign=Boletim_Carta_Maior__03072013>.
- CLARKE, Simon (ed.). *The State Debate*. London, CSE/Macmillan, 1991.
- DUVERGER, Maurice. *Les partis politiques*. Paris, Armand Colin, 1967.
- FARIAS, Francisco Pereira de. "Frações burguesas e bloco no poder". *Crítica Marxista*, 28, 2009, pp. 81-98.
- FILGUEIRAS, Luiz & OLIVEIRA, Elizabeth. "A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro". Anais do XVIII Congresso da Sociedade de Economia Política, 2013. Disponível em <<http://www.sesp.org.br/artigos/download?id=2148&title=A+natureza+do+atual+padr%C3%A3o+de+desenvolvimento+brasileiro>>.
- FONTES, Virgínia & GARCIA, Ana. "Brazil's New Imperial Capitalism". In: PANITCH, Leo; ALBO, Greg & CHIBBER, Vivek (eds.). *Socialist Register*, vol. 50. London, Merlin Press, 2014.
- GOMES, Júlia. "Conteúdo local e neoliberalismo neodesenvolvimentista: A indústria da construção naval e a política de compras da Petrobras durante os governos Lula", 2015. Trabalho apresentado no VIII Colóquio Internacional Marx e Engels. Disponível em <https://www.ífch.unicamp.br/formulario_cem marx/selecao/2015/trabalhos2015/Julia%20gomes%20e%20Souza%2010550.pdf>.
- GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

- MARTUSCELLI, Danilo. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, CRV, 2015.
- MORAIS, Lécio & SAAD-FILHO, Alfredo. "Brazil beyond Lula: Forging Ahead or Pausing for Breath?". *Latin American Perspectives*, vol. 38, n. 2, 2011.
- "Neo-Developmentalism and the Challenges of Economic Policy-Making under Dilma Rousseff". *Critical Sociology*, vol. 38, n. 6, 2012.
- POMAR, Wladimir. "Debatendo classes e luta de classes no Brasil", 2013. Disponível em <<http://novo.fpbbramo.org.br>>.
- POULANTZAS, Nicos. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, François Maspero, 1968.
- *Les classes sociales dans le capitalisme d'aujourd'hui*. Paris, Seuil, 1974.
- *La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne*. Paris, François Maspero, 1975.
- *L'État, le pouvoir, le socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1978.
- RODRIGUES, Leônicio Martins. *Partidos, ideologia e composição social*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- SAAD-FILHO, Alfredo. "Brazil: Development Strategies and Social Change from Import-Substitution to the 'Events of June'". *Studies in Political Economy*, 94, 2014.
- SAAD-FILHO, Alfredo & BOITO Jr., Armando. "Brazil: The Failure of the PT and the Rise of the 'New Right'". In: PANITCH, Leo & ALBO, Greg (eds.). *Socialist Register*, vol. 52, 2016. Disponível em <<http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/25598#.VjPAt7erQdU>>.
- SAAD-FILHO, Alfredo & JOHNSTON, Deborah (eds.). *Neoliberalism: A Critical Reader*. London, Pluto Press, 2005.
- SAAD-FILHO, Alfredo & MOLLO, Maria de Lourdes. "Neoliberal Economic Policies in Brazil (1994-2005): Cardoso, Lula and the Need for a Democratic Alternative". *New Political Economy*, vol. 11, n. 1, 2006, pp. 99-123.
- SAAD-FILHO, Alfredo & MORAIS, Lécio. "Mass protests: Brazilian spring or Brazilian malaise?". In: PANITCH, Leo; ALBO, Greg & CHIBBER, Vivek (eds.). *Socialist Register*, vol. 50. London, Merlin Press, 2014.
- SAAD-FILHO, Alfredo & YALMAN, Galip. *Economic Transitions to Neoliberalism in Middle-Income Countries*. London, Routledge, 2009.

- SABENÇA, Mariana. "As grandes construtoras e a política econômica nos governos Lula e Dilma". 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014. Disponível em <<http://portal.anpocs.org/portal>>.
- SAES, Décio. *República do capital*. São Paulo, Boitempo, 2001.
- SERRA, José. "Para romper o atraso e a inércia". *O Estado de S.Paulo*, 10/10/2013.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- TORRE, Juan Carlos. "O encaminhamento político das reformas estruturais". *Lua Nova*, 37, 1996.
- WEBER, Max. "Class, Status, and Party". In: GERTH, Hans Heinrich & MILLS, Charles Wright (eds.). *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York, Oxford University Press, 1946.

LAVA JATO, CLASSE MÉDIA E BUROCRACIA DE ESTADO¹

A Operação Lava Jato é um fenômeno complexo e multideterminado. A sua análise exige que recorramos a sutilezas da teoria do Estado capitalista e das classes sociais, que tenhamos conhecimento das instituições do Estado capitalista brasileiro e das classes sociais atuantes na política brasileira contemporânea. Neste artigo, em parte ensaístico, tentaremos mostrar que os dirigentes da Operação Lava Jato agem, ao mesmo tempo, como integrantes e representantes da fração superior da classe média e, também, como burocratas do Estado inseridos num ramo específico desse aparelho cuja função particular é a de zelar pela manutenção da ordem capitalista.

A FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO, AS CLASSES SOCIAIS E A BUROCRACIA

Na teoria marxista do Estado capitalista, essa instituição é definida pela sua função social: organizar a dominação de classe da burguesia. É sabido, contudo, que não se deve deduzir daí que o conjunto da política econômica, social, externa e cultural do Estado corresponda a demandas da classe burguesa. Além da burguesia e da classe operária, nas modernas sociedades capitalistas, encontramos,

¹ Artigo publicado na revista *Princípios*, n. 142, maio/julho de 2016.

com contingente maior ou menor dependendo da sociedade considerada, outras classes sociais: a pequena burguesia, a classe média e o campesinato. Ademais, essas classes estão segmentadas em camadas ou frações: burguesia interna e burguesia associada; fração superior, intermediária e inferior da classe média e do campesinato; trabalhadores que não logram se integrar de modo estável à produção especificamente capitalista e que podemos denominar trabalhadores da massa marginal – segmento que cresceu muito sob o modelo capitalista neoliberal. De maneiras as mais distintas, interesses dessas diferentes classes e frações podem ser contemplados pela política do Estado capitalista sem que tal fato negue a sua natureza burguesa. Na verdade, o Estado capitalista implementa uma política que modera o conflito de classes, estabilizando, por isso mesmo, a dominação burguesa.

No caso da classe média, muitos de seus membros são, ao mesmo tempo, funcionários do Estado, ocupando inclusive cargos de comando no aparelho burocrático civil e militar. A sua ação é determinada, em primeiro lugar, pelas exigências do sistema burocrático: o cargo está regido por normas do direito e o funcionário ocupa uma posição determinada numa cadeia hierárquica, devendo obedecer a seu superior. Porém, em segundo lugar, esse funcionário é, também, um indivíduo de classe média e possui, dessa maneira, interesses e ideologia próprios dessa classe social. Ora, não há contradição antagônica entre a determinação burocrática e a determinação de classe na ação desses agentes; a classe média não tem interesse na superação do capitalismo. Contudo, a) as demandas corporativas da classe média podem chocar-se com interesses econômicos da classe burguesa ou da fração burguesa hegemônica no bloco no poder num determinado período; e b) a determinação de classe na ação dos agentes do Estado pode levá-los a estabelecer objetivos políticos que destoem dos objetivos da fração burguesa hegemônica no bloco no poder.

No Movimento Tenentista brasileiro, a determinação burocrática e de classe redundou num movimento político que teve papel decisivo na liquidação da hegemonia da grande burguesia agromercantil pela Revolução de 1930. Os tenentes almejavam, tanto como integrantes do Exército Nacional quanto como integrantes da classe média, uma política de afirmação do Estado e de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Podemos afirmar que, na ação dos tenentes, a determinação de classe prevaleceu sobre a burocrática: numa situação de crise, os tenentes, ainda que se inspirassem em valores militares, feriram as normas da instituição militar e se rebelaram contra seus superiores. Agiram como uma espécie de “partido da classe média”, representando a classe à qual pertenciam, não de maneira organizada, mas pelo alto, isto é, agindo em seu nome. Essa complexa relação política entre um ramo da burocracia de Estado e a classe média não é exclusividade do Brasil; outros países capitalistas conheceram fenômenos semelhantes. Atualmente, no caso da Operação Lava Jato, cujo objetivo político nada tem a ver com o objetivo buscado pela luta dos tenentes, verificamos uma situação, formalmente, muito semelhante.²

A LAVA JATO E A CLASSE MÉDIA

A burocracia do Estado capitalista desempenha funções diversas: educação, saúde, assistência social, serviços públicos, manutenção da ordem e outras. Cada uma dessas funções pode criar disposições ideológicas específicas nos diferentes ramos da burocracia. Os agentes de Estado envolvidos na Operação Lava Jato são responsáveis pela tarefa de manutenção da ordem capitalista, o que cria neles

² A denúncia e a agitação contra a corrupção também tiveram papel importante no movimento tenentista. Ver Sodré, 1979.

disposição autoritária e elitista. Esses mesmos agentes fazem parte da camada mais bem remunerada do serviço público. Juízes e procuradores têm um salário inicial que pode variar entre 29 e 38 salários mínimos, gozam, graças ao funcionamento do sistema político brasileiro, da capacidade de estabelecer sua própria remuneração, usufruem de férias que podem chegar a dois meses, de jornada de trabalho que pode ser menor, ocupam vitaliciamente seus cargos e, além do salário, recebem inúmeros auxílios – moradia, paleto, educação e outros – que permitem que seus ganhos extrapolem, em muito, o teto salarial constitucional. Formam uma verdadeira casta incrustada no Estado. Os delegados da Polícia Federal não gozam de todas essas vantagens, mas também ocupam posição muito privilegiada no serviço público. Todos – juízes, procuradores, delegados – são integrantes da alta classe média. Seja como burocratas, seja como integrantes da fração superior da classe média, esses agentes têm interesse em encerrar o ciclo de governos do PT.

A Lava Jato funciona como uma espécie de partido da alta classe média. Aliou-se, em consonância com a posição da massa da classe média abastada, ao imperialismo e à fração da burguesia brasileira a ele integrada para obter o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Está contribuindo, enormemente, para a restauração do neoliberalismo puro e duro, política que expressou, na década de 1990, a hegemonia do grande capital internacional e da fração associada da burguesia brasileira. Contudo, isso não significa, necessariamente, que a Lava Jato represente o imperialismo ou a burguesia. Desde o afastamento da presidente Dilma, e até este mês de junho de 2016, a burocracia da Lava Jato tem dado mostras de que pode adquirir autonomia e dificultar a consolidação do governo Temer. Como revelou a confissão tornada pública de Romero Jucá, para os integrantes da equipe governamental, a Lava Jato já deveria ter acabado. Há indícios de que a Operação Lava Jato nutriu-se de informações fornecidas por órgãos de espionagem estadunidenses e, como

todos sabem, o conjunto da grande mídia foi, praticamente, parte integrante dessa operação: cuidou do convencimento público que legitimou os atropelos dos direitos dos investigados e apoiou o caráter seletivo da investigação. Ou seja, o imperialismo e a burguesia estimularam a operação e viram nela uma empreitada que servia aos seus interesses. Não estavam enganados. O governo interino de Temer já iniciou, por intermédio do ministro interino José Serra, a substituição da política externa Sul-Sul pela política de alinhamento passivo com os Estados Unidos e já ameaça a proteção da economia nacional, a começar pelo pré-sal. Contudo, seria um erro concluir que a Lava Jato é, por causa disso, a representante do imperialismo e da burguesia, mero instrumento dessas forças que, no final, mais ganharam com o golpe de Estado. Sim, a Lava Jato foi usada por uma fração da burguesia – o capital internacional e a burguesia associada – para combater a fração rival – a grande burguesia interna.³ Porém, o fato é que existem mais classes e frações de classes atuantes na conjuntura além da burguesia e da classe operária, e a burguesia não logra controlar a ação de todos os ramos do aparelho de Estado capitalista.

O *dream team* da economia, chefiado por Meirelles, que é quem representa os interesses imperialistas e burgueses, está tendo o seu trabalho perturbado pelas ações – para muitos, inesperadas – da Lava Jato e da Procuradoria-Geral da República. Foi apresentado o pedido de prisão de senadores e deputados que têm papel de destaque no governo interino e estão sob ameaça dezenas de congressistas aos quais cabe, justamente, aprovar os planos do ministro interino

³ Peter Bratsis publicou um artigo rico em informações sobre o uso sistemático que o imperialismo tem feito das campanhas ditas “contra a corrupção” para assediarem as economias dependentes, os governos progressistas e as burguesias locais (Bratsis, 2014). Publiquei um pequeno artigo no portal da revista *Fórum* analisando as vinculações do imperialismo com a Operação Lava Jato (Boito Jr., 2014). Desde então têm surgido seguidas e detalhadas revelações sobre a participação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos nessa operação.

da Economia. No momento em que escrevemos, a imprensa divulga que as denúncias da delação premiada de Sérgio Machado envolvem o presidente interino Michel Temer. Este se sentiu obrigado a divulgar nota tentando se defender. Não resta dúvida de que a ação da Operação Lava Jato é seletiva e possui três alvos prioritários: o PT, a construção pesada e a Petrobras, que são o principal segmento da grande burguesia interna, e, também, as instituições do Estado que se converteram em centro privilegiado de poder dessa fração burguesa. Mas a perseguição ao PT e a condescendência, até há pouco, com o PSDB e o PMDB podem também ter refletido, na etapa anterior da crise, um cálculo tático. A alta classe média elegeu o PT e seus governos como inimigo principal. Mas o discurso contra a corrupção não é mero pretexto. Na verdade, ele representa um dos motivos para a luta contra os governos do PT, embora não seja o motivo principal – o qual consiste em combater a política social criada pelos governos petistas e que a classe média abastada tem percebido como uma ameaça. Cabe recordar que o governo FHC precisou de um procurador-geral que engavetava todas as denúncias para conter a ação do Ministério Público, e a imprensa – incluindo aí a direitaista revista *Veja* – também denunciou a corrupção do governo tucano. A operação ideológica, que permite neutralizar os adversários ou atrair aliados para a luta contra os governos petistas, consiste no deslocamento, no nível do discurso, do objetivo principal para um objetivo secundário. Na nova fase da crise, representada pela constituição do governo interino de Temer, parece que a Lava Jato está fugindo ao controle da burguesia e do imperialismo.⁴

4 Outro tema muito importante é o da repercussão da luta entre frações da burguesia no relacionamento entre instituições do Estado brasileiro. Algumas dessas instituições podem se converter em centros de poder desta ou daquela fração burguesa em luta. O BNDES e a Petrobras tornaram-se, durante os governos do PT, centros de poder da grande burguesia interna, e o Banco Central, em centro de poder do capital financeiro. Ver capítulo 8 deste livro.

CLASSE MÉDIA E CORRUPÇÃO

Vamos tentar aqui alinhar alguns elementos que permitam explicar por que a luta contra a corrupção tem audiência maior na classe média.

Para a percepção do senso comum, a corrupção é algo supra-histórico e repudiado pelo senso de justiça do qual são minimamente dotados os seres humanos. Essa percepção espontânea e irrefletida está sendo implícita e dissimuladamente contrabandeada para o campo do pensamento socialista. Se um bem material ou imaterial pertence ou se origina de uma instituição pública, é inadmissível, segundo “nosso senso de justiça”, que ele seja objeto de apropriação ou manipulação privada. Ora, a própria ideia de corrupção é uma criação ideológica do Estado capitalista.

Ao contrário dos Estados pré-capitalistas, cujos cargos eram ocupados apenas por indivíduos pertencentes à classe dominante e cujos recursos materiais amalgamavam-se com os recursos de propriedade dos indivíduos que exerciam as funções de Estado, o Estado capitalista está formalmente aberto a indivíduos oriundos de todas as classes sociais e os seus recursos materiais são recursos de propriedade do próprio Estado – são recursos públicos, formalmente separados dos recursos privados. Nos Estados pré-capitalistas não cabe sequer a ideia de corrupção no sentido que a entendemos hoje. Os navios que a Atenas democrática e escravista mobiliza para a guerra são construídos com os recursos dos grandes senhores da cidade – os trierarcas – que, de resto, comandam os barcos que constroem – as triremes; os regimentos do Exército feudal do Estado absolutista são propriedade de grandes aristocratas que os transmitem em herança, o mesmo acontecendo com cargos na administração civil; mais próxima de nós, e nesse caso se tratando de traços pré-capitalistas nas esferas subalternas de um Estado já capitalista, a eleição nos pequenos municípios do interior do Brasil era realizada,

na República Velha, na residência particular do coronel local.⁵ O Estado capitalista estabelece a distinção formal entre recursos públicos e recursos privados e a ideia de corrupção origina-se de tal distinção. Mas, na prática, os recursos do Estado estão a serviço da classe capitalista e é por isso que entendemos que tal separação é formal. Dito de outro modo, a ideia de corrupção deve ser tratada com o bom e velho conceito de ideologia: uma representação inconsciente, deformada e interessada da realidade.

Vamos, de maneira ensaística, e fundamentalmente por intermédio da dedução teórica e recorrendo a informações não sistemáticas, tentar indicar alguns elementos das relações das classes sociais com a corrupção dos agentes do Estado.

A corrupção é um elemento da ideologia burguesa do Estado, mas a burguesia mantém uma relação ambivalente com a prática da corrupção. Isso é assim tanto se considerarmos a relação dos interesses particulares de cada capitalista com a corrupção quanto se tomarmos em consideração o comportamento de classe da burguesia. No mundo da concorrência capitalista, cada burguês aspira a que todos os seus concorrentes sejam honestos e a que lhe seja concedida, diferentemente, a prerrogativa de corromper. Como classe, a burguesia teme a denúncia da corrupção e o combate a essa prática porque teme que tal possa contribuir para revelar, aos olhos da classe operária, a natureza de classe do Estado capitalista. Contudo, na sua luta de fração, que poderíamos dizer se tratar de uma luta fratricida, uma fração da burguesia pode lançar mão do combate à corrupção para combater a hegemonia de uma fração burguesa rival. É isso que presenciamos no Brasil com a Operação Lava Jato: o imperialismo e a fração da burguesia brasileira a ele integrada utilizam politicamente a corrupção para destruir a hegemonia que a grande

burguesia interna brasileira obteve com os governos do PT. Claro que, ao fazer isso, o capital internacional e a burguesia associada estão assumindo o risco de abrir os olhos da classe operária, traindo os interesses maiores do conjunto da classe burguesa. O interesse de fração pode cegar e trair o interesse da classe.

A classe operária tende a rejeitar a corrupção e o faz por motivos e de um modo especificamente operário. Julga-a da ótica de produtor e também da ótica de consumidor. O corrupto ativo ou passivo não produz, é percebido como um parasita, e sua ação deve ser combatida, também, porque aumenta a desigualdade na distribuição da riqueza. Outra especificidade é que a classe operária tende a enxergar a corrupção como um dos “males” existentes na sociedade e no Estado capitalista, e não necessariamente o maior deles. A concentração da propriedade, a concentração da riqueza, a exploração do trabalho e a própria condição dos burocratas e dos políticos burgueses profissionais, que são elementos vistos como naturais por outras classes sociais, são percebidos, pela classe operária, como fontes das más condições de vida dos trabalhadores. Um juiz de direito receber remuneração inicial de 30 salários mínimos e poder atingir, ao longo da carreira, ganho mensal de cerca de 140 salários, como mostrou reportagem da revista *Caros Amigos* em 2015, é legal, mas é percebido como algo tão revoltante quanto a prática corrupta de diretores da Petrobras; o mesmo poderia ser dito sobre as benesses que o Estado concede, legalmente, aos grandes capitalistas. É legal, mas evidencia que a separação entre patrimônio público e propriedade privada, própria do Estado capitalista, é uma separação relativa e volta tanto quanto a corrupção.

A classe social que mantém uma relação unívoca de rejeição à corrupção percebida como mal absoluto da sociedade capitalista é a classe média. É o mal absoluto e que exige apenas uma correção jurídica e moral. Tal postura provém da condição econômica e da ideologia meritocrática que a caracterizam. Para a classe média, a

⁵ Boito Jr., 2007; Mossé, 1979; Telearoli, 1982.

organização social capitalista só precisa de um reparo: o critério do mérito individual deve reinar sempre. O meritocratism é uma ideologia que valoriza o trabalho não manual e estigmatiza o trabalho manual. As diferenças sociais são concebidas, no quadro dessa ideologia, como resultado das diferenças individuais de dons e méritos de cada um. O trabalho não manual seria apanágio daquele cuja trajetória escolar longa e bem-sucedida comprova sua superioridade e seus méritos. É uma ideologia que apresenta uma visão deformada da desigualdade social, e deformada de tal maneira que justifica vantagens salariais e sociais dos trabalhadores de classe média – deforçar e justificar são as funções gerais da ideologia burguesa e pequeno-burguesa. Pois bem, essa ideologia tem um terreno particular e privilegiado de realização: o Estado capitalista.

A burocracia de Estado organiza-se, formalmente, com base na competência exigida para cada cargo e função presentes na hierarquia do Estado, e suas instituições são um local privilegiado de emprego da classe média. O recrutamento para os cargos do Estado, ao contrário do que ocorria nos Estados pré-capitalistas, dá-se por concurso público com verificação de mérito. O caráter formalmente público das instituições do Estado capitalista é um ícone para os burocratas de classe média e não pode ser maculado pelo poder econômico, terreno em que, de resto, os indivíduos pertencentes à classe média veem-se em desvantagem diante dos capitalistas. Como legitimar os vencimentos altíssimos, tanto para o padrão salarial brasileiro como internacional, de juizes e procuradores, se as regras do meritocratism e do burocratism forem violadas pela prática do compadrio, do clientelismo e pela troca e venda de favores? Para a classe média, o mal não reside nas regras de organização burocrática do Estado que criam segmentos parasitários e privilegiados, mas sim na violação dessas regras pela prática da corrupção. Claro que um cidadão de classe média pode aceitar de bom grado um emprego público bem remunerado que lhe seja oferecido por padrinho poli-

tico, do mesmo modo que um burguês não hesitará em violar a propriedade alheia para aumentar a sua. De resto, nas práticas corruptas, encontramos, no mais das vezes, um funcionário de classe média desrespeitando as normas do Estado e um burguês violando, de alguma forma, a propriedade alheia. Mas o que temos aí são interesses individuais de membros de uma classe que se chocam com os interesses e a ideologia da classe à qual esses indivíduos pertencem. Tais fatos não negam que à classe média interessam as regras do burocratism, do mesmo modo que ao burguês interessam as normas que protegem a propriedade privada.

No que diz respeito à conjuntura, a questão de saber quem os agentes da Lava Jato representam poderá ser dirimida com a observação e a análise daquilo que está por vir. Juizes, procuradores e delegados irão, de fato, enfrentar os integrantes da equipe governamental do presidente interino?

Quanto à complexa questão da relação entre luta política e agitação contra a corrupção, tão recorrente na história do Brasil,⁶ nossas reflexões são iniciais. Mas, se nossas teses procederem, temos algumas indicações para entender por que a classe média é muito suscetível de se mobilizar para a luta contra a corrupção e também temos indicações para refletir sobre o modo específico que se deve, do ponto de vista da classe operária, combater a prática da corrupção, prática sempre presente no Estado capitalista.

⁶ Martuscelli, 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOITO Jr., Armando. "Estado e transição ao capitalismo: Feudalismo, absolutismo e revolução política burguesa". *Estado, política e classes sociais*. São Paulo, Editora Unesp, 2007.
- . "Quem é contra a corrupção?". Portal da *Revista Fórum*, 23 de dezembro de 2014. Disponível em <<http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna>>.
- BOITO Jr., Armando & SAAD-FILHO, Alfredo. "State, State Institutions and Political Power in Brazil". *Latin American Perspectives*, n. 2, 2016.
- BRATSKIS, Peter. "Political Corruption in the Age of Transnational Capitalism". *Historical Materialism*, vol. 22, n. 1, 2014.
- MARTUSCELLI, Danilo. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, CRV, 2015.
- MOSSÉ, Claude. *Atenas: A história de uma democracia*. Brasília, Editora UnB, 1979.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

A CRISE DO NEODESENVOLVIMENTISMO E DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF¹

Os sucessivos governos vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT) implantaram, com variações de uma conjuntura para outra, uma política que se aproximou muito mais do velho desenvolvimentismo brasileiro que do reformismo do Estado de bem-estar. Foi uma política que podemos denominar neodesenvolvimentista, mais próxima da linhagem iniciada por Getúlio Vargas que daquela proveniente da social-democracia europeia. O neodesenvolvimentismo vigorou nas décadas de 2000 e 2010 não apenas no Brasil de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, mas também na Argentina de Nestor e de Cristina Kirchner.

Para entender o que foi tal política é preciso distinguir, de um lado, a noção de *modelo* econômico, que indica um todo composto por um aparelho econômico de certo perfil e ao qual se vinculam, de maneira coerente, instituições e normas legais, e, de outro lado, a noção de *política* econômica. Nesse último caso, temos um conjunto de medidas de governo que configuram uma estratégia de desenvolvimento capitalista mais ou menos coerente e que incidem sobre áreas distintas como a creditícia, a fiscal, a tributária, a salarial, a de

¹ Versão modificada do artigo originalmente intitulado "Uma crise no caminho do neodesenvolvimentismo" publicado na revista *História e Luta de Classes*, n. 22, setembro de 2016, pp. 83-95.

comércio exterior, entre outras. Pois bem, um mesmo modelo econômico pode comportar, dentro de certos limites, variações importantes na política econômica. Exemplificando. O modelo econômico desenvolvimentista que vigorou no Brasil entre as décadas de 1930 e 1970 comportou tanto a política econômica de Getúlio Vargas, com a expansão dos direitos trabalhistas e o nacionalismo econômico, quanto a política de abertura ao capital estrangeiro de Juscelino Kubitschek e, inclusive, a política de rebaixamento dos direitos sociais dos governos militares.

Dentro do modelo capitalista neoliberal, os governos podem implementar uma política neoliberal ortodoxa, moderada ou, inclusive, neodesenvolvimentista. Para oferecer ao leitor uma definição sintética e inicial da política neodesenvolvimentista, diremos que *essa política é o desenvolvimentismo possível dentro dos limites impostos pelo modelo capitalista neoliberal*. Os governos neodesenvolvimentistas brasileiros e argentinos mantiveram o modelo herdado de seus antecessores, mas trataram de estimular o crescimento econômico recorrendo, tal qual fazia o velho desenvolvimentismo, à intervenção do Estado na economia, afastando-se assim da ideologia e da prática do Estado mínimo. Porém, esse intervencionismo e o esperado crescimento que ele deveria provocar esbarraram, dentre outras coisas, nos limites impostos pelos elementos basilares do modelo capitalista neoliberal – refiro-me a elementos econômicos, institucionais e legais que reduzem a capacidade de investimento do Estado, desestimulam o investimento produtivo privado e subtraem mercado da produção nacional, tais como a política de juros elevados, os enormes gastos com a rolagem da dívida pública, a abertura comercial, a autonomia efetiva do Banco Central, a privatização, a desregulamentação financeira e outros.

O neodesenvolvimentismo tinha um encontro marcado com a crise. Dependia, como indicaram muitos, de situação favorável no mercado internacional e, acrescento eu, de uma frente política muito

heterogênea cuja unidade era precária.² O neodesenvolvimentismo conheceu a sua primeira crise política em 2005, aquela que a grande imprensa denominou a “Crise do Mensalão”.³ Diante da crise atual, que se arrasta desde 2014, muitos analistas sustentam, como sabemos, que essa seria a sua crise terminal, marcaria o fim do ciclo neodesenvolvimentista. Há inúmeros fatos que parecem, efetivamente, apontar nessa direção: a crise do Partido dos Trabalhadores, que foi o instrumento político desse ciclo de desenvolvimento; a redução margem de manobra que o modelo capitalista neoliberal permitiu às políticas de crescimento econômico; a queda do preço das *commodities* no mercado mundial; o apoio frágil e efêmero da grande burguesia à política neodesenvolvimentista. Não adentraremos, contudo, o terreno da análise prospectiva – saber se vivemos, ou não, a crise final do neodesenvolvimentismo. Nessa matéria, tudo é muito incerto e os prognósticos taxativos revelam mais desconhecimento da complexidade do processo histórico que qualquer outra coisa. O que podemos dizer é que a conjuntura atual é, no Brasil e em boa parte da América Latina, uma quadra na qual esta parte do mundo está sendo constrangida, depois de mais de uma década de percurso destoante, a ajustar o seu passo com a Europa da austeridade.

Neste artigo, iremos examinar as bases sociais da política neodesenvolvimentista no Brasil, os interesses a que ela atendeu, os seus adversários, os conflitos que ensejou e a crise que a vitimou no segundo governo Dilma Rousseff. Começaremos com uma breve poleêmica com a bibliografia, tomando como ponto de partida para tal algumas considerações sobre a própria crise política atual.

² Abordei as contradições do neodesenvolvimentismo e da frente política que o sustentava, bem como a decorrente possibilidade de crises políticas, em um texto sintético intitulado “As contradições da frente neodesenvolvimentista” (Boito Jr., 2012a). Também em 2012, concedi uma longa entrevista ao jornal *Brasil de Fato* em que abordei de forma mais ampla a questão da possibilidade de crise da política neodesenvolvimentista (Boito Jr., 2012b).

³ Sobre essa crise, consultar Martuscelli, 2015.

UMA OU DUAS COISAS QUE PODEMOS APRENDER COM A CRISE

A crise política do governo Dilma Rousseff, que está prestes a ter um desfecho com a sua provável deposição,⁴ embora comporte contradições novas e recentes, resultou, fundamentalmente, do agravamento de contradições que já se encontravam ativas no processo político brasileiro desde o início do ciclo de governos ligados ao PT. Justamente por isso, essa crise, ao realçar essas contradições, lança sobre tais governos, e de maneira retrospectiva, uma luz nova. Ela nos deixa, assim, algumas lições.

Uma primeira lição é que, ao contrário do que sustentou e ainda sustenta parte da bibliografia e das organizações de esquerda, os governos ligados ao Partido dos Trabalhadores são muito diferentes dos governos da década de 1990 ligados ao PSDB.⁵ Trabalhos variados, e com teses e argumentações distintas, chegaram a identificar tais governos ou a minimizar as diferenças existentes entre eles. Lula da Silva seria a continuidade de FHC ou, na melhor das hipóteses, apresentaria diferenças muito marginais em relação ao seu antecessor. Nessa linha de análise, poderíamos recordar aqui trabalhos de Francisco de Oliveira, Leda Paulani, Luiz Filgueiras, Reinado Gon-

⁴ Escrevo este artigo em maio de 2016. Dilma Rousseff está temporariamente afastada da Presidência da República para o julgamento de mérito do processo de *impeachment*.

⁵ Não utilizou a expressão “governos do PT” ou “governos do PSDB”, mas sim “governos ligados ao PT” ou “ligados ao PSDB”. No Brasil, temos partidos do governo, mas não governos de partido. Assim como os governos FHC não foram, estritamente falando, governos do PSDB ou governos de coalizão liderados por esse partido, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff não foram governos do PT ou liderados por ele. O PSDB foi o partido do governo FHC do mesmo modo que o PT foi o partido do governo Lula da Silva e é o partido do governo Dilma Rousseff. Nem o PSDB, nem o PT definiram os rumos dos governos que apoiaram ou apoiam e para os quais forneceram grande parte dos seus quadros.

çalves, Valério Arcary e outros. Eu próprio, embora sempre tenha frisado que os governos ligados ao PT representavam uma fração da burguesia brasileira que fora marginalizada na era FHC, subestimei, até meados da década de 2000, o impacto dessa mudança no processo político brasileiro.⁶ É certo que parte dessa bibliografia foi produzida durante o primeiro governo Lula, quando as diferenças com o governo de FHC eram menos visíveis. Mesmo assim, uma referência crítica a essa bibliografia pode ser instrutiva. Aliás, convém lembrar que, até o final de 2015, vários intelectuais críticos e organizações de esquerda ainda afirmavam, justamente por subestimarem as diferenças entre PT e PSDB, que a campanha do *impeachment* era mera cortina de fumaça com a qual a oposição visava chantagear o governo. Ora, a crise política que está conduzindo à deposição de Dilma é um fato maior que está indicando, no nosso entendimento, que todas essas análises precisam ser revisitadas e revistas. Fossem os governos ligados ao PT iguais ou muito próximos aos governos ligados ao PSDB, como poderíamos explicar a crise profunda e prolongada que vive a política brasileira e – notem bem – a ausência de qualquer proposta de conciliação proveniente de uma ou de outra das partes envolvidas no conflito?

O caráter prolongado da crise sugere, e esta é uma segunda lição, que o que está em jogo é algo muito importante para as partes nela envolvidas. Esse algo muito importante são interesses de classe. Não presenciamos um conflito oposto a classe operária e a burguesia em torno das opções capitalismo ou socialismo, que poderíamos denominar, apropriadamente, de *luta de classes*, mas estamos sim diante de um conflito de classes que, embora comparativamente de menor alcance, opõe, num sistema de alianças e de oposições intrincado e complexo, diferentes segmentos da classe capitalista e das classes do-

⁶ Ver Oliveira, 2010; Paulani, 2008; Filgueiras & Gonçalves, 2007; Arcary, 2011; Boitto Jr., 2005.

minadas que disputam a apropriação da riqueza e da renda. O conflito distributivo de classes está na base da crise política atual. Ele não é o único motor da crise. Os conflitos em torno das reivindicações do movimento feminista, do movimento negro e do movimento LGBT – os quais entretêm relações complexas e variadas com o conflito distributivo de classes – são também parte integrante da crise. Basta ver o peso e a ação da “Bancada da Bfblia” no desenrolar do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados. Mas o conflito principal é o conflito distributivo de classe. No jogo da dissimulação política, Michel Temer sente-se obrigado a vir a público, repetidas vezes, negar que pretenda extinguir direitos trabalhistas e sociais, mas não se sente na obrigação de negar que seu governo revogará direitos das mulheres, dos negros e do movimento LGBT, embora seja sabido que tal revogação seja um dos alvos de forças partícipes do golpe de Estado parlamentar.

Um conflito de classes não é, evidentemente, um conflito entre personalidades políticas – Dilma, Aécio, Cunha, Lula, Temer – e nem mesmo um conflito entre correntes de opinião. Não iremos critar aqui a explicação personalista do processo político – não parece sensato acreditar que um punhado de indivíduos perseguindo interesses próprios teria o poder de convulsionar todo um país. Vamos, contudo, dizer algumas palavras sobre a explicação da crise como um conflito entre correntes de opinião ou doutrinas – o neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo – concebidas à parte do conflito de classes.

A explicação que se atém à luta entre correntes de opinião, sem se perguntar sobre os vínculos de tais correntes com o conflito de classes, comete um equívoco idealista e é caudatária, conscientemente ou não, da tradição liberal, que remonta a John Stuart Mill e chega até John Rawls e Jürgen Habermas. Esse tipo de concepção supõe a existência de um espaço público em que se formariam livremente diferentes correntes de opinião sujeitas, todas elas, ao escritú-

rio livre e consciente dos cidadãos. Uma versão de esquerda desse mesmo enfoque vê a política brasileira como uma disputa entre projetos políticos que podem, eventualmente, ser apresentados, mas de modo meramente alusivo e acessório, como “projetos de classe”.⁷ É claro que os projetos econômicos e políticos existem – as correntes neodesenvolvimentista e neoliberal são reais e ativas –, mas eles são apenas a dimensão superficial de algo mais profundo e importante que, muitas vezes, encontra-se dissimulado pelo discurso político. Do mesmo modo que o governo neodesenvolvimentista de Dilma Rousseff deixou de lado, ao longo do ano de 2015, suas crenças e promessas de campanha e passou a aplicar um programa neoliberal de ajuste, a oposição burguesa neoliberal traiu o receituário de mercado que sempre pregou e votou no Congresso Nacional contra as medidas de ajustes propostas pelo governo. Tais acontecimentos seriam inexplicáveis se nos ativésemos, na análise da luta política, à disputa entre projetos – o neodesenvolvimentista e o neoliberal.

Primeiro, é preciso se perguntar pelas razões que propiciaram que os neodesenvolvimentistas e os neoliberais, e não outras correntes ou projetos, ocupassem a boca da cena e polarizassem o conflito político no Brasil atual. Há um filtro político e social, delineado pelos interesses de classe e de fração de classe e pela relação de forças entre elas, que acolhe algumas correntes ou doutrinas e marginaliza outras no processo político. Em segundo lugar, é preciso ter em mente que a adesão a este ou àquele projeto *não é estritamente* individual e livre, ou seja, não é socialmente aleatória. Considerando a classe dominante, é possível demonstrar que o segmento burguês

7 Exemplos desse tipo de análise podem ser encontrados no livro organizado por Emir Sader e intitulado *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil* (Sader, 2013). Destaco o artigo do próprio organizador do livro, intitulado “A construção da hegemonia pós-neoliberal”, em que a luta de projetos, desvinculada de conflitos de classe, é concebida como o motor de todo o processo político brasileiro (pp. 135-143).

que apoiou, pelo menos até 2014, a política neodesenvolvimentista era distinto daquele que pleiteava, já durante o mesmo período e ainda mais agora na crise política, o retorno à política neoliberal. Considerando o campo das classes trabalhadoras, devemos lembrar, como rápida exemplificação, que os movimentos organizados de camponeses e de trabalhadores da massa marginal – MST, MTST, MAB, CMP e outros – mantêm distância do campo neoliberal ou combatem-no de maneira aberta e militante. No caso do movimento sindical, há uma situação mais complexa porque esse movimento está dividido: uma parte do sindicalismo tem oscilado entre o campo neodesenvolvimentista e o campo neoliberal. Contudo, mesmo essa divisão é socialmente determinada, isto é, não se explica por opções ideológicas livres de trabalhadores e sindicalistas. As pesquisas sobre sindicalismo mostram que as centrais sindicais assentam-se sobre bases sociais que apresentam diferenças importantes no nível de renda e de escolaridade, no peso relativo de trabalhadores do setor público e do setor privado e no poder de pressão sindical, e indicam que tais diferenças influenciam as opções políticas de suas direções.⁸

Entre os autores que utilizam a ideia de conflito ou mesmo de luta de classes para explicar a crise, encontramos duas posições bem características e opostas, mas igualmente problemáticas. Temos a análise que supõe que os governos vinculados ao PT representavam os trabalhadores, enquanto outra, ao contrário, sustenta que tais governos representavam a burguesia.

Essa última aparece, por exemplo, no livro já citado de Valério Arcary: o PT seria um governo não dos trabalhadores, mas da burguesia em seu conjunto.⁹ Nesse caso, a crise política só pode ser ex-

8 Galvão; Marcelino & Trópia, 2015. Consultar especialmente os capítulos I e IV: “A reorganização da esquerda sindical nos anos 2000” (pp. 13-56) e “As bases sociais da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil” (pp. 157-220).

9 Arcary, 2011.

plicada como o momento em que a burguesia (no seu conjunto), após ter apoiado os governos petistas, concluiu que o PT havia perdido as condições de administrar a situação nova criada pela crise econômica e passou para a oposição. Essa ideia tem sido defendida por intelectuais próximos ao PSTU em debates públicos sobre o tema da crise. O que cabe lembrar, contudo, é que uma parte importante da burguesia combatia os governos petistas mesmo antes da crise, isto é, durante o período em que se verificava razoável crescimento econômico. Que outra coisa fazia a oposição organizada no PSDB senão vocalizar essa insatisfação burguesa?

Quanto à tese oposta, segundo a qual os governos petistas representariam os trabalhadores, ela é defendida por intelectuais e dirigentes do PT. Na crise política presente, o governo Dilma seria combatido pela burguesia ou pelas “elites” justamente por representar os trabalhadores. A crise política seria isto: uma revolta burguesa ou “das elites” contra um governo popular. Valter Pomar defende essa tese em artigo recente sobre a crise política no Brasil.¹⁰ O problema que se pode colocar para esse tipo de análise é que os governos petistas, embora não representassem o conjunto da burguesia, representavam, no plano objetivo e subjetivo, uma parte, ou fração, da burguesia brasileira. As medidas de política econômica desses governos tiveram como foco os interesses da grande burguesia interna brasileira – a construção naval, a construção pesada, o agronegócio, a mineração, os bancos nacionais –, e apenas secundariamente contemplaram interesses das classes populares. As publicações das associações empresariais no período que antecedeu à crise política mostram o apoio sistemático dessa fração do grande empresariado aos governos Lula e Dilma.¹¹

¹⁰ Pomar, 2016.

¹¹ Ver Boito Jr., 2012; Berringer, 2015; Sabença, 2014; Gomes, 2015.

Entre 2003 e 2014 essas duas frações burguesas ocuparam posições distintas na política nacional: a grande burguesia interna assumiu, principalmente a partir de 2008, a hegemonia no interior do bloco no poder, enquanto a burguesia internacionalizada ou associada ocupava uma posição subordinada no interior desse bloco e encontrava-se na oposição.

Com a crise econômica e política, a grande burguesia interna foi atraída para o campo político da burguesia associada e poderá, no limite, dissolver-se enquanto fração autônoma de classe.¹⁴ As frações burguesas não são simples reflexo do perfil e da inserção econômica das empresas capitalistas; dependem do impacto da política econômica do Estado sobre os segmentos burgueses e da capacidade de organização política dos distintos segmentos empresariais. Elas se formam, desenvolvem-se e também podem desaparecer. O desenrolar da crise presente nos dirá o que irá acontecer com a grande burguesia interna enquanto fração distinta da classe burguesa. Por ora, vejamos quais segmentos integravam essa fração e qual política econômica ela pleiteava antes da crise.

A grande burguesia interna não é uma fração burguesa homogênea. Ela está atravessada por sistemas de fracionamento que podem minar a unidade que lhe é conferida pelo fracionamento capital internacional/capital nacional. Ela é formada por empresas de capital predominantemente nacional e engloba, além do setor financeiro –

¹⁴ Estamos realizando, com o auxílio dos estudantes André Barbosa, Julia Nunes e Rosylli Oliveira, um levantamento sobre a posição da grande burguesia interna na crise atual. Temos consultado os documentos da Fiesp, da CNI, da Abag, da Abimaq, da Abidb, do Sinaval e de outras associações empresariais que representam setores da grande burguesia interna. A tônica dos documentos dessas associações é apoiar o ajuste fiscal e pleitear reformas que ferem os interesses dos funcionários públicos e dos trabalhadores do setor privado. Querem que o ajuste seja feito à custa dos trabalhadores. Não era isso que se destacava no período anterior. Pleiteavam-se, então, medidas do Estado favoráveis ao crescimento econômico e poupavam-se os interesses dos trabalhadores.

As duas análises de classe citadas acima defendem posições opostas, mas partem de uma ideia comum: tratam a burguesia como se fosse uma classe social unificada e sem fissuras, ignorando que a classe capitalista pode dividir-se, e geralmente se divide, em frações com interesses econômicos distintos. Na verdade, os governos do PT representaram a hegemonia de uma fração da burguesia brasileira em detrimento de outra. É isso que impede falarmos de burguesia em geral quando analisamos os governos petistas e é isso que vamos tentar mostrar a seguir.

O BLOCO NO PODER E AS ALIANÇAS DE CLASSE

Temos argumentado que o bloco no poder no Brasil comporta inúmeras frações burguesas.¹² Em primeiro lugar, temos o grande capital que, por sua vez, está dividido em duas frações ou subfrações: uma fração que poderíamos denominar, seguindo Nicos Poulantzas,¹³ a grande burguesia interna, que pretende manter e melhorar a posição que ocupa no capitalismo dependente brasileiro e que entretém uma relação de cooperação e de concorrência com o capital internacional, e outra, que poderíamos denominar a fração internacionalizada da burguesia brasileira, que age em aliança com o grande capital financeiro e produtivo internacional. Em segundo lugar, temos um vasto conjunto de pequenas e médias empresas, com poder econômico e influência política reduzidos, as quais não atuam como força social distinta, isto é, não estão dotadas de organização e programa político próprios na conjuntura atual. A disputa principal no interior do bloco no poder se deu, ao longo dos governos petistas, entre a grande burguesia interna e a burguesia internacionalizada.

¹² Boito Jr., 2012c.

¹³ Poulantzas, 1974.

notadamente os grandes bancos nacionais –, o setor produtivo e, no interior deste último, está distribuída na construção naval, na construção pesada, no agronegócio, na indústria de transformação e no comércio.¹⁵ Em todos esses segmentos, ademais, o fracionamento entre o grande e o médio capital pode provocar efeitos políticos perigosos de acordo com a conjuntura e com o aspecto considerado da política econômica. O setor bancário é o setor da grande burguesia interna que mais se aproxima do capital internacional, e isso devido ao fato de o padrão de acumulação financeira vigente no capitalismo mundial lhe ser favorável. Porém, o controle nacional sobre o sistema bancário, controle que sempre foi alvo de crítica das agências internacionais como o FMI, esteve ameaçado sob os governos FHC e foi preciso uma reação dos bancos brasileiros e a ascensão do PT ao governo para que o avanço do capital estrangeiro no setor recuasse.¹⁶

Já a fração burguesa que poderíamos denominar, se fôssemos retomar a terminologia dos documentos da Internacional Comunista, “compradora” ou, então, burguesia associada ou internacionalizada, denominações mais de acordo com o atual modelo de dominação imperialista, essa fração é composta pelos grupos econômicos internacionais atuantes no Brasil – seja com sucursais e plantas aqui instaladas, seja como fornecedores de mercadorias e serviços para a economia brasileira ou como mero capital especulativo – e também, convém destacar, por empresas de capital predominantemente nacional que, no entanto, entretêm uma relação de dependência direta para com o capital internacional – na condição, por exemplo, de fornecedores de bens intermediários para a indústria de bens de consumo duráveis, na condição de importadores de bens produ-

zidos no exterior etc. Também sobre essa fração burguesa incidem diferentes sistemas de fracionamento que, tal qual ocorre com a burguesia interna, podem minar sua unidade política. A indústria de transformação de propriedade do capital estrangeiro que domina o setor de bens de consumo duráveis pode, fazendo o movimento inverso daquele que pode ser feito pelo capital bancário nacional, banir-se para o lado da grande burguesia interna. Foi isso o que aconteceu nas ocasiões em que os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff tomaram medidas protecionistas voltadas para a produção local de veículos automotores.

O fracionamento da burguesia é portanto complexo. Não há uma linha reta e estável separando as frações burguesas.¹⁷ O entrecruzamento de sistemas de fracionamento pode fazer com que, em determinadas conjunturas, os bancos nacionais aproximem-se, por serem bancos, de seus congêneres estrangeiros, apesar de serem nacionais; da mesma maneira que, também de acordo com a conjuntura, a indústria estrangeira com planta no Brasil pode se aproximar, por ser indústria, do setor industrial nacional, e isso apesar de ser controlada pelo capital estrangeiro. Ademais, há contradições no interior de cada uma dessas frações – os bancos e o setor produtivo nacional têm um conhecido conflito em torno da definição da taxa de juros. Se as aproximações entre a burguesia interna e o capital internacional tornam-se mais estáveis e abrangentes e se as contradições no seio de cada uma dessas duas frações se agravam, nessas condições pode ocorrer, no limite, a dissolução de cada uma delas enquanto fração distinta de classe. Mesmo que não se alcance essa situação-limite, a instabilidade das frações pode, quando menos, provocar o deslocamento de um ou outro setor para o campo burguês rival – o setor sucroalcooleiro apoiou os governos Lula da Silva, mas

¹⁵ Retomo nos parágrafos seguintes e com modificações parte de um artigo que publiquei no exterior. Ver Boito Jr. & Saad-Filho, 2016.

¹⁶ Sobre esse ponto, ver o Apêndice deste livro.

¹⁷ Farias, 2009.

afastou-se do governo Dilma devido às perdas que sofreu com a mudança da política energética que relegou a um plano secundário o etanol e passou a priorizar o petróleo do pré-sal.

Tais considerações não deveriam levar o pesquisador a abandonar o conceito de fração burguesa? Entendemos que não. Em grandes linhas, a estratégia de desenvolvimento capitalista neoliberal ortodoxa que foi adotada na década de 1990 e a estratégia neodesenvolvimentista que foi adotada pelos governos do PT na década de 2000 e de 2010 são estratégias que afetam de maneira muito desigual uma e outra das frações burguesas citadas, e cada uma delas criou vínculos de representação de interesses mais ou menos estáveis – a burguesia internacionalizada se reconhece no neoliberalismo ortodoxo dos governos do PSDB, retomado agora no programa “Ponte para o futuro” do PMDB, enquanto a grande burguesia interna vinha se reconhecendo, até pelo menos o ano de 2015, no neodesenvolvimentismo dos governos do Partido dos Trabalhadores.

Os governos do PT não revogaram o modelo capitalista neoliberal, mas introduziram nele elementos de política econômica inspirados no velho desenvolvimentismo. A abertura comercial iniciada pelo governo Collor e ampliada pelos governos FHC foi mantida, mas Lula e Dilma criaram nichos de protecionismo para as empresas nacionais. Implantaram a política de conteúdo local para a aquisição de bens e serviços pelo Estado e pelas empresas estatais e, principalmente no primeiro governo Dilma, implantaram medidas protecionistas alfandegárias e não alfandegárias variadas. As privatizações não foram revogadas, mas esses mesmos governos adotaram uma política de fortalecimento das grandes empresas estatais restantes, a começar pela Petrobras. Não houve rompimento tampouco com a política de juros elevados, mas a tendência geral, embora não linear, no período dos governos do PT foi de queda dos juros em relação à década de 1990, e, mais importante ainda, o orçamento do BNDES foi praticamente decuplicado e passou a oferecer juros fortemente

subsidiados para as grandes empresas brasileiras. No primeiro governo Dilma, no biênio 2011-2012, a taxa básica de juros sofreu forte redução, política que era parte integrante da denominada “Nova matriz econômica” implantada pelo ministro da Fazenda Guido Mantega. Essa política melhorou muito a posição da grande burguesia interna no seio do bloco no poder; contou com apoio explícito das associações empresariais da grande burguesia interna – Abdiq, Abimaq, Fiesp, Sinaval – e sofreu a crítica e a oposição crescente do capital financeiro e produtivo internacional.¹⁸

Em harmonia com essa nova política de desenvolvimento, os governos petistas mudaram, também, a política externa.¹⁹ Distanciaram-se dos Estados Unidos – engavetamento da Alca, criação do G-20, participação ativa e destacada no grupo dos Brics – e aproximaram dos países do Hemisfério Sul. Obtiveram, com isso, maior margem de manobra no cenário internacional e puderam tocar adiante uma política de expansão dos negócios da grande burguesia interna na América do Sul, na África e no Oriente Médio.²⁰ A des-

¹⁸ Nós nos apoiamos em levantamento feito nos documentos publicados pela imprensa de sindicatos e associações patronais no período de 2011 a 2016. Ver os sites da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), do Sindicato da Construção Naval (Sinaval), da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). O levantamento foi feito sob minha coordenação pelos auxiliares de pesquisa Rosylli Oliveira, Julia Nunes e André Barbosa, aos quais deixo registrados os meus agradecimentos. Ainda sobre esse ponto convém citar os trabalhos de Mariana Sabença, 2014, e Julia Gomes, 2015.
¹⁹ Sobre a política externa, ver o capítulo 5 deste livro e também o trabalho inovador de Berringer, 2015.

²⁰ A política neodesenvolvimentista segue uma linha ascendente ao longo das décadas de 2000 e 2010. Por isso, não concordamos com a análise de André Singer (ver Singer, 2012), para quem os governos petistas teriam uma política bonapartista no sentido de atender ora uma, ora outra classe ou fração de classe em decorrência da instabilidade da correlação de forças. Fosse assim, convém es-

peito de tais novidades e a despeito dos conflitos com o capital internacional, a grande burguesia interna, dependente nos planos tecnológico e financeiro do capital internacional, deu mostras, como se pode constatar pelas indicações que fizemos mais acima, de que aspirava apenas a uma reforma do modelo capitalista neoliberal, e não ao rompimento com tal modelo.

Cada uma das duas frações burguesas que polarizavam o conflito existente no interior do bloco no poder buscou alianças e apoios fora desse bloco. A grande burguesia interna, graças à iniciativa dos governos do PT, viu-se fortalecida por uma frente política que se colocou sob a hegemonia dos seus interesses e que sustentou tais governos. A frente neodesenvolvimentista envolveu, na maior parte desse período, a baixa classe média, a maior parte do sindicalismo operário, do movimento camponês e a grande maioria dos trabalhadores da massa marginal. Sem deixarem de priorizar os interesses da grande burguesia interna, os governos do PT ofereceram algo para cada uma dessas classes populares: ampliação de vagas na universidade pública com cotas sociais e raciais, financiamento para os estudantes das universidades particulares, política de valorização do salário mínimo, programas de transferência de renda, financiamento e reserva de mercado institucional para a pequena agricultura familiar, grande expansão das vagas no ensino técnico, programa de construção de moradia popular, programa de construção de cisternas no semiárido e outros. Os trabalhadores da massa marginal, beneficiários dos programas de transferência de renda, da construção de moradias populares, do programa de construção de cisternas e da expansão do ensino técnico, são o setor que compareceu de modo massivo e cons-

clarecer, teríamos uma política econômica zigzagueante, o que definitivamente não aconteceu. Critiquei esse aspecto da análise de Singer no meu artigo intitulado "O lulismo é um tipo de bonapartismo? Crítica às teses de André Singer" (Boito Jr., 2013).

tante, pelo menos desde 2006, com os seus votos nos candidatos do PT.²¹ É sabido que na eleição presidencial de 2014, quando um significativo contingente de eleitores populares retirou seu apoio eleitoral à candidata da frente neodesenvolvimentista, foram os trabalhadores da massa marginal, principalmente os do interior dos estados nordestinos, que asseguraram a vitória de Dilma Rousseff.

A burguesia associada, por seu turno, estabeleceu uma aliança com a alta classe média urbana. Essa fração da classe média tem se constituído no eleitorado cativo do PSDB. Nas regiões do país onde a classe média abastada é maior e mais influente, o PSDB também o é. O programa neoliberal ortodoxo não contempla em todos os aspectos os interesses da fração superior da classe média, mas ela tem perfilado com o neoliberalismo porque vê na política social petista uma ameaça à posição econômica e social privilegiada que ocupa na sociedade brasileira.²² São os trabalhadores assalariados que recebem salários elevados, tanto para os padrões brasileiros quanto para os internacionais, alocados tanto no setor público quanto no setor privado, e também profissionais liberais bem-sucedidos que integram essa camada social: são os administradores, economistas, engenheiros, advogados, médicos, professores universitários e outros profissionais com diploma de ensino superior. Tendo em vista a análise da crise política do governo Dilma, importa lembrar que juizes, promotores, procuradores, desembargadores e delegados da Polícia Federal, isto é, os agentes da Operação Lava Jato e de toda a parte do sistema de justiça engajada na oposição aos governos do PT, são, além de funcionários do ramo repressivo do Estado, integrantes da alta classe média.

Era assim que estavam dispostas as forças antes do desencadeamento da crise política.

²¹ Singer, 2012.

²² Cavalcante, 2015, pp. 177-195.

A CRISE POLÍTICA

As divisões econômicas de classe não aparecem de maneira idêntica e fixa no nível do processo político. A linha que dividia o campo neodesenvolvimentista, composto pela grande burguesia interna e seus aliados, do campo neoliberal ortodoxo, composto pelo capital internacional e por seus apoios internos, nunca foi uma linha reta e rígida. Essa linha divisória, sinuosa e flexível, sofreu deslocamentos significativos a partir de 2013, ano ao qual remonta a origem da crise política atual. Esses deslocamentos significam mudanças importantes na correlação de forças entre os dois campos e são a própria história do desencadeamento e do desenvolvimento da crise.

A economia brasileira, que crescera 7,5% em 2010, estacionou no biênio de 2011 e 2012 numa taxa de crescimento muito baixa. A oposição neoliberal percebeu a oportunidade, saiu da defensiva e retomou a iniciativa política. Elegeu como inimigo principal o então ministro da Fazenda Guido Mantega e a sua “nova matriz de política econômica”. Os cadernos de economia dos grandes jornais passaram a martelar a necessidade de reduzir os gastos do Estado, acabar com as desonerações fiscais e aumentar a taxa de juros. A Selic tinha sido derrubada para 7,5% ao ano e o rendimento dos investimentos financeiros aproximara-se de zero.

Esse é um ponto fundamental: quem provocou a crise foi a ofensiva política do campo neoliberal ortodoxo, dirigido pelo capital internacional e pela fração da burguesia brasileira a ele integrada, e não a luta popular. Muitos se confundem ao examinar esse problema. O fato de as pesquisas de opinião indicarem que a imagem do governo Dilma foi abalada em decorrência das manifestações de junho de 2013 – e, desde então, não tenha mais voltado aos patamares anteriores – leva alguns analistas a sugerir que a crise política foi provocada pela ascensão da luta popular. Duplo engano. Primeiro, porque apenas a primeira fase das manifestações de junho de 2013

teve caráter nitidamente popular. Foi a fase em que o Movimento Passe Livre (MPL) lutou contra o aumento das tarifas de transporte. Numa segunda fase, as manifestações incorporaram novos setores sociais, inclusive a alta classe média, ampliaram suas palavras de ordem, incluindo, principalmente, o discurso genérico contra a corrupção, e se tornaram dependentes da mídia, que passou a orientá-las contra o governo federal. No seu início, a luta contra o aumento das passagens estava endereçada às prefeituras e aos governos do Estado, mas a grande mídia federalizou os protestos.

O que temos aí é uma articulação complexa entre dois tipos de contradição. A principal, que provocou a crise política e que opõe o campo da burguesia internacional ao da frente neodesenvolvimentista, articulou-se, de maneira favorável ao campo neoliberal ortodoxo, com as contradições existentes no próprio interior da frente neodesenvolvimentista. A “Revolta da Tarifa” reuniu, como mostram as pesquisas, jovens de baixa classe média, trabalhadores que, na maioria dos casos, são também estudantes. É o setor beneficiário da política dos governos petistas de expansão do ensino superior, que dobrou o número de universitários brasileiros. Ocorre que o mercado de trabalho para os diplomados cresceu muito pouco. Os postos gerados foram, devido à reativação da função primário-exportadora da economia brasileira, predominantemente empregos que dispõem alta qualificação e pagam baixos salários.²³ Foi a frustração da juventude de baixa classe média que se expressou na “Revolta da Tarifa” e mesmo na segunda fase das manifestações de junho.²⁴ Essa frustração, contudo, permaneceu politicamente acéfala, inclusive em razão do culto ao espontaneísmo que caracteriza o Movimento Passe Livre (MPL), e pôde, também por isso, ser confiscada pela reação e canalizada para o crescimento das candidaturas neoliberais em 2014.

²³ Pochmann, 2012.

²⁴ Ridenti, 2013.

Como indicamos, há contradições diversas no seio da frente neodesenvolvimentista. A contradição da juventude de baixa classe média com a frente trazia uma novidade, que se desenvolveu conforme se ampliava o estudantado universitário sem a correspondente expansão dos empregos para os diplomados. Mas havia e há, também, contradições originárias, que estiveram presentes desde o início dos governos da frente neodesenvolvimentista. No campo das classes populares, o movimento sindical foi muito ativo nesse período na luta grevista e logrou obter uma melhoria geral dos salários.²⁵ Conflitos econômicos duros ocorreram entre sindicatos e grupos da grande burguesia interna. O movimento camponês, apesar das políticas sociais que beneficiaram os assentados, sempre esteve insatisfeito com a drástica redução das desapropriações de terra, isto é, com a marginalização dos acampados. No âmbito das classes dominantes, havia e há contradições no interior da própria burguesia interna. O mais notório é o conflito entre os grandes bancos nacionais e o setor produtivo nacional em torno da política fiscal e da taxa de juros. Também entre os de cima surgiram contradições noivas. O deslocamento da prioridade da política energética do etanol para o pré-sal afastou o setor sucroalcooleiro do governo Dilma.

O fato é o seguinte: quando o campo neoliberal ortodoxo iniciou a sua ofensiva restauradora, a frente neodesenvolvimentista vinha se esgarçando. Como já indicamos, a grande burguesia interna foi se bandeando para o lado da oposição neoliberal. Convenceu-se, como mostram os documentos que temos levantado, que o ajuste fiscal é o único caminho para retomar o crescimento econômico, decidiu apoiar o ajuste e, é claro, para poupar os seus próprios negócios, requer medidas de ajuste que penalizem os trabalhadores e não as empresas. Essas mudanças apareceram em diversos acontecimentos da

cena política. Acabou o apoio unânime das grandes centrais sindicais ao governo, o PSB passou para a oposição, o PMDB dividiu-se e, posteriormente, passou a organizar no Congresso o processo de *impeachment*, e uma entidade empresarial da importância da Fiesp passou, do apoio ativo aos governos neodesenvolvimentistas, tendo inclusive defendido o governo Lula na chamada “Crise do Mensalão” em 2005, a um ativismo frenético pela deposição do governo Dilma.

A ofensiva restauradora, encabeçada pelas classes e frações de classe que formam o campo neoliberal ortodoxo, obteve uma vitória importante. No momento em que escrevemos este texto, Michel Temer é o presidente interino e tanto o seu programa, intitulado “Uma ponte para o futuro”, quanto as suas primeiras medidas evidenciam o objetivo de retomar a plataforma neoliberal da década de 1990. O movimento popular encontra-se, ainda, numa fase de luta reivindicativa e segmentada. Não há programa e organização política orientando e enquadrando as massas trabalhadoras. Não está no horizonte da conjuntura atual a formação de um poder popular. Nessa situação, o principal inimigo a ser combatido é o golpe de Estado parlamentar. Contudo, o governo Dilma e o PT não estão se movendo à altura do momento. Dilma abandonou o programa que agitará na campanha eleitoral, baixou um ajuste fiscal pesado e distanciou-se do movimento sindical e popular. Lula apenas tardiamente passou a participar das manifestações em defesa do governo. Só o fez depois que o juiz Sérgio Moro tentou levá-lo preso para Curitiba. Dilma Rousseff só discursou na última manifestação realizada no Vale do Anhangabaú em São Paulo já no dia 17 de abril, poucas horas antes da votação do processo de *impeachment* na Câmara Federal.

O mais provável é que o *impeachment* seja confirmado na votação de mérito no Senado em agosto ou setembro. Porém, não é possível afirmar que essa seja a crise final do neodesenvolvimentismo. O destino do PT e do programa neodesenvolvimentista é, hoje, uma incógnita.

²⁵ Boito Jr.; Galvão & Marcelino, 2015, pp. 206-223.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas*. São Paulo, Sundermann, 2011.
- BERRINGER, Tátiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba, Appris, 2015.
- BOITO Jr., Armando. "A burguesia no governo Lula". *Crítica Marxista*, n. 21, 2º semestre de 2005. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>>.
- _____. "As contradições da frente neodesenvolvimentista". *Blog Vio mundo*, 3 de março de 2012a. Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/politica/armando-boito-jr-as-contradicoes-da-frente-neodesenvolvimentista.html>>.
- _____. "A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar". Entrevista ao jornal *Brasil de Fato*, março de 2012b. Disponível em <<http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/armando-boito-jr-%3A-%E2%80%9Ca-economia-capitalista-esta-em-crise-e-as-contradicoes-3A7%C3%B5es-tendem-a-se-agu%C3%A7ar%E2%80%9D-/>>.
- _____. "Governos Lula: A nova burguesia nacional no poder". In: BOITO Jr., Armando & GALVÃO, Andréia. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012c.
- _____. "O lulismo é um tipo de bonapartismo? Crítica às teses de André Singer". *Crítica Marxista*, n. 37, 2013.
- BOITO Jr., Armando; GALVÃO, Andréia & MARCELINO, Paula. "A nova fase do sindicalismo brasileiro". Seminário Internacional "Sindicalismo Contemporâneo: 1º de Maio – Uma nova visão para o Movimento Sindical Brasileiro". Campinas, Cesis-Unicamp, 2015.
- BOITO Jr., Armando & SAAD-FILHO, Alfredo. "State, State Institutions, and Political Power in Brazil". *Latin American Perspectives*, n. 2, 2016.
- CAVALCANTE, Sávio. "Classe média e conservadorismo liberal". In: VIELASCO E CRUZ, Sebastião et al. *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2015.
- FARIAS, Francisco Pereira. "Frações burguesas e bloco no poder: Uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas". *Crítica Marxista*, n. 28, 2009.

FILGUEIRAS, Luiz & GONÇALVES, Reinaldo, *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula & TRÓPIA, Patrícia. *As bases sociais das centrais sindicais brasileiras*. Curitiba, Appris, 2015.

GOMES, Julia. "Conteúdo local e neoliberalismo neodesenvolvimentista: A indústria da construção naval e a política de compras da Petrobras durante os governos Lula", 2015. Trabalho apresentado no VIII Colóquio Internacional Marx e Engels. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/Julia%20gomes%20e%20Souza%2010550.pdf>.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, Editora CRV, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. "Hegemonia às avessas" e "O avesso do avesso". In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy & RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo, Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery*. São Paulo, Boitempo, 2008.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?*. São Paulo, Boitempo, 2012.

POMAR, Valter. "Um programa econômico alternativo". *Le Monde Diplomatique – Brasil*, n. 104, março de 2016.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.

RIDENTI, Marcelo. "Que juventude é essa?". *Folha de S.Paulo*, 23 de junho de 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaofolha/2013/06/1299690-marcelo-ridenti-que-juventude-e-essa.shtml>>.

SABENÇA, Mariana. "As grandes construtoras e a política econômica nos governos Lula e Dilma". 38º Encontro Anual da Anpocs, 2014. Disponível em <<http://portal.anpocs.org/portal/>>.

SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro, Flacso Brasil, 2013.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

POR QUE FOI FRACA A RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 2016?¹

Por que, durante a crise política de 2015-2016, a presidente Dilma Rousseff foi abandonada por setores sociais que, até então, vinham se beneficiando com as políticas implementadas por seu governo?

Essa pergunta vale, entre outros, para o movimento sindical, para os trabalhadores da massa marginal e, também, para boa parte da burguesia brasileira. Vamos tentar oferecer alguns elementos de resposta para cada um desses casos.

Estamos preocupados, acima de tudo, com as disposições políticas presentes nos citados segmentos sociais. Iremos nos referir apenas secundariamente à estratégia do Partido dos Trabalhadores e do governo Dilma. Convém indicar, contudo, que essa estratégia contribuiu para enfraquecer a resistência ao golpe de Estado e isso por dois motivos. Primeiro, porque o ajuste fiscal implantado pela presidente na gestão Joaquim Levy criou airtos, de distintos tipos, tanto com os trabalhadores quanto com a fração burguesa que vinha apoiando o governo. Como já foi observado, Dilma traiu o discurso da campanha eleitoral e isso afastou o sindicalismo e o movimento popular do governo. Era muito difícil explicar para os trabalhadores que era preciso, de um lado, defender o mandato de Dilma Rousseff, porque

¹ Versão ligeiramente modificada de artigo inédito no Brasil. Publicado na revista portuguesa *O Comunheiro*, n. 25, de setembro de 2017.

isso significava defender a democracia, e, de outro lado e ao mesmo tempo, combater a política econômica e social desse mesmo governo. Em segundo lugar, a estratégia do governo enfraqueceu a resistência ao golpe ao optar por fazer a luta contra o golpe parlamentar praticamente apenas no interior das instituições do Estado, desprezando a importância da luta de rua – luta de rua que, ironicamente, a direita brasileira soube, e com sucesso, valorizar.

A BURGUESIA INTERNA DIVIDIU-SE DIANTE DO GOLPE

Para obtermos informações sobre a posição dos setores burgueses diante da política governamental, podemos usar, com método e parcimônia, as reportagens da grande imprensa, mas devemos dar especial atenção à imprensa própria das grandes associações empresariais. A burguesia brasileira está organizada em sindicatos oficiais, agrupados em federações e confederações, mas também em associações civis que reúnem segmentos empresariais mais específicos e que têm um papel importante na vocalização e na organização de interesses. Coordenamos um levantamento de informações no material publicado pela imprensa de algumas importantes entidades empresariais durante o primeiro governo Dilma e durante os anos da crise política. O levantamento contemplou confederações, federações, sindicatos e associações civis estratégicos da agricultura e da indústria – com destaque para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Associação Brasileira do Agronegó-

cio (Abag).² Partimos, como é necessário e incontornável, de algumas noções e conceitos prévios relativos à burguesia e à sua relação com o Estado.

A burguesia brasileira mantém relações variadas e complexas com o capital internacional. Não há no Brasil uma burguesia nacional anti-imperialista, mas tampouco chegou-se a uma situação na qual todas as empresas capitalistas aqui atuantes seriam empresas estrangeiras ou integradas ao capital internacional. Temos uma fração da burguesia brasileira, a burguesia interna, que, embora não hostilize o capital estrangeiro, concorre com ele, disputando posições na economia nacional e, em menor grau, também na internacional. Os governos do PT representavam essa fração da burguesia apoiados em setores das classes populares e o golpe contra o governo Dilma foi dirigido, justamente, pelo capital internacional e pelo setor da burguesia brasileira a ele associado, contando com o apoio ativo da fração superior da classe média. O fato notório e muito importante de o governo Michel Temer ter abandonado a política (moderadamente) nacionalista para a cadeia do petróleo e do gás – regime de exploração, refino, fornecimento de navios, de equipamentos pesados etc. – serve para ilustrar essa tese. Pois bem, por que é que a fração burguesa que vinha sendo beneficiada pelos governos do PT não defendeu o governo Dilma?

A burguesia e suas frações agem premidas por circunstâncias dadas. Elas não possuem a clareza de interesses, a unidade política, a capacidade de organização e a liberdade de ação que supõem muitos

² O levantamento foi feito sob minha orientação pelas bolsistas de iniciação científica Rosylli Oliveira e Julia Nunes, graduandas em Economia e em Ciências da Terra da Unicamp, às quais agradeço. Foram consultados revistas, boletins e documentos das associações citadas. Ver CNI: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/>>; Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) <<http://www.fiesp.com.br/>>; Sinaval <<http://sinaval.org.br/>>; Abimaq <<http://www.abimaq.org.br/>>; Abdib <<https://www.abdib.org.br/>>; CNA <<http://www.cnabrazil.org.br/>>; Abag <<http://www.abag.com.br/>>.

dos analistas de esquerda. No caso do Brasil, a burguesia interna era representada pelo governo organizado por um partido político que não fora construído pela própria burguesia, mas que, justamente por isso, teve maior liberdade para impor algumas concessões à burguesia interna, angariando-lhe com isso uma base de apoio popular. Foi o que permitiu que os interesses maiores dessa fração prevalecessem diante do capital internacional e da burguesia associada. Nascia a frente política neodesenvolvimentista que encerrou a hegemonia exercida pelo capital internacional e pela burguesia associada durante a década de 1990. A leitura da imprensa das associações empresariais permite ver que, durante os anos de crescimento econômico, e quando ainda estavam frescas na memória da burguesia interna a estagnação e a abertura econômica radical dos governos FHC, essa fração burguesa aceitou tais concessões – valorização do salário mínimo, transferência de renda, reconhecimento do direito dos trabalhadores à luta reivindicativa, expansão do serviço público etc. Os documentos das associações empresariais, quando arrolavam aqueles que seriam os problemas, gargalos e dificuldades da economia brasileira, não concediam destaque à política social dos governos do PT. Aceitavam-na, mesmo que sem entusiasmo.

A situação começou a mudar a partir de 2013. Os fatos relevantes foram o baixo crescimento econômico, a ofensiva ideológica do capital internacional contra a nova matriz de política econômica enviada pelo ministro Guido Mantega e, finalmente, o ajuste fiscal do segundo governo Dilma. Foi nessa nova conjuntura que a burguesia interna passou a ver as concessões que garantiam o apoio popular ao neodesenvolvimentismo como um preço alto demais. Se em 2005, na crise do governo Lula, a grande burguesia interna saiu a campo em defesa do presidente, o mesmo não ocorreu quando o governo Dilma Rousseff entrou em crise dez anos depois.

As associações de industriais e do setor agrícola pesquisadas arrolam algumas reivindicações que aparecem de modo recorrente ao

longo de todo o segundo mandato de Dilma Rousseff e durante o período de crise. Nesse elenco de reivindicações recorrentes destacam-se dois grupos. O primeiro aponta contra os interesses do capital internacional e financeiro, enquanto o segundo aponta contra os trabalhadores; o primeiro prevaleceu no biênio inicial do governo, enquanto o segundo foi ganhando destaque na imprensa das associações empresariais a partir de 2013. No primeiro grupo de reivindicações recorrentes, temos: juros baixos, câmbio depreciado, financiamento público a juros subsidiados para os investimentos, investimento em infraestrutura, política de conteúdo local (protecionismo), política industrial e outras. No segundo grupo de reivindicações recorrentes, temos: reforma da previdência social, reforma trabalhista, ajuste fiscal baseado na redução dos gastos sociais e no arrocho do funcionalismo e outras. Acompanhando a imprensa das associações empresariais, fica claro que o segundo grupo de reivindicações vai ganhando proeminência à medida que o período de crescimento baixo e de crise econômica se prolongava e que a campanha da fração burguesa rival pelo ajuste fiscal ganhava força.

A burguesia interna não fez esse movimento em bloco. Parte dela foi perseguida judicialmente, graças ao fato de as forças articuladas do imperialismo, da burguesia associada e da alta classe média terem utilizado a corrupção como arma para isolar e mesmo destruir as empresas nacionais de construção e engenharia pesada; parte aderiu ativamente ao golpe – os casos mais importantes são a CNI e a Fiesp, pelo que se pode constatar lendo a imprensa dessas associações. A indústria de transformação encontrava-se, desde 2011, em trajetória declinante devido à penetração dos manufatureiros chineses; parte da burguesia interna ainda ficou neutra na crise – foi o caso da indústria de construção naval que, tendo crescido a taxas de 19% ao ano, relutou em aderir ao golpe do *impeachment* e hoje está em campanha contra o desmonte da política de conteúdo local pelo governo Michel Temer.

A resultante, contudo, foi que se abriu uma crise de representação. O representado, a grande burguesia interna, não se reconhecia mais no representante, o governo Dilma – governo que, repito, fora apoiado e aplaudido por essa fração burguesa até pelo menos o ano de 2012. A ofensiva restauradora do grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele associada, apoiados na mobilização da alta classe média, encontrou, então, caminho mais livre para avançar.

OS TRABALHADORES DA MASSA MARGINAL PERMANECERAM PASSIVOS

O capitalismo dependente brasileiro sempre manteve um grande contingente de trabalhadores apenas periférica e superficialmente integrado à produção estritamente capitalista. A maneira específica de o capitalismo integrar o trabalhador é o assalariamento para a produção e a realização da mais-valia. Pois bem, os camponeses sem-terra ou com pouca terra, os trabalhadores urbanos por conta própria e sem formação profissional, os chamados camelôs, os prestadores de serviços domésticos variados, os subempregados, desempregados e outros integram-se ao capitalismo brasileiro apenas como assalariados eventuais, como vendedores ocasionais e autônomos de mercadorias eventualmente produzidas pelas empresas capitalistas ou, no limite, apenas como consumidores. Estão na margem do sistema. O modelo capitalista neoliberal e dependente fez crescer a massa de trabalhadores marginal. Como é sabido, esses trabalhadores votavam, em sua grande maioria, nos candidatos do Partido dos Trabalhadores à Presidência. Eles foram a base eleitoral de massa dos governos do PT.

Essa relação política nada tem a ver com aquilo que imaginam e apregoam os liberais, os seus partidos e a imprensa comercial. Não

se trata de cidadãos cuja opção de voto resultaria da desinformação, do suposto carisma de Lula ou do clientelismo. Os governos do PT atenderam a interesses reais desses setores e o fizeram com uma política de massa, e não com favores pontuais em troca de apoio político, como é próprio do clientelismo. Não custa lembrar os programas de transferência de renda e de fornecimento de bens e de serviços que tiveram os trabalhadores da massa marginal como beneficiários: programa “Bolsa Família”, estímulo ao usufruto do “Auxílio de Prestação Continuada”, “Luz para todos”, “Minha casa, minha vida”, “Programa Cisternas” para a região semiárida, o “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego” (Pronatec), entre outros. Os trabalhadores da massa marginal, ao concederem seu voto ao PT, procediam, portanto, do mesmo modo que procedem todas as demais classes e camadas sociais: votavam no candidato que, de algum modo e com maior ou menor amplitude, atendia a seus interesses.

Apesar desse elemento geral comum, a relação desses trabalhadores com os governos do PT apresentava uma particularidade. Era uma relação de tipo populista, ou, para ser mais preciso, neopopulista. Sabemos bem que esse conceito é malvisto por grande parte dos intelectuais de esquerda. Mas, atenção, não convém se perder em discussões terminológicas. Já mostramos, no parágrafo anterior, que, embora usemos a *palavra* populismo, não utilizamos o mesmo conceito (= ideia) de populismo dos liberais. Para estes, o político populista obtém apoio popular engabelando, tapeando ou até hipnotizando as “massas incultas”. Já indicamos que na relação populista o político deve atender, minimamente, aos interesses de sua base social. No caso do Brasil, esse interesse é a distribuição de renda que, pelo seu caráter popular e progressista, diferencia o populismo do bonapartismo, já que neste último a demanda da base social é conservadora.

Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), no populismo clássico brasileiro, apoiou-se no proletariado recém-chegado do campo e

“pobres” e cuja ação independeria da relação de forças entre as classes sociais – residindo aí o motivo de utilizarmos também a expressão fetiche do Estado.

Os trabalhadores da massa marginal foram fundamentais para as vitórias eleitorais dos candidatos do PT à Presidência, mas eles não têm consciência clara desse fato. Não percebem o impacto do seu próprio voto na situação política nacional; não percebem que, se os seus interesses dependiam dos governos petistas, estes, por sua vez, dependiam, e ainda mais, do apoio político – e não apenas eleitoral – da massa marginal. E o PT não teve interesse nenhum em mudar tal percepção. No momento da crise, quando a força e a (suposta) soberania do governo petista desmancharam-se no ar, os trabalhadores da massa marginal não tinham condições ideológicas nem organizativas para sair em defesa do governo. Os governos Lula e Dilma e o próprio PT abriram mão de organizar essa massa, de levá-la a superar o populismo e fazê-la ver que deve contar com as suas próprias forças. Não quiseram e não puderam recorrer a ela no momento da crise.

No populismo clássico, em agosto de 1954, a passividade política dos segmentos populares mantidos sob o fascínio do populismo transformou-se no seu contrário e idêntico. Interpelados pela punição “carta-testamento” de Getúlio Vargas, irromperam nas ruas em grandes, embora impotentes, quebra-quebras, ataques à grande imprensa comercial e a consulados estadunidenses. Carlos Lacerda, o jornalista que chefiara a campanha de imprensa contra Getúlio, apavorado, fugiu para a Bolívia. Em agosto de 2016, Dilma Rousseff não apelou ao povo e sequer esse espetáculo de revolta impotente o neopopulismo nos ofereceu.

sem experiência organizativa – a nova geração proletária que substituiu a geração de operários imigrantes da República Velha (1889-1930) –, amealhando apoio popular para a política desenvolvimentista de industrialização. Sua arma e bandeira foi a Consolidação dos Direitos do Trabalho, a CLT, estatuto legal que, até hoje, assombra os neoliberais. Na década de 1980, o novo sindicalismo evidenciou que a classe operária e demais assalariados urbanos tinham maior capacidade de organização e de luta que os trabalhadores do período pré-1964. Lula da Silva e Dilma Rousseff, para implantarem o neopopulismo, apoiaram-se não nesse novo e mais combativo operariado do qual, por ironia, provinha Lula, mas, sim, nos trabalhadores da massa marginal, composta por segmentos das classes trabalhadoras com baixa capacidade de organização e de pressão, encontrando então nesses segmentos apoio popular para o neodesenvolvimentismo, a política que reformou o modelo capitalista neoliberal até hoje vigente no Brasil. A tradição populista brasileira encontrou um novo assento e falou mais alto que as intenções iniciais dos fundadores do Partido dos Trabalhadores que visavam, segundo proclamavam insistentemente, superar a era Vargas pela esquerda.

Pois bem, a relação populista imobiliza politicamente o trabalhador. Um setor social com baixa capacidade de organização, interpelado do alto por políticos profissionais ou governos, torna-se prisioneiro daquilo que poderíamos denominar o culto ou fetiche do Estado protetor. Ele delega ao Estado capitalista, cujas instituições parecem situar-se acima das classes sociais, a função de “proteger os pobres”. É verdade que parte dos trabalhadores da massa marginal organiza-se e luta em movimentos pela terra e por moradia. Essa parte esteve, de resto, muito ativa na resistência ao golpe. Contudo, representa ainda uma ínfima minoria. O grande contingente de trabalhadores da massa marginal ausentou-se da luta e deixou a caravana do golpe passar. Esse contingente vê o Estado como uma entidade livre e soberana, a qual deve tomar a iniciativa de proteger os

OS TRABALHADORES SINDICALIZADOS FORAM NEUTRALIZADOS

Três fatores explicam a quase ausência do sindicalismo brasileiro na resistência ao golpe parlamentar de 31 de agosto de 2016. Primeiro, Dilma Rousseff traiu o discurso da campanha eleitoral. O segundo fator é que o sindicalismo sempre ocupou uma posição subordinada na frente política neodesenvolvimentista que sustentou seu governo. O terceiro fator é a peculiaridade da estrutura sindical brasileira e do pessoal que dirige os sindicatos.

A campanha eleitoral de Dilma Rousseff em outubro e novembro de 2014 foi centrada na defesa do crescimento econômico, da distribuição de renda e na crítica às políticas de ajuste fiscal. A candidatura fez isso de modo sistemático, pedagógico e eloquente. Talvez tenha sido a campanha eleitoral mais à esquerda das candidaturas presidenciais do PT. Por isso, tal campanha logrou atrair forças e organizações de esquerda, como o Partido do Socialismo e Liberdade, o Psol, que tradicionalmente são críticos dos governos do PT. Ocorre que, assim que assumiu o governo, Dilma passou a implantar um ajuste fiscal pesado sem sequer se preocupar em apresentar justificativas a quem a tinha apoiado. Convidou para ocupar o Ministério da Fazenda um economista, Joaquim Levy, tradicionalmente vinculado ao setor financeiro, que implantou cortes de todo tipo, transformando uma conjuntura de crescimento baixo em recessão. O movimento sindical progressista passou a criticar o governo e afastou-se dele.

A relação do movimento sindical com os governos petistas nunca foi tranquila. A melhor fase foi a do segundo governo Lula (2007-2010), quando o *boom* das *commodities*, o aumento do salário mínimo e o investimento público puxaram o crescimento econômico. Porém, os governos do PT ignoraram ao longo dos anos reivindicações históricas que os sindicalistas levaram a eles em ocasiões sim-

bolicamente fortes, como foi o caso do comício de Dilma Rousseff dirigido a 40 mil sindicalistas na campanha eleitoral de 2010 no estádio municipal do Pacaembu, em São Paulo. Esses governos não atenderam à reivindicação de redução da jornada de trabalho legal, à reivindicação de regulamentação restritiva da terceirização, de melhoria no sistema de pensões dos aposentados, de alteração nas faixas e percentuais do imposto de renda, à reivindicação pelo direito de negociação do servidor público e outras. O que o sindicalismo obteve foi, principalmente, um ganho indireto: o crescimento econômico e a enorme redução do desemprego, que caiu de 13,5% em 2003 para 4,6% em 2014, possibilitaram o fortalecimento da luta sindical na base e a conquista, pelos trabalhadores em luta, de significativos ganhos salariais. O ganho direto, resultante de ação deliberada do governo, foi a valorização do salário mínimo, que teve aumento real de 75% entre 2003 e 2012.

Por último, é preciso ter em mente que o movimento sindical brasileiro é dependente do Estado. Essa estrutura começou a ser montada no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1934), mesma década em que Salazar em Portugal e Franco na Espanha implantavam sindicalismos de Estado na Península Ibérica. No Brasil, ainda hoje, um sindicato, para ser reconhecido como tal, tem de obter a carta sindical do Estado. Uma vez obtida essa carta, ele pode negociar em nome de um segmento dos trabalhadores que é definido na carta obtida. Ademais, ele o fará em regime de monopólio legal da representação – unicidade sindical – e terá acesso ao fruto proibido que todo o sindicalismo disputa: abundantes recursos financeiros que, provenientes da contribuição obrigatória de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, entram regularmente nos cofres dos sindicatos oficiais.

Graças a esse sistema, o governo pode intervir de modo sistemático e capilar na vida sindical: distribui cartas sindicais de acordo com os seus interesses, controla o uso das finanças dos sindicatos, as

suas eleições, e intervém, por intermédio do Judiciário, depondo ou suspendendo diretorias sindicais. Os resultados políticos são importantes: o Brasil possui um número cada vez maior de sindicatos cada vez menores; uma grande porcentagem dos dirigentes sindicais são verdadeiros agentes do Estado no seio do movimento reivindicativo dos trabalhadores – os chamados pelegos –, e a distância entre as direções, encasteladas no sistema, e as bases é grande. No momento do golpe, vimos de tudo. Centrais sindicais de pelegos apoiando o golpe parlamentar, direções de centrais sindicais progressistas temerosas de sofrer ingerências do Estado caso mobilizassem politicamente suas bases contra o golpe e sindicalistas progressistas que se surpreenderam com a reação negativa das bases quando solicitadas a se mobilizar. O resultado geral foi desastroso para a esquerda. A cúpula das três centrais sindicais progressistas – a CUT, a CTB e a Intersindical – mobilizou-se contra o golpe parlamentar. Forneceu recursos financeiros, apoio logístico e meios de comunicação para a resistência. Porém, os sindicatos de base ficaram imóveis, não compareceram nem mobilizaram os trabalhadores. Nas manifestações contra o golpe parlamentar, tínhamos lá o movimento estudantil, alguns movimentos populares, como os movimentos por terra e por moradia, setores progressistas da classe média, mas não víamos os petroleiros, os metalúrgicos, os bancários, os trabalhadores da construção civil, enfim, não víamos lá nenhum setor ativo e forte do movimento sindical.

A direita ganhou, de longe, a luta de rua. Suas manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff apresentavam um contingente de manifestantes muitas e muitas vezes superior ao contingente presente nas manifestações que defendiam o mandato da presidente eleita.

DEPOIS DO GOLPE

Consumado o golpe em 31 de agosto de 2016, quando a presidente Dilma Rousseff, que se encontrava afastada desde 17 de abril do mesmo ano, foi definitivamente deposta, esses mesmos atores começaram a manifestar insatisfações pontuais ou oposição aberta diante do governo Michel Temer.

Os empresários do setor produtivo passaram, por intermédio de suas associações, a criticar o ajuste fiscal, a redução e o encarecimento do crédito, a nova vaga de abertura comercial e, inclusive, a elevar a polémica para o nível doutrinário, criticando o “ultraliberalismo” do governo. O presidente e o vice-presidente da Fiesp, entidade campeã na campanha golpista, publicaram sucessivos artigos na grande imprensa criticando a política econômica do governo Temer, particularmente o fim da política de conteúdo local. Nada disso significou, contudo, que tivessem passado à oposição.

Os sindicalistas, diante da ampla e profunda política de retirada de direitos – projetos de reforma trabalhista e de reforma previdenciária do governo Michel Temer –, passaram a se mobilizar. Com a importante colaboração dos movimentos populares, lograram fazer uma greve geral significativa em 28 de abril de 2017. Mas, aí, como diriam os portugueses, Inês já era morta. A reforma trabalhista, que revoga os pilares do direito do trabalho brasileiro, foi aprovada. Ademais, nem o movimento sindical, nem o movimento popular lograram, até aqui, demonstrar força suficiente para resistir à política reacionária em toda linha do novo governo.

E os trabalhadores da massa marginal? Estes estão recebendo a “visita” de Lula. É a caravana “Lula pelo Brasil” com a qual o ex-presidente percorre os nove estados do Nordeste. Lá, Lula é abraçado por multidões, faz discursos prometendo dias melhores e aterroriza todos os reacionários ao exibir sua grande popularidade. Prática o neopopulismo, esse que se apoia nos trabalhadores da massa margi-

nal, diferente daquele de Getúlio Vargas, que se apoiava na jovem classe operária recém-chegada do campo. É, em todas as pesquisas de intenção de voto, o candidato favorito para vencer a eleição presidencial de 2018. Se a perseguição judicial da qual é vítima não impedir a sua candidatura e se houver eleição em 2018, Lula será a única candidatura progressista com chance de chegar ao segundo turno.

APÊNDICE

EXISTE UMA BURGUESIA INTERNA NO BRASIL? RESPOSTA A UM CRÍTICO¹

Eu, juntamente com alguns outros autores que tenho citado em meus trabalhos, tenho utilizado na análise do processo político brasileiro a ideia da existência de uma fração burguesa que denominei, seguindo de modo um tanto livre as elaborações de Nicos Poulantzas, grande burguesia interna. Não se trata da velha burguesia nacional, passível de assumir posições anti-imperialistas, mas de uma fração burguesa que, embora dependente tecnológica e financeiramente do imperialismo, entretém com ele relações complexas de unidade, que é o aspecto principal dessa relação, e de conflito, que é o seu aspecto secundário. Como dissemos, não empregamos em nossa análise o conceito de burguesia nacional, utilizado principalmente no Brasil pré-1964 pelos intelectuais e dirigentes comunistas, e não podemos aceitar, por isso, que se mobilizem contra a nossa análise as críticas que foram dirigidas por intelectuais comunistas e socialistas à tese da burguesia nacional. Prosseguindo. Eu tenho considerado ademais que os governos do PT priorizaram os interesses dessa fração de classe nas suas políticas econômica e externa e receberam, por isso, o seu apoio; pela mesma razão, tais governos foram alvo da crítica e da oposição do capital internacional, já que relegaram ao se-

¹ Artigo inédito para o grande público. Apareceu apenas no *Caderno de Debates*, publicação interna da Consulta Popular, número 3, 2017, pp. 59-68, com o título "A questão da grande burguesia interna".

gundo plano os interesses do capital estrangeiro e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Os governos do PT, além de priorizarem os interesses da grande burguesia interna nas suas medidas voltadas para os integrantes do bloco no poder, acolheram, embora marginalmente, parte das reivindicações das classes populares. Formou-se, assim, uma base ampliada de apoio a tais governos, com a burguesia interna no centro e boa parte das classes populares à sua volta, base ampliada essa que eu denominei frente política neodesenvolvimentista. Note o leitor que a tese sobre a frente neodesenvolvimentista não reedita a tese da aliança da classe operária com a burguesia nacional, e não só porque não trabalhamos com o conceito de burguesia nacional, mas também porque aquela aliança era apresentada pelos comunistas como o arranjo político para a realização de uma etapa da revolução socialista no Brasil, enquanto o programa da frente neodesenvolvimentista, da forma como o concebemos, é um programa pouco ambicioso de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro acompanhado de política de combate à pobreza.

Pois bem, essas teses foram encampadas pelos documentos da Consulta Popular a partir de 2012. Agora, em 2017, elas estão sendo criticadas por alguns intelectuais e militantes da Consulta. O fato que suscitou tais críticas foi a adesão de parte importante da burguesia brasileira à campanha pela deposição de Dilma Rousseff. Como é que seria possível afirmar que esse governo representaria a grande burguesia interna se, segundo os críticos dessa tese, toda a burguesia brasileira teria participado da campanha golpista? Pretendo, aqui, responder a tais críticas e irei polemizar especificamente com um texto de Igor Fuser publicado no *Caderno de Debates da Consulta Popular*.²

A análise à qual me referi rapidamente acima é distinta das demais no debate político brasileiro. Consideremos as principais. Uma primeira análise, defendida por grande parte dos intelectuais e quadros do PT, considera que os governos Lula e Dilma representavam os trabalhadores e apresenta o golpe de 2016 como uma ação da burguesia ou das “élites” – noção vaga e indeterminada que muitas vezes preferem ao conceito de classe social – contra um governo popular. Uma segunda análise é aquela que encontramos nos documentos de organizações trotskistas. Considera que os governos do PT representavam o conjunto da burguesia brasileira, concebida como uma classe homogênea e sem fissuras, e analisa a deposição de Dilma Rousseff como resultado da ação dessa mesma burguesia que, no momento da crise econômica, teria decidido descartar o governo que, até então, servira aos seus interesses. Uma terceira análise, defendida por organizações e intelectuais de campos variados, apresenta os governos petistas como bonapartistas, significando, para alguns, que seriam governos sem um caráter de classe definido.

Começemos pela seguinte consideração: o texto de Igor Fuser oscila inadvertidamente, e nem sempre de maneira coerente, entre as três análises indicadas acima. Pretende, com essa peça híbrida, contestar a nossa análise. Nosso crítico apoia-se no fato sabido de que parte importante, que ele considera majoritária, da burguesia brasileira atuou no movimento do *impeachment*. Conclui que os governos do PT nunca foram governos da burguesia interna, mas, sim, “de esquerda”, “social-democratas”, ou “do campo democrático-popular”. Esse é o elemento petista e, de longe, o elemento dominante de sua análise. Porém, secundariamente, e de maneira contraditória, avança outra tese: os governos do PT não atenderam aos interesses desta ou daquela fração da burguesia, mas, sim, aos interesses do conjunto da classe capitalista. Ele considera, aproximando-se da tradição trotskista, que não seria possível distinguir frações na classe capitalista, que seria homogênea, dotada de interesse único. Um go-

² Fuser, 2017a, pp. 32-45.

verno “do campo democrático-popular” que serve ao conjunto da burguesia? Em debate nas redes sociais, Igor Fuser argumentou que a natureza de classe de um governo “não é algo mecânico”. Evade-se, então, para a análise “bonapartista”.

No seu texto, o nosso crítico cita, nem sempre de maneira correta, um ou dois textos meus.³ Longe de mim considerar que o texto não tenha méritos. Ele apresenta um levantamento importante sobre a participação da burguesia brasileira no golpe de 2016. Porém, esse levantamento está a serviço de uma análise que, no seu conjunto, considero equivocada, e é isso que pretendo demonstrar no presente artigo.

O ERRO DE EXTRAPOLAÇÃO NA ANÁLISE HISTÓRICA

Uma primeira coisa que salta à vista no texto desse autor é que ele apresenta dados e ideias sobre o papel da burguesia interna apenas para a crise política de 2015-2016, mas, de maneira surpreendente, pretende extrair conclusões para todo o período dos governos

³ Igor Fuser também caricatura a tese que critica. Diz ele num pequeno artigo publicado no blog GGN: “Justamente a Fiesp, aquela mesma entidade que, tradicionalmente, é vista como principal porta-voz de uma burguesia brasileira, ‘interna’ como dizem alguns teóricos. Por esse termo se costuma designar um segmento da classe dominante supostamente autônomo e portador de interesses próprios, contraditórios (dizem) com as preferências do imperialismo estadunidense e dos seus aliados no país”. Os textos que conheço sobre o tema e inclusive os meus nunca afirmaram que a burguesia interna seria autônoma e teria interesses contraditórios com o imperialismo. Por isso mesmo, não utilizam o conceito de burguesia nacional, mas, sim, o de burguesia interna. O nosso crítico mobiliza teses de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso sobre a burguesia dependente – e eu não estou entrando no mérito dessas teses –, mas dirige-as para o objeto errado. A citação acima foi extraída de Fuser, 2017b.

do PT e mesmo para o período anterior. Ora, se é verdade que na crise política aprofundam-se e revelam-se contradições que já se encontravam presentes no processo político em que está inserida, também é verdade que ela pode conter, e geralmente contém, contradições novas. Isso significa que a posição que uma força social assumiu em 2015-2016 não é, necessariamente, a mesma que vinha assumindo no período precedente. E, de fato, a posição da grande burguesia interna na crise de 2015-2016 foi muito diferente da posição que ela vinha assumindo sob os governos do PT.

A GRANDE BURGUESIA INTERNA E O NEOLIBERALISMO DA DÉCADA DE 1990

O nosso crítico analisa apenas a conjuntura de crise política de 2015-2016, mas aplica, arbitrariamente como afirmei, as suas conclusões não só para todo o período dos governos do PT, como também para toda a história política recente do Brasil. Sua tese é: não existe no Brasil fração burguesa que se possa denominar burguesia interna, não existe e nunca existiu.⁴ Pois bem, essa fração não só existe como teve os seus interesses prejudicados pelos governos Collor, Itamar e FHC e, em consequência, chegou, à medida que avançava a aplicação do programa neoliberal, a se mobilizar ativamente contra aspectos importantes da política econômica dos governos da década de 1990. A situação é complexa. A burguesia interna não rechaçava o

⁴ Eu sempre utilizei a expressão grande burguesia interna. Os governos do PT relegaram a um plano secundário os interesses das pequenas e médias empresas nacionais que, no entanto, integram, talvez na maioria dos casos, a burguesia interna. Eles atenderam, acima de tudo, aos interesses das grandes empresas nacionais. O nosso crítico poderia se manifestar sobre isso: se não existem frações burguesas, também a distinção entre grande capital monopolista e médio capital seria irrelevante?

conjunto do programa neoliberal. Para ficar num ponto evidente e importante, a burguesia interna apoiou a supressão de direitos sociais e trabalhistas. Porém, a abertura comercial, o ajuste fiscal e a nova onda de internacionalização da economia brasileira, exigidos pelo capital financeiro e produtivo internacional, feriram interesses de diferentes segmentos da burguesia brasileira. Trata-se, aqui, da questão da hegemonia de fração no interior do bloco no poder. A plataforma neoliberal da época dos governos Collor, Itamar e FHC representava, *prioritariamente*, os interesses do capital internacional e dos setores burgueses a ele integrados. E isso porque o *conjunto* das medidas contidas no programa neoliberal, e não apenas parte delas, atendia aos interesses daquele capital. Os governos FHC foram governos do capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele integrada. Os governos do PT são distintos daqueles, em primeiro lugar, por terem, gradativamente, implantado a hegemonia da grande burguesia interna no bloco no poder.

De maneira mais clara a partir do ano de 1995, quando FHC retomou a ofensiva neoliberal que sofrera ligeiro recuo sob o governo Itamar, a burguesia interna iniciou uma movimentação que, objetivamente, se chocava com a abertura comercial, com a nova onda de internacionalização da economia e com o ajuste fiscal neoliberal. Foi essa movimentação que assentou as bases para o início da convergência, problemática e contraditória, da oposição popular, que se encontrava numa fase muito difícil e defensiva, com a oposição (seletiva) da burguesia interna ao neoliberalismo. Uma convergência impensável até então levou à formação de uma frente política, não uma aliança de classe, mas uma frente contraditória e instável, como sempre frisamos, que denominamos frente neodesenvolvimentista. Exigia-se a intervenção do Estado para estimular o crescimento econômico e para proteger minimamente a economia nacional. Infelizmente, não poderemos entrar nos detalhes desse processo. Vamos dar apenas algumas indicações.

INDÚSTRIA, AGRONEGÓCIO E BANCOS SOB FHC

É sabido que a indústria foi prejudicada por elementos importantes daquela política, resistiu à abertura comercial e criticou a paridade do real com o dólar. Em maio de 1996, a indústria, sob liderança da Fiesp e da CNI, organizou uma marcha a Brasília que reuniu cerca de três mil empresários de 20 estados da Federação.⁵ Protestavam contra os juros altos e contra a abertura comercial do governo neoliberal de FHC, mas pediam, também, o aprofundamento das reformas liberais. Uma no cravo, outra na ferradura. Já aqui aparece, então, por que devemos utilizar o conceito de burguesia interna, e não o de burguesia nacional, quando nos referimos a essa fração. Ela não assume uma posição anti-imperialista e não visa a uma aliança estratégica com as classes populares. Seja como for, em 21 de junho de 1996, a CUT e outras centrais sindicais organizaram uma greve geral contra a recessão e o desemprego e pela elevação do salário mínimo. Receberam o apoio público e ativo da Fiesp. Seu então presidente, Eduardo Moreira, publicou artigo na imprensa anunciando o apoio dos industriais à greve dos trabalhadores e a imprensa comentou que muitas empresas liberaram seus funcionários do cartão de ponto. Em reunião da diretoria da Fiesp, Eduardo Moreira colheu o apoio unânime dos diretores para a sua posição.⁶ A defesa da indústria de transformação chocava-se com os interesses das indústrias europeias e estadunidenses cujos manufaturados começavam a tomar conta do mercado interno brasileiro.

A burguesia agrária também realizou a sua marcha a Brasília em protesto contra a política de FHC. Essa marcha, realizada em 1995,

⁵ Ver o Capítulo I, intitulado "Neoliberalismo e burguesia", do meu livro *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil* (Boito Jr., 1999, pp. 23-77).

⁶ Boito Jr., 1999, pp. 62-63.

ficou conhecida como o “Caminhonaço”.⁷ Claudinei Coletti mostra como esse segmento da burguesia interna também teve os seus interesses feridos pelo neoliberalismo de FHC e como protestou contra essa situação. FHC, para fazer o ajuste fiscal exigido pelo assim chamado Consenso de Washington, reduziu drasticamente o financiamento da produção agropecuária. Coletti apresenta bem cuidadas tabelas que evidenciam que esse financiamento despencou como consequência do ajuste fiscal e que a política de garantia de preços mínimos foi modificada em prejuízo do agronegócio para que o governo pudesse fazer caixa como era exigido pelo capital internacional. Peço licença para citar duas passagens um tanto longas do artigo de Claudinei Coletti.

Sobre a questão crucial do crédito agrícola com financiamento público, o autor faz o seguinte balanço:

Se compararmos a média anual do período que vai de 1980 a 1989 (índice médio “319,10”) à média anual do período entre 1990 e 2002 (índice médio “118,5”), verificaremos que, nos anos de vigência das políticas neoliberais no Brasil, os recursos corresponderam, em média, a 37% dos recursos destinados ao crédito rural na década de 1980, o que indica, repetimos, uma forte retração.⁸

Fazendo um apanhado geral e resumindo os seus argumentos, o autor afirma o seguinte:

Sem dívida, nos anos 90, as atividades agropecuárias, bem como a prioridade pura e simples da terra nua, tornaram-se investimentos menos atrativos para uma parte dos setores agrários da burguesia. Vários fatores

⁷ Para esse assunto, sugiro a leitura da excelente pesquisa de Claudinei Coletti, que está resumida no artigo intitulado “Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil” (Coletti, 2006, pp. 131-145).

⁸ Coletti, 2006, p. 134.

contribuíram para a conformação desse quadro: houve, de maneira geral, uma limitação significativa dos gastos governamentais com a agricultura; expressa, sobretudo, na redução de recursos públicos destinados ao crédito rural e nas alterações promovidas pelo governo na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); a agricultura brasileira foi exposta, por meio da abertura comercial iniciada pelo governo Collor, à concorrência internacional; o Plano Real (governo Itamar), ao promover uma sobrevalorização cambial, penalizou enormemente os setores agrícolas – tanto os que produzem para o mercado interno quanto os setores exportadores; o preço das terras de lavoura e de pastagens apresentou uma forte retração ao longo dos anos 90; o endividamento da burguesia agrária cresceu de forma expressiva etc. Todos esses fatores [...] indicam que a agricultura e o chamado “agronegócio” haviam perdido o lugar privilegiado que ocupavam no interior do “bloco no poder” da década de 1970, no contexto da chamada “modernização” da agricultura promovida pela ditadura militar.⁹

O resultado foi o protesto de julho de 1995 organizado pela burguesia agrária na forma de uma “Marcha sobre Brasília” que ficou conhecida, como já afirmei, pela denominação de “Caminhonaço” ou “Tratoração” devido às centenas de caminhões, tratores e ônibus que se concentraram na capital federal provenientes de vários estados do país. Os fazendeiros queriam mais financiamento público, menos juros e renegociação das dívidas. Chocavam-se, objetivamente, com os interesses do capital financeiro internacional.

E os bancos brasileiros? Escaparam ilesos da implantação do programa neoliberal? Não. O governo FHC tinha um plano de desnacionalização do sistema bancário nacional. Aplicou esse plano de modo rápido e firme, o que também provocou reação dos bancos nacionais. Fernando Henrique Cardoso e Pedro Malan definiram a portas fechadas a política de internacionalização do sistema bancário brasileiro. A famosa Exposição de Motivos número 311, de 23 de

⁹ *Idem*, p. 132.

agosto de 1995, proclamou esse objetivo e apresentou como argumento o pretexto neoliberal de sempre: a desnacionalização aumentaria a concorrência, o que faria cair a taxa de juros.¹⁰

Os bancos nacionais são protegidos pela Constituição de 1988. Da boca pra fora, eles são arautos do livre jogo das forças de mercado, mas, para eles, querem a proteção do Estado. E a têm. A Constituição não permite a instalação de banco estrangeiro no Brasil sem autorização expressa da Presidência da República. FHC, uma vez ocupando a Presidência, tratou de usar esse preceito constitucional como instrumento para internacionalizar o setor bancário.

Entre outubro de 1995 e julho de 1998, 25 instituições financeiras estrangeiras foram autorizadas a se instalar no País, das quais nove provenientes dos Estados Unidos, três da Suíça, três da Espanha, duas do Reino Unido, duas da França e uma instituição de cada um dos seguintes países: Japão, Portugal, Alemanha, Coreia, Uruguai e Holanda. [...] Vinte das organizações estrangeiras já instaladas no Brasil efetuaram, entre julho de 1995 e abril de 1998, operações de ampliação de sua presença no mercado brasileiro através dos seguintes procedimentos: aquisições, associações, ampliações de participação no capital, aumento de capital social e diversificação, via Constituição, de outras empresas financeiras [...]. A participação estrangeira na rede bancária nacional – agências e postos de atendimento bancário – evoluiu de 2,6% em março de 1995 para 10,6% em março de 1998, refletindo o impacto da aquisição do Bamerindus pelo HSBC e do Noroeste pelo Santander. A compra do Excel-Econômico – 222 agências e 44 postos de atendimento bancário – pelo Banco Bilbao Vizcaya elevou essa participação para 11,5%. Considerando apenas a rede de agências, a participação estrangeira no sistema bancário nacional atingiu 17,8% em junho de 1998. A participação do segmento estrangeiro, incluídos os três tipos de bancos, nos ativos totais do setor bancário nacional evoluiu de 10% para 24,8% entre junho de 1995 e junho de 1998. Em relação aos depósitos totais, essa participação

¹⁰ Ver Braga & Prates, s/d.

aumentou de 7% para 17,3% no mesmo período. O crescimento da participação dos estrangeiros no patrimônio líquido também foi significativo, passando de 15% para 25,5%.¹¹

Em abril de 1998, a revista *Exame*, no seu vol. 31, n. 13, trouxe uma grande reportagem, assinada por Cláudia Vassalo, sobre o acelerado processo de penetração do capital financeiro internacional no setor bancário, tanto de varejo quanto de atacado. Referindo-se aos bancos nacionais, esse número da *Exame* estampou na capa a pergunta: “Vai sobrar algum?”

Os grandes bancos brasileiros, que são um dos segmentos da grande burguesia interna, não apresentam, evidentemente, qualquer veleidade anti-imperialista. Contudo, eles não são, tampouco, mera extensão dos interesses do capital financeiro internacional no capitalismo brasileiro. E é por isso que podemos afirmar que integram a burguesia interna. A Febraban não organizou nenhuma marcha sobre Brasília. Banqueiro, diferentemente dos fazendeiros e dos industriais, que podem se apresentar à população como “classe produtora”, sabe que sua imagem não permite ações abertas na cena pública em defesa dos seus interesses. Agem nas sombras e com discrição. Mas a Febraban se mobilizou e deixou rastro. Seu presidente na época, Roberto Setúbal, defendeu a manutenção do sistema bancário sob controle nacional, sugerindo que se estabelecesse um limite de 30% para o ingresso de capital estrangeiro no setor.¹²

O governo Lula melhorou a posição desses segmentos burgueses que compõem a burguesia interna no interior do bloco no poder. A internacionalização do sistema bancário foi freada, bancos nacionais recompraram bancos que tinham sido internacionalizados, bancos públicos, que Cardoso e Malan declaravam que deveriam ser vendi-

¹¹ *Ibidem*.

¹² Carvalho & Vidotto, 2007, pp. 395-425.

dos preferencialmente ao capital estrangeiro, foram adquiridos pelo Banco do Brasil. O agronegócio voltou a receber suporte financeiro maior do Estado.¹³ Aliás, um fato merece destaque. O segmento agropecuário, que é um dos segmentos mais conservadores da burguesia interna, apoiou ativamente o respaldo que o governo Lula deu ao governo do Irã em conflito com os EUA – o Irã era mercado importante da carne brasileira – e apoiou também o “Bolsa Família”, programa de transferência de renda que aumentou enormemente o consumo interno de carne.¹⁴ A indústria, em diferentes setores, pôde contar com o orçamento decuplicado do BNDES e com a sua política de empréstimos subsidiados e também com a política protectionista de conteúdo local. A indústria da construção naval se recom pôs. A licitação de obras públicas passou a dar, por lei, preferência à indústria nacional da construção pesada, o que, de resto, sempre foi alvo de críticas da União Europeia.¹⁵ Quem recebeu menos foi a indústria de transformação, sacrificada no comércio com a China, o que pode ser um dos fatores que explicam o papel ativo da Fiesp no golpe de 2016.

¹³ O jornal *Valor Econômico*, na sua edição de 5 de abril de 2010, publicou longa entrevista de Luiz Guilherme Zancaner, grande usineiro do interior de São Paulo e dirigente de associação do setor, declarando seu entusiasmo – a palavra adequada é essa mesma – pelo governo Lula e seu apoio à candidata Dilma Rousseff. De quebra, criticou o candidato José Serra. Ver o meu artigo “Governos Lula: A ‘nova burguesia nacional’ no poder” (Boito Jr., 2012). Análise a entrevista de Zancaner nas páginas 95-97 e 103-104. Zancaner foi fundador da União Democrática Ruralista e, na entrevista, declarou sua oposição ao MST. Nesse e em outros artigos, examinei aquilo que denominei “contradições no seio da frente neodesenvolvimentista”.

¹⁴ Cyrino, 2017. Tatiana Berringer demonstra como a política externa dos governos Lula foi uma projeção dos interesses da grande burguesia brasileira no cenário internacional (Berringer, 2015).

¹⁵ Ver o meu texto intitulado “Quem é contra a corrupção?” (Boito Jr., 2014).

A GRANDE BURGUESIA INTERNA NA CRISE POLÍTICA DE 2005

Seguindo com a aplicação do método da extrapolação histórica, Igor Fuser, tendo analisado apenas a crise de 2015-2016, afirma que a burguesia (interna ou internacional, para ele é tudo igual) tentou derrubar o governo Lula em 2005, na assim chamada “Crise do Mensalão”. Ora, essa tese, que ele apresenta sem nenhum dado ou informação de apoio, é errada.

Não só a política econômica e a externa do governo Lula priorizaram os interesses da grande burguesia interna, como essa fração burguesa reconheceu em tal governo o representante dos seus interesses. Vou ser sintético: foi a grande burguesia interna quem defendeu o governo Lula, de modo público e firme, contra o ataque que ele sofreu em 2005, ano no qual as forças coligadas da burguesia associada e do seu partido, o PSDB, mantiveram o governo sob ataque cerrado e, principalmente no mês de agosto, estiveram a pique de tentar um processo de *impeachment* contra o presidente.¹⁶

Naquela crise, as principais associações empresariais foram ao Palácio do Planalto hipotecar apoio a Lula e emitiram documentos criticando a agitação contra o governo. Esses documentos tinham por conteúdo algo que poderia ser resumido assim: “Chega de falar em crise, vamos trabalhar”. Aliás, Paulo Skaf, que já era presidente da Fiesp, foi um ativista destacado desse movimento. Ele repetiu, em entrevista, com as mesmas palavras e de maneira exata, aquele que era o discurso de todos os integrantes da equipe governamental, da

¹⁶ Recomendando a leitura de dois textos que tratam da posição da grande burguesia interna naquela crise: o capítulo IV do livro de Danilo Martuscelli intitulado *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil* (Martuscelli, 2015, pp. 205-252); e o meu artigo intitulado “Governos Lula: A nova ‘burguesia nacional’ no poder” (Boito Jr., 2012, particularmente p. 88 e ss.). [Trata-se do capítulo 2 deste livro.]

direção do PT e dos partidos da base do governo: “vamos voltar para a agenda positiva”. Fez isso no auge da crise em agosto de 2005, desautorizando a agitação da oposição encabeçada pela burguesia associada.

Não é possível... Existem projetos que não podem parar no Congresso, no Executivo. Então, o nosso esforço tem sido para elencar, entre os inúmeros projetos em tramitação, os prioritários, e fazer com que o país caminhe paralelamente aos trabalhos das CPIs, que são importantes, mas há 150 milhões de brasileiros que precisam e anseiam pelo andamento de outras questões.¹⁷

Foram essas iniciativas que cortaram as asas do PSDB, o partido da burguesia associada e integralmente pró-imperialista. É certo que em 2016, Paulo Skaf era “outro”. Mas, ele apenas agia em conformidade com a situação da burguesia interna: ora defendendo um espaço maior para as empresas nacionais no capitalismo brasileiro, ora se unindo aos interesses do capital estrangeiro. E segue nesse movimento pendular. Aliás, o mesmo Paulo Skaf já havia publicado, em fevereiro de 2017, artigos na imprensa contra o desmonte da política de conteúdo local.¹⁸ Participou do golpe, mas tem críticas ao resultado da sua própria ação. É complexo mesmo, mas não vamos ganhar nada tentando simplificar.

Os textos citados mostram, também, que na crise de 2005 o movimento popular organizou apenas uma manifestação em defesa do governo. Foi uma concentração em Brasília e não contou com mais de sete mil participantes. Compreensível a fragilidade dessa ação do movimento popular. Se tanto o primeiro quanto o segundo governo Lula funcionaram como representantes da grande burguesia interna,

¹⁷ Skaf, 2005, p. 18.

¹⁸ Ver o meu texto “As reclamações tardias da Fiesp” (Boito Jr., 2017b).

e não como um governo dos trabalhadores como parece acreditar o nosso crítico, foi apenas no segundo governo que Lula abriu mais espaço para os interesses dos trabalhadores. Resultado: o ato popular em defesa do governo foi diminuído e sem entusiasmo, para não dizer que foi insignificante.¹⁹

A GRANDE BURGUESIA INTERNA NA CRISE DO IMPEACHMENT

Antes de Igor Fuser publicar o seu texto no nosso *Caderno de Debates*, eu publicara um artigo no jornal *Brasil de Fato* no qual coloquei a questão: “Por que, durante a crise política de 2015-2016, a presidente Dilma Rousseff foi abandonada por setores sociais que, até então, vinham se beneficiando com as políticas implementadas por seu governo?”. E, mais especificamente, perguntei: “Por que a grande burguesia interna não tomou a defesa do governo Dilma?”²⁰ A questão é colocada de modo distinto daquela que, posteriormente, foi colocada por nosso crítico. Sim, porque o que temos de explicar não é apenas por que a grande burguesia interna, ou parte importante dela, abandonou o governo, mas, também, por que setores importantes estiveram ausentes, como foi o caso dos trabalhadores da massa marginal, ou apenas timidamente presentes, como foi o caso notório do movimento sindical, na luta em defesa do mandato de Dilma. A CUT, a CTB e a Intersindical participaram da luta, mas todos os grandes sindicatos ausentaram-se das mobilizações.

¹⁹ Igor Fuser não conseguiu no seu texto, nem nas inúmeras intervenções que fez nas redes sociais, dizer qual foi a natureza de classe dos governos do PT. “Governo de um partido social-democrata”, “governo de base popular” e “governo de esquerda” são algumas das qualificações que ele usa, desviando-se da questão.

²⁰ Boito Jr., 2017a.

Eu já desenvolvi meus argumentos no citado artigo "A burguesia brasileira no golpe do *impeachment*". Não vou repeti-los em detalhes. Apenas faço uma apresentação breve. Coordenei um levantamento na imprensa das associações empresariais de diferentes segmentos da grande burguesia interna. Foi analisada a imprensa das seguintes associações e sindicatos patronais: da CNI, da Fiesp, do Sinaval, da Abimaq, da Abdib, da CNA e da Abag. O que pode constatar foi o seguinte: a posição dessa fração burguesa foi se alterando à medida que a crise econômica se agravava. Repito: foi se alterando, isto é, a posição da grande burguesia interna mudou. E essa mudança de posição não pegou de surpresa e teoricamente desamparados aqueles que defendiam a tese da hegemonia da grande burguesia interna e da existência de uma frente neodesenvolvimentista, ao contrário do que sugere o nosso crítico.²¹ A grande burguesia interna

²¹ Em artigo redigido em 2010, e publicado no capítulo 2 deste livro, após detalhado exame das contradições que atravessavam a frente neodesenvolvimentista, eu concluí: "Examinando a situação, vemos que a possibilidade de uma das partes abandonar a frente neodesenvolvimentista é real. O PSDB procura atrair a grande burguesia interna sugerindo - há coisas que não se devem dizer abertamente... - que fará uma redução drástica dos gastos sociais do Estado e que cortará as asas do movimento camponês; as organizações de extrema esquerda [por sua vez] procuram fazer com que os sindicatos e o campesinato retirem o apoio que dispensam ao governo Lula. Até o momento, a unidade da frente prevaleceu. Porém, não faltam motivos e argumentos para aqueles que tentam solapá-la" (ver capítulo 2 deste livro). Dois anos depois, em março de 2012, em entrevista à edição impressa do *Brasil de Fato*, eu avalei o seguinte: "A grande burguesia interna depende do voto dos trabalhadores para manter os governos neodesenvolvimentistas e nem por isso essa burguesia abriu mão de lutar por seus interesses mesmo quando isso fere os interesses dos trabalhadores. As associações empresariais estão pressionando o governo para que reduza os gastos públicos - os gastos com os trabalhadores, mas não com a rolagem da dívida pública ou com os empréstimos subsidiados do BNDES, poderiam acrescentar - e para que efetue reformas que reduzam o custo do trabalho. Não serão, então, as organizações dos trabalhadores que irão abrir mão de seus objetivos específicos para ganharem nota de bom comportamento no interior desse 'frentão'. Eu penso - e esse não é um mero chavão - que as contradições

é oscilante, está repleta de conflitos internos - banco, indústria, agronegócio - e sempre manteve vivas, com intensidade variável de acordo com a conjuntura, suas contradições com o movimento popular. Na crise econômica, tais contradições agravaram-se.

Porém, não é correto afirmar que o conjunto da grande burguesia interna participou ativamente do movimento golpista. Primeiro, cabe fazer uma observação geral. Pedro Paulo Bastos faz um esclarecimento muito importante sobre a cronologia ou as fases das relações políticas da burguesia com o governo. Diz ele:

De todo modo, continua sendo difícil comprovar a unificação da burguesia em 2014 (e não no final de 2015), pois, repito, a campanha de reeleição de Dilma não seria mais rica que a de Aécio caso os empresários estivessem participando de uma frente de oposição para derrubar o governo. A unificação empresarial contra o governo, de um lado, e a perda da popularidade, de outro, parecem resultado de processos e eventos ocorridos depois de 26 de outubro de 2014.²²

Em segundo lugar, vale notar que um setor importante dessa burguesia foi colocado fora de combate já no primeiro capítulo da crise. As grandes empresas nacionais da construção pesada foram imobilizadas pela Operação Lava Jato. Igor Fuser considera que esse segmento é uma exceção e, diz ele, seriam apenas algumas empresas. Bem-vindo ao capitalismo monopolista! Quatro bancos controlam 80% do mercado bancário brasileiro, cerca de 15 construtoras controlam porcentagem semelhante da contratação das obras públicas e dois ou três grandes frigoríficos nacionais controlam o mercado da

tendem a se aguçar. A economia capitalista neoliberal está em crise na Europa. As forças populares não podem arriar suas bandeiras nem abrir mão da crítica porque, caso contrário, poderão ser surpreendidas por uma eventual implosão da frente neodesenvolvimentista e se verem sem proposta própria para seguir em frente".

²² Bastos, 2017, p. 88.

carne no Brasil e ocupam posição dominante no mercado mundial. Não se pode falar em “exceção” para empresas como essas. Os bancos, que apoiavam a política de ajuste fiscal de Joaquim Levy, deram mostras de que pretendiam salvar o governo Dilma quando a crise política já se encontrava no seu segundo tempo. Rodrigo de Almeida, assessor de imprensa da Presidência da República no segundo governo Dilma, relata, no capítulo 9 do seu livro *À sombra do poder*, a ação dos bancos, com Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco à frente, para salvar o governo em dezembro de 2015.²³ Outro setor, como a construção naval, ficou neutro. As principais associações do agronegócio e da indústria de transformação participaram ativamente do golpe.

O que ocorreu foi aquilo que Gramsci denomina uma crise de representação. Fenômeno que Karl Marx também analisa na crise política francesa de 1848-1851. A “massa da burguesia”, afirma Marx, abandonou “os seus representantes no parlamento” e bandeou-se para o lado de Luís Bonaparte. No nosso caso, o representado, a grande burguesia interna, não se reconhecia mais no representante, o governo Dilma Rousseff – governo que, repito, fora apoiado e aplaudido por essa fração burguesa até pelo menos o ano de 2012. O ajuste fiscal do segundo governo Dilma foi um fator importante para o agravamento da crise. Não afastou apenas o movimento popular, criou atritos, inclusive, com a grande burguesia interna.²⁴ A ofensiva restauradora do grande capital internacional e da fração da burguesia brasileira a ele associada, apoiados na mobilização da alta classe média, pôde, então, avançar.

²³ Almeida, 2016.

²⁴ É pertinente recordar sobre esse ponto que Igor Fuser defendeu o ajuste fiscal de Joaquim Levy em artigo publicado em 2015. Ele considerava esquerdistas as críticas do movimento popular ao ajuste fiscal. Ora, esse ajuste foi um dos elementos que agravaram a crise de representação. Ver Fuser, 2015.

SOBRE A TEORIA DA BURGUESIA INTERNA

Reparem os leitores que o que estamos expondo não é uma “teoria da burguesia interna”, que é a expressão usada repetidamente por Igor Fuser para se referir, pejorativamente, às nossas análises. Deixando de lado o fato de que tal expressão, como a sua correlata “teóricos da burguesia interna”, também muito presente nos textos do nosso crítico, denota certa aversão pela teoria, é importante frisar que estamos tratando de acontecimentos históricos recentes do nosso país, pesquisados por estudiosos e também analisados em documentos do movimento popular. Não existe uma “teoria da burguesia interna”, no sentido de que estaríamos diante de um conjunto de ideias criadas no vazio por intelectuais; o que existe são pesquisas históricas, empíricas, que permitem utilizarmos o conceito de burguesia interna – sim, a teoria é imprescindível! – para entender o comportamento político de parte da burguesia brasileira. Também por isso é temerária, para dizer o mínimo, a tese de Igor Fuser segundo a qual o golpe de 2016 foi “cem por cento de conteúdo nacional”. O nosso crítico afirma que “toda a torcida do Corinthians” sabe que não existem burguesia interna e frente neodesenvolvimentista. Eu penso poder dizer que é do conhecimento não só da torcida do Corinthians, mas também de todas as demais, que, se nos países imperialistas, o neoliberalismo representa um ataque a um único alvo, que são os direitos dos trabalhadores, nos países dependentes, além de ser um programa de ataque aos trabalhadores, a plataforma neoliberal é, também, um ataque a um segundo alvo: o que resta de controle nacional sobre as economias dependentes. O neoliberalismo quer abrir ainda mais as economias dependentes, aprofundar sua internacionalização, e isso exige que sejam desalojadas, de ramos inteiros da economia nacional, as empresas brasileiras públicas e privadas: nos setores industrial, bancário, agrícola, do petróleo, da construção pesada e outros. Ou não é a isso que estamos assistindo

sob o governo Michel Temer? Para desalojar, geram-se conflitos entre as frações burguesas. Ou será que é a burguesia “no seu conjunto” que decidiu internacionalizar o pré-sal, acabar com a política de conteúdo nacional, com a construção naval e com a construção pesada brasileira? O golpe não foi “cem por cento de conteúdo nacional”. A política externa Sul-Sul, a participação ativa do Brasil nos Brics, a descoberta do petróleo do pré-sal, o novo modelo de exploração do petróleo aprovado no segundo governo Lula – e, aliás, já revogado pelo governo Temer –, essas e outras iniciativas incoermodaram o imperialismo e são fundamentais para entender o movimento golpista.

O nosso crítico pergunta: onde é que estão o interesse e a ação da burguesia associada e do capital internacional? A pergunta procede. Começemos por um esclarecimento. Do mesmo modo que os banqueiros, e por razões semelhantes, o capital internacional tem dificuldade para intervir com desenvoltura e de modo aberto na cena pública. Há um sentimento nacionalista difuso, próprio de todo Estado nacional, e mais ainda num país dependente como o Brasil, que inibe a ação política do capital internacional.

O analista deve, em primeiro lugar, verificar se há uma correspondência objetiva entre a política neoliberal e os interesses do capital internacional. É possível demonstrar que a desnacionalização, a abertura comercial e financeira e as privatizações atenderam, prioritariamente, a esse capital. É fundamentalmente por isso que podemos afirmar que o PSDB representa os interesses do capital internacional e da fração da burguesia a ele integrada.

Em segundo lugar, deve procurar detectar a ação política desse setor da burguesia. Parte dela procede das agências internacionais de classificação de risco, do FMI, da OMC, de fóruns como o de Davos e de Estados imperialistas. Em junho de 2010, o Instituto Internacional de Finanças, organização que reúne os 500 maiores bancos dos países centrais, organizou um encontro em Viena e, nesse encontro,

promoveu palestra comparando o programa de governo dos então candidatos à Presidência Dilma Rousseff e José Serra. O palestrante opôs, ponto por ponto, o programa neodesenvolvimentista do PT ao programa neoliberal do PSDB, para concluir que os banqueiros do Hemisfério Norte deveriam apoiar o candidato do PSDB.²⁵ No mesmo momento, no Brasil, o setor sucroalcooleiro manifestava, de modo enfático, sua preferência pela candidata do PT.²⁶ Já citei o fato de que a comissão econômica para a União Europeia, em entrevista à imprensa brasileira em 2014, aproveitou-se da Lava Jato para afirmar que o Brasil deveria abrir seu mercado de obras públicas para as empreiteiras europeias. Colocou essa abertura como condição para a realização do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Há também a pressão dos Estados imperialistas. É do conhecimento de todos que o governo Obama espionou a Petrobras e a própria Dilma e há indícios de que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos – que, também é bom lembrar, foi quem ministrou cursos sobre investigação da corrupção aos juízes e procuradores da Lava Jato – teria repassado informações para a referida operação. Na OEA, logo após a posse de Michel Temer, o embaixador estadunidense vetou uma moção que condenava o processo de *impeachment* ocorrido no Brasil.

Outra parte da ação do capital internacional se passa no interior da burocracia do Estado brasileiro, longe dos olhos do público. Também é uma ação pouco visível, mas nem por isso menos importante. Os jornais publicaram a agenda do ministro da Previdência Social, da qual constava uma série de reuniões com vários bancos estadunidenses e europeus para discutir o projeto de reforma da Previdência do governo Michel Temer. Sabemos que esse projeto interessa

²⁵ Ver o meu já citado artigo “Governos Lula: A nova ‘burguesia nacional’ no poder” (Boito Jr., 2012, p. 84). [Capítulo 2 deste livro.]

²⁶ *Idem*, pp. 95-97.

e é defendido também pela burguesia interna. Mas, aqui, estamos tratando de uma questão específica: a ação do capital internacional no interior do Estado dependente brasileiro. Ação oculta, fora do sistema partidário, mas que está longe de ser excepcional. E essa ação está presente também no sistema partidário e no processo eleitoral. O *WikiLeaks* revelou que o projeto de lei do senador José Serra para retirar a Petrobras da condição de operadora única do pré-sal foi fruto de um entendimento de Serra, então candidato à Presidência da República, com a petroleira Chevron. Isso foi o que chegou a ser revelado. A história completa só saberemos daqui a algum tempo, como aconteceu com as informações sobre a participação dos Estados Unidos no golpe de 1964. Não, o golpe não teve “cem por cento de conteúdo nacional”.

No Brasil, há também associações que vocalizam os interesses do capital internacional e da burguesia a ele integrada. O Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) representa, no Brasil, os interesses das petroleiras internacionais. Valeria a pena uma pesquisa sobre essa organização. Ela vinha atuando havia anos pela abertura da exploração do petróleo e pelo fim da política de conteúdo local. Hoje, ela é chamada a todo momento pelo governo Michel Temer para opinar sobre a política do petróleo. Temos ainda associações de casas importadoras, beneficiárias da abertura comercial, e que é um setor da burguesia brasileira que funciona como burguesia compradora, simples extensão dos interesses do capital estrangeiro na economia local.

A TEORIA DO BLOCO NO PODER E A NATUREZA DE CLASSE DOS GOVERNOS DO PT

Mas é preciso falar de teoria também. A fração não é um setor que possa ser distinguido de modo rígido, fixo e permanente da classe capitalista, ao contrário do que sugere a expressão caricatural

com a qual o nosso crítico refere-se à nossa análise: os meus textos trabalhariam com uma “teoria das duas burguesias”, diz ele. A grande burguesia interna é composta de segmentos que possuem interesses conflitantes porque diferentes sistemas de fracionamento da classe burguesa se entrecruzam.²⁷ Temos a grande burguesia interna bancária, industrial, comercial e agrária. Temos também a média burguesia interna que, no Brasil atual, não age como força social distinta, já que se encontra politicamente dispersa e sem programa próprio. Os diferentes segmentos da burguesia interna possuem, de um lado, interesse comum na proteção do Estado nacional nos conflitos que enfrentam com o capital estrangeiro – conflitos, não oposição ou antagonismo –, mas, de outro lado, pelejam entre si sobre questões como taxa de juros, política de crédito e política fiscal. Esses segmentos ocupavam centros de poder distintos no interior do Estado brasileiro, a partir dos quais disputavam a política econômica, a política externa e a política social – para exemplificação, a grande burguesia interna do setor produtivo controlava a Petrobras e o BNDES; a grande burguesia interna bancária, o Banco Central. Se esses conflitos sobrepuserem em importância o conflito com o capital internacional e com a burguesia associada, a grande burguesia interna sofre defecções e pode, no limite, dissolver-se. Essa concepção não tem nada a ver com uma suposta “teoria das duas burguesias”.

A heterogeneidade da grande burguesia interna indica que nem todos os conflitos que ela enfrenta com o capital internacional e com a burguesia associada interessam diretamente ao movimento popular. Alguns desses conflitos são “brigas de branco”. Se têm alguma função positiva para o movimento popular, essa é apenas indireta, na medida em que tais conflitos impedem que a classe burguesa aja de modo coeso. Mas outros conflitos colocam, sim, questões que

²⁷ Sobre o conceito de fração, ver o artigo esclarecedor de Francisco Pereira Farias intitulado “Frações burguesas e bloco no poder” (Farias, 2009).

interpelam os interesses populares: política de crescimento econômico, proteção do mercado interno, moderação da penetração do capital imperialista em ramos importantes da economia nacional e outros. Na experiência recente do Brasil, o que verificamos foi que o movimento operário e popular convergiu, em muitos pontos, com a ação do setor produtivo da burguesia interna, mormente o setor industrial – de transformação, indústria naval, construção pesada etc. As manifestações conjuntas e recorrentes de sindicatos operários com federações das indústrias em vários estados do país foram os exemplos mais evidentes dessa convergência. Tais manifestações ocorreram em conjunturas as mais diversas, mas alcançaram amplitude e importância particulares no ano de 2011. Elas, além de serem uma manifestação pontual da existência da frente neodesenvolvimentista, formaram o substrato social da “nova matriz econômica” da qual falava o ministro Guido Mantega.

A hegemonia de fração, por sua vez, tampouco significa a exclusão do bloco no poder das frações burguesas subordinadas. Portanto, afirmar, de maneira exclamatória, que os governos do PT também defenderam interesses do capital internacional não acrescenta nada à discussão. Um governo que representa a grande burguesia interna toma medidas que igualmente interessam ao capital internacional; e vice-versa: um governo do capital internacional também contempla interesses da grande burguesia interna. A maneira de afirmar a hegemonia de fração no interior do bloco no poder é detectar quais interesses de fração a política de Estado *prioriza*. A natureza do governo, no que respeita às frações da classe burguesa, decorre daí: dos interesses de fração que ele prioriza, isto é, qual hegemonia de fração ele organiza. Para entender de modo mais aprofundado esse procedimento precisamos trazer à baila outros conceitos além do conceito de hegemonia que, como vimos, designa o essencial. Temos de lembrar que, além da fração hegemônica, é importante, para a compreensão correta e abrangente dos conflitos presentes no

processo político, considerar aquilo que Nicos Poulantzas denomina, em sua obra *Poder político e classes sociais*, a classe reinante, cujo partido predomina na cena política, e a classe detentora, cujos integrantes fornecem o grosso do pessoal de Estado num período histórico dado.

Ora, no caso do período dos governos do PT, havia incongruências entre essas três funções políticas. A grande burguesia interna, que logrou se converter ao longo do processo em fração hegemônica, não organizou um partido político próprio. Afastando-se no final da década de 1990 do PSDB, que é o partido do capital internacional e da burguesia associada, a burguesia interna optou, consagrada por circunstâncias dadas – a burguesia é a classe dominante, mas não escolhe e não pode escolher no vazio –, pela política de atrair um partido, o PT, que fora organizado pelo movimento operário e popular, e não pela burguesia. Esse partido formou um governo de coalizão, cujo principal aliado foi um partido político burguês fisiológico, sem representação orgânica de uma ou outra fração burguesa – o PMDB. Sindicalistas, oriundos da baixa classe média e do movimento operário, preencheram importantes cargos do aparelho de Estado. Nunca comandaram centros de poder estratégicos, mas ocuparam cargos de direção nas empresas estatais, nos ministérios, nas agências reguladoras etc. Essas defasagens entre a hegemonia de fração, partidos políticos governamentais e ocupantes de cargos do Estado geraram tensões que também contribuíram para a já referida crise de representação. Mas, por outro lado, foram essas mesmas defasagens que contribuíram, sem que tenham sido o fator fundamental, para a formação da frente política neodesenvolvimentista, pois deixaram os governos do PT em melhores condições para impor concessões à grande burguesia interna, fornecendo-lhe a base popular de apoio necessária para que ela obtivesse a hegemonia no interior do bloco no poder.

A OMISSÃO SOBRE A NATUREZA DE CLASSE DOS GOVERNOS DO PT

Igor Fuser, a despeito de rejeitar a tese da burguesia interna, considera que é correto falar em projeto neodesenvolvimentista para caracterizar os governos do PT. Se considera isso, é claro que aceita a ideia de que há, em disputa com o neodesenvolvimentismo, um outro projeto, o neoliberal. Não pode recusar, tampouco, que tais projetos polarizaram a história política brasileira nos últimos 20 anos. Estiveram encarnados, na cena partidária, pelo PT e pelo PSDB, que monopolizaram e polarizaram a disputa das seis últimas eleições presidenciais. Cabe, então, a pergunta: seria a história recente do Brasil uma "história da luta de projetos"? Pensamos que não.

Ater-se a "projetos" para efetuar análise política significa permanecer restrito ao conflito de ideias ou doutrinas. Ora, a análise materialista sempre procurou vincular o mundo das ideias ao mundo dos interesses. Na análise marxista, as ideias compõem uma representação - muitas vezes deformada e, sempre, interessada - da economia, da sociedade e da política, a qual é funcional para os interesses de classe e de frações de classe. Tanto o neodesenvolvimentismo quanto o neoliberalismo são programas de desenvolvimento do capitalismo, não podem ser considerados projetos populares. São projetos burgueses. Por que, então, existiriam dois projetos burgueses, se a burguesia não comporta frações de classe?

O que de fato acontece é o seguinte: de um lado, a aplicação da plataforma do intervencionismo estatal para estimular o crescimento, do crédito subsidiado para as grandes empresas nacionais, do protecionismo do mercado interno e de uma política externa Sul-Sul, e, de outro lado, a aplicação da plataforma do Estado mínimo, do esvaziamento do BNDES, da internacionalização de ramos industriais da economia, da abertura comercial e financeira e de uma política externa de subordinação passiva aos Estados Unidos; a apli-

cação de um e de outro desses dois projetos incide, de modo muito distinto, sobre a classe capitalista. Tentamos mostrar que o primeiro favorece a grande burguesia interna, que, sem assumir posição anti-imperialista, possui conflitos com o capital internacional, enquanto o segundo favorece o capital internacional e os segmentos da burguesia brasileira a ele integrados. O que aparece, à primeira vista, apenas como um conflito de ideias e valores é, fundamentalmente, um conflito de interesses de diferentes frações da classe capitalista. É claro que os economistas neodesenvolvimentistas e os economistas neoliberais podem estar convencidos de que se trata, apenas e tão somente, de um conflito de convicções, às quais eles chegaram após estudos e reflexões próprias. Mas a realidade da história política transcende a consciência dos agentes que nela atuam.

Portanto, não vai à raiz do problema a análise que, como a de nosso crítico, se satisfaz em caracterizar um governo por aquela que seria sua orientação doutrinária ou, para usar uma palavra que andou em moda, por aquele que seria o seu ideário: governo "social-democrata", "de esquerda", "neodesenvolvimentista" etc. É preciso tratar tais "doutrinas" ou "ideários" como ideologias, isto é, como ideias e valores que representam, de maneira deformada e interessada, interesses de classe ou de fração de classe. A luta de ideias é importante, justamente, por estar vinculada à luta de interesses.

Vou concluir com uma observação de ordem política que decorre da discussão acima.

A crítica de Igor Fuser à análise que trata da burguesia interna pode fazer crer que aqueles que defendem a existência e o papel político dessa fração burguesa alimentariam desvios políticos de direita, e, em contrapartida, aqueles que entendem, como é o caso do nosso crítico, que a burguesia é um bloco homogêneo, cujos (supostos?) conflitos internos deveriam ser ignorados pelo movimento popular, defenderiam uma posição de esquerda. Não é bem assim. Se considerarmos que governos do PT representavam os trabalhadores ou,

então, que eram, simplesmente, “governos de esquerda”, que teriam sido combatidos, desde sempre, pelo conjunto da classe burguesa ou pela “elite” – conceito que Igor Fuser indevidamente utiliza, vez ou outra, em substituição ao conceito de classe social –, estaremos aceitando a autoimagem dos governos do PT e poderemos nos colocar, passivamente, a reboque desse partido, alimentando desvios de direita na nossa linha política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rodrigo de. *A sombra do poder: Bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff*. São Paulo, Leya, 2016.
- BASTOS, P. P. Z. “Que horas ela volta? – Economia política e política econômica de Lula a Dilma”. In: MARINGONI, Gilberto & MEDEIROS, Juliano (orgs.). *Cinco mil dias: O Brasil na era do lulismo*. São Paulo, Boitempo/Fundação Lauro de Campos, 2017, p. 88.
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba, Appris, 2015.
- BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999. Cópia digital disponível nas redes acadêmicas Academia.edu (<<https://www.academia.edu>>) e Research Gate (<<https://www.researchgate.net>>).
- _____. “Governos Lula: A nova burguesia nacional no poder”. In: BOITO Jr., Armando & GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo, Alameda, 2012.
- _____. “Quem é contra a corrupção?”. *Revista Fórum*, 23 de dezembro de 2014. Disponível em <<http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/armando-boito-quem-e-contra-corrupcao-de-verdade/>>.
- _____. “A burguesia brasileira no golpe do impeachment”. *Brasil de Fato*, 6 de janeiro de 2017a. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/01/06/a-burguesia-brasileira-no-golpe-do-impeachment/>>.
- _____. “As reclamações tardias da Fiesp”. *Brasil de Fato*, 18 de fevereiro de 2017b. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2017/02/18/as-reclamacoes-tardias-da-fiesp/>>.

- BRAGA, José Carlos de Souza & PRATES, Daniela Magalhães. “Os bancos da ‘Era FHC’”, s/d. Disponível em <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1695/2062>>.
- CARVALHO, Carlos Eduardo & VIDOTTO, Carlos Augusto. “Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990”. *Nova Economia*, 17 (3), 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-6352007000300002>.
- COLETTI, Claudinei. “Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil”. *Lutas & Resistências*, vol. 1. Londrina, set. 2006. Disponível em <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revistaiaedicao/lr131-145.pdf>>.
- CYRINO, Thiago Nogueira. *A cadeia produtiva da carne e a política neodesenvolvimentista dos governos Lula (2003-2010)*. Dissertação de mestrado. Campinas, IFCH-Unicamp, 2017.
- FARIAS, Francisco Pereira. “Frações burguesas e bloco no poder”. *Crítica Marxista*, n. 28, 2009. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>>.
- FUSER, Igor. “Nota dissonante”. *Blog Análise e Opinião*, 12 de agosto de 2015. Disponível em <<http://bloganaliseopiniao.blogspot.com.br/2015/08/nota-dissonante.html>>.
- _____. “Reflexões críticas sobre o golpe, a burguesia e a teoria da ‘frente neodesenvolvimentista’”. *Caderno de Debates*, n. 2. Consulta Popular, 2017a.
- _____. “Do subdesenvolvimento da burguesia brasileira”. *GGN*, 10 de março de 2017b. Disponível em <<http://jornalgggn.com.br/blog/jose-carlos-lima/do-subdesenvolvimento-da-burguesia-brasileira-por-igorfuser>>.
- MARTUSCELLI, Danilo. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba, CRV, 2015.
- SKAF, Paulo. *Revista da Indústria*, n. 110, agosto de 2005, p. 18.

Título Reforma e crise política no Brasil:
Os conflitos de classe nos governos do PT

Autor Armando Boito Jr.

Coordenador editorial Ricardo Lima
Secretário gráfico Ednilson Tristão
Preparação dos originais Lúcia Helena Lahoz Morelli
Revisão Beatriz Marchesini
Edição eletrônica Sílvia Helena P. C. Gonçalves
Design de capa Ana Basaglia
Formato 14 x 21 cm
Papel Pólen soft 80 g/m² – miolo
Cartão supremo 250 g/m² – capa
Tipologia Minion Pro
Número de páginas 336